

ESTUDOS DA LINGUAGEM SOB A PERSPECTIVA ENUNCIATIVA

Daiane Neumann, Marlete Sandra Diedrich (Orgs.)

*Aline Wieczikowski Rocha, Carmem Luci da Costa Silva, Catiúcia Carniel Gomes,
Claudia Stumpf Toldo, Daiane Neumann, Elisane Regina Cayser,
Ernani Cesar de Freitas, Fernanda Schneider, Luiza Milano Surreaux,
Marlete Sandra Diedrich, Patrícia da Silva Valério,
Roberta Costella, Valdir do Nascimento Flores*

*Estudos da linguagem
sob a perspectiva
enunciativa*

Conselho Editorial de Linguística, Letras e Artes

Daiane Neumann

Doutoranda em Letras (UFRGS), bolsista / Brasil

Gérson Luis Werlang

Doutor em Letras / UFSM / Brasil

Jacqueline Ahlert

Doutoranda em História Ibero-Americana / PUCRS / Brasil

James Anthony Dettleff Pallete

Master en Fine Arts en Cine (Ohio University) / prof. en Pontificia Universidad Católica del Perú

Miguel Alberto Koleff

Doctor en Letras Modernas (UNC) / prof. en la Universidad Nacional de Córdoba / Argentina

Daiane Neumann
Marlete Sandra Diedrich
(Organizadoras)

Aline Wieczkowski Rocha
Carmem Luci da Costa Silva
Catiúcia Carniel Gomes
Claudia Stumpf Toldo
Daiane Neumann
Elisane Regina Cayser
Ernani Cesar de Freitas
Fernanda Schneider
Luiza Milano Surreaux
Marlete Sandra Diedrich
Patrícia da Silva Valério
Roberta Costella
Valdir do Nascimento Flores
(Autores)

***Estudos da linguagem
sob a perspectiva
enunciativa***

© 2012, Livraria e Editora Méritos Ltda.

Rua Pe. Valentin, nº 564 / 302
Passo Fundo, RS, CEP 99072-100
Fone/Fax: (54) 3313-7317
Página na internet: www.meritos.com.br
E-mail: atendimento@meritos.com.br

Charles Pimentel da Silva
Editor

Jenifer B. Hahn
Auxiliar de edição

◆ *Importante: As opiniões expressas neste livro, que não sejam as escritas pelas organizadoras em seus capítulos, não representam ideia(s) destas. Cabe, assim, a cada autor responsabilidade por seus escritos.*

◆ Todos os direitos reservados e protegidos pela lei nº 9.610 de 19/02/1998. Nenhuma parte deste livro poderá ser reproduzida sem autorização do(s) autor(es) ou da editora, sejam quais forem os meios empregados: eletrônicos, mecânicos, fotográficos, gravação ou quaisquer outros.

E79.. Estudos da linguagem sob a perspectiva enunciativa /
organizado por Daiane Neumann, Marlete Sandra
Diedrich - Passo Fundo: Méritos, 2012.
260 p.

1. Linguística 2. Enunciação 3. Linguagem
I. Neumann, Daiane (Org.) II. Diedrich, Marlete Sandra
CDU:801

Catálogo na fonte: bibliotecária Marisa Miguellis CRB10/1241

ISBN: 978-85-8200-005-2

Impresso no Brasil

Apresentação

Os estudos da enunciação ocupam importante espaço entre os membros da comunidade acadêmica no Brasil. Por muito tempo, os estudos enunciativos, em especial aqueles concernentes às ideias de Émile Benveniste, estiveram ligados a outros campos de pesquisa dentro da linguística. Não havia, portanto, um interesse especial pelo estudo de tais ideias a ponto de se fundar um novo campo de pesquisa. À medida que o interesse pela obra desse autor foi crescendo, cresceu também o interesse pelos trabalhos de outros linguistas, cujo objeto de reflexão também é a enunciação.

Assim, a produção acadêmica neste campo tem se mostrado bastante profícua. Além da ampliação das pesquisas e reflexões sobre os estudos enunciativos, as diferentes teorias que os compõem e as relações entre elas, há também a utilização desses estudos para a discussão de questões de gramática, de aquisição da linguagem, da construção dos sentidos nos textos e do ensino de língua. Há também várias abordagens que trabalham as teorias da enunciação em interface com outras áreas, tendência também manifestada nesta obra.

Algumas áreas do conhecimento utilizam-se amplamente das discussões e reflexões desenvolvidas dentro dos estudos enunciativos, por entenderem que a compreensão do funcionamento e

da organização da língua, principalmente sob o viés enunciativo, é essencial para a compreensão de seu objeto de estudo. Esse é o caso, por exemplo, de estudos nas áreas de fonoaudiologia, história, psicologia, literatura, filosofia.

A obra que ora apresentamos é uma compilação de textos de pesquisadores que se dedicam ao estudo desta nova área de pesquisa. Dentre eles, estão professores e ex-alunos do Curso de Letras e do Programa de Pós-Graduação em Letras de Universidade de Passo Fundo, bem como professores e alunos ligados ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Os primeiros textos que compõem essa obra apresentam uma reflexão teórica sobre os estudos enunciativos. O texto *De Saussure a Benveniste: um percurso teórico para uma leitura crítica na linguística da enunciação*, de Claudia Stumpf Toldo e Catiúcia Carniel Gomes, busca apresentar uma discussão epistemológica da chamada “linguística da enunciação”, através do retorno a Saussure e do estabelecimento da relação entre este e Benveniste. O texto *Benveniste e Bakhtin – uma leitura sob a perspectiva enunciativa*, de Patrícia Valério, resgata algumas concepções de enunciação a partir da teoria de Émile Benveniste para analisar um gênero textual da atualidade e discute acerca das reflexões de Benveniste e Bakhtin, estabelecendo um diálogo entre ambas. Na sequência, o texto *Reflexões acerca dos estudos enunciativos pós-benvenistianos*, de Daiane Neumann, apresenta as particularidades da leitura feita por Oswald Ducrot, Antoine Culioli e Henri Meschonnic da obra de Benveniste e em que medida há uma continuação entre as teorias destes e de Émile Benveniste.

Em seguida, em *Voz e enunciação*, Valdir do Nascimento Flores e Luiza Milano Surreaux buscam construir uma perspectiva de análise do aspecto fônico/vocal da enunciação com base nos princípios enunciativos propostos por Benveniste. No texto *Encontro com Saussure e Benveniste e os efeitos sobre a aquisição da*

linguagem, Carmem Luci da Costa Silva, considerando os princípios saussurianos da língua de “mutabilidade” e de “unidade” como constitutivos do ato de aquisição da linguagem, mostra, a partir do ponto de vista da Teoria da Enunciação de Émile Benveniste, os movimentos enunciativos realizados por uma criança para produzir referências no discurso ao outro da sua alocação. Marlete Sandra Diedrich, em *A criança na construção de sentidos no aqui-agora da enunciação*, procura, também a partir dos estudos de Benveniste, compreender de que forma a criança constitui os sentidos pretendidos no seu dizer em sua relação com a linguagem.

Elisane Regina Cayser, em *A intersubjetividade na escrita e reescrita de textos escolares*, com base nos estudos benvenistianos, propõe-se a discutir a relação construída na escola em termos de constituição dos sujeitos interlocutores – professor e alunos, verificando a importância da reversibilidade das figuras *eu-tu* no processo de elaboração textual e, especialmente, de reescrita do texto. O texto *A ambiguidade em textos publicitários sob a perspectiva de enunciação*, de Roberta Costella, estuda o caráter polissêmico da linguagem, destacando a possibilidade de ambiguidade em textos publicitários na perspectiva enunciativa de Émile Benveniste.

A construção do sentido metafórico numa perspectiva enunciativa, de Aline Wiczikowski Rocha, apresenta, amparado nos estudos enunciativos de Benveniste, como ocorre a organização e a construção do sentido da metáfora no texto publicitário, veiculado na mídia impressa. Em *Enunciação e humor*, Fernanda Schneider, também considerando a perspectiva enunciativa desenvolvida por Émile Benveniste, verifica a relação que se estabelece entre forma e sentido na construção do humor.

Por fim, em *Estudos enunciativos na atividade de trabalho: cena da enunciação e ethos em análise do discurso*, Ernani Cesar de Freitas apresenta uma reflexão acerca da relação entre linguagem e trabalho, através das abordagens teóricas da ergonomia da ati-

vidade e da ergologia em interface com teorias da comunicação e da linguística aplicada, mais especificamente, a análise do discurso sob a perspectiva de Dominique Maingueneau.

Pretendemos com esta obra, portanto, trazer contribuições e reflexões para o debate sobre os estudos enunciativos que se instaura de forma cada vez mais sólida no Brasil e que tanto auxilia nesse eterno processo de desvelamento e compreensão do fascinante mundo que nos inquieta: o mundo da linguagem humana.

*Daiane Neumann,
Marlete Sandra Diedrich*

Passo Fundo, inverno de 2012

Sumário

APRESENTAÇÃO	7
DE SAUSSURE A BENVENISTE: UM PERCURSO TEÓRICO PARA UMA LEITURA CRÍTICA NA LINGUÍSTICA DA ENUNCIÇÃO	
<i>Claudia Stumpf Toldo, Catiúcia Carniel Gomes</i>	13
BENVENISTE E BAKHTIN: UMA LEITURA SOB A PERSPECTIVA ENUNCIATIVA	
<i>Patrícia da Silva Valério</i>	45
REFLEXÕES ACERCA DOS ESTUDOS ENUNCIATIVOS PÓS-BENVENISTIANOS	
<i>Daiane Neumann</i>	63
A VOZ E A ENUNCIÇÃO	
<i>Valdir do Nascimento Flores, Luiza Milano Surreaux</i>	81
O ENCONTRO COM SAUSSURE E BENVENISTE E OS EFEITOS NA REFLEXÃO SOBRE A AQUISIÇÃO DA LINGUAGEM	
<i>Carmem Luci da Costa Silva</i>	101

A CRIANÇA E A CONSTRUÇÃO DE SENTIDOS NO AQUI-AGORA
DA ENUNCIÇÃO

Marlete Sandra Diedrich..... 119

A INTERSUBJETIVIDADE NA ESCRITA E NA REESCRITA
DE TEXTOS ESCOLARES

Elisane Regina Cayser..... 133

A AMBIGUIDADE EM TEXTOS PUBLICITÁRIOS SOB A
PERSPECTIVA DA ENUNCIÇÃO

Roberta Costella..... 159

A CONSTRUÇÃO DO SENTIDO METAFÓRICO NUMA
PERSPECTIVA ENUNCIATIVA

Aline Wieczikovski Rocha 187

ENUNCIÇÃO E HUMOR: UM ESTUDO SOBRE A RELAÇÃO
DE FORMA E SENTIDO NA LINGUAGEM

Fernanda Schneider..... 211

ESTUDOS ENUNCIATIVOS NA ATIVIDADE DE TRABALHO:
CENA DE ENUNCIÇÃO E ETHOS EM ANÁLISE DO DISCURSO

Ernani Cesar de Freitas..... 233

De Saussure a Benveniste:

Um percurso teórico para uma leitura crítica na linguística da enunciação

*Claudia Stumpf Toldo¹
Catiúcia Carniel Gomes²*

Ao entrar em contato com alguns textos de Émile Benveniste, os quais se destacam pela reflexão enunciativa que fazem, percebemos que deveríamos revisitar a principal origem dessas reflexões: Saussure. Por essa razão, trazemos um estudo que contempla esses dois autores, no sentido de mostrar em que medida há marcas *saussurianas* nos escritos de Benveniste, e de que forma este *ultrapassa*³ as reflexões daquele.

Baseado no que propunha Saussure, Benveniste desenvolveu um estudo voltado à enunciação. Assim, conceitos como *sujeito*,

¹ Mestre em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e doutora em Linguística Aplicada pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Professora de Língua Portuguesa e Linguística Aplicada do Curso de Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo (UPF) e professora e orientadora do Programa de Pós-graduação/Mestrado em Letras da mesma universidade. E-mail: claudiast@upf.br.

² Mestre em Letras pela Universidade de Passo Fundo (UPF) e professora do Centro de Ensino Médio Integrado da mesma universidade e também do Colégio Notre Dame, de Passo Fundo. E-mail: catiucia@upf.br.

³ No decorrer deste capítulo, esclareceremos que sentido atribuímos ao termo *ultrapassa*.

subjetividade, intersubjetividade, língua, linguagem – presentes na irrepetibilidade do *aqui* e do *agora* – configuram um novo domínio de estudo da língua: o da enunciação.

Este estudo tem como objetivo analisar, principalmente, o conceito de signo linguístico elaborado, primeiramente, por Ferdinand de Saussure e (re)visitado, tempos depois, por Émile Benveniste, a fim de estabelecer uma relação comparativa entre eles – conceitos e autores. Essa relação comparativa poderá nos ajudar a esclarecer a ideia de *ultrapassagem* de Benveniste por Saussure. Temos a clareza de que outros conceitos permeiam o de signo, mas, para este estudo vamos nos deter neste. Dessa forma, algumas questões nortearam esta reflexão: a) Benveniste retoma o quadro *saussuriano* ao longo de seus estudos enunciativos?; b) Benveniste, com base nos estudos *saussurianos*, ao trabalhar com a irrepetibilidade do *aqui* e do *agora*, instaura um novo domínio: o da enunciação.

Enfim, uma leitura teórico-crítica entre dois linguistas – Ferdinand de Saussure e Émile Benveniste – sem dúvida é um grande desafio. O ineditismo não é nosso objetivo, pois muitos trabalhos com essa perspectiva já foram empenhados. No entanto, sempre uma outra leitura é importante, pois como salienta Benveniste (2006h, p. 84), “o ato individual de apropriação da língua introduz aquele que fala em sua fala. Este ato é um dado constitutivo da enunciação”. Sendo assim, embora este estudo não seja o único com a preocupação já descrita, ele se diferencia de muitos na medida em que apresenta um olhar retrospectivo em dois tempos passados: o de Saussure e o de Benveniste. Apresenta, também, um olhar do *agora*: o paralelo entre esses dois linguistas que nos apontam um tempo cada vez único e irrepetível – a capacidade que o homem tem de se fazer, pelo uso da língua, cada vez novo.

Saussure e alguns conceitos basilares aos estudos linguísticos

Neste momento, trazemos Ferdinand de Saussure para, como dissemos anteriormente, darmos um passo atrás, num tempo anterior, em que esse estudioso suíço trouxe contribuições impagáveis para os estudos linguísticos que ainda buscavam a origem das línguas; um tempo que se faz presente a cada vez que pensamos em língua.

Saussure ficou conhecido como o pai da linguística estruturalista. Mas, lendo detidamente o Curso de Linguística Geral (CLG), percebemos que em momento algum nele consta o uso deste termo *estruturalismo*. O que temos no CLG é o uso da palavra *sistema* e não *estrutura*. De onde veio então a ideia de estruturalismo? Flores e Barbisan (2009, p. 8), na apresentação da obra *Convite à linguística*, de Claudine Normand, explicam essa nomeação, com a seguinte reflexão:

Saussure não utilizou a palavra estrutura e o CLG é fiel a isso. Certamente que a teoria saussuriana foi determinante para a instauração do estruturalismo, mas o termo utilizado por Saussure foi mesmo sistema. A palavra estrutura veio a ser usada apenas no final da década seguinte, mais especificamente nas teses formuladas no Congresso Internacional de Linguística de Haia pelos linguistas Roman Jakobson e Nicolas Troubetzkoy.

Em suas aulas, Saussure fala em sistema, ao afirmar que “a língua é um sistema de signos” (CLG, 2006, p. 21). Pensar em estrutura é diferente. Falar em estrutura é diferente. Acreditamos poder dizer que o sentido atribuído à estrutura não é exatamente o mesmo atribuído a sistema. “Estrutura” significa a disposição e ordem das partes de um todo, enquanto “sistema”, o conjunto de partes coordenadas entre si. Vê-se que ambas as palavras

conservam a ideia de relação entre as partes de um todo, mas a primeira trata da disposição e a segunda, do conjunto dessas partes. Saussure fala em sistema, mas prevê a questão da estrutura ao trabalhar com a relação dos signos dentro do sistema. Segundo François Dosse (1993, p. 66):

No I Congresso Internacional de Linguística realizado em Haia em 1928, sela-se uma aliança prenunciadora de um grande futuro: “As propostas apresentadas pelos russos Jakobson, Karceski e Troubetzkoy, por uma parte e pelos genebrinos Bally e Sechehaye, por outra parte, têm em comum sistema”. Portanto, Genebra e Moscou estão na base da definição de um programa estruturalista. Aliás, foi nessa ocasião que Jakobson empregou pela primeira vez o termo “estruturalismo” [...] Saussure só fizera uso do termo sistema, múltiplas vezes citado, 138 vezes nas 300 páginas do CLG.

Com isso, percebe-se a importância de se empreender uma leitura muito atenta de uma obra como o CLG, para que então se possa distinguir o que nela efetivamente está presente e como foram empreendidas as leituras sobre a mesma.

Quanto às reflexões de Saussure, *mostradas* no CLG, vale ressaltar que não temos a pretensão de fazer uma interpretação do CLG, até porque muitos já o fizeram e o fizeram muito bem. Nossa intenção é trazer alguns conceitos dessa obra, estudá-los e compreendê-los para, então, entender (a partir da relação desse capítulo com o terceiro) como Benveniste os tomou em seu estudo da língua sob a perspectiva da Teoria da Enunciação. Nosso objetivo, portanto, é resgatar as origens do estudo de Benveniste. E isso deve conduzir a nossa leitura.

Para iniciar nossa reflexão sobre alguns conceitos importantes apresentados no CLG, destacamos uma citação da contracapa da edição 27:

O CURSO DE LINGUÍSTICA GERAL, de Saussure, é um livro clássico, base dos estudos linguísticos modernos. Nele foram definidos pela primeira vez alguns dos conceitos-chave em torno dos quais, malgrado sua multiplicidade e diversidade, giram as formulações da linguística contemporânea (2006, p. 27).

Dentre esses conceitos, apresentados pelo CLG, escolhemos alguns que, de acordo com o objetivo deste trabalho, julgamos mais relevantes. Trabalhamos com a definição de língua, de fala e suas implicações; com a natureza e o valor do signo linguístico.

Torna-se importante definir o que o CLG entende por linguagem e o que entende por língua. Segundo o Curso, a língua é uma parte da linguagem. É ao mesmo tempo um produto social e um conjunto de convenções, adotadas por uma comunidade de falantes. Dessa forma, a língua torna-se um princípio de classificação. Já a linguagem é “multiforme e heteróclita, [...] ela pertence ao domínio social e ao domínio individual, não se deixando classificar em nenhuma categoria de fatos humanos” (CLG, 2006, p. 17).

A língua é parte da linguagem, mas ao contrário desta – a linguagem – completa-se por si só, e por isso pode ser classificada por ela mesma. O CLG (2006, p. 17) define a língua como “um princípio de classificação” e para introduzir uma ordem natural “a um conjunto que não se presta a nenhuma outra classificação” é preciso dar primeiro lugar para a língua dentre os fatos da linguagem. Quanto à importância de se estudar a língua em primeiro lugar, sendo que ela é parte constitutiva da linguagem, o Curso apresenta a seguinte premissa:

Para atribuir à língua o primeiro lugar no estudo da linguagem, pode-se, enfim, fazer valer o argumento de que a faculdade – natural ou não – de articular palavras não se exerce senão com ajuda de instrumento criado e fornecido pela coletividade; não

é, então, ilusório dizer que é a língua que faz a unidade da linguagem (CLG, 2006, p. 18).

A língua existe plenamente somente na coletividade. Nenhum indivíduo deposita, em si próprio, toda extensão da língua. Somente no todo dos indivíduos é que a língua se apresenta de modo completo.

Trata-se de um tesouro depositado pela prática da fala em todos os indivíduos pertencentes à mesma comunidade, um sistema gramatical que existe virtualmente em cada cérebro dum conjunto de indivíduos, pois a língua não está completa em nenhum, e só na massa ela existe de modo completo (CLG, 2006, p. 21).

Faz-se importante reafirmar que no CLG tem-se a separação metodológica entre língua e fala. Considerando-se, pois, língua como algo que não constitui função do falante e fala, ao contrário, um ato individual de vontade do falante.

Quanto à língua como um sistema de valores, o CLG apresenta a seguinte reflexão de Saussure (2006, p. 96):

Sistema algum apresenta esse caráter tanto quanto a língua: em parte alguma se encontra igual precisão de valores em jogo, um número tão grande e uma diversidade tamanha de termos, numa dependência recíproca tão estrita. A multiplicidade dos signos, já invocada para explicar a continuidade da língua, nos impede absolutamente de estudar-lhe, ao mesmo tempo, as relações no tempo e no sistema.

A partir desse comentário, entendemos a razão pela qual a língua é um sistema tão complexo. Percebemos que a ideia de relação torna-se extremamente importante no tocante ao entendimento desse sistema de valores. Poderíamos pensar que o valor do signo resulta das relações estabelecidas entre as palavras

(o tesouro de que fala Saussure) e a cadeia da fala, ou seja, as palavras no discurso. Temos aqui as relações estabelecidas no paradigma e as estabelecidas no sintagma.

Outra ideia importante que desencadeia dois conceitos relevantes desenvolvidos no CLG é a apresentada no último período da referência direta a Saussure (2006, p. 96). Se a multiplicidade dos signos nos impede de estudar ao mesmo tempo as relações no tempo e no sistema, temos então dois tipos de estudos diferentes. Saussure afirma que, devido a esse fato, temos duas linguísticas diferentes: uma que se chamará de *linguística sincrônica*; e outra que receberá o nome de *linguística diacrônica*. A sincrônica se relaciona com o aspecto estático da língua, e a diacrônica, com um estado de língua e com uma evolução.

Algo que chama a atenção no CLG é o fato de que constantemente se renova e se amplia o conceito de língua. Ao tratar da questão dos valores, Saussure (2006, p. 95) apresenta a ideia de que “a língua constitui um sistema de valores”. Ao tratar da questão da sincronia e da diacronia, Saussure (2006, p. 102) apresenta a seguinte *definição* de língua: “A língua é um sistema do qual todas as partes podem ser consideradas em sua solidariedade sincrônica”. Cabe ressaltar que a cada nova *definição* há uma ampliação do conceito apresentado e esse fato comprova o que foi dito no início desta seção que no CLG os conceitos vão sendo formados ao longo de todo o texto e que é a totalidade que dá a real significação das partes.

Nesta última *definição* apresentada, vale ressaltar o uso do sintagma “solidariedade sincrônica”. Ao se pensar que “a língua é um sistema do qual todas as partes podem e devem ser consideradas em sua solidariedade sincrônica” (CLG, 2006, p. 102), novamente temos a forte ideia da relação entre as partes desse todo chamado “língua”. A relação entre essas partes se faz de extrema importância, pois somente assim é que a língua se efetiva.

Observamos que no início do CLG temos a noção de *palavra* para exemplificar os diferentes pontos de vista que um observador, ou vários observadores podem ter ao observar essa *palavra*. De imediato, na sequência do texto, *palavra* vira *fenômeno linguístico* e entende-se por este último algo que “apresenta perpetuamente duas faces que se correspondem” (CLG, 2006, p. 15). Essas duas faces nesse momento são o som e a articulação vocal que produz esse som. Mas o que é o som senão expressão do pensamento? Segundo o CLG (2006, p. 17), o som “não passa de instrumento do pensamento e não existe por si mesmo”. Dessa forma, percebemos que não é o som isoladamente que produz algo.

A partir dessa noção, percebe-se que, ao falar da face dupla do fenômeno linguístico, temos a união de um som “unidade complexa acústico-vocal” (CLG, 2006, p. 16) a uma ideia “unidade complexa, fisiológica e mental”. Portanto, o fenômeno linguístico somente se realiza por meio da união de um som com uma ideia, processo complexo e que provém da união de unidades complexas de diferentes naturezas.

A partir desse conceito, Saussure define o signo linguístico. Temos no CLG (2006, p. 24) a seguinte definição: “a língua é um sistema de signos”.

Logo, temos a afirmação de que os signos se relacionam na constituição desse sistema. Dessas afirmações, temos conceitos fundamentais para a teoria de Saussure: a ideia da *dupla face do signo linguístico*; a de *sistema* e a de *relação*. Essas noções se relacionam de forma dependente e necessária, e nós vamos tratá-las com certa simultaneidade em função dos diálogos que queremos estabelecer entre esse capítulo e o próximo.

Ao falar da totalidade do signo, no CLG (2006, p. 139), temos a afirmação que “na língua só existem diferenças”. Essa afirmação diz respeito ao fato de Saussure mostrar que a ideia e o

som que constituem o signo importam menos do que a relação que ele mantém com os demais signos com os quais está em relação.

O que haja de ideia ou de matéria fônica num signo importa menos que o que existe ao redor dele nos outros signos. A prova disso é que o valor de um termo pode modificar-se sem que se lhe toque quer no sentido quer nos sons, unicamente pelo fato de um termo vizinho ter sofrido uma modificação (IBIDEM, p. 139).

Se a língua é um sistema de signos que existem e que se modificam na relação que mantêm entre si, percebemos que é um sistema extremamente complexo, no qual cada parte tem um papel fundamental para a constituição do todo. Segundo o CLG (2006, p. 141, grifo do autor),

mas sendo a língua o que é, de qualquer lado que a abordaremos, não lhe encontraremos nada de simples; em toda parte e sempre, esse mesmo equilíbrio de termos complexos que se condicionam reciprocamente. Dito de outro modo, *a língua é uma forma e não uma substância.*

Em outro momento do texto, já falamos, sucintamente, no valor linguístico. Agora, cumpre explicar melhor essa questão. Utilizamos aqui a seguinte referência extraída do CLG (2006, p. 132):

Por sua vez, a arbitrariedade do signo nos faz compreender melhor por que o fato social pode, por si só, criar um sistema linguístico. A coletividade é necessária para estabelecer os valores cuja única razão de ser está no uso e no consenso geral: o indivíduo, por si só, é incapaz de fixar um que seja.

Desse comentário, cumpre destacar a questão da coletividade necessária à constituição dos valores linguísticos, pois ela

representa a língua em uso. Ao se pensar no conceito de *valor*, corre-se o risco de confundi-lo com o de *significação*, o que, de certa forma, não deixa de ser correto. O *valor* em seu aspecto conceitual é um elemento da *significação*. Isso se explica, pois a *significação* diz respeito à ideia relacionada a uma imagem acústica, enquanto que o *valor* se dá somente na relação que os signos estabelecem entre si no uso da língua. Segundo o CLG (2006, p. 135),

Assim, o valor de qualquer termo que seja está determinado por aquilo que o rodeia; nem sequer da palavra que significa “sol” se pode fixar imediatamente o valor sem levar em conta o que lhe existe em redor; língua há em que é impossível dizer “sentar-se ao sol”.

No CLG, há três capítulos (II, III e IV da segunda parte) destinados ao trabalho com o termo *valor*, onde tem-se um discurso de persuasão, o qual visa a fazer admitir, no que tange às unidades da língua, a equivalência *signos, relações, valores e diferenças*.

Ao iniciar o capítulo IV da segunda parte, destinado a falar sobre essa questão, temos o seguinte subtítulo: “A língua como pensamento organizado na matéria fônica”. Sem dúvida, podemos iniciar nossa reflexão pensando nisso. Destaca-se a afirmação de que a língua está sendo comparada a um pensamento organizado que se traduz pela matéria fônica. Mas o que isso significa? Saussure, no CLG (2006, p. 130), afirma que: “para compreender por que a língua não pode ser senão um sistema de valores puros, basta considerar os dois elementos que entram em jogo no seu funcionamento: as ideias e os sons”. A partir disso, é possível perceber que a língua tem o papel de organizar o pensamento, as ideias, e “traduzi-las” em sons, para que então ele (o pensamento) possa ser convertido em sons, ou seja, seu papel é fundamental

na vida do ser humano em sociedade. Quanto a isso, temos a seguinte afirmação:

Poder-se-ia chamar à língua o domínio das articulações, tomando esta palavra no sentido definido na p. 18: cada termo linguístico é um pequeno membro, um *articulus*, em que uma ideia se fixa num som e em que um som se torna o signo de uma ideia (CLG, 2006, p. 131).

Sem a língua o nosso pensamento não passa de abstrações indistintas, de ideias desconexas. No entanto, vale ressaltar que a língua não tem o papel de simplesmente “traduzir” o pensamento em sons. No CLG (2006, p. 80), encontramos que o que o signo une não é uma coisa e uma palavra, “mas um conceito e uma imagem acústica”, entendida aqui não como um som material, mas a “impressão psíquica desse som”. Daí tratarmos o signo – a partir de então – de imagem acústica. Nessa mesma obra, ainda encontramos a observação de que as palavras da língua “são para nós imagens acústicas”. Assim podemos tomar o signo como uma entidade de duas faces: conceito e imagem acústica. É na relação (arbitrária) entre essas duas faces que está o signo linguístico.

Ao refletir sobre o signo linguístico, trazemos presente uma outra reflexão importante, que são as duas características do signo, tratadas no *Cours* como “princípios”. O primeiro princípio do signo é a questão da arbitrariedade. A relação entre o significante e o significado é arbitrária e, portanto, todo o signo linguístico é arbitrário. Essa arbitrariedade é uma (pré) condição para a significação. É uma reflexão que se torna importante nesse momento, porque sem ela a noção de valor não teria mais o mesmo significado.

O segundo princípio do signo diz respeito ao caráter linear do significante; nesse sentido, o CLG ressalta ser uma característica tão importante quanto a questão da arbitrariedade, visto

que todo mecanismo da língua depende dessa característica, pois sendo o significante de natureza auditiva, desenvolve-se no tempo e caracteriza-se por ele da seguinte forma: “a) *representa uma extensão*, e b) *essa extensão é mensurável numa só dimensão: é uma linha*” (CLG, 2006, p. 84). Saussure, no Curso, afirma que parece simplista demais enunciar esse princípio do significante, porém demonstra que não o é no sentido de que, em se tratando de significantes acústicos, eles dispõem apenas dessa linearidade no tempo, apresentando elementos que se mostram um após os outros, “formando uma cadeia”. Dessa forma, esse princípio da linearidade é de igual forma (se comparado ao anterior, o da arbitrariedade) relevante.

Por meio da noção de arbitrariedade, chega-se à reflexão de que o fato social por si só é capaz de construir um sistema linguístico. A coletividade é fator necessário para estabelecer os valores de uma língua, que tem razão de existir baseada no uso e no consenso geral. Pensando na noção de valor, vê-se que não se pode apenas considerar a relação entre um som e uma ideia, é preciso vê-lo dentro de um sistema e em relação, pois o valor do signo somente se dá na relação que ele mantém com os demais signos da língua, no seu uso efetivo. Portanto, o valor se relaciona diretamente com a forma como se dá o uso do sistema linguístico e, por isso, a afirmação de que ele somente se dá na coletividade.

Ao tratar do que comumente se entende por valor de uma palavra, Saussure reflete sobre o fato de que geralmente se associa valor com a ideia que a palavra representa, mas esse é apenas um aspecto do valor. Se pensássemos somente nesse aspecto, diríamos que o valor seria sinônimo de significação. Segundo a reflexão promovida por Saussure (2006, p. 133), não podemos tomá-las por sinônimos, visto que “o valor, tomado em seu aspecto conceitual constitui, sem dúvida, um elemento da significação”. O valor sempre é constituído por princípios paradoxais. Os valores

se constituem por: a) “uma coisa dessemelhante, suscetível de ser trocada por outra cujo valor resta determinar” e b) “por coisas semelhantes que se podem comparar com aquela cujo valor está em causa” (CLG, 2006, p. 134). Visto desse modo, percebe-se que o valor é algo diferente da significação, uma vez que o primeiro diz respeito diretamente ao uso da língua. Portanto, os termos ganham diferentes valores, dependendo do uso que se faz do sistema linguístico. Assim, percebe-se que a significação pertence ao nível do signo em si e que o valor diz respeito ao uso que se faz desse signo.

Para a compreensão do que é o valor de um termo, é preciso levar em conta que o determinamos pela relação dele com os outros termos do sistema, e esse valor se estende também às entidades gramaticais. Para tanto,

quando se diz que os valores correspondem a conceitos, subentende-se que são puramente diferenciais, definidos não positivamente por seu conteúdo, mas negativamente por suas relações com os outros termos do sistema. Sua característica mais exata é ser o que os outros não são (CLG, 2006, p. 136).

Partindo dessa reflexão, percebe-se que a significação de um termo somente se dá em virtude do valor que apresenta. E esse valor se determina somente na relação com outros termos do sistema. Desse modo, “*Arbitrário e diferencial* são duas qualidades correlativas” (CLG, 2006, p. 137). Quanto ao valor linguístico, podemos refletir que não está na materialidade do som que o representa, mas se constrói “pelas diferenças que separam sua imagem acústica de todas as outras” (CLG, 2006, p. 138). O som, portanto, é apenas um suporte para a língua, no sentido que ele se relaciona com uma ideia a qual somente ganha seu valor no uso efetivo da língua.

Benveniste, um novo domínio: o da enunciação

Entre tantos autores que desenvolveram reflexões sobre a língua e seu funcionamento, escolhemos Émile Benveniste devido a sua importância dentro dos estudos linguísticos e principalmente dentro do campo da linguística da enunciação. Além disso, Benveniste é um linguista que ultrapassou os estudos de Ferdinand de Saussure, não os superando, mas dando continuidade a eles numa perspectiva (outra) enunciativa em que traz conceitos *saussureanos* com um novo olhar.

Algumas reflexões promovidas ao longo dos artigos apresentados em Problemas de Linguística Geral I (PLG I) e Problemas de Linguística Geral II (PLGII) nos interessam de forma particular, devido aos objetivos deste estudo. Reflexões como as que definem o conceito de língua, signo, linguagem e discurso são extremamente relevantes a este estudo, visto que darão embasamento para mostrar, na próxima seção, de que modo Benveniste consegue ultrapassar, sem desprezar, os conceitos desenvolvidos no CLG. Assim, temos como objetivo, nesta subseção, apresentar esses conceitos, mostrando em quais artigos do PLG-I e PLG-II eles são trabalhados. Esses conceitos foram escolhidos por apresentarem reflexões enunciativas e porque estabelecem uma relação na sua origem com os estudos saussurianos apresentados no CLG.

Quanto à questão do signo linguístico, faz-se importante trazer presente o artigo intitulado “Natureza do signo linguístico” (PLG-I, 2005c), no qual Benveniste promove uma reflexão sobre o signo linguístico, partindo de pressupostos *saussurianos*. O autor afirma a importância de Ferdinand de Saussure na definição da natureza do signo linguístico, mas promove uma discussão acerca da afirmação de que a relação entre significante e significado seria algo arbitrário.

Para Benveniste (2005c), a relação entre significado e significante não é uma relação de *arbitrariedade*, mas sim de *necessidade*. Um depende do outro para constituírem o signo linguístico, ou seja, em nossa mente as ideias estão necessariamente ligadas aos sons que as representam, caso contrário não seriam por nós identificados. Portanto, a relação é de necessidade e não de arbitrariedade. Nas palavras de Benveniste,

O significante e o significado, a representação mental e a imagem acústica são, pois, na realidade duas faces de uma mesma noção e se compõem juntos como o incorporante e o incorporado. O significante é a tradução fônica de um conceito; o significado é a contrapartida mental do significante. Essa consubstancialidade do significante e do significado garante a unidade estrutural do signo linguístico (PLG-I, 2005c, p. 56).

Em outro artigo intitulado “Da subjetividade na linguagem”, Benveniste (PLG-I, 2005d) reflete mais detidamente sobre a linguagem e abre esse texto se perguntando o porquê de ela ser nomeada como instrumento de comunicação. Como primeira *justificativa* a essa caracterização, o autor fala do fato de o homem não ter encontrado um meio melhor para comunicar-se. Em seguida, o autor apresenta a hipótese de que a linguagem apresenta disposições que a habilitam a servir como instrumento.

Sob esse ponto de vista, Benveniste faz uma relação com a teoria *behaviorista* de estímulo e resposta. Ao passo que apresenta essas *supostas* justificativas, instiga o leitor a refletir, lançando mão de uma pergunta: “Será realmente da linguagem que se fala aqui?” (PLG- I, 2005d, p. 284). Se lembrarmos que nesse texto Benveniste propõe discurso como linguagem posta em ação, percebemos que as suposições nos levam a um conceito de linguagem que não é o trabalhado e, muito menos, o aceito por ele. Notamos que, para o autor, linguagem se realiza no

discurso, através da interação entre parceiros, entre um “eu” que instaura um “tu” num determinando espaço e tempo. Dessa forma, percebemos que é através da linguagem que o homem interage e vive em sociedade, é por meio dela que o homem se constitui como ser humano.

Compreendemos, portanto, que a linguagem é parte constitutiva do homem, é o que o realiza como ser humano e o que o faz viver em sociedade. É por meio da linguagem que expressamos nossos sentimentos, que promovemos ações. Sem a linguagem, o homem não é nada, não vive. Segundo Benveniste,

Não atingimos nunca o homem separado da linguagem e não o vemos nunca inventando-a. Não atingimos jamais o homem reduzido a si mesmo e procurando conceber a existência do outro. É um homem falando que encontramos no mundo, um homem falando com outro homem, e a linguagem ensina a própria definição do homem (PLG-I, 2005d, p. 285).

Para esse autor, a linguagem é subjetiva, pois é através dela que o homem se realiza e se constitui como sujeito. Sendo assim, cada pessoa usa a língua de sua forma, mobilizando-a a seu modo, imprimindo a sua própria subjetividade. Isso se comprova nas palavras de Benveniste (PLG-I, 2005d, p. 286):

É na e pela linguagem que o homem se constitui como *sujeito*; porque só a linguagem fundamenta na realidade sua realidade que é a do ser, o conceito de “ego”. A “subjetividade” de que tratamos aqui é a capacidade do locutor para se propor como “sujeito”. [...] É “ego” que *diz ego*. Encontramos aí o fundamento da “subjetividade” que se determina pelo *status* linguístico da “pessoa”.

Ao tratar da subjetividade, Benveniste (2005d), nesse mesmo artigo, conceitua algumas categorias (sujeito, locutor,

pessoa, não-pessoa) numa hierarquia que deve ser compreendida no momento da leitura. Em primeiro lugar, o autor mostra que a subjetividade entende-se como a capacidade do locutor se propor como “sujeito”. Torna-se necessário deixar claro que não cabe à enunciação estudar o sujeito social, mas sim as marcas deixadas pelo locutor em suas enunciações, quando se propõe como “sujeito” do seu dizer. Logo após essa conceituação, o autor propõe a noção de “pessoa” ao dizer (PLG-I, 2005d p. 286): “É ‘ego’ que *diz ego*”. Benveniste mostra que o fundamento da “subjetividade” é determinado pelo *status* linguístico da “pessoa”.

É a partir dessa reflexão sobre a subjetividade na linguagem que Benveniste apresenta duas definições: a de “sujeito” e a de “pessoa”. Destaca, ainda, que: “A instalação da ‘subjetividade’ na linguagem cria na linguagem e, acreditamos, igualmente fora da linguagem a categoria de pessoa” (PLG-I, 2005d, p. 290). Se cada pessoa, ao tomar para si a palavra, mobiliza a língua de uma forma, só o faz em virtude de uma outra, a qual lhe é interlocutor. Portanto, ao falarmos, dirigimo-nos a um *tu* que passa a ser *eu* no momento em que toma para si o turno, num ato responsivo. Dessa interlocução entre *eu* e *tu*, constitui-se a linguagem e é por meio dela que o homem se constitui como tal. Portanto, o homem só existe e vive em sociedade em virtude da linguagem. Para dar conta da questão da língua em uso, abrimos uma nova reflexão destinada a tratar efetivamente dessa questão: a enunciação.

Assim, tomamos o artigo “O aparelho formal da enunciação” (PLG-II, 2006h) visto ser este o último produzido por Émile Benveniste e pela razão de apresentar uma definição mais completa do conceito de enunciação. Benveniste (2006h) inicia esse artigo promovendo uma discussão sobre a importância dada pelas descrições linguísticas ao emprego das formas. Benveniste (PLG-II, 2006h, p. 81) ressalta que há uma grande diferença entre o emprego das formas e o da língua: “são, em realidade,

dois mundos diferentes, e pode ser útil insistir nesta diferença, a qual implica uma outra maneira de ver as mesmas coisas, uma outra maneira de as descrever e de as interpretar”. Quanto ao emprego das formas, Benveniste acredita que é parte necessária de toda descrição. A diversidade das estruturas linguísticas é enorme, mas obedece a certos modelos determinados. Quanto ao emprego da língua, o autor diz que é um mecanismo que afeta a língua inteira e, então, conceitua a noção de enunciação: “A enunciação é este colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização” (BENVENISTE, 2006h, p. 82), comprovando que o emprego da língua é algo único e irrepetível. Torna-se importante deixar claro que a enunciação é o ato de produzir um enunciado. É o fato de o locutor mobilizar a língua por sua responsabilidade e a seu modo.

Ao tratar da enunciação, Benveniste mostra que há aspectos a serem observados e que dentre esses citará apenas três, a saber: o aspecto fônico da enunciação; o da conversão individual da língua em discurso e o que define a enunciação no quadro formal de sua realização.

Ao falar do primeiro aspecto, a questão da realização vocal da língua, o autor chama a atenção para o fato de que ao enunciar fonicamente, seja em qualquer língua, o locutor o faz de uma forma particular, mesmo seguindo um padrão pré-determinado. E que mesmo os mesmos sons, em enunciações diferentes, não são reproduzidos exatamente iguais pelo mesmo falante, o que retorna à questão das diferentes situações de enunciação.

Quanto ao segundo aspecto, a conversão individual da língua em discurso, Benveniste (2006h) mostra que a questão aqui é ver como o “sentido” se dá em palavras, como distinguir essas noções e como descrever sua interação. Nas palavras desse autor: “É a semantização da língua que está no centro deste aspecto da enunciação, e ela conduz à teoria do signo e à análise da significância” (PLG-II, 2006h, p. 83).

Como terceiro aspecto, há o quadro formal de realização da enunciação, no qual se tenta esboçar os caracteres formais da enunciação a partir de sua manifestação individual. Esses caracteres são alguns necessários, enquanto outros são incidentais, ligando-se, portanto, à particularidade do idioma.

Isso posto, afirma-se que a língua, antes da enunciação, não é mais do que possibilidade de língua, ou seja, só se torna língua quando tomada por um locutor, num ato individual de enunciação. Após esse ato, a língua passa para a instância do discurso, que ao atingir o alocutário suscita uma enunciação de retorno. Vale ressaltar aqui que não importa o grau de presença desse alocutário, pois o locutor, ao se apropriar da língua, instaura uma posição de um *tu* que assume essa posição de alocutário.

O locutor ao assumir essa condição o faz por uma necessidade de referir através do discurso. Dessa forma, a referência integra a enunciação. Há na enunciação uma relação entre um *eu*, aquele que profere a enunciação e um *tu*, ao qual o *eu* se dirige, que é o indivíduo que assume lugar de alocutário. Dessa forma, o “eu” e o “tu” são “indivíduos linguísticos”, pois nascem de uma enunciação e cada vez que se tem uma enunciação nova, eles designam algo novo.

Como a enunciação se localiza em um “aqui” e um “agora”, os termos que indicam temporalidade fazem parte do aparelho da enunciação, por situarem-na em um dado tempo no espaço. Nesse sentido, percebe-se que o presente é o centro da enunciação e que a partir desse, que existe somente pelo ato da enunciação, os indivíduos têm a noção do tempo. Benveniste comenta:

Poder-se-ia supor que a temporalidade é um quadro inato do pensamento. Ela é produzida, na verdade, na e pela enunciação. Da enunciação procede a categoria do presente, e da categoria do presente nasce a categoria do tempo. [...] O presente formal não faz senão explicitar o presente inerente à enunciação, que

se renova a cada produção de discurso, e a partir deste presente contínuo, coextensivo à nossa própria presença, imprime na consciência o sentimento de uma continuidade que denominamos “tempo” (PLG-II, 2006h, p. 85).

A enunciação fornece as condições para a instauração de lugares sintáticos que só são possíveis de ser preenchidos na e pela enunciação. Nas palavras do autor: “Desde o momento em que o enunciador se serve da língua para influenciar de algum modo o comportamento do alocutário, ele dispõe para este fim de um aparelho de funções” (PLG-II, 2006h, p. 86). Portanto, ao enunciar, o locutor se apropria desse aparelho formal e instaura um *tu*, num *aqui* e *agora*, sempre únicos e sempre irrepetíveis.

A partir do itinerário teórico traçado até então, encerramos esse percurso com a plena certeza de que muito ainda havia por dizer em relação às obras PLG-I e PLG-II, visto a sua singularidade e peculiaridade. Mas se torna necessário compreender que fizemos um recorte teórico a partir dessas obras, para podermos dar conta de trabalhar com alguns conceitos que a este estudo são de extrema importância.

Da comparação: uma possibilidade de ver Saussure e Benveniste juntos

Para esse texto, compilamos um quadro com citações dos dois linguistas (Saussure e Benveniste) em relação ao conceito de signo linguístico, a fim de traçar uma comparação entre os dois autores, no intuito de saber em que medida Benveniste retoma os estudos *saussurianos* e no que ele ultrapassa a proposta de Saussure.

Observamos como os dois autores trabalham com o conceito de *signo linguístico* e chamou a atenção um artigo de Benveniste

intitulado “Natureza do signo linguístico”, o qual faz remissão explícita aos estudos *saussurianos*. Esse artigo, como o próprio nome diz, destina-se a analisar a maneira como Saussure define a natureza do signo linguístico. Não trataremos apenas desse artigo, mas iniciaremos nossas reflexões por ele.

Quadro 1. Noções conceituais de signo linguístico.

	Saussure	Benveniste
Arbitrariedade do signo linguístico	<p>☞ Por sua vez, a arbitrariedade do signo nos faz compreender melhor por que o fato social pode, por si só, criar um sistema linguístico. A coletividade é necessária para estabelecer os valores cuja única razão de ser está no uso e no consenso geral: o indivíduo, por si só, é incapaz de fixar um que seja (CLG, 2006, p. 132).</p> <p>☞ O laço que une o significante ao significado é arbitrário ou então, visto que entendemos por signo o total resultante da associação de um significante com um significado, podemos dizer mais simplesmente: <i>o signo linguístico é arbitrário</i> (CLG, 2006, p. 81, grifos do autor).</p>	<p>☞ E é como uma verdade evidente, não ainda explícita, mas incontestada na realidade, que Saussure ensinou que a natureza do signo é <i>arbitrária</i> (PLG-I, 2005c, p. 53, grifos do autor).</p> <p>☞ Está claro que o raciocínio é falseado pelo recurso inconsciente e sub-reptício a um terceiro termo, que não estava compreendido na definição inicial. Esse terceiro termo é a própria coisa, a realidade (PLG-I, 2005c, p. 54).</p> <p>☞ Há, pois, contradição entre a maneira como Saussure define o signo linguístico e a natureza fundamental que lhe atribui (PLG-I, 2005c, p. 55).</p> <p>☞ Assim, quanto ao signo linguístico, um dos componentes do signo, a imagem acústica, constitui o seu significante; outra, o conceito, é o seu significado. Entre o significante e o significado, o laço não é arbitrário; pelo contrário, é necessário (PLG-I, 2005c, p. 55).</p> <p>☞ O significante e o significado, a representação mental e a imagem acústica são, pois, na realidade duas faces de uma mesma noção e se compõem juntos como o incorporante e o incorporado. O significante é a tradução fônica de um conceito; o significado é a contrapartida mental do significante. Essa consubstancialidade do significante e do significado garante a unidade estrutural do signo linguístico (PLG-I, 2005c, p. 56).</p>

	Saussure	Benveniste
Arbitrariedade do signo linguístico		<p>☞ Vemos agora, e podemos delimitar, a zona do “arbitrário”. O que é arbitrário é que um signo, mas não outro, se aplica a determinado elemento da realidade, mas não a outro (PLG-I, 2005c, p. 56).</p> <p>☞ O arbitrário só existe aqui em relação com o fenômeno ou o objeto <i>material</i> e não intervém na constituição própria do signo (PLG-I, 2005c, p. 57, grifos do autor).</p> <p>☞ Não é entre o significante e o significado que a relação ao mesmo tempo se modifica e permanece imutável, é entre o signo e o objeto (PLG-I, 2005c, p. 58).</p>
Valor do signo linguístico	<p>☞ a língua constitui um sistema de valores puros que nada determina fora do estado momentâneo de seus termos (CLG, 2006, p.95).</p> <p>☞ Acrescentamos ainda que quanto mais um sistema de valores seja complexo e rigorosamente organizado, tanto mais necessário se faz, devido à sua complexidade, estudá-lo sucessivamente segundo seus dois eixos (CLG, 2006, p.96).</p> <p>☞ Sistema algum apresenta esse caráter tanto quanto a língua: em parte alguma se encontra igual precisão de valores em jogo, um número tão grande e uma diversidade tamanha de termos, numa dependência recíproca tão estrita. A multiplicidade dos signos, já invocada para explicar a continuidade da língua, nos impede absolutamente de estudar-lhe, ao mesmo tempo, as relações no tempo e no sistema (CLG, 2006, p.96).</p>	<p>☞ Quando se considera o signo em si mesmo e enquanto portador de um valor, o arbitrário se encontra necessariamente eliminado. [...] o valor é um elemento do signo; se o signo tomado em si mesmo não é arbitrário, como pensamos havê-lo demonstrado, segue-se que o caráter “relativo” do valor não pode depender da natureza “arbitrária” do signo (PLG-I, 2005c, p. 59).</p> <p>☞ Quem diz sistema diz a organização e adequação das partes numa estrutura que transcende e explica os seus elementos. Tudo aí é tão necessário que as modificações do conjunto e do pormenor se condicionam reciprocamente. A relatividade dos valores é a melhor prova de que dependem estreitamente uns dos outros na sincronia de um sistema sempre ameaçado, sempre restaurado (PLG-I, 2005c, p. 59).</p>

	Saussure	Benveniste
Valor do signo linguístico	<p>☞ O que haja de idéia ou de matéria fônica num signo importa menos que o que existe ao redor dele nos outros signos. A prova disso é que o valor de um termo pode modificar-se sem que se lhe toque quer no sentido quer nos sons, unicamente pelo fato de um termo vizinho ter sofrido uma modificação (CLG, (2006, p. 139).</p> <p>☞ Mas sendo a língua o que é, de qualquer lado que a abordaremos, não lhe encontraremos nada de simples; em toda parte e sempre, esse mesmo equilíbrio de termos complexos que se condicionam reciprocamente. Dito de outro modo, <i>a língua é uma forma e não uma substância</i> (CLG, 2006, p. 141).</p> <p>☞ Assim, o valor de qualquer termo que seja está determinado por aquilo que o rodeia; nem sequer da palavra que significa “sol” se pode fixar imediatamente o valor sem levar em conta o que lhe existe em redor; língua há em que é impossível dizer “sentar-se ao sol” (CLG, 2006, p.135).</p> <p>☞ Para compreender por que a língua não pode ser senão um sistema de valores puros, basta considerar os dois elementos que entram em jogo no seu funcionamento: as idéias e os sons (CLG, 2006, p. 130).</p> <p>☞ Poder-se-ia chamar à língua o domínio das articulações, tomando esta palavra no sentido definido na p. 18: cada termo linguístico é um pequeno membro, um <i>articulus</i>, em que uma idéia se fixa num som e em que um som se torna o signo de uma idéia (CLG, 2006, p.131).</p> <p>☞ O valor, tomado em seu aspecto conceitual constitui, sem dúvida, um elemento da significação (CLG, 2006, p.133).</p> <p>☞ Quando se diz que os valores correspondem a conceitos, subentende-se que são puramente diferenciais, definidos não positivamente por seu conteúdo, mas negativamente por suas relações com os outros termos do sistema. Sua característica mais exata é ser o que os outros não são (CLG, 2006, p.136).</p>	

	Saussure	Benveniste
A dupla face do signo linguístico	<p>☞ O signo linguístico não é uma coisa e uma palavra, mas um conceito e uma imagem acústica. Esta não é o som material, coisa puramente física, mas a impressão (<i>empreinte</i>) psíquica desse som, a representação que dele nos dá o testemunho de nossos sentidos; tal imagem é sensorial e, se chegamos a chamá-la “material”, é somente neste sentido, e por oposição ao outro termo da associação, o conceito, geralmente mais abstrato (CLG, 2006 p. 80).</p> <p>☞ Chamamos <i>signo</i> a combinação do conceito e da imagem acústica: mas, no seu uso corrente, esse termo designa geralmente a imagem acústica apenas (CLG, 2006, p. 81).</p>	<p>☞ Um signo é materialmente função dos seus elementos constitutivos, mas o único meio de definir esses elementos como constitutivos consiste em identificá-los no interior de uma unidade determinada onde preencher uma função integrativa. Uma unidade será reconhecida como distintiva num determinado nível se puder identificar-se como “parte integrante” da unidade de nível superior, da qual se torna o integrante (PLG-I, 2005b, p. 133).</p> <p>☞ Forma e sentido devem definir-se um pelo outro e devem articular-se juntos em toda a extensão da língua. As suas relações parecem-nos implicadas na própria estrutura dos níveis e na das funções que a elas correspondem, que aqui designamos constituinte e integrante (PLG-I, 2005b, p. 135).</p> <p>☞ É no discurso atualizado em frases que a língua se forma e se configura (PLGI, 2005b, p.140).</p>

Fica clara, ao ler o quadro de citações acima, principalmente o trecho que fala sobre a questão da arbitrariedade do signo linguístico, a constatação feita por Benveniste de um falseamento no pensamento *saussuriano*. Benveniste afirma que há um falseamento entre o modo como Saussure define o signo linguístico e a natureza que lhe atribui. Sabemos que Saussure atribui dois princípios ao signo linguístico, o primei-

ro seria o da arbitrariedade e o segundo o da linearidade. A crítica de Benveniste não se refere diretamente ao pensamento *saussuriano*, mas sim ao modo como o primeiro princípio do signo foi nomeado, o que acaba fazendo com que a definição da natureza do signo seja um tanto contraditória em relação à sua própria definição. Justamente por achar que a definição do signo está coerente, mas não a sua nomeação, é que Benveniste caracteriza como sendo um falseamento no pensamento saussuriano.

Como se pode constatar, Benveniste não concorda com o primeiro princípio do signo linguístico segundo Saussure. Sendo assim, para Benveniste, a relação entre o significante e o significado não é uma relação arbitrária, mas sim necessária. O autor justifica esse pensamento refletindo sobre o fato de que o significante e o significado são faces de uma mesma noção. Benveniste mostra que a lógica estabelecida por Saussure é exatamente essa, mas que o problema está na nomeação desse princípio.

Essa questão é importante para Benveniste, no sentido de que a partir dela o autor consegue transcender os estudos *saussurianos*. Segundo Normand (2009a, p. 201), Benveniste nunca alterou essa crítica feita no artigo de 1939,

Benveniste jamais modificou a crítica feita em 1939 e conservada na compilação de 1966, ainda que todos os outros estudos sejam posteriores a 1945. A ligação, ele dizia, é arbitrária somente do ponto de vista de Sirius, entre a coisa e o nome; entre o significante e o significado, ela é, ao contrário, “necessária” para todo locutor.

Outro aspecto importante a se chamar atenção, quando se pensa no signo linguístico, é a reflexão sobre seu valor. A esse respeito, Saussure ressalta que a língua é um sistema de valores. O valor do signo está atrelado à ideia de relação dos signos no

sistema linguístico. Benveniste mostra que justamente por essa ideia de relação é que se comprova a relação de necessidade e não de arbitrariedade existente entre o significante e o significado.

Portanto, a partir do que foi dito sobre a noção da necessidade entre as partes do signo linguístico, Benveniste consegue mostrar que não é apenas uma questão de retificação, mas sim de princípio, pois sendo uma necessidade a relação entre as partes do signo, elas dependem uma da outra para fazerem sentido, e o qual somente se efetiva no discurso. Normand (2009a, p. 147), quanto a isso, assevera:

Da mesma maneira, fica recusada toda independência da forma fônica. A união significante/significado – colocada como uma necessidade – é aquilo que constitui o signo, o que define um fenômeno linguístico. Em todas as suas análises concretas, Benveniste se empenhará para mostrar como uma diferença formal está associada a uma diferença de sentido, ainda que seja sempre necessário se esforçar para explicar as anomalias aparentes. Por exemplo, uma única forma para dois sentidos ou duas formas para um mesmo sentido. Portanto, não se trata, em absoluto, de opor uma forma externa a um conteúdo interno.

Benveniste reformula a aparente confusão apresentada no CLG quanto à noção da “arbitrariedade” do signo linguístico. Podemos dizer que, para Benveniste, significante está para semiótico, assim como significado está para semântico. Sendo assim, se observarmos o que está contido no artigo de 1964 de que “Forma e sentido devem definir-se um pelo outro e devem articular-se juntos em toda a extensão da língua” (PLG-I, 2005b, p. 135), percebemos que efetivamente, para o autor, a relação do significante com o significado tem de ser “necessária” e não “arbitrária”, visto que essa relação se dá no uso da língua e necessariamente *forma e sentido* se completam no discurso. Portanto, essa reformulação feita por Benveniste em relação a um dos

princípios do signo linguístico torna-se extremamente importante, pois determina um dos aspectos através dos quais o autor *vai além* dos estudos *saussurianos*. De acordo com Normand,

Seu projeto inicial é o de “ir além do ponto a que Saussure chegou na análise da língua como sistema significante”, o que o leva a tomar posição tanto sobre a ligação forma-sentido quanto sobre o referente. Sobre a relação ao referente, sua posição é, inicialmente, a de Saussure: seu estudo fica excluído da linguística. Sabe-se que ele corrige a formulação do CLG, julgada confusa, afirmando que o *arbitrário*, ao contrário do que parece dizer o CLG, é somente entre o signo e a realidade exterior à língua, uma vez que a relação entre o significante e o significado é, por sua vez, “necessária” aos olhos do locutor (2009a, p. 146 e 147).

Importante ressaltar que, ao considerar essa relação de necessidade, Benveniste demonstra que a sua preocupação não reside no fato da relação pura entre significante e significado, mas no fato de que essa relação somente se confirma no uso concreto da língua, portanto, no discurso. Antes do discurso, o signo para Benveniste é apenas uma possibilidade de uso, no entanto, no discurso ele ganha o sentido desejado pelo locutor e mostrando, portanto, que é o discurso que é doador de sentido. Segundo Normand (2009a, p. 147),

Benveniste reconduz, primeiramente, o que diz o CLG à antiga posição convencionalista sobre a origem da linguagem (*Thései*): “o elo entre o objeto exterior e o signo é convencional, já que o signo é somente, então, o ‘símbolo fônico da realidade’, em termos mais recentes diremos que é a designação que é arbitrária”. Em favor dessa retificação, Benveniste adota, portanto, uma posição radical de imanência, afirmando que é preciso deixar de lado “o problema metafísico da relação entre o espírito e o mundo. Problema que o linguista estará, talvez um dia, em condições de abordar com sucesso, mas que, por ora, é melhor abandonar”.

Percebe-se que ao trabalhar com as noções de semiótico e semântico, Benveniste ainda considera a língua um sistema de signos, mas acrescenta a essa noção a língua em uso, pois somente no uso é que pode observar o sentido que se constrói. Ao introduzir a noção do sentido, o linguista introduz um outro conceito, de referência, pois cada enunciação se realiza através de um locutor que se apropriando da língua determina os caracteres linguísticos de sua enunciação. Segundo Normand,

contudo, essa posição se modificou no decorrer do tempo. Após ter radicalmente separado *designação* e *significação*, remetendo a primeira aos filósofos e a segunda aos linguistas, Benveniste, a partir de 1964, ao introduzir a distinção *semiótico/semântico*, ou seja, ao lado do sistema, o estudo da língua em emprego no discurso, introduz do mesmo modo a referência no estudo (linguístico) do *semântico*, ao mesmo tempo em que tudo o que faz o contexto de uma enunciação (2009a, p. 147).

Sem dúvida, dizer que somente Benveniste foi além de Saussure é tirar-lhe o crédito de ter criado um outro domínio. Torna-se importante ressaltar que, muito mais do que “ir além”, Benveniste parte das reflexões *saussurianas* para imprimir a sua própria subjetividade na criação daquilo que, posteriormente, viria a ser chamada de “teoria da enunciação” (dentro dos seus estudos). Benveniste mantém a ideia de língua enquanto sistema de signos e de signo como composto por significante e significado. No entanto, ao dizer que a linguagem possibilita a subjetividade e que esta somente se realiza no discurso, esse autor vai muito mais do que além, ele cria um novo domínio de estudo da língua e se consagra como um linguista extremamente importante dentro dos estudos enunciativos. Nesse mesmo sentido, confirma Normand,

aqui Benveniste se separa de Saussure sem avisar. Ele nos diz que é somente questão de “ir além” no estudo da significação;

de fato, pode-se pensar que ele vai para outro lugar; retoma a uma fenomenologia que um estruturalismo metodológico não tinha abarcado, dá abertura a descrições que integram os traços da subjetividade nos enunciados e sua presença ativa em suas estruturas comuns, seu aparelho “semiótico”, mas conciliar esse gesto saussuriano com a singularidade subjetiva, a comunicação sempre situada, o “acontecimento evanescente” que é todo enunciado, analisar “o semântico”, essa era a aposta de Benveniste (2009a, p. 202).

Sendo assim, um estudo do sentido é o que difere Benveniste de Saussure. Ao considerar o domínio do semiótico atrelado ao do semântico, Benveniste instaura um domínio não desenvolvido nos estudos de Saussure: o domínio da enunciação.

Últimas considerações

Lendo, estudando e comparando Saussure e Benveniste, percebemos que muitas reflexões feitas por Saussure, especialmente na primeira década de 1900, e por Benveniste, principalmente entre 60-70, aproximam-se, pois ambos asseveram que a língua é um sistema de signos que se define mais por suas diferenças do que por suas semelhanças.

Todavia, Benveniste *vai além* de Saussure, pois instaura o sujeito no centro do estudo da linguagem. Dessa forma, o primeiro trabalha com questões como subjetividade, intersubjetividade, discurso e sentido, não trabalhadas por Ferdinand de Saussure. Portanto, dizer que Benveniste *vai além* de Saussure pode reduzir a originalidade das reflexões desse importante linguista. Muito mais do que “ir além”, Benveniste instaura um novo domínio de estudo, que é o do *discurso*.

Ficamos com a plena certeza de que poderíamos ter feito de diferentes maneiras esse percurso teórico, mas que a maneira

por nós escolhida pareceu significativa e singular neste momento. Certos de que muito ainda há por se estudar dentro dessa área, e de que esse foi apenas o início, encerramos com a certeza de que a linguagem constitui o homem e que, a partir dela, o sujeito se constitui como dono do seu próprio dizer.

Referências

BENVENISTE, Émile. Vista d'olhos sobre o desenvolvimento da linguística. In: _____. *Problemas de linguística geral I*. Campinas: Pontes, 2005a. p. 19-33.

_____. Os níveis de análise linguística. In: _____. *Problemas de linguística geral I*. Campinas: Pontes, 2005b. p. 127-140.

_____. Natureza do signo linguístico. In: _____. *Problemas de linguística geral I*. Campinas: Pontes, 2005c. p. 53-59.

_____. Da subjetividade na linguagem. In: _____. *Problemas de linguística geral I*. Campinas: Pontes, 2005d. p. 284-293.

_____. A natureza dos pronomes. In: _____. *Problemas de linguística geral I*. Campinas: Pontes, 2005e. p. 277-292.

_____. Saussure após meio século. In: _____. *Problemas de linguística geral I*. Campinas: Pontes, 2005i. p. 34-49.

_____. Esta linguagem que faz a história. In: _____. *Problemas de linguística geral II*. Campinas: Pontes, 2006f. p. 29-40.

_____. A forma e o sentido na linguagem. In: _____. *Problemas de linguística geral II*. Campinas: Pontes, 2006g. p. 220-242.

_____. O aparelho formal da enunciação. In: _____. *Problemas de linguística geral II*. Campinas: Pontes, 2006h. p. 81-92.

FLORES, Valdir do Nascimento. Por que gosto de Benveniste? *Desenredo*, Passo Fundo: UPF Editora, v. 1 n. 2, jul./dez., 2005, p. 127-138.

FLORES, Valdir do Nascimento; SILVA, Silvana; LICHTENBERG; WIEGERT, Thaís. *Enunciação e gramática*. São Paulo: Contexto, 2008a.

FLORES, Valdir do Nascimento; TEIXEIRA, Marlene. *Introdução à linguística da enunciação*. São Paulo: Contexto, 2008b.

FLORES, Valdir do Nascimento; BARBISAN, Leci B. Apresentação. In: NORMAND, Claudine. *Convite à linguística*. São Paulo: Contexto, 2009.

FLORES, Valdir do Nascimento; ENDRUWEIT, Magali Lopes. Émile Benveniste. In: FLORES, Valdir do Nascimento; BARBISAN, Leci Borges; FINATTO, Maria José Bocorny; TEIXEIRA, Marlene. *Dicionário de linguística da enunciação*. São Paulo: Contexto, 2009.

FLORES, Valdir do Nascimento; TEIXERA, Marlene; FINATTO, Maria José Borcony; BARBISAN, Leci. *Dicionário de linguística da enunciação*. São Paulo: Contexto, 2009.

FLORES, Valdir do Nascimento. *Notas para uma (re)leitura da teoria enunciativa de Benveniste*. No prelo. 2011.

NORMAND, Claudine. *Convite à linguística*. São Paulo: Contexto, 2009a.

_____. *Saussure*. São Paulo: Estação Liberdade, 2009b.

SAUSSURE, Ferdinand. *Escritos de linguística geral*. Trad. Carlos Augusto Leuba Salum; Ana Lucia Franco. São Paulo: Cultrix, 2002.

SAUSSURE, Ferdinand. *Curso de linguística geral*. Trad. de Antônio Chelini. São Paulo: Cultrix, 2006.

Benveniste e Bakhtin:

Uma leitura sob a perspectiva enunciativa

Patrícia da Silva Valério¹

Este texto propõe-se a resgatar algumas concepções sobre enunciação a partir da teoria de Émile Benveniste, “o principal representante do que se convencionou chamar de teoria da enunciação” (FLORES e TEIXEIRA, 2005), para analisar um gênero textual da atualidade. Pretende, ainda, a partir de pressupostos teóricos do filósofo da linguagem Mikhail Bakhtin, acerca da enunciação², relacionar algumas reflexões do pensamento desses dois estudiosos da linguagem.

Para iniciar, precisamos retomar um dos conceitos mais caros à teoria da enunciação, tal como pensada por Emile Benveniste, que é o conceito de pessoa e não-pessoa. É possível que o leitor já iniciado nessa teoria considere desnecessária essa reflexão inicial,

¹ Mestre em Letras/ Estudos Linguísticos pela Universidade de Passo Fundo e professora do Curso de Letras da mesma universidade. E-mail: patriciav@upf.br.

² Sobre a relação entre Benveniste e Bakhtin com a enunciação, ver Flores e Teixeira (BAKHTINIANA, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 143-164, 2^o sem. 2009).

no entanto queremos insistir nesse resgate, dada a importância dessa definição para a análise que apresentamos.

No texto de 1956, Benveniste introduz sua reflexão sobre a origem dos pronomes observando a impossibilidade de tratar a todos como pertencentes a uma mesma classe. É necessário, conforme o autor, reconhecer o fato de que há alguns pronomes que pertencem à sintaxe da língua e outros às instâncias de discurso, isto é, aos “atos discretos e cada vez únicos pelos quais a língua é atualizada em palavra por um locutor” (1995, p. 277).

Para Benveniste, é necessário questionar a definição comum empregada indistintamente a todos os pronomes pessoais. Se pronomes pessoais são aqueles que contêm os termos *eu*, *tu*, *ele*, como compreender a noção de pessoa, presente em *eu* e *tu*, mas ausente em *ele*?

Em texto anterior (1946), Benveniste já havia esclarecido a distinção existente entre *eu*, *tu*, *ele*, amparando-se nas definições empregadas pelos gramáticos árabes, segundo os quais a primeira pessoa é “aquele que fala”, a segunda “aquele a quem nos dirigimos” e a terceira “aquele que está ausente”. O autor alertava para a condição heterogênea da categoria de pessoa associada aos verbos:

Nas duas primeiras pessoas, há, ao mesmo tempo uma pessoa implicada e um discurso sobre essa pessoa. Eu designa aquele que fala e implica ao mesmo tempo um enunciado sobre o “eu”: dizendo eu, não posso deixar de falar de mim. Na segunda pessoa, “tu” é necessariamente designado por eu e não pode ser pensado fora da situação proposta a partir do “eu”; e, ao mesmo tempo, eu enuncia algo como um predicado de “tu”. Da terceira pessoa, porém, um predicado é bem enunciado somente fora do “eu-tu”; essa forma é assim exceptuada da relação pela qual “eu” e “tu” se especificam. Daí, ser questionável a legitimidade dessa forma como “pessoa” (BENVENISTE, 1995, p. 250).

Para compreender a natureza dessa tríplice formação, é necessário opor uma pessoa à outra e perceber o que as diferencia. *Eu* é o locutor que se apropria da língua, referindo-se a si próprio como *eu* no momento em que se enuncia em relação a um *tu*. *Tu* é aquele a quem o *eu* se dirige e que, no momento em que tomar a palavra e se enunciar, passará a ser *eu* dirigindo-se a um *tu*, aquele que, na situação anterior, era *eu*. *Ele*, por sua vez, como não participa da instância discursiva, é considerado como a não-pessoa.

Em *eu/tu* há, concomitantemente, uma pessoa (em verdade duas) e um discurso implicados. Quando alguém se designa *eu*, não pode deixar de falar em si. *Tu* é alguém designado por *eu* e só existe se um *eu* o denominar *tu*. A forma da terceira pessoa, por sua vez, por ser “aquele que está ausente” revela um enunciado sobre alguém ou sobre alguma coisa, mas nada referido a uma pessoa específica. A terceira pessoa é a única que possui um predicado fora da relação *eu/tu*. Falta-lhe o caráter pessoal, razão pela qual se questiona sua legitimidade como pessoa e se diz que não participa da instância de discurso.

Há duas características importantes presentes na categoria de pessoa: a unicidade, isto é, *o eu que enuncia, o tu ao qual eu se dirige são cada vez únicos* e a reversibilidade, (a alternância da alocação, *eu me torno tu quando tu se torna eu*). Essas características são presentes em *eu* e *tu*, mas ausentes em *ele*.

Essas noções basilares sobre a constituição da categoria de pessoa são discutidas por Flores & Teixeira (2005) para tratar do caráter de subjetividade da linguagem. Para os autores, a diferença entre pessoa e não-pessoa tem relação com a referência que estabelecem:

o par “*eu/tu*” pertence ao nível pragmático da linguagem, pois, definido na própria instância do discurso, refere a realidades distintas cada vez que enunciado, enquanto “*ele*” pertence ao

nível sintático, já que tem por função combinar-se com a referência objetiva de forma independente da instância enunciativa que a contém (p. 33).

Conforme Benveniste, entre *eu* e *tu* há uma correção de personalidade, marca de pessoa, o que é ausente em *ele*. Entretanto, na categoria que constituem, *eu/tu* opõem-se um ao outro por um traço cuja natureza linguística precisa ser definida.

A definição mais comum da segunda pessoa (*tu*) é aquela a quem *eu* se dirige, no entanto, apesar de ser o mais usual, esse não é seu único emprego. Benveniste afirma que também podemos usar a segunda pessoa fora da alocução, fazendo-a entrar numa variedade impessoal. Para tanto, o autor recorre ao seguinte exemplo da língua francesa: “on ne peut se promener sans que quelqu’un vous aborde” (não se pode passear sem que alguém vos aborde). Não somente em língua francesa, mas em muitas outras, o *tu* (*vós*) é usado como substituto de *on* (*o/a*). Em latim: “memoria minuitur nisi eam exerceas” (a memória diminui a não ser que a exercites); “crederes” (acreditar-se-ia ou acreditarias). Benveniste afirma que é preciso e suficiente que se eleja uma pessoa que não *eu* para que se possa atribuir um *tu*. “Assim, toda pessoa que se imagine é da forma *tu*, muito particularmente – mas não necessariamente – a pessoa interpelada” (1995, p. 255).

Definimos, por enquanto, a categoria de pessoa. A seguir, veremos como tal definição possibilita a compreensão da instalação da subjetividade no discurso.

Subjetividade – propriedade da língua

No artigo “Da subjetividade na linguagem”, publicado em 1958 e revisto pelo autor em 1966, Benveniste declara o locutor no exercício da língua como o fundamento da subjetividade: “É ‘ego’ que diz ego” (1995, p. 286). A subjetividade, defende o

linguista, é a capacidade do locutor – aquele que se apropria da língua num determinado tempo e espaço e a põe em uso – de se propor como sujeito. “A linguagem só é possível porque cada locutor se apresenta como sujeito remetendo a ele mesmo como eu no seu discurso” (1995, p. 286).

A subjetividade, portanto, é vista como uma propriedade da língua que se realiza pela categoria de pessoa. Benveniste (1995) defende que falar de subjetividade é falar de linguagem, pois não atingimos nunca o homem (sujeito) separado da linguagem. “É na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como sujeito: porque só a linguagem fundamenta na realidade, na sua realidade que é a do ser, o conceito de ego” (1995, p. 286).

Para identificar a presença da subjetividade na linguagem é preciso reconhecer que seu fundamento é determinado pelo *status linguístico da ‘pessoa’*. Benveniste (1995, p. 286) afirma que “a linguagem só é possível porque cada locutor se apresenta como sujeito remetendo a ele como eu no seu discurso. Por isso, eu propõe outra pessoa, aquela que, embora exterior a ‘mim’, torna-se meu eco – ao qual digo tu e que me diz tu”. Essa é a razão que leva Benveniste a defender o *status* linguístico do fundamento da subjetividade.

Se a linguagem é marcada pela subjetividade, que elementos, além da marca de pessoa, ajudam a construir essa subjetividade? Para Benveniste, o primeiro ponto de apoio são os pronomes pessoais, mas, além desses, há outros elementos que a eles se ligam, os indicadores da dêixis: “demonstrativos, advérbios, adjetivos, que organizam as relações espaciais e temporais em torno do sujeito tomado como ponto de referência: ‘isto, aqui, agora’ e suas numerosas correlações ‘isso, ontem, no ano passado, amanhã’” (1995, p. 288). O traço que une esses elementos é justamente a capacidade de se definirem somente em relação à instância discursiva na qual são produzidos, ou seja, na dependência do *eu* que se enuncia.

A marca de tempo, ou a expressão de temporalidade, como defende Benveniste, está presente, de uma ou outra maneira, em todas as línguas. Passado e futuro separam-se por um presente, o qual “tem como referência temporal um dado linguístico: a coincidência do acontecimento descrito com a instância de discurso que o descreve” (1995, p. 289). Não há outra maneira de se referir ao presente senão como a referência ao *tempo em que se está*, razão pela qual o autor o define como “o momento eternamente presente”.

A linguagem é a possibilidade da subjetividade, pois contém as formas linguísticas apropriadas à sua expressão, e é através do discurso que a subjetividade emerge. “A linguagem de algum modo propõe formas vazias das quais cada locutor em exercício no discurso se apropria e às quais refere à sua pessoa, definindo-se a si próprio como eu e instaurando o outro no discurso” (BENVENISTE, 1995, p. 289).

Ainda no texto de 1958, Benveniste declara ter designado apenas as coordenadas mais aparentes da definição do sujeito na instância discursiva. De fato, em texto posterior (1970), aprofunda a questão quando propõe a reflexão sobre “o aparelho formal da enunciação”.

Quadro formal da enunciação

O propósito do artigo de 1970 é definir a enunciação no quadro formal de sua realização, nas palavras do autor: “esboçar, no interior da língua, os caracteres formais da enunciação a partir da manifestação individual que ela atualiza” (BENVENISTE, 1989, p. 83). Para tanto, é necessário partir do princípio de que “alguns caracteres são necessários e permanentes” na enunciação, “outros”, no entanto, são “incidentais e ligados às particularidades do idioma escolhido” (p. 83).

Para analisar a enunciação em seu quadro formal de realização, Benveniste (1989) propõe a análise de três elementos: o próprio ato da enunciação, as situações em que se realiza e os instrumentos de sua realização.

Nessa análise, o linguista francês recupera algumas das noções já delineadas em textos anteriores e as aprofunda. Ao definir o ato da enunciação, caracteriza-o como ato individual de apropriação, que *introduz aquele que fala em sua fala* (1989, p.84). No ato da enunciação, ocorre uma emergência de termos que se justificam apenas nessa situação. Os primeiros termos são os índices de pessoa (*eu/tu*). O *eu* do texto de 1946 é agora o *locutor*, e o *tu*, o *alocutário*. Outra classe de elementos são os índices de ostensão: pronomes pessoais e demonstrativos como *este*, *aqui*, *isto é*, *os termos que* implicam “um gesto que designa o objeto ao mesmo tempo em que é pronunciada a instância do termo” (p. 85). A terceira classe de termos é constituída pelo paradigma inteiro das formas temporais que se relacionam com o *eu* da enunciação.

Benveniste declara que a relação da enunciação com a categoria de tempo merece reflexão sobre sua fundamentação. *A categoria de tempo é produzida na e pela enunciação*. A única forma de o homem viver o agora e referir-se a esse tempo é através da enunciação. O que é o tempo presente senão o presente inerente à enunciação, que “se renova a cada produção de discurso?” (1989, p. 85).

É a enunciação a responsável por promover a existência a certas classes de signos. *Eu, aquele, agora, amanhã* são exemplos de categorias vazias promovidas à existência via enunciação.

Além dessas formas, o enunciador tem a seu dispor certas categorias sintáticas que integram um aparelho de funções – interrogação, intimação e asserção. Esse aparato sintático está à disposição do locutor para que, ao servir-se da língua, possa

influenciar o comportamento do alocutário. Nesse sentido, a interrogação, assim como a intimação, é uma forma de enunciação construída para suscitar uma resposta. Também a asserção – que tem por objetivo comunicar uma certeza – é a manifestação da presença do locutor na enunciação.

Por fim, o linguista francês defende a estrutura do diálogo como a que melhor representa a enunciação: “duas figuras na posição de parceiros são alternativamente protagonistas da enunciação. O que caracteriza a enunciação é a acentuação da relação discursiva com o parceiro, real ou imaginado, individual ou coletivo” (1989, p. 87).

Vimos, até aqui, que, em fases distintas da construção do pensamento *benvenistiano* sobre enunciação, há eixos que dialogam. Por uma questão metodológica, centramos nossa discussão em duas fases, a de 1956 e a de 1970. Como nossa pretensão é analisar um texto de divulgação panfletária à luz do conceito da enunciação, tal como pensado por Benveniste, não estabelecemos uma comparação entre fases distintas da construção do pensamento do autor (o que demandaria um estudo mais profundo). Propomos apenas o levantamento de algumas das importantes reflexões do linguista francês para pensar a leitura de um texto.

Enunciação em Bakhtin

A inserção de Mikhail Bakhtin nos estudos sobre enunciação é discutida por Flores e Teixeira (2009) em texto que, além de valorizar as contribuições do filósofo da linguagem para os estudos da enunciação, destaca elementos de aproximação e distanciamento entre a enunciação tal como pensada pelo filósofo russo e a produzida pelo linguista francês Émile Benveniste.

Flores e Teixeira (2009) abordam aspectos presentes em várias obras do intelectual russo, como *Marxismo e filosofia da*

linguagem, Problemas da poética de Dostoievski, Os gêneros do discurso e *O problema do texto*, sendo os dois últimos capítulos da edição brasileira de *Estética e criação verbal*, de 1992. Optamos por abordar neste texto apenas um deles, *Os gêneros do discurso*, suspeitando de que, embora possamos correr o risco de simplificar a leitura e análise³, haja elementos importantes para aproximar o pensamento de Bakhtin e Benveniste.

Em *Os gêneros do discurso*, Bakhtin afirma que as pessoas empregam a língua por meio de enunciados (orais e escritos), os quais refletem as condições específicas e as finalidades através de dado conteúdo, estilo, por meio da seleção de recursos estilísticos, léxicos, sintáticos, mas, acima de tudo, por sua estrutura composicional. Assim, embora cada enunciado seja individual, “a utilização da língua se dá através de tipos relativamente estáveis de enunciados, os gêneros do discurso” (BAKHTIN, 2010, p. 262).

Como as possibilidades da atividade humana são inúmeras, a diversidade e a riqueza dos gêneros do discurso são infinitas. A título de exemplo, Bakhtin lembra a heterogeneidade dos gêneros do discurso (orais e escritos) nos quais se inclui o diálogo do cotidiano, em função dos temas, situações e composição dos participantes: a carta, os documentos oficiais, as manifestações publicísticas (em sentido amplo, sociais e políticas). Além dessas manifestações, há todas as formas de comunicação científica e os gêneros literários.

Mikhail Bakhtin reconhece que, dada a heterogeneidade de gêneros existentes, é difícil estabelecer a eles traços gerais e concretos. Um dos motivos que justifica essa dificuldade é o fato de que até há pouco tempo estudavam-se quase exclusivamente os gêneros literários e, mesmo assim, apenas em relação a suas

³ Flores e Teixeira (2009) partem da discussão do conceito de dialogismo que, embora fundamental em Bakhtin, não será discutida neste texto.

características artístico-literárias, sem levar em conta a natureza verbal (linguística) que os unia.

Como os gêneros discursivos são heterogêneos, Bakhtin propõe o estudo de dois grupos distintos: o dos gêneros primários (simples) e o dos secundários (complexos). Pertencem aos gêneros secundários dramas, romances, pesquisas científicas, gêneros publicísticos. Esses são oriundos de um convívio cultural linguístico mais complexo, predominantemente escrito, mas que integram, no processo de sua formação, os gêneros primários simples (derivados da comunicação discursiva imediata). Quando os gêneros primários passam a integrar os complexos, transformam-se de tal modo que perdem o vínculo com a realidade concreta dos enunciados reais de que se originaram. Por exemplo, um diálogo cotidiano em um romance não tem o mesmo significado que na vida cotidiana, pois sua realidade é o acontecimento artístico-literário. Para Bakhtin, há tanta diferença entre os gêneros discursivos primários e secundários que é necessário investigar a natureza dos enunciados de cada um deles e defini-los por meio de análise.

Para entender a importância dos gêneros discursivos, é necessário ter clareza quanto à distinção entre oração e enunciado. Bakhtin (2010, p. 287) diz que a “oração é uma unidade da língua, mas é desprovida da capacidade de determinar imediata e ativamente a posição responsiva do falante”. Já o enunciado, por ser “uma unidade de comunicação discursiva” (p. 276) é prenhe de resposta. Exige, portanto, uma espécie de diálogo, de compreensão responsiva. A noção de enunciado é fundamental para compreender o papel dos gêneros do discurso nas sociedades.

Conforme Bakhtin, “a vontade discursiva do falante se realiza antes de tudo na escolha de um certo gênero do discurso” (p. 282). Nós falamos e escrevemos somente através de gêneros discursivos e, mesmo que desconheçamos, teoricamente, sua estrutura, precisamos dominá-los na prática para podermos

nos comunicar. Bakhtin explica, através de analogia, como se dá o domínio discursivo deles. Os gêneros, comparados às formas da língua – que são fixas –, são mutáveis, plásticos. Eles não são criados pelo falante, mas *dados* a ele. A língua (a langue, de Saussure) está para o falante enquanto forma, à sua disposição, mas é através dos gêneros discursivos que adquire *status* de enunciado (*parole*). Desse modo, os gêneros do discurso são tão indispensáveis para a compreensão entre os falantes quanto as formas da língua. Bakhtin afirma que quanto maior for nosso domínio sobre os gêneros e mais livremente formos capazes de empregá-los, “mais competentemente realizaremos de forma livre nosso projeto de discurso” (p. 285).

Os gêneros do discurso organizam o nosso discurso quase da mesma forma que organizam as formas gramaticais (sintáticas). Nós aprendemos a moldar o nosso discurso em formas de gênero e, quando ouvimos o discurso alheio, já adivinhamos o seu gênero pelas primeiras palavras, adivinhamos um determinado volume (isto é, uma extensão aproximada do conjunto do discurso), uma determinada construção composicional, prevemos o fim, isto é, desde o início temos a sensação do conjunto do discurso que em seguida apenas se diferencia no processo da fala (BAKHTIN, 2010, p. 283).

É evidente que as formas do gênero são bem mais flexíveis e plásticas do que as da língua, esclarece o filósofo russo. Essa característica torna a diversidade de gêneros bastante ampla, pois eles atendem a diferentes funções, como situação, posição social, relações pessoais e de reciprocidade entre os interlocutores. Ao produtor do texto (oral e escrito) cabe escolher o gênero que melhor atenda à função comunicativa desejada, desde a comunicação mais formal e oficial às mais íntimas e familiares. É importante destacar que quanto mais elevado e formal for o gênero, mais estável será sua forma e, nesse caso, a individualidade do falante

fica menos evidente, pois esta se dá na escolha do gênero e na entonação expressiva, a qual pode assumir aspecto mais seco ou mais respeitoso, mais frio ou caloroso, mais alegre etc. (2010, p. 284). Parece que Bakhtin quer nos dizer que mesmo quando o locutor escolhe um gênero mais padronizado, portanto, mais fechado estruturalmente, é possível perceber a vontade discursiva individual do falante, a qual se manifesta nessa escolha e no tom expressivo utilizado.

Para compreender o papel que os gêneros exercem na compreensão humana, é importante distinguir oração de enunciado⁴. Bakhtin critica Saussure e demais linguistas que a coadunam com a visão do precursor da linguística que optaram por estudar a língua (*langue*) em detrimento da fala, para Bakhtin, do enunciado. Para este, aqueles “veem no enunciado apenas uma combinação de formas puramente da língua (léxicas e gramaticais) e na prática não enxergam nem estudam nela nenhuma outra forma normativa” (2010, p. 286), o que revelaria seu desconhecimento dos gêneros do discurso e, conseqüentemente, levaria à confusão entre oração e enunciado. É por essa razão que Bakhtin insiste nessa distinção.

A oração, assim como a palavra, é uma unidade significativa da língua. Por isso, cada oração isolada é compreensível linguisticamente. Mas a oração não possui entonação expressiva, pois essa condição só passa a existir no enunciado. A expressão da língua é característica e condição do enunciado. Enquanto unidade da língua, a oração não tem a capacidade de determinar

⁴ Bakhtin tece uma crítica a Saussure por discordar da definição dada à enunciação no Curso de Linguística Geral. Lá, a enunciação (*la parole*) é defendida como ato individual da vontade e da compreensão, no qual cabe distinguir: 1) combinações, com auxílio das quais o sujeito falante usa o código linguístico com o objetivo de exprimir o seu pensamento pessoal; 2) mecanismo psicofísico que lhe permite objetivar essas combinações. Para Bakhtin, essa afirmação revelaria a ignorância de Saussure quanto à relação existente entre as formas da língua e as formas de combinações dessas formas, que seriam os gêneros do discurso. Não queremos alimentar essa polêmica, apenas registrá-la, pois merece leitura mais apurada que faremos num futuro breve.

imediate e ativamente a posição responsiva do falante (p. 287). Somente depois de se tornar enunciado pleno, isto é, uma oração individual, proferida por alguém num determinado tempo/espço, é que ela adquire essa capacidade. O enunciado está “emoldurado e delimitado pela alternância dos sujeitos do discurso e reflete imediatamente a realidade (situação) extraverbal. Esse enunciado suscita resposta” (p. 287).

O que distingue essencialmente a oração do enunciado é seu traço constitutivo de ser direcionado, endereçado a alguém. As unidades significativas da língua, as palavras, as orações são impessoais, isto é, estão à disposição de todos os falantes da língua indistintamente; já o enunciado tem sempre um autor e um destinatário. “Todo enunciado sempre responde (no sentido amplo da palavra) de uma forma ou de outra aos enunciados do outro que o antecederam” (p. 300).

Como se percebe, os falantes têm à disposição não apenas as formas da língua como também suas possíveis combinações, os gêneros do discurso.

Uma leitura enunciativa do gênero panfleto

O texto apresentado é um cartaz panfletário divulgado em diversos locais públicos de uma cidade do interior do Rio Grande do Sul. Analisaremos as marcas de subjetividade presentes, à luz da teoria da enunciação de Benveniste, e também a estrutura do gênero discursivo escolhido, a partir de Bakhtin para observar os efeitos de sentido decorrentes.

O título do anúncio é o primeiro aspecto a ser destacado. “Marido de aluguel” constrói uma conotação, no mínimo, curiosa em função da construção linguística. Ser marido/esposa, na sociedade, tal como se configura nesse século, é (ou pelo menos

deveria ser) uma condição de escolha, uma relação que deveria ser constituída por laços afetivos e não mercadológica. Desse modo, o título do anúncio provoca um efeito de sentido de estranhamento, afinal, alugam-se objetos, não pessoas⁵.

Não evidenciamos na construção “marido de aluguel” a marca de pessoa (eu), o que nos levaria a imaginar um distanciamento do produtor do texto. Quem seria esse marido de aluguel? A terceira pessoa do discurso, a não-pessoa de Benveniste?

Logo abaixo do título, a informação “agora você pode ter o marido dos sonhos” traz dois elementos importantes da enunciação: pessoa e tempo. Quando o produtor do texto afirma “agora você pode” instaura o outro diante de si. Para Benveniste (1995, p. 279), esse outro é “o indivíduo alocutado na presente instância de discurso contendo a instância linguística tu”. Nesse caso, o *tu* é *você*.

Além disso, usa o tempo da enunciação – agora, indicador do tempo presente o qual só pode ser interior ao discurso. Conforme Benveniste (1995, p. 289), a indicação do tempo presente “revela a coincidência do acontecimento descrito com a instância do discurso que o descreve”.

Ao especificar o “marido dos sonhos” o locutor declara “aquele que conserta tudo em casa”, isto é, apresenta aquele que seria a não-pessoa de Benveniste.

Em seguida, há a sequência de interrogações “O chuveiro pifou? A lâmpada queimou? A torneira fica pingando? A grama cresceu? O portão quebrou?”. Como não há, explicitamente, marca de pessoa nessa série de questões, poderíamos afirmar que não há instauração do outro no discurso. Nesse caso, quem faria essa série de questionamentos a não ser o locutor, que assume a língua e se enuncia?

⁵ Poderíamos aprofundar o estudo analisando as diferentes vozes presentes nesse texto (dialogismo de Bakhtin), o que renderia ainda outro estudo. Optamos, então, por não aprofundar essa possibilidade para não fugir da proposta deste capítulo.

Percebemos que o último texto de Benveniste (1970), especialmente quando discute o papel da interrogação no discurso, é fundamental para analisar essa sequência de interrogações. É a enunciação que promove os signos à existência, diz o autor. E a interrogação, que é construída para suscitar uma resposta, revela o aparelho de funções disponível na língua para promover os signos à existência.

A própria asserção “agora você pode ter o marido dos sonhos” é justificada pelo linguista francês quando declara que “os termos ou formas que denominamos de intimação, isto é, ordens, apelos presentes em vocativos ou no uso do imperativo verbal acentuam a relação discursiva entre alguém que fala e o outro que ouve”, o que só é possível na enunciação (1989, p. 86).

Na sequência, “estes e muitos outros serviços, com qualidade, segurança e honestidade” possui marca discursiva. Como identificar o que sejam “estes” que não no próprio texto do enunciado?

Por fim, o uso do imperativo “Ligue ou acesse” também são justificados em Benveniste, para quem “as ordens e apelos implicam uma relação viva e imediata do enunciadador ao outro numa referência necessária ao tempo da enunciação” (1989, p. 86).

É possível, portanto, encontrar nos textos de diferentes fases de Benveniste suporte para ler e analisar textos da atualidade.

Para Flores e Teixeira (2005), *eu* e *tu* pertencem ao nível pragmático da linguagem, pois só encontram definição na instância de discurso em que ocorrem, referem-se a realidades distintas cada vez que são enunciados. A não-pessoa *ele*, diferentemente do par eu/tu, refere-se a realidades distintas cada vez que é enunciada, portanto, independe da enunciação. As definições de Benveniste sobre a categoria de pessoa e sua relação com a enunciação possibilitam uma reflexão mais cuidadosa sobre a

natureza e a constituição dos textos, pois a noção de pessoa traz à tona “um tema complexo na obra de Benveniste, o da (inter-subjetividade)” (FLORES e TEIXEIRA 2005, p. 33).

Associada à reflexão sobre pessoa do discurso está a definição de enunciação. “Enunciar é transformar individualmente a língua – mera virtualidade – em discurso”, dizem Flores e Teixeira (2005). Nesse sentido, “a enunciação é produto de um ato de apropriação da língua pelo locutor, que, a partir do aparelho formal da enunciação, tem como parâmetro um locutor e um alocutário. É a alocação que instaura o outro no emprego da língua” (2005, p. 35).

Benveniste a Bakhtin – pontos de contato

Além do embasamento teórico da teoria enunciativa de Benveniste, fundamental para a análise que fizemos, queremos destacar algumas aproximações possíveis entre essas reflexões e as de Bakhtin. Este, quando trata da diversidade de gêneros do discurso afirmando que “a língua passa a integrar a vida através de enunciados concretos (que a realizam); que é através de enunciados concretos que a vida entra na língua” (2010, p. 265), dialoga de modo muito próximo a Benveniste ao discutir a forma e o sentido na língua e declara que “a língua serve para viver” (1989, p. 222). Parece que o panfleto analisado evidencia essa qualidade. Ao oferecer um serviço – na verdade o “marido de aluguel” é uma espécie de operário para serviços gerais –, o texto revela *a vida presente na língua*.

O que produz o efeito de sentido de utilidade dos serviços ofertados é a língua posta em uso concreto. Ser “marido” é condição do homem casado, porém no panfleto publicitário assume outro sentido, que é, em certa medida, restritivo. Servi-

ços gerais são exercidos, tradicionalmente, em nossa sociedade, pelos homens. Talvez pelo fato de haver famílias sem “marido” no sentido tradicional do termo, justifique-se o emprego do qualificador “de aluguel”.

Os autores também comungam da mesma visão do direcionamento do discurso ao outro. Bakhtin (2010) diz que “o discurso pode existir na forma de enunciações concretas de determinados falantes, sujeitos do discurso” (p. 274) e que os limites do enunciado são definidos pela alternância dos falantes (p. 275). Benveniste (1989) diz que a enunciação é “este colocar a língua em funcionamento por um ato individual de utilização” (p. 82) e que, em geral, “o que caracteriza a enunciação é a relação discursiva com o parceiro, real ou imaginado, individual ou coletivo” (p. 87). Mesmo que usem termos distintos – discurso e enunciação –, ambos os autores consideram “o outro” indispensável à situação de comunicação.

Considerações finais

Há muito ainda a ser investigado sobre a relação entre as perspectivas de análise da linguagem adotadas por Émile Benveniste e Mikhail Bakhtin.

É sabido que Benveniste e Bakhtin, apesar de contemporâneos, não conheceram a produção teórica um do outro. Percebe-se, porém, algumas proximidades nas reflexões produzidas por eles, que merecem ser melhor estudadas, o que deve ser feito em um próximo trabalho. Em comum, há o reconhecimento de que o texto (discurso) é uma instância de enunciação – única, irrepetível – e tem como condições de ocorrência um enunciador (eu), um tempo e um lugar. Sendo assim, é inegável a contribuição dos estudos desses dois autores para a leitura e análise de textos.

Referências bibliográficas

BAKHTIN, M. V. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 2010.

_____. Os gêneros do discurso. In: BAKHTIN, M. V. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

BENVENISTE, Émile. O aparelho formal da enunciação. In: BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral II*. Campinas: Pontes, 1989.

_____. A natureza dos pronomes. In: BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral I*. Campinas: Pontes, 1995.

_____. Da subjetividade na linguagem. In: BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral I*. Campinas: Pontes, 1995.

FLORES, V. N.; TEIXEIRA, M. Enunciação, dialogismo, intersubjetividade: um estudo sobre Bakhtin e Benveniste. *Bakhtiniana*, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 143-164, 2009.

FLORES, V. N. ; TEIXEIRA, M. *Introdução à linguística da enunciação*. São Paulo: Contexto, 2005.

MARCUSCHI, L. A. Gênero textual: definição e funcionalidade. In: DIONISIO, A. P.; MACHADO A. R.; BEZERRA, M. A. *Gêneros Textuais & Ensino*. São Paulo: Lucerna, 2002.

_____. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola, 2008.

Reflexões acerca dos estudos enunciativos pós-benvenistianos

Daiane Neumann¹

A obra *Introdução à linguística da enunciação*, escrita por Valdir do Nascimento Flores e Marlene Teixeira, citada nas referências bibliográficas do presente artigo, busca apresentar uma interpretação das teorias consideradas pelos autores representativas do estudo enunciativo da linguagem. A obra é relevante na medida em que havia no Brasil, até sua publicação, uma significativa lacuna de trabalhos que visassem à sistematização do campo da enunciação.

Embora o número de dissertações, teses e trabalhos acadêmicos em geral que tematizavam o pensamento de teóricos da enunciação como Benveniste e Ducrot ou que operavam análises à luz dos modelos propostos por esses autores fosse cada vez maior, não havia um delineamento de um quadro teórico enunciativo. Essa obra, portanto, busca delinear esse quadro teórico da enunciação, através do resgate da teoria de estudiosos como

¹ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, na linha de teorias do texto e do discurso, e professora convidada na Universidade de Passo Fundo. E-mail: daiane_neumann@hotmail.com.

Charles Bally, Roman Jakobson e Mikhail Bakhtin que propõem um modelo de análise da linguagem que inclui questões referentes à subjetividade, referência, dêixis, contexto, modalização, entre outros². Em seguida, apresenta a obra de Émile Benveniste, cuja importância está ligada ao fato de este constituir-se no primeiro estudioso a desenvolver um modelo de análise voltado à enunciação. Por fim, Flores e Teixeira apresentam ainda como teóricos da enunciação Oswald Ducrot e Jacqueline Authier-Revuz, que desenvolvem seus trabalhos a partir da leitura e do contato com a obra de Émile Benveniste.

O presente artigo, ao considerar, assim como Flores e Teixeira (2005), Émile Benveniste como o teórico que desenvolve e estabelece um modelo de análise cujo objeto é a enunciação, propõe-se a desenvolver reflexões sobre os estudos enunciativos pós-benvenistiano. A partir da publicação e divulgação dos textos e trabalhos de Benveniste, alguns leitores e estudiosos da obra benvenistiana, influenciados de formas diversas pelo seu pensamento, propuseram teorias e modelos de análise da língua dentro do quadro enunciativo. Dentre eles, estão Oswald Ducrot, Jacqueline Authier-Revuz, Antoine Culioli e Henri Meschonnic.

Este trabalho pretende investigar as particularidades da leitura de Benveniste feita pelos estudiosos Oswald Ducrot, Antoine Culioli e Henri Meschonnic e em que medida a obra destes dialoga com a benvenistiana, a fim de apresentar discussões e reflexões sobre os estudos enunciativos pós-benvenistianos. Para isso, faremos, a seguir, uma discussão que envolve a relação de Ducrot, Culioli e Meschonnic com Benveniste, para então, apresentarmos algumas considerações finais.

² Não estamos afirmando aqui que todos os três autores citados até então incluíram em seus estudos todas essas questões, no entanto, ao incluírem algumas delas em suas análises, situam-se no quadro dos estudos enunciativos, visto que ao fazê-lo, privilegiam a abordagem de fenômenos relativos ao uso da língua e a quem fala.

Ducrot e Benveniste

Ao estudar a obra do linguista Oswald Ducrot, percebe-se que há diferentes fases do desenvolvimento de sua teoria. Em um primeiro momento, Ducrot opõe-se à concepção tradicional do sentido que operava uma fragmentação deste, ao dividi-lo em objetivo, subjetivo e intersubjetivo, propondo unificar os aspectos *subjetivo* e *intersubjetivo* ao reduzi-los ao valor argumentativo. Através da consideração do valor argumentativo como fundamental da descrição semântica, o linguista desenvolve sua teoria, que será dividida em diferentes fases.

Embora os estudos desse linguista tenham conhecido diferentes fases, pode-se afirmar que as concepções que servem de base para a elaboração e construção de seu pensamento não sofreram alterações. Muitas delas constituem-se claramente como influência do pensamento benvenistiano.

Oswald Ducrot foi aluno de Émile Benveniste. Observa-se, portanto, a influência deste no trabalho desenvolvido por aquele no que tange a seu posicionamento diante da filosofia analítica, à vinculação ao quadro saussuriano do estudo da linguagem e à enunciação.

Assim como Benveniste, Ducrot desenvolve seus estudos e análises linguísticas a partir da enunciação. Segundo Ducrot (1989), a linguística do discurso não deveria ser uma ciência segunda. Por isso, nas suas palavras, “Benveniste vai mais longe e afirma uma certa prioridade do discurso”. Não se trata, para Ducrot, de abolir o fato de que a língua a cada instante se apresenta como um sistema fechado, no entanto, os signos da língua devem ser compreendidos a partir da atividade de discurso, pois constituem o discurso cristalizado.

Ducrot (1989) pontua ainda que a relação da língua com o discurso apresentada através da categoria de pessoa por Ben-

veniste é de uma natureza toda particular. O *eu* tem por significação a referência à pessoa que o está empregando, a referência à situação de comunicação é interior ao pronome e o constitui. Ainda segundo o autor (1989), Benveniste mostra, na estrutura linguística mesma, uma referência constante ao discurso e à situação fundamental do discurso, o que representa o reencontro e o reconhecimento da subjetividade.

No entanto, embora Ducrot, assim como Benveniste, vincule seus estudos e pesquisas a um quadro enunciativo, a concepção de enunciação em cada um deles possui suas particularidades. Segundo o *Dicionário de linguística da enunciação*, a enunciação é para Ducrot um “acontecimento constituído pelo aparecimento de um enunciado” (p. 103), enquanto para Benveniste, é a “colocação da língua em funcionamento por um ato individual de utilização”³ (p. 102).

A concepção de Ducrot de enunciação deve-se ao fato de que o autor constrói uma teoria do sentido, considerando-o produto da enunciação. Dessa forma, sua concepção de enunciação está vinculada ao fato de um enunciado aparecer e não a seu ato, a seu processo. O que é relevante para o seu estudo não é o produtor do enunciado, mas sim os sentidos construídos através do confronto de diferentes pontos de vista. Segundo o dicionário supracitado, nas diferentes fases teóricas, importa para o autor verificar o conjunto de marcas que atestam a relação argumentativo-enunciativa do locutor com o seu dizer.

Já Benveniste propõe uma concepção de enunciação que evidencia um quadro enunciativo que se configura por sujeitos e situação. Essa noção de enunciação é entendida como um processo de inserção dos sujeitos na língua. Essa atividade dos

³ É importante lembrar que o próprio *Dicionário de linguística enunciativa* apresenta a ressalva de que essa noção apresentada configura-se em uma das mais importantes definições do termo enunciação na obra de Benveniste, no entanto, não deve ser entendida como única, já que o termo enunciação ocorre em muitos textos do autor e nem sempre com o mesmo sentido.

sujeitos pressupõe o estabelecimento de inter-relações entre as palavras ou sintagmatização, exigência da ideia que é expressa ou interpretada. O estudo da enunciação é, então, feito pela análise do enunciado, sua materialização.

Entendemos que a concepção de enunciação em Benveniste leva a uma análise das marcas presentes no enunciado a fim de reconstituir o processo de enunciação. Isso significa complexificar o objeto de estudo na medida em que se deve analisar a subjetividade e a intersubjetividade na constituição do enunciado, as marcas de pessoa, tempo, espaço, e a sua relação com a instância de discurso, bem como o processo de sintagmatização presente na constituição do enunciado, levando em consideração as relações entre forma e sentido. Enquanto em Ducrot, por este perceber a enunciação como “um aparecimento”, as análises se limitam ao processo de sintagmatização.

Ducrot, assim como Benveniste, situa seus estudos em um quadro saussuriano. Benveniste, na construção de sua reflexão, partiu do fato de que há na língua dois níveis de significação: o semiótico e o semântico. O primeiro seria aquele das formas, que possuiria regras imanentes, corresponderia ao nível intralinguístico, enquanto o nível semântico seria aquele cujo sentido é construído a partir da referência ao contexto linguístico, à situação de discurso. Embora Benveniste procure articular o estudo do nível semiótico e semântico, no texto “O aparelho formal da enunciação”, publicado em *Problemas de linguística geral II*, em momento algum, descarta de suas análises ou relega a segundo plano o estudo do nível intralinguístico.

Da mesma forma, Ducrot apresenta uma distinção entre frase e enunciado, e significação e sentido. O enunciado constitui-se para o autor na realidade empírica, observável. A frase, por sua vez, é a entidade teórica, linguística, construída pelo linguista. O sentido é, portanto, o valor semântico do enunciado, enquanto a significação, o valor semântico da frase. Ducrot situa-se no

quadro dos estudos enunciativos, mas consoante as posições de Benveniste, não abandona o quadro teórico saussuriano, ao considerar em suas reflexões e análises a frase e o significado.

Na apresentação da forma mais recente da teoria da argumentação na língua, quando o autor abandona a teoria dos topoi e apresenta a teoria dos blocos semânticos, propõe que haja uma relação mais estreita entre seu trabalho e o quadro saussuriano. Propõe ainda Ducrot que tal teoria seja uma aplicação do estruturalismo saussuriano e da semântica linguística, visto que tanto para esta nova fase, quanto para Saussure, o significado de uma expressão está na relação que esta estabelece com outras expressões da língua.

Ducrot, ao propor, no desenvolvimento da teoria dos blocos semânticos, uma relação mais estreita com o pensamento saussuriano, acaba por distanciar-se de Benveniste, na medida em que este fecha ainda mais o estudo da enunciação dentro das relações sintagmáticas. Oswald Ducrot e Marion Carel esquematizam uma fórmula de encadeamentos argumentativos “X conector Y”. Segundos os autores (2006), esses conectores que ligam X e Y podem ser de dois tipos: os do tipo “portanto”, que são chamados de normativos, e os do tipo “no entanto”, que constroem encadeamentos transgressivos.

Por situarem-se os dois autores supracitados no quadro da linguística saussuriana, opõem-se a alguns postulados da filosofia analítica. Para ambos, a linguagem não reflete a realidade, o mundo dos objetos, mas sim é responsável por criar essa realidade. Isso significa que a língua, enquanto construtora do mundo, somente pode fazer referência ao contexto da enunciação, à instância de discurso. Ambos não concebem então em suas pesquisas a referência ao *extralinguístico* presente nos estudos da filosofia analítica. A língua, portanto, não pode ser analisada em relação às condições de verdade.

Opõem-se ainda os autores à distinção feita pela filosofia analítica entre semântica e pragmática. Para esta, a análise semântica seria tomada como base para a análise pragmática. Para Benveniste e Ducrot, não há como separar o estudo da semântica e da pragmática, pois a construção do sentido no nível semântico, em Benveniste, e do enunciado, em Ducrot, está estreitamente vinculado à referência, ao contexto linguístico e à instância de discurso.

Apresentaremos, a seguir, a relação entre o pensamento benvenistiano e de Culioli já discutidas por alguns estudiosos da enunciação, bem como algumas reflexões por nós desenvolvidas.

Culioli e Benveniste

A teoria de Culioli é considerada *formalizante* na medida em que modela novas ferramentas teóricas, em uma teoria dos observáveis. É, portanto, a ancoragem nas formas que esclarece o próprio termo de enunciação com a qual essa teoria se identifica de bom grado, de acordo com Vogüé, Franckel e Paillard no prefácio de *Linguagem e enunciação*.

Para Culioli, trata-se não de sujeitos que utilizam formas, mas de formas que marcam e constroem sua presença, que traçam a atividade dos sujeitos. A atividade pela qual tal linguista interessa-se é aquela definida pelos arranjos e as restrições manifestadas pelos arranjos que a delinham. A própria enunciação, dessa forma, constrói valores referenciais que, como construções enunciativas, não repousam em nenhum outro elemento de estabilidade além do que a enunciação pode construir.

A teoria das operações predicativas pode, portanto, segundo Franckel, na introdução de *Linguagem e enunciação*, ser apresentada como fundamentalmente construtivista visto que o sentido é determinado e construído pelo material verbal que lhe dá corpo,

ou seja, pelas unidades da língua organizadas segundo regras sintáticas e entonativas. No quadro construtivista, os universais não antecedem à análise das línguas. Somente são desveladas as “noções primitivas” na análise dos fatos de línguas reunidos, comparados.

De acordo com Franckel, na introdução de *Linguagem e enunciação*, o princípio dessa análise está latente na abordagem que Benveniste propõe para esse fenômeno de estabilização do sentido das unidades no enunciado em termos de uma função integrativa. O sentido das unidades constrói-se no e pelo enunciado, ao mesmo tempo em que elas determinam o sentido dos enunciados.

Acreditamos que Culioli, assim como Ducrot também reduz a análise da enunciação às relações sintagmáticas, embora analise e observe a relação entre forma e sentido que se estabelece no processo de sintagmatização. Enquanto para Benveniste importa analisar a subjetividade, as relações de intersubjetividade presentes na constituição do enunciado, bem como as marcas de pessoa, tempo, espaço e sua relação com a instância de discurso.

A tese central desse modelo é, pois, que a variação das unidades pode ser reportada a princípios regulares, dessa forma, o desafio da teoria é mostrar como a variação dos sentidos de uma palavra se dá em planos de variações regidos por uma organização regular.

Esta é uma teoria da enunciação na medida em que toma como objeto o próprio enunciado. Para Franckel, no texto “Referência, referenciação e valores referenciais”, o enunciado não é considerado o resultado de um ato de linguagem individual, ancorado em um *hic et nunc* qualquer por um enunciado qualquer. Ele deve ser entendido como um arranjo de formas a partir das quais os mecanismos enunciativos que os constituem como tal podem ser analisados, no âmbito de um sistema de representação

formalizável, como um encadeamento de operações do qual é vestígio.

Estudar a enunciação é, dessa forma, estudar as modalidades de constituição desse valor. De acordo com Sarah de Vogüé (2011), a noção de enunciação em Culioli não está vinculada, a não ser de maneira totalmente indireta, ao problema da comunicação intersubjetiva que se encontra em Benveniste. Em Culioli, a enunciação não é concebida como um ato, não é, portanto, o ato de um sujeito produzindo um enunciado, é um processo que se recupera a partir do enunciado.

Ainda segundo a autora (2011), no caso de Benveniste, a análise toma por objeto o sujeito enunciando-se, a fim de estudar a forma como ele se enuncia, o enunciado seria entendido então como um produto da enunciação do sujeito. No caso de Culioli, o objeto é o enunciado em sua materialidade formal: um arranjo de marcas a partir do qual se organiza um certo efeito significativo. Esse objeto não é a codificação, portanto, de um sentido que seria preexistente, mas é construído correlativamente com a forma e o sentido.

Culioli, ao formular leis a partir das quais as operações se organizam nos enunciados e ao resgatar estruturas sobre as quais elas se alinham, demonstraria que elas não procedem do controle restrito do locutor. Haveria, assim, outra ordem de determinação, que seria a da linguagem.

Sarah Vogüé (2011) afirma que “a enunciação culioliana não coloca em jogo, portanto, nenhum sujeito *a priori*, muito menos o sujeito locutor”. Para a autora, então, uma das teses que a teoria de Culioli sustenta seria que a construção enunciativa decorre de operações de orientação, e, em particular, que passa pela determinação de pontos de vista diferenciados.

No momento em que a autora elabora essa reflexão em seu texto, está traçando um paralelo entre o que significa o termo

enunciação em Benveniste e em Culioli. Afirma, portanto, de forma polifônica, que Benveniste colocaria em jogo um sujeito *a priori*. No entanto, concordamos com Flores (2011), quando afirma que esta perspectiva é difícil de ser sustentada tendo em vista que em “O aparelho formal da enunciação”, publicado em *Problemas de Linguística Geral II*, Benveniste fala de vários aspectos da enunciação, dentre os quais haveria, além do aspecto fônico e do intersubjetivo, uma dimensão *operatória*, chamada por Benveniste de “semantização”, ou seja, “procedimentos pelos quais as formas linguísticas da enunciação se diversificam e se engendram”⁴ (BENVENISTE apud FLORES, 2011, p. 213).

Dado que Culioli afirma que os pontos de vista se organizam em relações dialéticas de oposição e de identificação, faz sentido descrevê-los com sujeitos. O sujeito enunciador é, assim, reconstituído ao término do trabalho de análise dos processos que constroem esse enunciado. Segundo Culioli (apud, VOGÜÉ et al. 2011), os sujeitos não diferem dos parâmetros abstratos, eles são orientadores-origem, não enquanto origem de determinação da construção enunciativa, nem enquanto origem do ato de locução, onde se encontra o sujeito locutor.

Sarah Vogüé (2011) ainda pontua que na atenção que Culioli dedica aos chamados marcadores e, entre eles, às unidades que Benveniste identificou como índices do discurso, conduz a interpretar a teoria culioliana como uma realização possível do programa inaugurado por Benveniste quando este descobre esse novo campo de investigação que nomeia aparelho formal da enunciação.

Há, portanto, segundo a autora, uma continuidade entre Benveniste e Culioli que é preciso investigar na reflexão sobre a linguagem que, de modo mais global, os autores são levados a desenvolver.

⁴ Tradução de Valdir do Nascimento Flores.

Meschonnic e Benveniste

Henri Meschonnic de forma explícita em sua obra apresenta sua filiação ao pensamento benvenistiano. No texto “Semiologia da língua”, publicado na obra *Problemas de linguística geral II*, Benveniste encerra seu artigo com a afirmação de que “é necessário ultrapassar a noção saussuriana do signo como princípio único, do qual dependeria simultaneamente a estrutura e funcionamento da língua”. Em seguida, o linguista apresenta duas vias através das quais é possível fazer tal ultrapassagem, aquela da análise intralinguística, operada na dimensão de significância do discurso, por ele denominada semântica; e aquela da análise translinguística dos textos, das obras, pela elaboração de uma metassemântica que se construiria sobre a semântica da enunciação.

Meschonnic, em “Benveniste: sémantique sans sémiotique”, afirma que é sobre a segunda via proposta por Benveniste que se situa o desenvolvimento da poética do ritmo. A poética do ritmo é delineada por Henri Meschonnic a partir, segundo o autor, da leitura do texto “A noção de ‘ritmo’ na sua expressão linguística”, publicado em *Problemas de linguística geral I*.

Henri Meschonnic, em “Só como Benveniste” discute o texto “Semiologia da língua”, publicado em *Problemas de linguística geral II*, e afirma que neste Benveniste, apresenta um problema, ele coloca a teoria da linguagem em crise pelo conflito exposto entre as obras de arte particulares, que se constituem pelo semântico sem semiótico, enquanto a língua por sua vez é cada vez constituída pelo nível semântico e semiótico.

Benveniste, segundo o referido autor, aparece por isso sozinho contra o estruturalismo, pois este é o único a compreender o pensamento de Saussure como um pensamento que entende a língua como um sistema, e não como uma estrutura, pois a palavra *estrutura* não tem em Benveniste o sentido estruturalista.

Benveniste, então, incapaz de sair completamente do domínio semiótico, em que o *Curso de linguística geral* havia fechado a língua, seu objeto de estudo, se encontra no seio do novo espaço teórico por ele aberto com a proposta do sistema linguístico da enunciação.

Émile Benveniste, no texto “A noção de ‘ritmo’ na sua expressão linguística”, publicado em *Problemas de linguística geral I*, inicia sua reflexão dizendo que havia um verbo *tropos* que era empregado pelos pré-socráticos para designar o vai e vem das águas no Clepsidro. O referido termo não permite que se dissocie a ideia de fluxo daquela de periodicidade.

Segundo o linguista, *Rhuthmos* é glosado como “caractere, disposição” e *tropos* “hábitos”. Se algum verbo deve, portanto, comportar a ideia de recorrência, este seria *tropos*. O termo *kuma*, segundo Benveniste, vem realizar a metáfora dos vagos que a atitude platonizante quer imprimir no ritmo como era na origem. Benveniste faz essa retomada com o objetivo de mostrar que já havia o mensurável, a regularidade, antes de Platão. No entanto, essa ideia de regularidade está presente em *kuma*, mas não em *rhutmos*.

De acordo com Benveniste, *rhutmos* significaria então organização formal. Nas palavras de Meschonnic, em “Soul comme Beveniste”, Heidgger traduz *rhythmos* por *Verfassung*, cuja tradução para o português é *estrutura*. O trabalho desenvolvido por Benveniste revela, portanto, um sentido adormecido da palavra e mostra que ele era, segundo Mallarmé apud Meschonnic (2008, p. 376), um “nó rítmico” pela relação reencontrada entre a linguagem e o tempo, a linguagem e o movimento.

Para Meschonnic, no texto “Crise de signe”, em *Dans le bois de la langue*, Platão transformou a noção de ritmo, ou seja, é Platão quem inventa a noção corrente de ritmo, que é tomada por natural. Dessa forma, Platão transformaria, no ritmo, o con-

tínuo em descontínuo. O descontínuo reina nas representações da linguagem com as noções de signo (forma/conteúdo) – palavra, frase, subdivisões tradicionais (léxico, morfologia, sintaxe) – e do ritmo no sentido clássico, que apresenta a oposição entre verso e prosa. Essa ideia de descontínuo impede que se pense o contínuo.

Pensar o contínuo na linguagem é, em Meschonnic, pensar o efeito e o conceito de forma conjunta e não separada, pensar a relação entre corpo e linguagem, entre língua e pensamento. Há, para o autor, sobre o modelo do paradigma linguístico, um paradigma antropológico, filosófico, teológico, social e político. São todos eles juntos que constituem o signo. Partindo do ritmo como organização do movimento da fala na linguagem, veremos que um outro sistema aparece.

Se o ritmo é uma organização do movimento da fala, esta organização é uma atividade e um produto, e é necessariamente uma atividade do sujeito. Nas palavras de Meschonnic, “o ritmo não é mais a alternância de um tempo forte e um tempo fraco, sobre o plano fônico; o ritmo é a organização do movimento da fala por um sujeito” (MESCHONNIC, 2008, p. 59).

Meschonnic através da recuperação desse “sentido adormecido” da palavra “ritmo” desenvolve a teoria do ritmo. Para o autor, o ritmo organiza o movimento da fala na escritura e na oralidade, não mais como oposição dual do oral e do escrito no signo, mas com o primado do ritmo e da prosódia no modo de significar.

Acreditamos que Meschonnic, diferentemente de Ducrot e Culioli, não reduz a análise enunciativa proposta por Beveniste, pelo contrário, a amplia, na medida em que acrescenta o ritmo e a prosódia aos elementos responsáveis pela constituição da enunciação. Em Meschonnic, o ritmo seria responsável pela organização da enunciação. Essa proposta de reflexão envolvendo a enunciação abre um campo rico e vasto para os estudos

enunciativos e encontra-se amplamente apoiada pelo pensamento de Benveniste exposto em *Problemas de linguística geral I e II*.

Na obra de Émile Benveniste, há uma discussão, uma reflexão que envolve o que pode ser denominado de uma antropologia da linguagem, na medida em que nela a linguagem é apresentada como constitutiva do homem. No texto “Da subjetividade da linguagem”, em *Problemas de linguística I*, Benveniste afirma que a comparação da linguagem com um instrumento deve nos encher de desconfiança, assim como toda a noção simplista da linguagem, pois falar de instrumento é por em oposição o homem e a natureza. A linguagem, por sua vez, não é fabricada pelo homem, mas está na natureza do homem. “Não atingimos nunca o homem separado da linguagem e não o vemos nunca inventando-a. [...] é um homem falando que encontramos no mundo, um homem falando com outro homem, e a linguagem ensina a própria definição de homem” (BENVENISTE, 2005, p. 285).

Para Benveniste, “é na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como *sujeito*; porque só a linguagem fundamenta na realidade na *sua* realidade que é a do ser, conceito de ‘ego’”⁵. Essa subjetividade tratada pelo autor é a capacidade de o locutor se propor como sujeito. É a emergência no ser de uma propriedade fundamental da linguagem. “É ‘ego’ que diz *ego*” (BENVENISTE, 2005, p. 286).

Em Meschonnic, no desenvolvimento da teoria do ritmo, o autor apresenta algumas concepções e ideias sobre a relação do homem com a língua, que se aproximam muito dessa reflexão em Émile Benveniste. Em seu texto “Oui, qu’appelle-t-on penser?”, em *Dans le bois de la langue*, o autor afirma que é o poema que faz o poeta, não o poeta que faz o poema. Ainda no mesmo texto,

⁵ Grifos do autor.

o autor postula que um poema nos inventa, ele inventa quem o escreve, e inventa quem o lê.

Para Meschonnic este é um ato ético, não um ato estético, uma ética em ato, um ato de linguagem, que transforma a ética. O autor define o poema como uma invenção de uma forma de vida por uma forma de linguagem e a invenção de uma forma de linguagem por uma forma de vida. Há em Meschonnic a busca pelo desenvolvimento de uma antropologia da linguagem nos moldes benvenistianos.

Considerações finais

Os três estudiosos aqui apresentados, Ducrot, Meschonnic e Culioli, de formas diversas, apresentam leituras da obra de Benveniste. Cada um a seu modo desenvolve sua teoria da linguagem a partir de ideias, pensamentos e concepções que se encontravam de forma embrionária na obra benvenistiana, pois todos os três apresentam modelos de análise dentro do quadro enunciativo, proposto por Émile Benveniste.

Essa reflexão nos autoriza a afirmar que a obra de Émile Benveniste tem uma importância ímpar dentro dos estudos enunciativos, já que a partir dela foi possível serem delineados diferentes quadros teóricos dentro dos estudos da enunciação, cada qual com suas particularidades. Além disso, é possível observarmos a riqueza da obra deste linguista, que embora não tenha desenvolvido em seus textos uma teoria acabada, apresentou importantes reflexões sobre a linguagem e possibilitou o desenvolvimento de diferentes formas de analisar e conceber o estudo da enunciação.

É possível também perceber, ao final dessa discussão, as diferentes possibilidades de análise e a riqueza de reflexões sobre

a língua trazidas por este novo campo de estudos que vem sendo denominado “Linguística da enunciação”.

No entanto, é imperativo que se faça, ao final deste artigo, a retomada de uma discussão que foi permeando a sua produção, que é a distinção da forma como cada um dos autores aqui abordados desenvolvem seus trabalhos dentro de um quadro enunciativo benvenistiano. Culioli e Ducrot desenvolvem suas análises dentro daquilo que Benveniste denominou de relações sintagmáticas, ou seja, reduzem o estudo da enunciação a um dos elementos de sua constituição apontados por Benveniste, enquanto Meschonnic amplia esse modelo de análise, acrescentando o ritmo e a prosódia aos elementos responsáveis pela constituição da enunciação.

Dentro da proposta de Benveniste, em *Semiologia da língua*, de que é possível que se desenvolva os estudos da enunciação dentro da análise intralinguística, por ele denominada semântica, e da análise translinguística dos textos, das obras, denominada metassemântica, podemos afirmar que Ducrot e Culioli situam-se na primeira, enquanto Meschonnic situa-se na segunda, conforme o próprio autor sugere.

Meschonnic não apenas busca discutir uma antropologia da linguagem, quando reflete sobre a antropologia do ritmo, tendo como base os pressupostos apresentados por Benveniste, quando este aborda o tema, principalmente em “Subjetividade na linguagem”, como busca ampliar e complexificar ainda mais o estudo da enunciação, proposto por Émile Benveniste.

Em uma próxima etapa do desenvolvimento dessa reflexão, pretendemos aprofundar a discussão sobre esse diálogo entre Émile Benveniste e Henri Meschonnic, visto que se trata do teórico da linguagem cujos trabalhos, hoje, mais se aproximam do que foi proposto pelos estudos da enunciação em *Problemas de linguística geral I e II*.

Referências bibliográficas

BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral I*. Campinas: Pontes, 2005.

_____. *Problemas de linguística geral II*. Campinas: Pontes, 2006.

DUCROT, Structuralisme, énonciation, communication. In: *Logique, structure, énonciation*. Les édition de minuit, 1989.

CAREL, Marion; DUCROT, Oswald. *La semántica argumenativa: una introducción a la teoría de los bloques semânticos*. Buenos Aires: Colihue, 2006.

FLORES, Valdir do N.; TEIXEIRA, Marlene. *Introdução à linguística da enunciação*. São Paulo: Contexto, 2005.

FLORES, Valdir do N. et al. (Org.). *Dicionário de linguística da enunciação*. São Paulo: Contexto, 2009.

_____. Posfácio. In: VOGÜÉ, Sarah de; FRANCKEL, Jean-Jacques; PAILLARD, Denis. *Linguagem e enunciação: representação, referência e regulação*. São Paulo: Contexto, 2011.

FRANCKEL, Jean-Jacques. Introdução. In: VOGÜÉ, Sarah de; FRANCKEL, Jean-Jacques; PAILLARD, Denis. *Linguagem e enunciação: representação, referência e regulação*. São Paulo: Contexto, 2011.

MESCHONNIC, Henri. Soul comme Benveniste. In: *Dans le bois de la langue*. Paris: Laurence Teper, 2008.

_____. Benveniste: sémantique sans sémiotique. In: *Dans le bois de la langue*. Paris: Laurence Teper, 2008.

_____. Oui, qu'appelle-t-on penser?. In: *Dans le bois de la langue*. Paris: Laurence Teper, 2008.

_____. Si la théorie do rythme change toute la théorie du langage change. In: *Dans le bois de la langue*. Paris: Laurence Teper, 2008.

_____. Crise de signe. In: *Dans le bois de la langue*. Paris: Laurence Teper, 2008.

VOGÜÉ, Sarah de, FRANCKEL, Jean-Jacques, PAILLARD, Denis. Prefácio. In: VOGÜÉ, Sarah de; FRANCKEL, Jean-Jacques; PAILLARD,

Denis. *Linguagem e enunciação*: representação, referenciação e regulação. São Paulo: Contexto, 2011.

VOGÜÉ, Sarah de, FRANCKEL, Jean-Jacques, PAILLARD, Denis. Culioli após Benveniste: enunciação, linguagem, integração. In: VOGÜÉ, Sarah de; FRANCKEL, Jean-Jacques; PAILLARD, Denis. *Linguagem e enunciação*: representação, referenciação e regulação. São Paulo: Contexto, 2011.

FRANCKEL, Jean-Jacques, PAILLARD, Denis. Aspectos da teoria de Antoine Culioli. In: VOGÜÉ, Sarah de; FRANCKEL, Jean-Jacques; PAILLARD, Denis. *Linguagem e enunciação*: representação, referenciação e regulação. São Paulo: Contexto, 2011.

A voz e a enunciação¹

Valdir do Nascimento Flores²
Luiza Milano Surreaux³

A fala é irreversível, é essa a sua fatalidade.
(Roland Barthes)

Em *O aparelho formal da enunciação*, texto publicado em 1970⁴, Émile Benveniste – dentre os muitos temas que sugere para pesquisa no campo da linguística enunciativa – considera que a enunciação é um “grande processo [que] pode ser estudado sob diversos aspectos” (1970/1989, p. 82)⁵ dos quais, segundo ele, “o mais imediatamente perceptível e o mais direto – embora

¹ Este trabalho é parte do projeto de pesquisa *O aspecto vocal/fônico da enunciação nos distúrbios de linguagem: um estudo enunciativo dos distúrbios articulatorios com etiologia orgânica definida* (PQ-CNPq).

² Mestre em Letras, doutor em Linguística e Letras pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (1997), Pós-doutorado, com bolsa do CNPQ, em Sciences du Langage sob a direção de Dominique Ducard (Université de Paris XII-Val-de-Marne) e Pós-doutorado, com bolsa da CAPES, sob a direção de Claudine Normand (Université de Paris X - Nanterre).

³ Graduada em Fonoaudiologia pela Universidade Federal de Santa Maria (1989), mestre em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2000) e doutora em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2006). É professora do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas do Instituto de Letras da UFRGS.

⁴ Cf. *Langages*, Paris, Didier-Larousse, 5º ano, n. 17 (março de 1970), p. 12-18.

⁵ Para referir os textos de Benveniste, utiliza-se o sistema data/data no qual a primeira indicação diz respeito à data da publicação original do artigo; a segunda, da publicação constante na tradução brasileira (cf. Bibliografia). Faz-se isso porque a consciência da cronologia da obra de Benveniste é de suma importância para o seu entendimento.

de um modo geral não seja visto em relação ao fenômeno geral da enunciação – é a realização vocal da língua” (IBIDEM, p. 82).

Benveniste, mesmo que destaque a *realização vocal* como um dos *aspectos* da enunciação, é bastante lacônico no tratamento que dá a esse *aspecto*. Limita-se a dizer que “os sons emitidos e percebidos [...] procedem sempre de atos individuais, que o linguista surpreende sempre que possível em uma produção nativa, no interior da fala” (1989/1970, p. 82). Além disso, apenas lembra que, normalmente, se procura, em linguística, “eliminar ou atenuar os traços individuais da enunciação fônica recorrendo a sujeitos diferentes e multiplicando os registros, de modo a obter uma imagem média de sons, distintos ou ligados” (IBIDEM, p. 82). Mas, para ele, a *enunciação fônica* – outro termo utilizado por Benveniste para nomear o *aspecto vocal* da enunciação – tem traços individuais em relação aos quais a noção de identidade em comparação com uma média de sons é apenas aproximativa.

Benveniste não acrescenta nada além disso. No final do mesmo texto, tão somente escreve em tom programático: “Muitos outros desdobramentos deveriam ser estudados no contexto da enunciação [...] seria preciso também distinguir a enunciação falada da enunciação escrita” (IBIDEM, p. 90).

Que lição poderíamos obter dessas passagens de *O aparelho formal da enunciação*? Por que Benveniste é tão sintético para tratar o tema? Por que esse *aspecto* da enunciação, como ele mesmo o denomina, não mereceu atenção detalhada nem nesse texto de 1970, nem em outros presentes nos dois volumes de *Problemas de linguística geral* (PLG I e II)?

De um lado, seria possível, aos olhos de muitos, concluir que a ausência de maior reflexão sobre o assunto, na obra do autor, desautoriza dar-lhe importância, pois, afinal, são poucas as vezes que Benveniste se refere a ele. De outro lado, não podemos ignorar que a obra de Benveniste é feita de “temas inacabados”:

proliferam, em seus textos, uma infinidade de tópicos apenas sugeridos para pesquisa, sem que o autor os tenha desenvolvido.

Creemos que é incontestável a conclusão de que a especificidade da fala (vista em *O aparelho* em relação à escrita) é um dos *desdobramentos* a ser estudado no *contexto da enunciação*: isso é textual no fim de *O aparelho*. Então, admitamos: esse tema, apenas tangencialmente mencionado por Benveniste, merece ser desenvolvido. Eis o objetivo deste nosso trabalho: delinear, em linhas gerais, os termos pelos quais se pode pensar no estudo do *aspecto vocal* da enunciação a partir da leitura da teoria enunciativa benvenistiana.

Antes de prosseguirmos, porém, um esclarecimento acerca do título deste trabalho: *a voz e a enunciação*. Benveniste não utiliza a palavra *voz* em seus textos para se referir ao *aspecto vocal* da enunciação. O termo *voz* tem sentido, em seus artigos, próximo aos estudos sintáticos. São as vozes média, ativa e passiva. Os termos aos quais Benveniste recorre são *vocal* e *fônico*. Nós, entretanto, usaremos *voz* para circunscrever nossa abordagem e isso, ao menos, por três motivos.

O primeiro e mais evidente é que, optando pelo uso de *voz*, resguardamos o caráter interpretativo pessoal do que será, adiante, proposto. Isto é: certo está que Benveniste não desenvolve o tema da *voz* – entendida como materialidade fônica – em seus estudos. Há, apenas, como dissemos acima, um tangenciamento. Logo, tudo o que será proposto, a seguir, diz respeito a nossa perspectiva de estudo da *voz*. Evidentemente, acreditamos que essa abordagem não vai de encontro ao pensamento de Benveniste, porém, não é correto atribuir-lhe responsabilidade quanto ao que propomos. É uma abordagem própria a que será esboçada adiante.

O segundo motivo configura-se numa espécie de efeito da leitura de uma passagem do livro *Infância e história: destruição*

da experiência e origem da história, do filósofo Giorgio Agamben. Reproduzimo-la, então:

Existe uma voz humana, uma voz que seja voz do homem como o fretenir é a voz da cigarra ou o zurro é a voz do jumento? E, caso exista, é esta voz a linguagem? Qual a relação entre voz e linguagem, entre *phoné* e *logos*? E se algo como uma voz humana não existe, em que sentido o homem pode ainda ser definido como o vivente que possui linguagem? (AGAMBEN, 2008, p. 10).

A primeira indagação de Agamben – *existe uma voz humana?* – delimita, em nossa opinião, um problema caro à linguística, qual seja: o específico da voz humana reside em sua materialidade? É algo passível de nomeação a exemplo do zurro e do fretenir? A segunda indagação – “qual a relação entre voz e linguagem, entre *phoné* e *logos*?” – coloca um outro problema, de natureza epistemológica: como se relacionam *voz* e linguagem?

Realmente, parece não existir uma palavra para designar a voz do homem. De nosso ponto de vista, isso se deve ao fato de a voz humana estar antes de tudo algo ligada à linguagem. Não é da pura materialidade que se trata, então, mas da materialidade como suporte da linguagem.

O terceiro motivo justifica singularmente nosso uso do termo *voz*: ele sintetiza nossa proposta teórica. O termo *voz*, no contexto de nosso trabalho, é o nome que damos a nossa abordagem do aspecto fônico na enunciação. Passemos a ela.

Uma primeira abordagem do problema

Partamos de quatro exemplos que ilustram o ponto de vista que, em nossa opinião, diz respeito ao *vocal* na enunciação.

O primeiro exemplo é retirado de um vídeo⁶ de cerca de dois minutos, disponível no *site* de compartilhamento *Youtube*. A cena disponibilizada é, em linhas gerais, a seguinte: vemos uma criança, um menino, em processo de aquisição da linguagem, e uma mulher adulta – a mãe, possivelmente – que indaga, com bastante ênfase (quase irritada), os motivos que o impediram de comer. Na verdade, a *mãe* reclama, num tom que simula estar zangada, o fato de o menino não ter se alimentado tal como ela queria. São frases como “por que você não comeu sua comida?” que ela, incisivamente, dirige ao menino.

As *respostas* dadas pela criança, como é de se esperar para a faixa de idade na qual se encontra (embora a idade do menino não seja informada no vídeo, ele não parece ter mais que 1 ano e meio), são formadas, em sua maioria, por uma *língua incompleta*: são o que os pais chamam de as “primeiras palavras”, as palavras-frases, os enunciados curtos. Ele responde fazendo gestos e *enrolando* palavras indistintas, mas com uma vocalização que lhe dá grande força argumentativa.

Ora, essa descrição da fala da criança somente poderia ser considerada suficiente se colocamos em evidência somente os aspectos da fala da criança em relação às unidades dos níveis linguísticos fonológico, lexical e sintático. Se, ao contrário, evidenciamos os aspectos não prioritariamente ligados a esses níveis – entendidos como traços fônicos cujos limites não correspondem à segmentação da cadeia da fala – vemos que há uma retórica argumentativa por parte do menino que independe das unidades fonológicas, lexicais e sintáticas. Ele se justifica, argumenta com a mãe, defende-se de suas observações incisivas e tudo isso sem

⁶ Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=GtKcXghRLtw&feature=player_embedded>. Acesso em: 25 maio 2012.

usar uma só palavra completa. Não seria exagero dizer que seus argumentos são preponderantemente vocais⁷.

O segundo exemplo é o extremo oposto do anterior. Trata-se da leitura em *voz alta* do enunciado escrito tal como apresentado abaixo:

Ela disse que pode. Eu estou de acordo. Ela não vai.

Assim, ao solicitar a dois informantes⁸ que lessem os enunciados e os inter-relacionassem, via recurso vocal, de acordo com as supostas relações de ligação entre cada um dos segmentos acima, obtivemos duas leituras bem distintas entre si.

A primeira colocou *Eu estou de acordo* em relação de adição a *Ela disse que pode* e *Ela não vai* em uma relação de oposição, adversidade, em relação ao que o antecede.

Dessa maneira, na modalidade escrita, a relação estabelecida vocalmente pelo primeiro informante entre os segmentos do enunciado acima poderia ser explicitada da seguinte maneira destacada em negrito e entre colchetes:

Ela disse que pode [e] *Eu estou de acordo* [mas] *Ela não vai.*

A segunda leitura encadeou os três segmentos como se um fosse a conclusão do outro. Algo como:

Ela disse que pode [então] *Eu estou de acordo* [logo] *Ela não vai.*

Esse teste deixa claro que, na oralidade, a ligação entre esses segmentos de enunciados é estabelecida por algo que, na falta de melhor designação, pode ser chamado de *ligação gramático-vocal-enunciativa*. Isso porque esses segmentos, em seu conjunto, dificilmente seriam compreendidos sem aspectos

⁷ Estamos usando o termo *vocal* para designar o ponto de vista que estamos circunscrevemos. Nossa intenção é não nos comprometermos – ao menos não neste momento – com expressões como entonação, prosódia, entre outros, embora saibamos, evidentemente, que entonação, prosódia, ritmo são elementos que constituem o que chamamos de “aspecto vocal” da enunciação.

⁸ Esse teste foi realizado informalmente sem pretensão de cientificidade.

ligados ao próprio da voz (prosódia, acento, entonação, ritmo etc.), que restituíssem a relação entre eles.

Em termos linguísticos, poderíamos supor a existência de uma ligação gramatical entre os segmentos do enunciado acima – que poderia, inclusive, ser de natureza subordinativa e/ou coordenativa – decorrente da inter-relação entre elementos não segmentais e elementos segmentais. Em outras palavras, os elementos vocais (de natureza não segmental) estabelecem uma sintagmática na enunciação dos elementos segmentais (fonemas, palavras, sintagmas etc.), uma espécie de concatenação entre eles.

Se esse raciocínio for considerado válido, é possível perguntar: como podemos analisar as relações *gramático-vocais-enunciativas* em dados de fala?

O terceiro exemplo ocupa uma espécie de posição intermediária em relação aos demais. São episódios conhecidos no âmbito do *manhês*⁹. Os dados a seguir foram retirados de Flores; Beltrami; Souza (2011). Trata-se da transcrição de uma interação entre uma mãe (M) de vinte e dois anos e uma criança, Antônio (A), com dois meses de idade. Os dados estão transcritos abaixo exatamente como apresentados por Flores; Beltrami; Souza (2011):

- M — Tá brabo!?! Antônio! Que foi, olha pra mamãe.
- *Comentários contextuais ou entonacionais: Fala em tom suave e em manhês.*
- A Ele se mexe mais e resmunga.
- M — Vamo acoda meu veio. Hein! Vamo acodá!
- A Ele resmunga.
- M — Hein! Bebezinho!
- *Comentários contextuais ou entonacionais: Faz um chorinho. Observa-se que A está respondendo ao chamado da mãe.*

⁹ Termo utilizado para designar o falar afetivo dirigido a crianças por mães e/ou cuidadores.

 — Ah! Tá soninho?! Vamo acodá! Abre o olhinho pra mamãe te vê.

 — Arhaaaa

• *Comentários contextuais ou entonacionais: O bebê geme.*

 — Vamo acodá meu veio!

 Ele se mexe.

 — Ah! Tá soninho bebezinho da mamãe. Psiu. Aaaaaa.

• *Comentários contextuais ou entonacionais: A mãe interpreta as atitudes do bebê.*

 Ele segue gemendo, espicha os braços.

 — Tá cum piguiça! A mãe fala pelo bebê.

 — Ahaaaaaae.

• *Comentários contextuais ou entonacionais: Mexe as mãos. Resmunga e se mexe.*

 — Vamo acodá nenezinho.

 Ele se mexe e resmunga.

• *Comentários contextuais ou entonacionais: Parece incomodado pelo sono.*

 — Ahhhhhh! Não fica brabo cum a mamãe!Aãããããã.

• *Comentários contextuais ou entonacionais: Ela fica cantando para ele e se balançado suavemente.*

 Ele se mexe e resmunga.

 — Aãnh! Que que foi bebezinho.

 Ele geme.

 — Qué mamá bebê?

• *Comentários contextuais ou entonacionais: Ela brinca com a chupeta na boca do bebê que parece gostar da brincadeira.*

 Resmunga.

 — Qué mamazinho? Qué mamazinho?

- *Comentários contextuais ou entonacionais: Ela continua a brincar com a chupeta.*



Aaaaaaa.

- *Comentários contextuais ou entonacionais: Abre a boca e pega a chupeta.*

Nos dados apresentados, há muitos pontos que merecem atenção de um linguista da enunciação, no entanto, em função dos objetivos que temos, vale observar com mais cuidado os turnos 1, 8, 14, 17, 23, 28 e 31. Em todos esses turnos, MA supõe uma fala proferida por A. Ou seja, MA parece “repetir” uma fala que fora dita antes. É assim que podemos entender que o enunciado *Tá brabo!?* (l.1) seja transcrito como um misto de pergunta e afirmação (presente na transcrição na concomitância dos pontos de interrogação e exclamação).

Esse mesmo mecanismo de enunciar com característica de *repetição* uma fala que não foi dita antes é reiterado em muitos outros segmentos da transcrição. Neles há dois aspectos que merecem atenção: o primeiro, já destacado, é o sentido de repetição de uma fala que a enunciação de MA parece reproduzir; o segundo é uma certa dissonância entre o que é dito e o como é dito, isto é, em *Tá brabo!?* (l.1) o conteúdo dito (o fato de alguém estar brabo) é completamente invertido pelo modo como é dito (essa inversão está presente na transcrição nos comentários contextuais “Fala em tom suave e em manhês”).

O último exemplo que temos para ilustrar o que estamos nomeando como *aspecto vocal* da enunciação – algo que, como já é possível ver, é muito heterogêneo –, é uma espécie de derivação do exemplo anterior, mas em uma forma mais radical. Podemos surpreendê-lo em duas situações muito diferentes entre si, mas com traços em comum.

Primeira: um tipo de enunciado que oscila entre a ironia e a represália. São enunciados como “Bonito, heim!” e “Que lindo,

heim!!!”, ditos, por exemplo a uma criança por uma mãe que busca repreendê-la. Segundo: enunciados que – em situação de fala com bebês, em manhês, portanto – muitas vezes dirigimos a crianças muito pequenas, tais como: “Que lindinho!!! Eu vou arrancar essas bochechinhas!!!!”. Ou ainda: “E esse pezinho lindo?!?! Eu vou quebrar todos esses dedinhos?!?!?!?”

O que há em comum entre as duas situações? O fato de que em nenhum dos casos o conteúdo do enunciado é levado em conta, sem dúvida, mas também o fato de que, embora o mecanismo seja o mesmo, o sentido produzido é distinto: em um caso ironia; em outro, afetividade.

Assim, quando a mãe diz “Bonito, heim!” para repreender uma travessura de um filho, ela está *dizendo* exatamente o contrário do que o enunciado apresenta como conteúdo proposicional. Não é bonito; é feio. No segundo caso, isso é mais evidente e, parece-nos, dispensa maiores explicações.

Enfim, o que esses quatro exemplos indicam a respeito do *aspecto vocal* da enunciação, ou da relação *voz e enunciação*, como preferimos dizer? Há um sentido constituído pela *voz*.

O que mais nos chama a atenção nesses exemplos não pode ser apreendido no âmbito da reflexão linguística clássica porque nosso interesse é menos no que há de descritível e generalizável e mais no que chamamos de “o(s) sentido(s) da voz” para cada locutor em cada situação de enunciação.

Assim, falando em prosódia, em entrevista concedida à Revista Virtual de Estudos da Linguagem (ReVEL), Plínio Barbosa diz que “no cenário de pesquisa atual, a prosódia tem seu campo de estudo nos domínios linguístico, paralinguístico e extralinguístico” (BARBOSA, 2010). Nos três domínios, segundo o autor,

estudam-se as funções prosódicas de demarcação (indicadores de constituintes prosódicos, como sílabas, palavras fonológicas,

grupos acentuais, sintagmas entoacionais, entre outros), proeminência (saliência de um constituinte prosódico em relação a outro) e de marcação discursiva (marcadores de turno num diálogo, modalidade da frase, entre outros) (IBIDEM).

Tais funções estão ligadas à entoação, ao ritmo, à “imbricação entre restrições biomecânicas ligadas à produção da fala (tendência à regularidade de constituintes prosódicos) e restrições linguísticas e paralinguísticas ligadas à percepção da fala (tendência à estruturação dos mesmos constituintes)” (BARBOSA, 2010).

Das considerações feitas por Barbosa, interessa-nos pontuar ainda que, para ele, as funções linguísticas do ritmo, da entoação, da acentuação, do acento lexical e frasal têm lugar nos estudos linguísticos, enquanto fenômenos “linguageiros e comunicativos” – marcadores discursivos, ênfase, atitudes, emoções e os fenômenos ligados a fatores sociais e individuais (como gênero e sexo, classe social, faixa etária, condição de saúde) – têm lugar nos estudos extralinguísticos e paralinguísticos.

Admitida a distinção feita por Barbosa entre linguístico, extralinguístico e paralinguístico, nosso estudo aqui esboçado estaria mais ligado aos dois últimos, uma vez que damos destaque a fenômenos por ele chamados de “linguageiros e comunicativos”. No entanto, acreditamos que o estudo do *sentido da voz* também encontraria abrigo em uma perspectiva linguística – mesmo que não a clássica – entendida de um ponto de vista enunciativo.

Considerações acerca do(s) sentido(s) da voz

Admitamos, embora não seja absolutamente necessário, que existem propriedades universais das línguas, que podem ser inclusive de natureza fônica, tal como precisa Roman Jakobson em seu belo estudo *Child language, aphasia and phonological universals*.

O recurso ao raciocínio de Jakobson servirá aqui, contrastivamente, para ilustrar o que queremos delimitar. Jakobson observou que não há limites para a articulação vocal no balbúcio infantil, ou seja, uma criança pode produzir simultaneamente articulações que não são verificáveis em uma única língua, nem mesmo em uma família de línguas. Em resumo: do ponto de vista articulatorio, uma criança pode produzir qualquer som.

Observa, ainda, Jakobson, que a passagem do balbúcio às primeiras palavras da criança é acompanhada de uma perda dessa capacidade ilimitada de articulação e ela passa a produzir os sons pertinentes a sua língua. Assim, a criança, quando começa a falar uma língua, é tomada de um esquecimento de tudo o que, do ponto de vista fonoarticulatorio, não tem função em sua língua. Esse processo permite perceber que o que está em jogo é a universalidade da aquisição da linguagem e de seus aspectos gerais. De acordo com Jakobson, a constância que se pode observar na cronologia relativa de certas oposições fonológicas adquiridas pela criança encontra íntima correspondência nas leis estruturais das línguas do mundo e facilita a interpretação dessas leis. Por meio da análise de dados de crianças em fase de aquisição de linguagem em diferentes línguas do mundo, Jakobson percebeu constância quanto à utilização de uma linguagem distinta da do adulto. Para esse autor, é preciso entender que a mudança é determinada pelo desenvolvimento (interno e inerente) do sistema linguístico, e não por modificações impostas pela criança. As crianças, então, representariam, através de sua linguagem, essas mudanças internamente pré-determinadas. Dessa forma, o autor defende que a maneira de falar de uma criança pode ser, de fato, a fonte ou os meios da mudança linguística, contudo, o que é realmente decisivo para isso é a prontidão do sistema linguístico para mudanças. Portanto, ao se observar um grande número de crianças no processo de aquisição de linguagem, seria possível construir

uma espécie de gramática das mudanças que apareceram e que poderão aparecer em algum lugar em qualquer língua.

A passagem da fase do balbucio (*pré-linguístico*, para Jakobson) para a fase em que realmente o som passa a ter um valor fonêmico (*linguístico*, para esse autor) é marcada pela capacidade que a criança passa a ter de reconhecer as oposições fonológicas e as consequentes diferenciações no significado das palavras, bem como pela capacidade de guardá-las na memória para reproduzi-las. A partir disso, conforme Jakobson, vê-se que se encontra em formação um sistema fonêmico universalmente válido e rigorosamente regulado por leis estruturais. A criança parece ter, então, a habilidade de falar, dando significados aos seus enunciados de forma a comunicar-se com o mundo.

Jakobson percebe também que parte dos sons comuns ao balbucio e à linguagem do adulto torna-se ausente do repertório linguístico da criança que se encontra nesse estágio: esta apenas gradualmente, de acordo com uma ordem estrutural, dominará os fonemas definidores da forma do som de sua língua materna.

Jakobson destaca, então, a ordem cronológica de aquisição fonológica que, segundo ele, é a mesma em todos os lugares. Assim, por exemplo, parece universal que os sons palatovelares se desenvolvam nas crianças apenas depois dos sons dentais. Haveria correspondência entre a sucessão cronológica dessas aquisições e as leis gerais de solidariedade que governam a sincronia de todas as línguas do mundo. Assim, de acordo com as leis gerais de solidariedade, um valor secundário não pode existir sem o valor primário correspondente.

Além da aquisição de linguagem e dos sistemas linguísticos do mundo em sua evolução, os distúrbios da fala – a dissolução da competência linguística individual, como Jakobson define – também seguem essa regularidade. Ou seja, a perda de um valor primário pressupõe a perda do valor secundário.

em todos os paralelos entre linguagem infantil (ou afasia) e as línguas do mundo, o que é mais conclusivo é a identidade das leis estruturais que determinam sempre e em todos os lugares o que existe ou existirá na língua do indivíduo e na língua da sociedade. Em outras palavras, a mesma hierarquia de valores sempre subjaz a todo aumento e perda dentro de qualquer sistema fonológico dado (JAKOBSON, 1972, p. 65).

O que o raciocínio desse autor, apenas parcialmente apresentado aqui, pode nos indicar?

Do nosso ponto de vista, Jakobson formula uma questão fundamental: a aquisição da linguagem pela criança é acompanhada da perda do “excesso” – já que poder articular tantas consoantes e vogais não tem função alguma –, da processual entrada em um mundo mais delimitado – o finito sistema fonarticulatório da língua em aquisição – e, por isso mesmo, mais funcional, e da instauração de um ser falante em uma dada língua.

Essa tríplice configuração da aquisição de linguagem – deduzida por nossa conta e risco da leitura de Jakobson – possibilita formular nossa própria maneira de ver a *voz e a enunciação*: a entrada de uma criança numa dada língua impõe-lhe a necessidade de falar a sua maneira essa língua. Sim, adquirimos uma língua, no entanto, dizemo-la a nossa maneira sem o quê de nada adiantaria dominar uma gramática geral. A *voz* é, na enunciação, para nós, o que singulariza cada um na gramática de uma língua. Ou ainda, de outra maneira: o processo de entrada em uma língua se dá na proporção em que o falante experiencia, cada vez mais, um afunilamento dessa própria língua, chegando, inclusive, a enunciar-la à sua própria e única maneira.

Em suma, partindo-se da proposição geral de que as línguas têm a propriedade de produzir sentido e somando-se a isso que não há a possibilidade de produzir sentido sem forma, é legítimo considerar a forma fônica, ou o “aspecto vocal/fônico”, como

chama Benveniste, como uma via específica de constituição do sentido. Em outras palavras, mesmo que as línguas tenham padrões melódicos, no interior desses padrões o falante organiza fonicamente sua enunciação de forma a se singularizar no momento da fala.

Algumas referências ao vocal nos textos de Benveniste

Para Ono (2007), em estudo sobre os sentidos do termo *enunciação* na obra de Benveniste, “convém observar que a enunciação oral é privilegiada enquanto objeto de teorização, em relação à enunciação escrita. A *enunciação* é concebida como fonação, ou seja, como fenômeno vocal em ato de realização” (ONO, 2007, p. 32). Segundo ela, “reencontra-se esse aspecto em praticamente todos os empregos à medida que Benveniste, concebendo a enunciação enquanto manifestação, favorece seu estatuto oral, vocal” (IBIDEM, p. 55).

Concordamos com Ono sobre ser a enunciação, em trabalhos de Benveniste, “um fenômeno vocal”. No entanto, parece-nos que Benveniste fala pouco, nos textos dos *Problemas de linguística geral I e II (PLG I e II)*, sobre a especificidade do vocal. Vejamos algumas dessas passagens.

Em *Vista d’olhos sobre o desenvolvimento da linguística*, texto de 1963, Benveniste considera que

a linguagem é um sistema simbólico especial, organizado em dois planos [...]

De um lado é um fato físico: utiliza a mediação do aparelho vocal para produzir-se, do aparelho auditivo para ser percebida. Sob esse aspecto material presta-se à observação, à descrição e ao registro. De outro lado, é uma estrutura imaterial, comunicação de significados, substituindo os acontecimentos ou as experiências pela sua “evocação” (1963/1988, p. 30).

Benveniste dá à natureza vocal relevância, já que ela é um dos lados da linguagem sem o qual não existiria. A linguagem é, assim, “uma entidade de dupla face” (1963/1988, p. 30), o que torna o símbolo linguístico *mediatizante*, uma vez que “organiza o pensamento e realiza-se numa forma específica” (BENVENISTE, 1963/1988, p. 30).

Em *A forma e o sentido e o sentido na linguagem*, de 1966, Benveniste volta a tocar no tema, quando diz que: “O significante não é apenas uma sequência dada de sons que a natureza falada, vocal, da língua exigiria; ele é a forma sonora que condiciona e determina o significado, o aspecto formal da entidade chamada signo” (IBIDEM, p. 225).

Nesse, caso, acrescenta ao tema a questão do *significante* como a *forma* linguística constituída “de um número restrito de unidades sonoras, chamadas fonema” enquanto “estrutura fonemática do significante” que permite distinguir “os fonemas que fazem parte do inventário da língua” daqueles que, “simples ou combinados, caracterizam a estrutura formal do significante e preenchem uma função distintiva no interior desta estrutura” (IBIDEM, p. 225).

Mas, como dissemos acima, é em *O aparelho formal da enunciação* que Benveniste textualmente – embora de maneira reduzida – considera que o *vocal* é um dos aspectos da enunciação. Vamos retomá-lo ainda, pois disso depende o que será proposto adiante.

Benveniste, em *O aparelho*, lembra que o aspecto fônico pode ser estudado “como processo de aquisição, de difusão, de alteração.” E diz, ainda:

os sons emitidos e percebidos, quer sejam estudados no quadro de um idioma particular ou nas suas manifestações gerais [...] procedem sempre de atos individuais, que o linguista surpreende

sempre que possível em uma produção nativa, no interior da fala (1970/1989, p. 82).

Mais adiante, ao falar das condições fornecidas pela enunciação às “grandes funções sintáticas”, Benveniste propõe a noção de “aparelho de funções” – a interrogação, a intimação, a asserção – e conclui, dizendo que “todas as formas lexicais e sintáticas da interrogação, partículas, pronomes, sequencia, entonação etc., derivam deste aspecto da enunciação” (IBIDEM, p. 86). Especificamente, sobre a asserção, considera que “em seu rodeio sintático, como em sua entonação, a asserção visa a comunicar uma certeza, ela é a manifestação mais comum da presença do locutor na enunciação” (IBIDEM,, p. 86).

Em resumo, esses são alguns dos poucos momentos em que Benveniste fala no *aspecto vocal* da enunciação.

Isso posto, cabe, então, perguntar: como esse aspecto pode ser tomado a partir do quadro formal acerca da enunciação esboçado por Benveniste? E mais: como relacionar *voz e enunciação* para poder falar no que especifica cada locutor no interior de uma língua?

Certamente, não podemos fazer mais do que esboçar, em linhas gerais, respostas a essas questões, uma vez que respondê-las de maneira mais definitiva exigiria uma profundidade nos estudos que visam ao vocal na enunciação a qual ainda não temos. No entanto, pensamos ser possível elencar algumas considerações.

Os sentidos da voz e a enunciação

Em Flores (2009; 2010; 2011), consideramos que a enunciação – por ser um ponto de vista que coloca o semântico em primeiro plano na análise linguística – possibilita ver que as

marcas do locutor estão presentes em todos os níveis da língua (fonologia, morfologia, sintaxe etc.), tomados separadamente e/ou em inter-relação. A categoria de análise que permitiu a descrição dessas marcas foi a de *transversalidade enunciativa* (cf. FLORES, 2009; 2011).

Consideramos ainda que a categoria *transversalidade enunciativa* evidencia, na análise linguística, como as mudanças em um nível têm efeitos em outros níveis, o que somente pode ser feito na instância enunciativa.

A voz tal como nós a concebemos, apoiados em Benveniste, ou seja, como um aspecto da enunciação, é transversal no discurso. Ela está presente em todos os níveis da língua e sua natureza é também semântica. Seu estudo não exige, incondicionalmente, a descrição da forma, embora não prescindida dela.

Para delinear o campo da pesquisa enunciativa desse objeto que é a voz – que preferimos chamar de sentidos da voz – listamos abaixo “problemas” que uma teoria semântico-enunciativa da voz deveria enfrentar.

O primeiro e mais evidente: o que descrever para além da pura materialidade da voz, mas da materialidade como suporte da linguagem humana? Encontramos nessa indagação uma versão linguística do problema filosófico proposto por Giorgio Agamben. Em linguística, esse problema tem uma dimensão antropológica que encontra eco na bela expressão benvenistiana, que nomeia a quinta parte de *Problemas de linguística geral, o homem na língua*, ou *o homem na linguagem* como aparece no *prefácio* do primeiro volume dos PLGs. A voz do homem não tem um nome que a designe porque ela não é mera voz, ela é linguagem.

O segundo problema, avatar do anterior, coloca em relevo os níveis da análise linguística: como descrever as relações *gramático-vocal-enunciativas* que são construídas na enunciação de forma a evidenciar o sentido decorrente dessa implicação transversal?

Vemos, nesse ponto, a relevância que um estudo dos sentidos da *voz* daria para as interfaces entre os diferentes níveis da análise linguística, uma vez que coloca em relação elementos segmentais e não segmentais da linguagem. Em todas as situações que listamos anteriormente, a título de exemplo, percebemos essa imbricação *gramático-vocal-enunciativas*, mas, no teste de leitura do enunciado escrito, a imbricação *gramático-vocal-enunciativas* é evidente: cada locutor leu o enunciado e encadeou seus segmentos de acordo com um sentido a ser comunicado.

O terceiro: o que destacar nessa “semântica da voz”? Ainda aqui os exemplos acima podem ser um ponto de observação: em nenhum deles parece ser suficiente uma explicação baseada na noção de suprassegmento, o que não implica prescindir dela. Porém, os casos de dissociação entre o conteúdo do que é enunciado e o efeito que a enunciação do enunciado produz – casos que colocamos no quarto exemplo – chamam a atenção porque o *aspecto vocal* da enunciação parece orientar o sentido do discurso numa direção distinta, para não dizer oposta, ao que as palavras indicam.

Finalmente, os dados do *manhês* ilustram o papel que tem o outro na constituição do sentido do discurso do eu. Como articular, numa teoria, os sentidos da *voz* que se constituem no diálogo, na enunciação, portanto?

Do que foi dito até agora, podemos concluir este trabalho inicial reivindicando certa pertinência para as questões levantadas acima. O principal ponto que, esperamos, possa ser retido diz respeito à inclusão da *voz* como um objeto de análise semântica na linguística. A pergunta que não cala é então: como delimitar, dentre tantos objetos da semântica linguística, a *voz* humana? É para tratar disso que o projeto esboçado neste trabalho pretende ser um primeiro passo.

Bibliografia

AGAMBEN, Giorgio. *Infância e história: destruição da experiência e origem da história*. Belo Horizonte, Editora da UFMG, 2008.

BARBOSA, Plínio A. Prosódia: uma entrevista com Plínio A. Barbosa. *ReVEL*, v. 8, n. 15, 2010. [www.revel.inf.br].

BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral I*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1988.

_____. *Problemas de linguística geral II*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1989.

FLORES, Valdir. A enunciação e os níveis de análise linguística em dados de distúrbios de linguagem. *Organon. Revista do Instituto de Letras da UFRGS*. Porto Alegre: n. 46, v. 23, p. 177-189, 2009.

FLORES, Mariana R.; BELTRAMI, Luciane; SOUZA, Ana Paula R. de Souza. "O manhês e suas implicações para a constituição do sujeito na linguagem". *Revista Distúrbios da Comunicação*. São Paulo, 23(2): 143-152, ago. 2011.

_____. *Enunciação e distúrbios de linguagem: sobre níveis de análise da fala sintomática*. Porto Alegre: Relatório de projeto de pesquisa (Processo PQ - CNPq 303327/2007-3), 2010. mimeo.

_____. O lugar metodológico da análise da enunciação em relação aos níveis da análise linguística. In: COLLISSCHONN, G. e BATTISTI, E. (Org.). *Estudos da linguagem*. Perspectivas de investigação. EDUCAT, Pelotas, RS, 2011.

JAKOBSON, R. *Child language, aphasia and phonological universals*. The Hague-Paris: Mouton, 1968.

O encontro com Saussure e Benveniste e os efeitos na reflexão sobre a aquisição da linguagem

Carmem Luci da Costa Silva¹

A reflexão sobre o fenômeno aquisição da linguagem apresentada neste texto é tributária da leitura realizada do *Curso de Linguística Geral (CLG)* e dos *Escritos de Linguística Geral (ELG)* de Ferdinand de Saussure e das obras *Problemas de Linguística Geral I (PLG I)* e *Problemas de Linguística Geral II (PLG II)* de Émile Benveniste. Embora considere diferenças de ordem epistemológica, teórica e metodológica entre esses linguistas, não serão discutidas aqui essas diferenças. Isso porque o interesse é o de deslocar as questões de Saussure e de Benveniste para pensar a aquisição da linguagem. Como lembra Normand (2009), nas abordagens que tratam da relação Saussure-Benveniste, um dos discursos que aparece é o da filiação, transmissão, da *escola*. Esse discurso mostra que Saussure *genuit* Benveniste, que *gerou* a análise do discurso e outros filhos. A defesa de Normand (2009)

¹ Docente do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas e do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

é a de que Benveniste “encontrou” Saussure no que pôde conhecer de seus escritos, assim como muitos linguistas conheceram ambos através do que escreveram. Este texto mostra os efeitos² que a leitura dos autores promoveu na reflexão que realizei sobre a aquisição da linguagem.

Os movimentos da criança na estrutura enunciativa

A passagem “A língua é um traje coberto de remendos feitos de seu próprio tecido” (SAUSSURE, 1916/2000, p. 200) desencadeou a reflexão a ser realizada. Essa citação, ao que me parece, relaciona-se aos dois princípios da língua apontados pelo mestre genebrino nos *Escritos de Linguística Geral*: continuidade e mutabilidade. Esses dois princípios, a meu ver, são constitutivos da aquisição da linguagem, já que a criança, a cada vez que está na enunciação, marca seu movimento na língua, mas um movimento que, em momento algum, chega a entrar em conflito com a unidade da língua (SAUSSURE, 2002).

Considerando esses dois princípios saussurianos como constitutivos da aquisição da linguagem, reflito sobre esse processo inspirada na Teoria Enunciativa, de Émile Benveniste, linguista que segue os rastros de Saussure. A partir dessa perspectiva, mostro os deslocamentos enunciativos realizados pela criança para produzir referências no discurso para o outro da alocação e se constituir, de modo singular, como um sujeito falante de sua língua materna. A análise que realizei ocorre a partir da ve-

² O uso do termo *efeito* foi inspirado na leitura do texto de Claudine Normand “Alguns efeitos da teoria saussuriana sobre uma descrição semântica”, presente na obra *Convite à linguística*, organizada por Valdir do N. Flores e Leici B. Barbisan. Tradução de Cristina de C. V. Birck et al. São Paulo: Contexto, 2009.

rificação dos diálogos de Francisca (FRA) com seus familiares, transcritos³ a seguir:

Olhemos para dois recortes enunciativos:

Recorte enunciativo 1

Participantes: CLA (babá); AVÓ e CAR (tia, filmando)

Idade da criança: 1;5.15

Situação: FRA e AVÓ estão na cozinha. A AVÓ abre um armário e pega uma lata com bolacha. FRA abre e fecha o armário duas vezes.

01 AVÓ: deu, deu ah fechô! Comi [= entregando uma bolacha a FRA], vamu guardá issu vamu guarda de novu [= com a lata na mão e FRA abrindo a porta do armário] @ guardei! [= colocando o pacote de bolacha na lata e fechando-a]

02 Com: FRA abre a porta do armário, batendo-a em suas pernas.

03 AVÓ: opa! Tá fecha

04 Com: FRA fecha o armário.

05 AVÓ: fechô!

06 FRA: oô

³ Na transcrição, adoto a seguinte convenção: um cabeçalho contendo os participantes da situação de enunciação, indicados pelas três letras iniciais do nome. Ainda entre parênteses é explicitado o grau de parentesco com a criança. Os turnos de diálogo são indicados pelas três primeiras letras do nome de cada participante. FRA indica as iniciais da criança estudada (Francisca). Os comentários do transcritor sobre aspectos da situação da enunciação são indicados com a expressão "com". Entre colchetes [...], são indicadas ações paralelas à fala e eventos não-linguísticos, como risos. A marca @ indica pausa breve e a indicação XXX refere-se a segmentos não apreendidos pelo transcritor.

Recorte enunciativo 2

- Participantes:* AVÓ; CLA (babá) e CAR (tia, filmando)
- Idade da criança:* 2;0.05
- Situação:* FRA está na garagem da casa da AVÓ, interagindo com CAR, CLA e a AVÓ.
- 01 CAR: tu viu que o miau tá durmindu? O miau tá durmindu
- 02 Com: FRA olha para o gato que dorme sobre o tapete. Depois, olha para a boneca que deslizou para o chão, puxando-a para sentar.
- 03 FRA: caiu
- 04 CAR: caiu @ o nenê tá preguiçosu né?
- 05 FRA: ãh?
- 06 CAR: o nenê só qué durmi
- 07 FRA: é
- 08 CAR: essi nenê!
- 09 Com: FRA pega a boneca no colo
- 10 FRA: sosu @ ai guiçãou
- 11 CAR: é preguiçosu? [= risos]
- 12 FRA: guiçãou
- 13 CAR: por que ele é preguiçosu?
- 14 FRA: XXX ai qué col
- 15 CAR: hum? Qué cólu? [= risos]
- 16 FRA: é

Mesmo que considere, em uma concepção enunciativa, que a cada ato de enunciação todo homem modifica sua relação com a língua, não posso deixar de levar em conta o fato de que, na

aquisição da linguagem, não ocorre somente uma modificação, mas vai se presentificando algo que *falta*. É o momento em que o tecido para compor o “traje língua” de que fala Saussure é, ao mesmo tempo, escolhido e imposto na estrutura enunciativa. Nesse caso, é o modo como cada locutor-criança costura seu traje que está em questão, porque interessa verificar como tece sua roupa particular, ou seja, como singularmente se instaura em sua língua materna. Esse modo é único e singular!

Na verdade, o que a criança mostra é a apreensão particular do *tecido da língua* para produzir sentidos sempre novos a cada ato enunciativo, pois, como diz o mestre genebrino ao explicar a criação de formas analógicas, “cada inovação será uma nova aplicação de elementos fornecidos pelo estado anterior da linguagem” (SAUSSURE, 2002, p. 140). Ora, a inserção do discurso no mundo via enunciação está ligada ao presente inerente à enunciação, que se renova a cada produção do discurso, delimitando por referência interna o que vai se tornar presente e o que já não o é mais.

Intersubjetividade e constituição de referência no discurso são aspectos fundamentais para a criança costurar o seu traje (sua língua materna) como os recortes mostram. Do ponto de vista enunciativo, os recortes apresentam movimentos da criança no discurso ligados a duas lógicas que coloco em destaque.

Na primeira lógica, a criança realiza X (ato verbal ou não verbal), a que o outro da alocação atribui referência. Esse movimento emerge no primeiro recorte, quando a avó, ao se constituir como locutor e se apropriar da língua, remete-se à situação de enunciação e ao ato não-verbal de FRA, que fecha o armário (cf. situação descrita) para enunciar: “deu, deu, ah fechô” (linha 01) e “fechô” (linha 05). A referência constituída no discurso da AVÓ possibilita à criança, enquanto locutário, escutar o segmento final e, no jogo de reversibilidade enunciativa, sintagmatizar “oô” (linha 06). Nesse caso, o efeito enunciativo do discurso da AVÓ, que se assume como locutor e implanta

a criança como seu locutário, permite, pela inversibilidade, à criança declarar-se como locutor para produzir “oô” (linha 06).

Ainda destaco, no recorte enunciativo, o movimento de retomadas do discurso do locutor anterior pelo atual. Nesse recorte, onde o locutor-criança parece atualizar o discurso do outro da sua alocação com uma asserção (“oô”), produzindo o efeito de certeza após a enunciação “fechô” do locutor-avô.

No segundo recorte, encontra-se a primeira lógica juntamente com uma segunda. Nessa segunda, onde destacam-se as operações de constituição e de integração (BENVENISTE, 1962/1995), que me parecem ligadas às faculdades de associação e de co-ordenação, as quais, segundo Saussure, desempenham o principal papel na organização da língua enquanto sistema (1916/2000, p. 21) e, como tais, são constitutivas do tecido da língua.

Nessa lógica, recorrente no recorte enunciativo 2, a criança constitui-se como locutor em uma relação de intersubjetividade para instanciar a referência no discurso e ser constituída pelo mecanismo de funcionamento da língua, que comparece, como já enunciado, por meio das operações de constituição e de integração. De fato, para *estar no* simbólico de sua língua materna, a criança precisa entrar cada vez mais na estrutura relacional da língua, à qual está desde sempre submetida, costurando *forma* e *sentido*. Nesse caso, a reciprocidade entre os níveis semiótico (língua enquanto estrutura de paradigma) e semântico (língua na comunicação intersubjetiva enquanto estrutura sintagmatizada) parece ser a responsável pela presença da criança na linguagem. Isso porque suas *formas enunciativas* produzidas têm *sentido* a partir de seus empregos na frase, *sentido* este ajustado na relação enunciativa constituída por *eu* e por *tu*, em que o locutário ressignifica o *sentido* da *forma enunciativa* (do nível semântico) do locutor (criança) com uma *forma da língua* (do nível semiótico). No diálogo apresentado, o outro da alocação, ao se constituir como locutor, apropria-se da língua para dar

continuidade à enunciação “caiu” da criança (linha 3) de dois modos: 1) repetindo a forma da criança “caiu” (linha 4) e, desse modo, atestando um batismo a essa forma como pertencente à língua; 2) sintagmatizando novas formas: “o nenê tá preguiçosu né?” (linha 4). As novas formas sintagmatizadas são motivos para a criança apresentar sua dúvida: “ãh?” (linha 5). E o outro da alocação continua sintagmatizando novas formas: “o nenê só qué durmi” (linha 6). A criança concorda com a forma “é” (linha 7) para, em seguida, tomar nas mãos a boneca e enunciar as formas: “sosu, ai guiçosu” (linha 10).

Se “o sentido da frase está na totalidade da ideia percebida por uma compreensão global, a forma se obtém pela dissociação analítica do enunciado processada até as unidades semânticas, as palavras” (BENVENISTE, 1966/1989, p. 232). Por isso, vejo como fundamental, na operação de referência do ato de aquisição da linguagem, a presença das relações de *dissociação* e de *integração*. De fato, para Benveniste (1962/1995), a *forma* de uma unidade consiste na capacidade de *dissociação* em constituintes de nível inferior, enquanto o *sentido* na capacidade de *integração* em uma unidade de nível superior. É justamente a apreensão dessa dupla capacidade da língua que possibilita à criança engendrar as formas para produzir referências no discurso, como vemos nas modificações das formas enunciativas “sosu” e “guiçosu” (linha 10). Nesse caso, *forma* e *sentido* aparecem como propriedades conjuntas, necessárias, simultâneas e inseparáveis no funcionamento da língua. As possibilidades de dissociação e de integração estão necessariamente relacionadas à associação com outras formas no paradigma da língua e à combinação na ordem sintagmática. E aí retomo a questão saussuriana: a criança está remendando e costurando seu traje, mas sua costura somente é possível a partir do tecido da língua.

Após a criança enunciar “sosu” e “guiçosu” (linha 10) novamente o outro da alocação traz a forma autorizada pela língua,

indagando a criança: “por que ele é priguiçosu?” (linha 13). E a resposta é: “ai qué cól” (linha 14). A dúvida sobre o sentido da forma “preguiçoso” parece ter sido desfeita na enunciação e os trajas do outro e da criança parecem assemelhar-se. Nesse vai e vem de formas e de sentidos, a criança, pela língua-discurso, constrói uma semântica particular, produzindo estruturas no uso, que se convertem em formas da língua na relação enunciativa constituída por *eu* e por *tu*.

É pelo sentido e pela referência que a frase se torna analisável para o locutor, permitindo-lhe apreender o signo a partir do sentido constituído pelo emprego da palavra na frase. A frase é “criação indefinida, variedade sem limite, é a própria vida da linguagem em ação” (BENVENISTE, 1962/1995, p. 139). Como unidade do discurso, a frase tem na referência sua propriedade fundamental, já que enunciar é “falar de”. Como afirma Lichtenberg (2006, p. 133), “para que a língua possa ser interpretada por quem a utiliza é necessário que ela signifique a situação enunciativa, um certo *mundo* relativo a *eu-tu-aqui-agora* que se revela na frase”.

Outro ponto que destaco diz respeito aos ajustes de sentido produzidos no diálogo constitutivo da enunciação de *eu* e de *tu*, pois o traje da criança é costurado com os remendos realizados também pelo outro da sua alocação, que detém grande parte do tecido que compõe a roupa. É por aí que vemos o locutor-criança produzindo os sentidos com o seu alocutário na enunciação e constituindo as formas da língua na sintagmatização do discurso. Isso faz do lugar de enunciação concedido pelo outro à criança a condição de ela estar na língua.

Assim, destaca-se nessas lógicas o seguinte aspecto: a intersubjetividade como inseparável da atribuição de referência. As formas enunciativas do locutor-criança atestam um saber sobre a língua que está em mutabilidade, no entanto, essa *mutabilidade* inclui a *ordem da língua* e a *singularidade da enunciação*, o que

permite ao outro ajustar a relação forma-sentido. Trata-se do efeito que a enunciação do outro tem sobre a da criança e do efeito da enunciação da criança sobre a do outro. Esses efeitos enunciativos se produzem no ato único e irrepetível de cada enunciação e fazem com que o lugar de enunciação concedido à criança pelo outro se constitua como a condição de ela se instaurar na língua ou vestir seu traje. É um apropriar-se constante da língua por meio da relação intersubjetiva, ou seja, via o discurso que se instancia na relação *eu-tu*.

A *enunciação*, considerada como o “colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização” (BENVENISTE, 1970/1989, p. 82), fundamenta-se na noção de ato que coloca em cena locutor, alocutário e referência. Ao estudar a linguagem da criança no quadro teórico enunciativo de Émile Benveniste, concebo a aquisição da linguagem como um ato de enunciação e a enunciação como uma estrutura de aquisição da linguagem que comporta os sujeitos (a criança e o outro) e a língua, constituindo o dispositivo *eu(criança)-tu(outro)/ele* (referência atualizada no discurso). Essa estrutura enunciativa do ato de aquisição de linguagem que descrevo em Silva (2007; 2009) me permite mostrar os movimentos da criança na relação língua-enunciação-língua. Enquanto realização, a enunciação pode se definir, em relação à língua, como um processo de *apropriação* do locutor. Nessa apropriação implanta o outro diante de si e expressa certa relação com o mundo, pois “a condição mesma dessa mobilização e dessa apropriação da língua é, para o locutor, a necessidade de referir pelo discurso, e, para o outro, a possibilidade de co-referir...” (BENVENISTE, 1970/1989, p. 84).

Como ocorre a apropriação da língua por Francisca para referir em seu discurso e possibilitar ao outro co-referir? A metáfora saussuriana que associa a língua a um traje permite-me estabelecer a seguinte relação: se a enunciação é um processo individual de apropriação da língua, enunciar é vestir um traje

com remendos costurados singularmente pelo próprio locutor. Dessa relação, levanto os seguintes questionamentos: De que remendos Francisca se vale para vestir seu traje? Como ela costura seu traje?

A enunciação, ao supor a conversão da língua em discurso (BENVENISTE, 1970/1989, p. 83), aponta para o mecanismo da produção, que é o da verificação de como o sentido se forma em palavras. É esse processo de semantização da língua que coloco em relevo para pensar os movimentos de constituição de referência no discurso da criança. Do ponto de vista enunciativo, os movimentos da criança nos recortes enunciativos podem ser sintetizados na seguinte lógica: a criança enuncia *X*, em que *X* é: a) remetido à situação de enunciação, responsável pela atribuição de referência; b) formado por unidades que estão em relação entre si; c) constituído por operações de constituição/integração dessas unidades e d) constituído por ajustes de *sentido* e de *forma* das referências produzidas na enunciação de *eu* e de *tu*.

Os deslocamentos enunciativos presentes nessa lógica me encaminham a destacar outra passagem metafórica de Saussure que tem produzido efeitos sobre a reflexão que tenho empreendido em aquisição da linguagem e reforçado os princípios que desenvolvo para pensá-la sob o ponto de vista enunciativo. É a relação *língua-riacho*, que novamente coloca em jogo a relação entre *mutualidade* e *continuidade*, princípios saussurianos que dialogam com a relação *língua-enunciação-língua*. Nos *Escritos de Língua Geral*, Saussure associa a língua a um riacho na montanha, em que o termo *riacho* aparece destacado em maiúsculas. Na passagem, o mestre genebrino tematiza justamente a relação entre a origem da língua e seu estado permanente:

Observar a língua e se perguntar em que momento preciso uma tal coisa “começou” é tão inteligente quanto observar o riacho na montanha... o RIACHO existe enquanto se diz que ele nasce

e que, reciprocamente, ele nada faz além de nascer enquanto se diz (ELG, p. 85, grifos nossos).

Essa passagem dialoga com outra do CLG, p. 16:

a cada instante ela [linguagem] é uma instituição atual e um produto do passado. Parece fácil, à primeira vista, distinguir entre esses sistemas e sua história, entre aquilo que ele é e o que foi; na realidade, a relação que une ambas as coisas é tão íntima que se faz difícil separá-las. *Seria a questão mais simples se se considerasse o fenômeno linguístico em suas origens; se, por exemplo, começássemos por estudar a linguagem das crianças?* Não, pois é uma ideia bastante falsa crer que em matéria de linguagem o problema das origens difira do das condições permanentes; não se sairá mais do círculo vicioso, então (SAUSSURE, 1916/2000, p. 16, grifo nosso).

Essas citações, que evocam novamente os dois princípios da língua apontados pelo mestre genebrino nos *Escritos de Linguística Geral*, *continuidade* e *mutabilidade*, a meu ver, são constitutivos da aquisição da linguagem, já que a criança, a cada vez que está na enunciação, marca seu movimento na língua, mas um movimento que, em momento algum, chega a entrar em conflito com a organização da língua (SAUSSURE, 2002). De fato, ela está em um movimento na língua que, como diz Saussure (2002, p. 136), *tudo está ali*. Se a enunciação é apropriação da língua por um locutor, trata-se do fato de que a criança se apropria de toda a língua (tem à sua disposição todos os níveis e unidades) e não um nível ou unidade da língua. Além disso, o riacho (língua) existe *quando se diz*, o que aponta para a passagem de Benveniste de que “Antes da enunciação, a língua não é senão possibilidade da língua” (970/1989, p. 83).

A existência da língua (riacho) na enunciação relaciona-se com o locutor, pois é ele quem lhe dá existência. O teórico enun-

ciativo chama a atenção sobre esse fenômeno no texto “Aparelho formal da enunciação”: “Trata-se [...] de um mecanismo total e constante que, de uma maneira ou outra afeta a língua toda” (op. cit., p. 82). Também, no texto “Da subjetividade da linguagem”, ele observa: “A linguagem está de tal forma organizada que permite a cada locutor apropriar-se da língua toda...” (BENVENISTE, 1958/1995, p. 288). Nesse caso, ao se eleger um ponto de vista enunciativo para tratar da aquisição da linguagem, não se elege *a priori* um nível de análise nem uma unidade de análise, porque está em questão o modo pelo qual as formas linguísticas da enunciação se diversificam e se engendram para produzir sentido a cada ato de enunciação.

As questões aqui tratadas permitem-me responder ao seguinte questionamento: “como uma teoria enunciativa de aquisição da linguagem, que dialoga com o pensamento de Saussure, explica a passagem da criança de não-falante a falante de sua língua materna?”

A resposta à pergunta retomará três aspectos que emergiram do diálogo estabelecido entre as metáforas saussurianas e a reflexão empreendida por Benveniste, que considero centrais em uma concepção enunciativa de aquisição da linguagem: *a unidade de análise, o nível da análise e a questão desenvolvimental*. Esses três aspectos estão entrelaçados na explicação que uma teoria enunciativa pode dar às mudanças que ocorrem no ato de aquisição da linguagem, pois, como mostra o segundo recorte enunciativo apresentado neste estudo, as modificações na relação da criança com a língua processam-se no mesmo tempo e espaço de enunciação. Como explicar essa mudança pela noção de estágio, já que a criança está na mesma fase, ou seja, tem a mesma idade? Que mudanças poderiam ser explicadas? No léxico, na fonologia, na morfologia, na sintaxe? A escolha de uma unidade do léxico talvez me encaminhasse a explicar como a criança adquire uma forma nova: “preguiçoso”. Já a escolha de uma unidade do nível

fonológico talvez me levasse a explicar a omissão de segmentos, a troca segmentos, sustentando essas modificações via resultados de outras pesquisas para mostrar que a criança está em um dado estágio de aquisição fonológica. Se a escolha recaísse sobre o nível sintático, possivelmente minha explicação teria que mostrar a passagem de enunciados de uma palavra (“caiu/sosu/guiçosu”) para enunciados de múltiplas palavras (“ai qué cól...”) e suas combinações. Do ponto de vista morfológico, poderia mostrar a estrutura interna das formas presentes no discurso transcrito. Ora, tudo isso acontece em um mesmo fato enunciativo de análise.

Por isso, retomo a citação saussuriana de que “A língua é um traje coberto de remendos feitos de seu próprio tecido” para pensar os princípios de *continuidade* e *mutabilidade* na aquisição da linguagem. Se a enunciação é apropriação da língua por um locutor, trata-se do fato de que a criança está imersa na língua e submetida à sua organização porque participa das relações enunciativas com seus interlocutores, que detém esse “tesouro”. Nesse caso, ao se eleger um ponto de vista enunciativo para tratar da aquisição da linguagem, não se elege *a priori* um nível de análise nem uma unidade de análise, porque está em questão o modo pelo qual as formas linguísticas da enunciação se organizam e agem umas sobre as outras para produzir sentidos únicos a cada ato de enunciação. Assim, não elegendo nas análises unidades determinadas *a priori*, deixo-me interrogar pelas enunciações da criança, que me desafiam a buscar, no aparato teórico-metodológico da perspectiva enunciativa de Émile Benveniste, a lógica relacionada aos movimentos singulares da criança na estrutura enunciativa.

As questões apontadas fazem-me distanciar de uma concepção desenvolvimental de aquisição de linguagem, visto todas as formas da língua estarem desde sempre implicadas nas relações enunciativas de *eu* e de *tu*. Na verdade, o que a criança mostra é a apreensão particular de todo *o tecido da língua* para produzir sentidos sempre novos a cada ato enunciativo, pois, como diz o

mestre genebrino, “o riacho existe enquanto se diz que ele nasce e que, reciprocamente, ele nada faz além de nascer enquanto se diz” (SAUSSURE, 2002, p. 85). Ora, a inserção do discurso no mundo via enunciação está ligada ao presente inerente à própria enunciação, que se renova a cada produção do discurso, delimitando por referência interna o que vai se tornar presente e o que já não o é mais, uma vez que a língua (riacho) existe enquanto se enuncia. Nessa perspectiva, a aquisição não pode ser vista como evolução, conforme uma *perspectiva desenvolvimentista*, mas como uma *apreensão*, pois a criança, ao mesmo tempo em que constitui a língua com o *outro*, é constituída pela *estrutura* da língua, em que cada ato de enunciação, ao inserir seu discurso no mundo, é marcado por uma nova relação com a *língua* e com o *outro*. Dessa maneira, cada discurso enunciado pela criança na *sincronia* traz, simultaneamente, a *diacronia*, já que o estado atual de língua traz o estado anterior. Assim, em uma concepção enunciativa, a *sincronia* está relacionada à renovação que se vincula ao presente inerente à enunciação e a *diacronia* como a presença da regularidade da língua (o repetível) a cada produção de discurso.

Na verdade, cada ato enunciativo carrega as marcas de atos enunciativos anteriores, o que faz com que o locutor (criança), na história de suas enunciações, constitua a língua e, concomitantemente, seja por ela constituído. Nesse caso, cada locutor carrega uma história de enunciações, por meio da qual se instaura em sua língua materna e no sistema de representações de sua cultura, estabelecendo-se, desse modo, como sujeito de linguagem. Movimentando-se da enunciação para a língua e da língua para a enunciação, o sujeito da aquisição da linguagem instaura-se no funcionamento referencial e intersubjetivo da linguagem.

Mas como se dá esse movimento? A expressão de Benveniste de que “todo homem inventa a sua língua e a inventa durante toda a sua vida” permite-me pensar que todo homem está desde sempre mudando sua relação com a língua e de que as mudan-

ças em relação à linguagem não são próprias da criança. Nesse caso, tanto o locutor (criança) quanto seu alocutário estão em uma estrutura de enunciação em que ambos se modificam. No entanto, mesmo que considere que a cada ato de enunciação todo homem modifica sua relação com a língua, não posso deixar de considerar o fato de que, na aquisição da linguagem, não ocorre somente uma modificação, mas vai se presentificando algo que *falta*. É o momento em que o tecido para compor o traje língua de que fala Saussure é, ao mesmo tempo, escolhido e imposto. Nesse caso, é o modo como cada locutor costura seu traje que está em questão, porque interessa verificar como tece sua roupa particular, ou seja, como singularmente se instaura em sua língua materna. Uma teoria enunciativa não considera a noção de estágio justamente porque a própria noção de enunciação impossibilita conceber a repetibilidade e a generalidade, fenômenos que, de certa forma, sustentam a concepção de fases de aquisição. De fato, para que se diga que a criança está em determinado estágio, torna-se necessário levar em conta a recorrência de formas e mecanismos da língua, assim como a presença de tais formas e mecanismos em outras crianças de faixa etária semelhante em uma amostra representativa.

A enunciação situa-se no terreno da irrepetibilidade, já que a cada vez que a língua é enunciada, o tempo (agora), o espaço (aqui) e as pessoas (*eu* e *tu*) são únicas e singulares. Por isso, uma análise enunciativa não generaliza os seus resultados, porque a especificidade do tempo, do espaço e dos locutores aí incluídos permite conceber o que há de singular na aquisição da linguagem para o locutor-criança em questão. Por isso, observo os movimentos de anterioridade/posterioridade em uma dependência lógica, não cronológica.

O *eu*, de um ponto de vista da aquisição considerado a criança, desloca-se em uma estrutura enunciativa, que comporta o *tu* (outro), o *ele* (língua atualizada no discurso), sendo constituído

pela língua-discurso ao mesmo tempo em que a constitui. Considerar a expressão *língua-discurso* implica pensar as regularidades do sistema linguístico no quadro da singularidade da enunciação. Implica considerar um tecido compartilhado (mecanismo da língua) para a costura de um traje único e particular, a língua materna engendrada pelo sujeito falante. O ato de aquisição da linguagem abre o caminho para que costuremos nossos trajes, desfilando por aí nosso estilo (nossos discursos)... O outro da alocação da criança tem armazenado um sistema gramatical; o “tesouro depositado pela prática de fala” (SAUSSURE, 1916/2000, p. 21). Nesse sentido, esse outro é o lugar de armazenagem das linhas, agulhas e do próprio tecido. O modo como esse outro vai abrindo essa caixa de tesouro para a criança é fundamental, pois é nesse lugar que ela pode costurar sua própria roupa.

Palavras finais

Na enunciação, segundo Benveniste (1970/1989), é preciso considerar o ato, que instancia locutor e locutário; a situação em que se realiza, a partir da qual o locutor produz referência, e os instrumentos de realização (os caracteres da língua). Retomando a metáfora saussuriana, contida no enunciado “A língua é um traje coberto de remendos feitos de seu próprio tecido”, parece-me que a explicação para o processo de aquisição da linguagem pela criança por um ponto de vista enunciativo requer a observação do modo como a criança costura o seu traje (a sua língua materna) a partir de um tecido que lhe pré-existe (o mecanismo da língua compartilhado). A escolha que a criança faz da cor do tecido, do tipo de linha e de agulha (os instrumentos e os caracteres da língua) para tecer a sua vestimenta (seu discurso) e o modo como engendra os remendos para compor essa roupa parecem constituir aspectos fundamentais a serem considerados por um pesquisador enunciativo de aquisição da linguagem, que

procura observar os movimentos do riacho (língua) a cada ato de enunciação da criança.

Referências

BENVENISTE, Émile (1958). Da subjetividade na linguagem. In: _____. (1966). *Problemas de linguística geral I*. 4. ed. Campinas: Pontes, 1995.

_____. (1962). Os níveis da análise linguística. In: _____. (1966). *Problemas de linguística geral I*. 4. ed. Campinas: Pontes, 1995.

_____. (1966). A forma e o sentido na linguagem. In: _____. (1974). *Problemas de linguística geral II*. Campinas: Pontes, 1989.

_____. (1970). O Aparelho formal da enunciação. In: _____. (1974). *Problemas de linguística geral II*. Campinas: Pontes, 1989.

LICHTENBERG, Sônia. *Sintaxe da enunciação: noção mediadora para reconhecimento de uma linguística da enunciação*. Porto Alegre: UFRGS, 2006. Tese de doutorado.

NORMAND, Claudine. *Convite à linguística*. Claudine Normand: Valdir do N. Flores e Leci B. Barbisan (Org.). Tradução de Cristina de C. V. Birck et al. São Paulo: Contexto, 2009.

SAUSSURE, F. *Escritos de linguística geral*. São Paulo: Cultrix, 2002.

SAUSSURE, Ferdinand. (1916) *Curso de linguística geral*. São Paulo: Cultrix, 2000.

SILVA, Carmem Luci da Costa. *A criança na linguagem: enunciação e aquisição*. Campinas: Pontes, 2009.

_____. *A instauração da criança na linguagem: princípios para uma teoria enunciativa em aquisição da linguagem*. Porto Alegre: UFRGS, 2007. (Tese de doutorado)

A criança e a construção de sentidos no aqui-agora da enunciação

*Marlete Sandra Diedrich*¹

Sempre que falamos, falamos de um determinado aqui-agora, e essas condições acabam também por constituir quem somos, o que dizemos e o que fazemos. Por essa razão, inicialmente, precisamos dizer que nosso interesse é a linguagem da criança. E é desse lugar que falamos neste artigo. Buscamos, a partir da leitura de Benveniste, mais especificamente a partir de alguns de seus textos, pensar na enunciação da linguagem infantil, e o fazemos certamente bastante influenciados pelas produções de Silva (2009), a qual apresenta um dispositivo enunciativo para abordar a aquisição da linguagem, embasada nos princípios do mesmo linguista que nos inspira.

Sobre a obra de Benveniste, cabe lembrar os estudos de Flores, segundo os quais “a teoria de Benveniste aceita ser lida como uma complexa rede conceitual cujos termos e noções estão interligados a partir de diferentes relações – hierárquicas, paralelas, transversais etc. – entre si” (2011, p. 4). Cientes desta orientação, optamos por trabalhar alguns princípios, integrados entre si e propostos em diferentes textos do autor: para explicitarmos os conceitos de subjetividade e intersubjetividade, par-

¹ Professora de Língua Portuguesa e Linguística do curso de Letras da UPF. Mestre em Linguística pela PUC-RS.

timos do texto *Da subjetividade da linguagem* (1958/2005); para focalizarmos a construção do sentido, apoiamo-nos no texto *A forma e o sentido na linguagem* (1966/1989); para analisarmos a categoria de pessoa na enunciação, amparamo-nos nos textos *O aparelho formal da enunciação* (1970/1989) e *Estrutura da língua e estrutura da sociedade* (1968/1989). Assim, a partir desses princípios pretendemos pensar na enunciação da linguagem infantil.

Definida, portanto, a posição de onde falamos, apresentamos, na sequência, um rol de inquietações investigativas que nos provocam a buscar respostas acerca da linguagem infantil. Estamos, certamente, à procura de um caminho que nos leve a tal desvelamento e pretendemos, aqui, traçar uma possível rota de caminhada. Como afirmamos anteriormente, esta rota encontra em alguns princípios propostos por Benveniste seu aporte e nos leva a refletir acerca destes princípios para procurar, a partir deles, compreender de que forma a criança constitui os sentidos pretendidos no seu dizer em sua relação com a linguagem. Por fim, debruçamo-nos sobre alguns dados da linguagem da criança, os quais, mais do que nos apontarem respostas, apontam-nos novas indagações. Percorramos, pois, esse caminho.

A linguagem da criança e seu processo de aquisição apontam para a introdução desta criança na sociedade e na cultura. Por este prisma, a língua se revela como mediação entre o mundo adulto, pré-existente, e a criança, a qual, na relação com o adulto vive e experencia a língua enquanto instituição social e coletividade. Essa relação com o adulto, portanto, representa algo muito valioso no processo de aquisição da linguagem infantil, pois é, a partir desta relação, que a criança se apropria das estruturas linguísticas e as enuncia em seu próprio discurso, particularizando-as. Sabendo disso, indagamos: Como os modos de dizer do outro constituem o dizer da criança? Como as marcas linguísticas se singularizam nas enunciações da criança com seus interlocutores? Que fatores do aqui-agora da enunciação determinam essas singularidades?

Contribuições teóricas

Reveladas nossas inquietações investigativas, enveredamos pela obra benvenistiana em busca de luzes que possam iluminar nossa trajetória. Fazemos isso inicialmente a partir das contribuições teóricas de *A forma e o sentido na linguagem*, apresentadas originalmente em 1966. Ao se dirigir a filósofos, Benveniste assume explicitamente a posição de linguista ao tratar da questão “forma e sentido na linguagem”. Acreditamos que este texto tem condições de iluminar nosso trabalho acerca da linguagem infantil e trataremos de mostrar por quê. Assim como Benveniste afirma nesse texto, também nós nos ocupamos da “linguagem dita ordinária” (1966/1989, p. 221), característica do mover e crescer da criança no mundo dos homens. Nesse mover e crescer, a criança busca cumprir o que o linguista descreve acerca da linguagem: “Antes de qualquer coisa, a linguagem significa” (IBIDEM, p. 222). E isso, para o autor, transcende e explica todas as demais funções da linguagem, as quais são resumidas por ele da seguinte forma: “eu diria que, bem antes de servir para comunicar, a linguagem serve para *viver*” (p. 222). Temos clareza de que o linguista não estava se referindo à linguagem da criança em especial, mas à linguagem em geral. Entretanto, ousamos refletir acerca desta função tão primordial da linguagem que é “significar” para “viver” a partir do olhar da criança. Certamente, a criança nasce num mundo organizado linguisticamente e do qual ela precisa se apropriar a fim de constituir e assumir nele sua posição. Nesse mundo, as formas da língua significam. Dar conta desse significado é tarefa que a criança muito cedo precisa começar a cumprir e vai cumpri-la durante toda a sua vida, a cada novo ato enunciativo vivido. E como o faz? Com que especificidades? De posse de quais procedimentos? Benveniste, para dar conta da questão da significação, tece sua tese acerca dos

domínios semiótico e semântico, a qual se revela extremamente importante para nossa reflexão.

Segundo o autor (p. 227):

tudo o que é do domínio do semiótico tem por critério necessário e suficiente que se possa identificá-lo no interior e no uso da língua. Cada signo entra numa rede de relações e de oposições com os outros signos que o definem, que o delimitam no interior da língua. Quem diz “semiótico” diz “intralinguístico”. Cada signo tem de próprio o que o distingue dos outros signos.

Assim, Benveniste define a língua como semiótica, contrapondo-a à língua como semântica (p. 229):

A noção de semântica nos introduz no domínio da língua em emprego e em ação; vemos desta vez na língua sua função mediadora entre o homem e o homem, entre o homem e o mundo, entre o espírito e as coisas, transmitindo a informação, comunicando a experiência, impondo a adesão, suscitando a resposta, implorando, constrangendo; em resumo, organizando toda a vida dos homens.

Com essas duas definições, Benveniste explica a significação de forma especializada, conforme ele mesmo afirma (p. 229). Assim, segundo o linguista, o significado do signo, geral, convencional, passa por uma atualização na produção do discurso, cujo principal agente é o locutor que coloca a língua em ação. Nesse processo, relações paradigmáticas e sintagmáticas marcam as operações: as relações semióticas se definem paradigmaticamente, enquanto as relações semânticas se definem sintagmaticamente. O signo, portanto, passa, no discurso, à condição de palavra. O sentido se revela pela escolha, pelo “agenciamento de palavras, por sua organização sintática, pela ação que elas exercem umas sobre as outras” (p. 230). A cada nova circunstância, as combinações

sintagmáticas se renovam, dentro das possibilidades do sistema, no intuito de tecer novos sentidos. Este processo de significação particularizada, dependente do aqui-agora, faz com que a palavra atualize sentidos, retendo apenas uma “pequena parte do valor que tem enquanto signo”.

Pensar no processo de aquisição da linguagem infantil, portanto, nos leva a pensar em como a criança faz esta atualização de sentidos, esta conversão do signo à palavra em cada enunciação, pois, assumindo este ponto de vista proposto pelo linguista, a aquisição da linguagem é vista como a aquisição da habilidade de significar por meio de estruturas linguísticas. Entretanto, não se trata apenas de conhecer as estruturas, mas de atualizá-las em situações particulares de uso.

Seguindo nesta direção, continuamos nosso percurso teórico com os fundamentos benvenistianos em *O aparelho formal da enunciação*, datado de 1970. Benveniste (1970/1989, p. 84) reconhece o locutor como condição necessária da enunciação. Isso porque a enunciação é reconhecida como uso individual da língua, logo, ela só ocorrerá quando o locutor assim decidir. Nesse processo, o locutor recorre às diversas possibilidades que a língua enquanto sistema estruturado de formas lhe oferece e enuncia sua posição de locutor por meio de índices específicos e de procedimentos acessórios .

A introdução do locutor na sua própria fala, portanto, é um dado constitutivo da enunciação. E sua presença na enunciação torna cada instância do discurso um centro de referência interno. Dessa forma, o locutor relaciona-se com sua enunciação.

Percebemos, então, que o locutor tem, na Teoria da Enunciação de Benveniste, lugar de destaque, uma vez que a enunciação é por ele definida. Entretanto, sua relação com a enunciação só é possível por meio do aparelho formal da enunciação. É quando faz uso desse aparelho que o locutor é capaz de realizar o ato

enunciativo em si e se marcar no discurso, bem como marcar o seu interlocutor, elemento que merecerá nossa atenção na sequência. Ao apresentar o quadro figurativo da enunciação, Benveniste afirma: “O que em geral caracteriza a enunciação é a *acentuação da relação discursiva com o parceiro*, seja este real ou imaginado, individual ou coletivo” (1970/1989, p. 87).

Com isso, reconhece a estrutura do diálogo como constitutiva da enunciação. E apresenta algumas estruturas formais como responsáveis por essa relação entre locutores. Ao ler e reler *O Aparelho formal da enunciação*, Benveniste assume que toda a língua pode estar a serviço da enunciação e, portanto, muitas marcas linguísticas serviriam à subjetividade. Ao final do texto (1970/1989, p. 90), o autor considera que “muitos outros desdobramentos” deveriam ser estudados no contexto da enunciação e anuncia a necessidade de se fazer uma distinção entre enunciação falada e enunciação escrita. Pensar nesses muitos outros desdobramentos é tarefa de todo aquele que se ocupa da enunciação. Investigar esses desdobramentos e como eles se revelam na enunciação falada, já que a criança cuja fala acompanhamos ainda não domina a representação escrita da língua e, portanto, ainda não se enuncia por escrito. Nossa tarefa é a de explicitar os elementos enunciativos de que se vale essa criança na oralidade para se enunciar com o outro.

Nessa tarefa, consideramos o diálogo constitutivo da enunciação proposto pelo autor, o que nos remete ao conceito de intersubjetividade, característica desencadeadora das relações que se encontram no centro deste trabalho. A intersubjetividade, para Benveniste, é constitutiva da linguagem, assim como também o é a subjetividade, ou seja, no momento em que admitimos a existência de linguagem estamos também admitindo a intersubjetividade, já que, como forma de discurso, a enunciação dispõe de duas figuras na posição de parceiros, os quais são alternadamente protagonistas da enunciação. Como a criança, em seu processo de

aquisição da linguagem, assume sua posição de sujeito e instaura o outro diante de si é um de nossos questionamentos.

Para dar conta desta questão, somos levados ao texto *Da subjetividade da linguagem* (1958/2005). cremos, assim como Flores, que esse texto traz “o *a priori*” de toda a teoria benvenistiana: a subjetividade é definida como “a capacidade do locutor para se propor como ‘sujeito’. É esta capacidade que nos interroga na linguagem da criança. Benveniste (1958/2005, p. 287) vê a subjetividade como determinada pelo estatuto linguístico da pessoa. Seguindo este princípio, o linguista apresenta a seguinte descrição:

Eu não emprego *eu* a não ser dirigindo-me a alguém, que será na minha alocação um *tu*. Essa condição de diálogo é que é constitutiva da *pessoa*, pois implica reciprocidade – que eu me torne *tu* na alocação daquele que por sua vez se designa *eu* (BENVENISTE, 2005, p. 286).

Essa condição da linguagem é que permite a cada locutor apropriar-se da língua toda, uma vez que se designa como *eu*. Por meio dessa apropriação, o locutor instaura diante de si o *tu*, estabelecendo-se aí a intersubjetividade, a qual torna possível a comunicação linguística.

E tal realidade nos leva ao texto *Estrutura da língua e estrutura da sociedade* (1968/1989), no qual Benveniste afirma: “a linguagem é para o homem um meio, na verdade, o único meio de atingir o outro homem, de lhe transmitir e de receber dele uma mensagem. Consequentemente, a linguagem, exige e pressupõe o outro”(p. 93). A partir desse estatuto, Benveniste explicita a oposição eu/tu como uma estrutura de alocação pessoal e inter-humana; assim como a oposição eu-tu/ele como a estrutura da referência, da possibilidade do discurso sobre alguma coisa.

Seguindo esses princípios, Silva (2009) desenvolveu em suas pesquisas princípios para uma teoria enunciativa em aquisição

da linguagem, que se ancoram principalmente no de intersubjetividade e no de referência. A autora, em seu estudo, aponta três macro-operações enunciativas na fala da criança estudada: operação de preenchimento de lugar enunciativo, operação de referência, operação de inscrição enunciativa da criança na língua-discurso. Essas operações acabam por mostrar os modos de inscrição da criança na linguagem, tema que também nos interessa e nos suscita tantas indagações. Silva, portanto, consegue fazer isso por meio da descrição de um dispositivo enunciativo:

definido aqui como (*eu-tu/ele*)-ELE, como constitutivo do ato de aquisição da linguagem, porque comporta os sujeitos da enunciação (*eu* e *tu*), a língua (*ele*) e o sistema cultural (ELE). Esse dispositivo trinitário, que consideramos constitutivo do ato de enunciação, também o é do ato de aquisição (2009, p. 277).

Certamente, essa descrição nos aponta novos rumos para a pesquisa da linguagem infantil, considerando-se a língua como uma instância intersubjetiva, caracterizada por ajustes de sentido produzidos na sintagmatização do discurso do *eu* e do *tu*. Refletir acerca desta instância intersubjetiva representa nosso principal empreendimento neste artigo, focalizando como esses ajustes de sentido ocorrem na estrutura enunciativa *eu-tu-ele*.

Assim, de posse destas noções, passamos a analisar alguns dados da fala da criança, interpretando-os a partir dos princípios aqui expostos.

Análise dos dados

Uma pesquisa guiada pelos princípios enunciativos exige que se observe a singularidade do ato de dizer. Logo, apesar de reconhecer que existem regularidades que marcam a fala da criança, não tratamos delas em nossa investigação. Pelo contrário,

é no aqui-agora de cada ato enunciativo que o dizer se revela e que o sujeito se instancia no discurso. Assim, as formas linguísticas verificadas só têm razão de ser e só encontram explicação se levado em conta o momento da enunciação, com todas as implicações dele decorridas.

Estamos tratando do diálogo da criança com o outro; e nosso objeto de análise é o texto falado produzido pelo sujeito em relação intersubjetiva com seus pares. Assim, neste artigo, usamos as falas de J., uma menina de 1 ano e 9 meses, em suas interações com familiares e amigos. Procuramos capturar a linguagem de J. em situações bem espontâneas, no intuito de cumprir o que diz Hilgert (2007, p. 70) acerca da enunciação texto falado: “Texto falado é aquele no qual vêm projetadas as marcas do *aqui e agora* de sua produção”. Entretanto, sabemos que a espontaneidade do sujeito nem sempre é preservada, haja vista a criança perceber que está sendo observada e filmada. Procuramos minimizar este fator de interferência, garantindo certa intimidade com J., já que mantemos laços de amizade com a família. Além disso, procuramos deixar J. à vontade, brincando e interagindo com o amigo B., para, só depois, passarmos à coleta dos dados. Em outras situações de coleta, a mãe foi figura central, gravando flagrantes enunciativos em momentos de intimidade familiar.

Para fazermos a análise dos dados, contextualizamos quatro situações enunciativas envolvendo a criança em questão. Vamos a elas.

Situação enunciativa 1

J. conheceu B., seu amigo atualmente com 8 anos de idade, há 6 meses, quando ela tinha apenas 1 ano e 3 meses. Logo que começou suas interações com B., referia-se a ele nomeando-o de “nenê”, como se observa neste diálogo com a mãe:

— Olha, filha, diz oi pro Bernardo.

— Nenê.

— Vamos brincar de esconde-esconde — diz B. e corre para se esconder, J. o segue, apontando para ele e dizendo:

— Nenê, nenê.

Situação enunciativa 2

Depois de dois encontros desta natureza com B., quando mãe e filha se preparam para fazer uma visita ao amigo, a mãe diz à J.:

— Dorme, porque depois vamos visitar o B.

J. então pede à mãe:

— Leva a J. no Beinaidinho.

Situação enunciativa 3

Ao encontrar B. pela terceira vez, J. já tem 1 ano e 9 meses e já se refere a ele dizendo:

— Beinaido.

Como B. mostra-se reticente e não parece querer brincar, J. grita:

— BEINAIDOINHO.

Chama nossa atenção neste histórico acima descrito a operação de referência de J. em relação a B. Em suas primeiras tentativas de referenciar B., J. usa a forma genérica “nenê”, com que se refere a qualquer criança, inclusive a ela mesma. Como a mãe constantemente faz referência a B. chamando-o pelo nome, J. logo particulariza esta forma linguística e passa a referir-se a ele também como “Beinaido”.

Creemos que o modo como J. se refere a B. revela um sistema de nomeações em que a relação com o mundo adulto se encarrega de particularizar e singularizar o uso de determinadas formas linguísticas em função do sentido construído em cada enunciação. Somos assim impelidos a pensar na relação semiótico/semântico, uma vez que o signo “nenê” passa a ter para J. outro sentido, diferente daquele por ela atribuído no início de suas intervenções linguageiras em relação a B. Trata-se da semantização da língua na sintagmatização do discurso, ou seja, a língua forneceu a J. uma forma indexada em seu repertório; a qual, ao ser posta em situações de emprego, de discurso, passou por ajustes de sentido e foi abandonada em detrimento do nome “Beinado”.

Outro fato que chama a atenção no processo de construção de referências é a produção de novas estruturas no uso, como verificamos na ocorrência de “Beinaidinho”. O uso da forma linguística “inho” com um sentido particularizado pela criança nas situações enunciativas específicas aponta para a natureza articulada da linguagem, em que todos os níveis linguísticos são mobilizados no funcionamento da língua no discurso. Vemos aqui as operações de dissociação e integração das unidades postas em cena por meio da sintagmatização de tais unidades no discurso, comprovando a ideia de que na enunciação todas as unidades de qualquer nível estão submetidas ao sentido, construído pela manipulação das formas de quem as enuncia. A forma “inho”, nas situações enunciativas apresentadas, portanto, é resultado da apropriação, por parte de J., do sistema linguístico e de sua operação de inscrição enunciativa na língua-discurso⁷. Está em jogo o significar (modo semiótico de estar na língua) e o comunicar na relação intersubjetiva singular (o modo semântico de estar na língua). Essas duas modalidades de língua estão condensadas no ato único de enunciação.

Acerca dessa referência ainda encontramos em *O aparelho formal da enunciação*, Benveniste reconhecendo um aparelho de

funções com elementos marcadores da relação intersubjetiva constitutiva da enunciação. As modalidades da frase aparecem como recursos disponibilizados por esse aparelho: interrogação, intimação e asserção. É a intimação que se revela quando J., ao gritar o nome “Beinaidinho”, vale-se do vocativo e da entonação para se marcar no discurso e construir o sentido particularizado no aqui-agora, o que, segundo Benveniste, “implica uma relação viva e imediata do enunciador ao outro numa referência necessária ao tempo da enunciação” (1989, p. 86).

Situação enunciativa 4

Após três meses de frequência à turma de Educação Infantil, num diálogo corriqueiro com a mãe, J. aponta para determinados objetos dentro de casa e diz:

— Não, não, não (completa a expressão vocal com o gesto de negação realizado com o dedo indicador da mão direita).

Dentre as modalidades da frase apontadas por Benveniste, percebemos em nossa coleta de dados da linguagem de J. também a asserção. Acerca dessa realização, Benveniste afirma:

Em seu rodeio sintático, como em sua entonação, a asserção visa a comunicar uma certeza, ela é a manifestação mais comum da presença do locutor na enunciação, ela tem mesmo instrumentos específicos que a exprimem ou que a implicam, as palavras *sim* e *não* afirmando positivamente ou negativamente uma proposição (1989, p. 86).

O linguista ainda atenta para o fato de que a negação enquanto operação lógica é independente da enunciação, já que tem sua forma própria (não). Entretanto, a partícula assertiva *não*, substituta de uma proposição, representa uma forma que diz respeito à enunciação. Na situação enunciativa 4, encontramos o que Benveniste chama de “comunicação de uma certeza”. Ao

manifestar-se por meio da partícula de negação, J. está revelando a certeza de uma proibição. Segundo a mãe, esta manifestação só ocorreu depois de J. passar a frequentar a escolinha, o que novamente aponta para a relação discursiva com o parceiro da enunciação: duas figuras na posição de parceiros. Por meio dessa relação, a criança se apropria de formas e funções no exercício da linguagem. cremos que ao se apropriar da forma usada pelo adulto em outras enunciações e recontextualizá-la em outro aqui-agora, a criança “mantém sua posição de quem pode fazer da língua algo que lhe é próprio e disso decorre o efeito de absoluta singularidade de sua fala”, conforme afirma Flores (p. 20) acerca de outros dados da linguagem infantil.

Considerações finais

O percurso traçado até aqui não conseguiu certamente nos fornecer todas as respostas às indagações apresentadas neste artigo. Mas, ao percorrer o caminho proposto, compreendemos melhor o fenômeno da enunciação da linguagem infantil e ousamos tecer algumas considerações decorrentes desta compreensão.

Fomos movidos pelo questionamento: Como os modos de dizer do outro constituem o dizer da criança? A partir do que vimos em Benveniste, cremos que os modos de dizer do outro constituem o dizer da criança nas particularizações da conversão da língua em discurso. Ilustramos esta afirmação com os dados da linguagem de J., os quais revelam que a criança em seu processo de aquisição da linguagem particulariza formas linguísticas resgatadas de outras enunciações para compor os seus enunciados. Essa operação nos leva a afirmar que a criança aproveita formas linguísticas advindas do mundo estruturado linguisticamente pelo adulto e as usa em contextos específicos de enunciação, singularizando-as. Essa singularização se deve a fatores do aqui-agora determinantes das construções linguageiras

da crianças, destacando-se entre esses fatores a relação discursiva com o outro na busca de ajustes de sentido.

Referências bibliográficas

BENVENISTE, Émile (1958). Da subjetividade na linguagem. In: _____. (1966). *Problemas de linguística geral I*. 5. ed. Campinas: Pontes, 2005.

_____. (1966). A forma e o sentido na linguagem. In: _____. (1974). *Problemas de linguística geral II*. Campinas: Pontes, 1989.

_____. (1968.) Estrutura da língua e estrutura da sociedade. In: _____. (1974). *Problemas de linguística geral II*. Campinas: Pontes, 1989.

_____. (1970). O Aparelho formal da enunciação. In: _____. (1974). *Problemas de linguística geral II*. Campinas: Pontes, 1989.

FLORES, Valdir do Nascimento. Sujet de l'énoncé et ébauche d'une réflexion sur la singularité énonciative. In: NORMAND, Claudine (Org.). *Paralleles floues: vers une théorie du langage*. No prelo.

HILGERT, José Gaston. *Língua falada e enunciação*. Calidoscópico. São Leopoldo: UNISINOS, vol. 5, n. 2, maio/ago. 2007.

SILVA, Carmem Luci da Costa. *A criança na linguagem: enunciação e aquisição*. Campinas: Pontes, 2009.

A intersubjetividade na escrita e na reescrita de textos escolares

*Elisane Regina Cayser*¹

As questões relacionadas à produção de textos interessam a todos aqueles que estudam a competência textual, tanto na perspectiva da leitura quanto da escrita – tarefas que ocupam grande espaço nos currículos escolares.

As práticas pedagógicas voltadas à produção de textos, no entanto, continuam distantes de uma concepção de língua coerente com os estudos da área da linguagem, em função, especialmente, de proporem atividades que não envolvem a autoria, de não contemplarem diferentes suportes e a sua implicação na estrutura e nas demais características de um determinado texto e de não explorarem os gêneros que circulam socialmente.

Resulta disso que, muitas vezes, os alunos acabam por demonstrar, na sua escrita, que entenderam o jogo da escola, privilegiando a forma, em detrimento do conteúdo: seus textos passam a não consistir numa tentativa de, por escrito, estabelecer

¹ Mestre em Linguística e Letras pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2001). Professora titular da Universidade de Passo Fundo. E-mail: ecayser@upf.br.

uma interlocução com um leitor possível. Ao contrário, eles tratam de preencher uma espécie de esquema apreendido na escola, composto por fragmentos de reflexões desarticuladas.

A atividade linguística nesses moldes fundada é artificial, pois apesar de o sujeito instituir-se como locutor ou interlocutor, não se comporta como tal. A relação intersubjetiva, assim, inexistente, uma vez que é falseada: ao sujeito-professor cabe ensinar, e ao sujeito-aluno compete aprender. Não há troca: não há reconhecimento do outro.

Nesse contexto, a produção de textos se afirma como um exercício artificializado, distanciado da vivência prática dos alunos e dos contextos sociais onde efetivamente acontece a interlocução.

Os textos produzidos são vazios de sentido, muito por conta de o aluno já saber, de antemão, que inexistente um alocutário: o professor não se coloca na posição de efetivo leitor, mas sim na de avaliador, de caça-erros, preocupado tão unicamente com os desvios da escrita.

Os PCNs (1997), nesse sentido, destacam a necessidade de o ensino estar pautado numa concepção de linguagem enquanto prática social, o que inclui um trabalho de produção de textos que contemple os diferentes gêneros textuais que circulam na sociedade. Apesar dessa orientação, porém, muito poucas modificações ocorreram em termos de sala de aula.

Os textos continuam a ser vistos como ponto final de um processo de escrita, os alunos continuam escrevendo sem contar com um leitor efetivo e, por isso, tomam o texto que produzem como um espaço em que não se podem assumir enquanto um *eu* sujeito que diz, que se assume enquanto locutor. Fica explícita, assim, uma visão de língua como objeto, desprovida de sentido, na qual os sujeitos envolvidos não são tomados como interactantes.

Isso fere sobremaneira um dos pressupostos da teoria da enunciação, especificamente no que se refere à relação *eu-tu*. Em

outros termos, fere a própria essência do ato enunciativo – deixa de existir a intersubjetividade, pois não há mais referência.

Nessa linha de raciocínio, tem-se como meta, neste artigo, discutir a relação construída na escola em termos de constituição dos sujeitos interlocutores – professor e alunos, verificando a importância da reversibilidade das figuras *eu-tu* no processo de elaboração textual e, especialmente, de reescrita do texto.

Para tanto, são apresentados os princípios teóricos oriundos da teoria enunciativa formulada por Émile Benveniste, partindo, inicialmente, de uma breve comparação dessa com os estudos desenvolvidos por Saussure. Especificamente quanto à teoria de Benveniste, são destacados os aspectos relativos à intersubjetividade, foco de análise aqui. Na sequência, apresentam-se diferentes estratégias de intervenção do professor no texto produzido pelo aluno, as quais são analisadas na perspectiva de relação intersubjetiva que criam entre os dois sujeitos, especialmente considerando a reversibilidade da relação *eu-tu*.

A enunciação em Benveniste e o ponto de partida em Saussure

Ferdinand de Saussure estabeleceu a diferença entre fala, língua e linguagem, no *Curso de linguística geral* (1977). Para o autor, a língua constitui-se como objeto único passível de ser estudado, do que se exclui, portanto, a fala. Tal cisão fez com que a linguística passasse a ser considerada como ciência, agregando conceitos fundamentais, como o de sistema e de signo.

Segundo Saussure, a língua é um sistema virtual à disposição de todos os indivíduos de uma determinada comunidade, sendo, portanto, apreendida através das relações estabelecidas entre o sujeito e os seus pares. A linguagem, por seu turno, seria algo intrínseco ao homem, sendo, por isso mesmo, “multiforme e

heteróclita”, pertencendo “ao domínio individual e ao domínio social; não se deixa classificar em nenhuma categoria de fatos humanos, pois não se sabe como inferir sua unidade” (SAUSSURE, 1977, p. 17).

Assim, analisar a linguagem implicaria percebê-la em duas diferentes dimensões: a língua – independente do sujeito – e a fala – componente individual da linguagem. Destaca-se, quanto a essa dualidade, que o estudo da língua era considerado o aspecto principal do qual deveria o linguista se ocupar.

A ideia de dualidade que Saussure apresenta é deveras importante: as partes da língua não significam por si só, mas sim pela relação que estabelecem com as demais. Isso faz com que se estabeleçam, então, as oposições entre sintagma e paradigma, significante e significado, por exemplo. Ganha destaque, nos estudos, então, a ideia de relação que se estabelece com outras unidades, ficando de lado o fato linguístico propriamente dito, ou seja, tudo aquilo tido como estranho ao organismo, ao sistema.

Desse constructo teórico, basicamente da distinção entre língua e fala e da noção de sistema, surgiram diferentes vertentes linguísticas, dentre as quais a dos estudos da enunciação, a qual problematizou a dicotomia língua/fala, preocupando-se em formular um domínio que abrangesse a enunciação e contemplasse a subjetividade da/na linguagem.

No que tange ao primeiro aspecto, os estudos enunciativos minimizam a dicotomia língua/fala, haja vista que enunciar implica transpor o sistema virtual para o discurso, colocando em funcionamento a língua, por meio de um ato individual (BENVENISTE, 1989, p. 82). Desse conceito, advêm noções basilares para os estudos da enunciação: cada enunciação é particular, é singular e é irrepitível.

Reside aí uma das grandes distinções entre o que defendeu Saussure e os princípios da linguística enunciativa: enquanto a primeira linha teórica defende a repetibilidade, dado o sistema

linguístico, a segunda tem como parâmetro o acontecimento enunciativo, tido como único a cada vez que acontece, mesmo que o enunciado seja o mesmo. Outro ponto que distingue as duas concepções é que para a enunciação, o sistema é atualizado a cada enunciação, sendo que, para isso, são acionados elementos internos à língua que, todavia, são diferentemente combinados no interior de cada discurso, de acordo com as intenções de cada um que enuncia e as próprias condições em que ocorre essa enunciação.

Tal redimensionamento leva a considerar aquele que, até então, estava ausente das discussões saussurianas, as quais primavam pelo sistema: o sujeito que enuncia, aquele que atualiza, através do seu ato, a língua através do discurso. Com isso, as relações dicotômicas passam a não se restringir ao sistema como algo fechado, estanque, cujo estudo tem de ser interno, através da oposição ou da solidarização de elementos entre si, passando a contemplar o discurso e, assim, a própria enunciação. As relações passam a ocorrer, pois, dentro de cada enunciado.

Um cuidado teórico que se deve tomar quanto ao fato de se passar, na esteira do que diz Benveniste, a considerar o sujeito, é o de não se passar a ver a exterioridade como determinante do significado. Ambas as linhas – a saussuriana e a benvenistiana – comungam da mesma convicção: a de que o fenômeno linguístico não pode ser explicado a partir do mundo, sendo que qualquer análise externa é, por isso, indesejada. O sujeito que está no texto não é o sujeito do mundo, o sujeito de carne e osso ou o sujeito que pensa o discurso: ele está, sim, representado no texto por meio de marcas linguísticas. Afasta-se, dessa maneira, qualquer tendência de reflexões de ordem filosófica ou mesmo subjetiva: o que valem são as relações internas criadas em cada discurso.

O sujeito e a própria sociedade ganham destaque na medida em que se constituem na e pela linguagem, nas palavras do próprio Benveniste: “A sociedade não é possível a não ser pela

língua; e, pela língua, também o indivíduo” (2005, p. 27). É a língua, assim, que une num só elemento o homem e a sociedade, sendo ela – a língua – um constructo através de cuja análise se pode perceber as diferentes dimensões existentes entre o homem e a cultura na qual ele está inserido, bem como a relação que o sujeito estabelece com ela. Assim, o destaque dado – na perspectiva de Saussure – à análise da língua, para Benveniste é voltado à linguagem, como ação humana, que passa a ser o objeto da linguística, comportando, em si, a língua e a fala.

A linguagem é que possibilita que o locutor se inscreva enquanto sujeito, diferenciando-se dos outros sujeitos. Como já referido, é essa possibilidade de o locutor apropriar-se da língua e representar-se no discurso, subjetivando-se, ou seja, tornando-se sujeito, que consiste em um grande diferencial da teoria formulada por Benveniste.

A apropriação da linguagem pelo sujeito faz com que ele deixe marcas no enunciado, as quais o representam, remetendo “à instância em que tais enunciados são produzidos, fazendo irromper o sujeito da enunciação” (FLORES e TEIXEIRA, 2005, p. 12).

Dessa forma, não cabe mais uma análise fechada da língua, mas sim uma que, por meio do dizer, deixe perceber o sujeito que se apropria da língua e, com isso, a torna sua.

Benveniste: o sujeito constituído na e pela linguagem

É na manifestação da enunciação – ou seja, no discurso – que a subjetividade se manifesta. O locutor converte a língua em discurso, colocando-se nele como sujeito e instituindo um outro, implícito ou explícito, ao qual se dirige. Diz Benveniste, no texto *Da subjetividade da linguagem*:

A consciência de si mesmo só é possível se experimentada por contraste. Eu não emprego *eu* a não ser dirigindo-me a alguém, que será na minha alocação um *tu*. Essa condição de diálogo que é constitutiva da pessoa, pois implica em reciprocidade – que *eu* me torne *tu* na alocação daquele que por sua vez se designa *eu* (2005, p. 286, grifos do autor).

É nessa alternância entre o *eu* e o *tu*, sempre únicos e que podem ter intercambiadas suas posições, que se instaura a intersubjetividade da/na enunciação. O *eu* fora da linguagem é inatingível. É o exercício da língua que faz o homem subjetivar-se, colocando-se como sujeito do discurso. E é a consciência do outro que desvela a intersubjetividade, dada a impossibilidade de dizer se não para uma instância diferente: o *tu*. O *eu* só pode ser *eu* na presença de um *tu*. Há um jogo de relações complementares nisso, sendo que um não existe na ausência do outro: *eu* se propõe como *eu* a um *tu* que, por seu turno, passa a ser *eu* e instaura o outro como *tu*. O *tu* é o outro ao qual o *eu* se dirige e, na sequência, passa a ser o próprio *eu*, instaurado pelo outro.

A relação de pessoa se dá, portanto, no discurso, por meio dos pronomes pessoais *eu/tu*, que só ganham sentido quando pronunciados pelo sujeito, sendo, fora disso, desprovidos de uma referência objetiva – o referente só é dado a saber na enunciação, haja vista que tais elementos não se ligam a um referente sempre idêntico, mas sim a um sujeito único. A referência, então, gira em torno de quem diz. Especificamente quanto à pessoa, sem o sujeito, o *eu/tu* é desprovido de sentido, não referindo nada. Daí dizer-se que são os pronomes pessoais que instauram a subjetividade no discurso, inclusive porque não pertencem à realidade do mundo, mas sim à realidade do discurso.

A relação *eu/tu* aparece em *Problemas de linguística geral I*, quando Benveniste afirma que “há um caráter indissociável da noção de pessoa e verbo, seja qual for a língua”, afirmação que

vai nortear as reflexões sobre categoria na teoria da enunciação, ao lado da distinção das pessoas *eu/tu* da não pessoa *ele*. A essa relação entre o eu que enuncia e o tu ao qual o eu se dirige, elementos que são, a cada vez, únicos, Benveniste chama correlação intersubjetiva, considerada como uma categoria constitutiva do diálogo, sendo esse, portanto, uma condição da linguagem humana. Afinal, não se enuncia sem que haja sujeitos que interajam:

o sujeito se serve da palavra e do discurso para representar-se a si mesmo, tal como quer ver-se, tal como chama o “outro” a comprovar. [...] Pela simples alocação, aquele que fala de si mesmo instala o outro nele e dessa forma se capta a si mesmo, se confronta, se instaura tal como aspira a ser, e finalmente se historiza nessa história incompleta ou falsificada. [...] A linguagem, assim, é utilizada aqui como palavra, convertida nessa expressão da subjetividade iminente e evasiva que constitui a condição do diálogo. A língua fornece o instrumento de um discurso no qual a personalidade do sujeito se liberta e se cria, atingindo o outro se faz reconhecer por ele. Ora, a língua é uma estrutura socializada, que a palavra sujeita a fins individuais e intersubjetivos, juntando-lhe assim um perfil novo e estritamente pessoal. A língua é um sistema comum a todos; o discurso é ao mesmo tempo portador de uma mensagem e instrumento de ação. Nesse sentido, as configurações das palavras são cada vez únicas, embora se realizem no interior – e por intermédio – da linguagem. Há, pois, antinomia no sujeito entre o discurso e a língua (BENVENISTE, 2005, p. 84).

No texto *A natureza dos pronomes*, Benveniste afirma que a realidade à qual se referem *eu* ou *tu* é, como já dito anteriormente, unicamente a realidade de discurso, não remetendo à realidade, mas à enunciação, refletindo, assim, o seu próprio emprego. Elas remetem sempre à enunciação, a cada vez única. Assim, tais formas explicitam a relação entre enunciação e a intersubjetividade própria da comunicação: “É identificando-se como pessoa única

pronunciando *eu* que cada um dos locutores se propõe alternadamente como ‘sujeito’” (2005, p. 280-281, grifo do autor).

Os pronomes pessoais, assim, materializam a dimensão subjetiva da linguagem, sendo que não é possível empregar *eu* senão através da interlocução com outrem, que será um *tu*. A dialogicidade, então, é constitutiva da pessoa, dado que é essencial a reciprocidade, nas palavras de Benveniste: “que eu me torne tu na alocação daquele que por sua vez se designa eu. [...] A polaridade das pessoas é na linguagem a condição fundamental, cujo processo de comunicação, de que partimos, é apenas uma consequência totalmente pragmática” (2005, p. 286).

Em outros termos, a proposta de Benveniste é que a subjetividade e a intersubjetividade na linguagem sejam reconhecidas enquanto constitutivas do diálogo e do sujeito que se constitui na e pela linguagem, produzindo sentidos.

Na referência de espaço e de lugar, da mesma forma há subjetividade. Na relação temporal, tudo gira em torno do hoje, da instância discursiva atual. O momento *agora* não passa jamais, pois a cada vez que se refere ao agora, ele será diferente, pois é determinado a partir de um novo momento da enunciação. Em resumo, sempre será agora, muito embora o agora nunca seja igual.

Enfim, para Benveniste, é no discurso que os sujeitos expressam a sua relação com o mundo, o que é feito por meio da referência daquele que diz, o que possibilita a correferência por parte do outro. A essa alternância de papéis denomina-se intersubjetividade, sendo que a referência sempre deve ser analisada na perspectiva daquele que enuncia. A reversibilidade *eu/tu*, volta-se a dizer, não diz respeito a seres do mundo, mas sim a instâncias próprias e inerentes ao funcionamento discursivo.

Para o linguista, em suma, há elementos formais que situam o locutor em relação ao que diz – são as marcas de tempo, espaço e pessoa. Quando um determinado arranjo é feito a partir da língua, as ações através das quais as formas linguísticas são diversificadas e combinadas acabam por situar aquele que fala no seu próprio ato enunciativo. Assim, quando faz determinada escolha linguística, o enunciador transpõe uma forma disponível na língua para o seu discurso, dando a ela um significado particular, daquele momento enunciativo.

Uma nota sobre a produção de textos na escola

Os textos produzidos em situação escolar, em geral, têm em comum o fato de serem escritos para um fim específico: serem lidos e corrigidos/avaliados. Isso entrava o processo do dizer, uma vez que o artificializa – o aluno pode não ter o que dizer, mas mesmo assim tem de fazê-lo. Ele precisa dizer algo a fim de que seja devidamente avaliado pelo professor, sujeito ao qual se outorga o poder de julgar o resultado do trabalho de elaboração textual.

O fato é que a escola trata a língua de forma bastante artificial, não só em termos de produção quanto também no âmbito da leitura e da análise linguística (GERALDI, 1984). Os alunos não leem um texto com outro objetivo senão para solucionar exercícios de interpretação. Já quanto à produção, volta-se à questão de que o professor não se constitui como um alocutário, mas apenas um “apontador de erros”. Como ele centraliza o papel de leitor, pois geralmente os textos não são socializados com o restante da turma, ele não chega a se colocar na posição do *tu*, o que faz com que se apague, também, o próprio *eu* que enuncia.

Com isso, o aluno é levado a produzir textos que não expressam de fato o que pensa, sua relação com o mundo, mas sim que reproduzem lugares-comuns que, imagina, sejam bem aceitos por aquele que lerá o texto e atribuirá a ele uma nota, um conceito. Essa reprodução de lugares-comuns, feita pelo aluno e aceita pelo professor, leva a crer que ambos os envolvidos nesse processo de interlocução aceitam as regras do ambiente escolar, a *cultura* própria desse ambiente, com toda a sua gama de prescrições e valores, representando-a. A escola, instância que ensina a escrever e que repassa às novas gerações a trajetória intelectual da humanidade, ampliando o conhecimento científico dos seus alunos, condiciona a forma de o locutor se posicionar no texto, bem como os arranjos que ele faz com a língua.

Em outros termos, a escrita produzida na escola é marcada em termos daquilo que está inscrito no imaginário do aluno enquanto desejado pela instituição: a busca pela “verdade” sobre o tema que se enfoca, a reprodução da ciência ensinada na escola e, especialmente, a perfeição em termos gramaticais.

Na prática escolar, o *eu* aluno é delimitado, condicionado pelo *tu* professor, sendo que a sua fala não é propriamente sua, mas a fala daquele que deveria ser o seu alocutário. Essa artificialidade no dizer se comprova até mesmo pelo nome dado à prática de produção de texto: na escola escreve-se redação, não se escrevem textos.

A intervenção do professor no texto produzido pelo aluno

O outro constitui o texto, na medida em que se instaura enquanto *tu* e, de forma colaborativa, dá acabamento ao texto, no sentido de responder ao sentido pretendido pelo *eu*, locutor. Essa atitude de colaboração entre os sujeitos envolvidos no

processo de produção de textos precisa estar evidenciada nas dinâmicas escolares.

Ao ler o texto dos alunos, o professor se depara com uma série de dificuldades, tal qual um leitor comum, porém, neste caso, mais especializado em termos de domínio do código. Ele vai, então, a partir de pistas deixadas no texto, tentar sanar as lacunas deixadas pelo aluno, de modo a melhor construir a significação. Dessa maneira, ele se coloca como um leitor privilegiado, não-passivo, que atua cognitivamente sobre o texto do aluno, com vistas a ajudá-lo a reelaborar pontos obscuros e dar um melhor processamento ao sentido.

Para que isso ocorra, o texto precisa ser visto como unidade de sentido, e não como mera tarefa escolar, como produto – e, portanto, pronto, acabado. Daí a importância da reescritura. Isso implica ter clara uma concepção de linguagem, concepção essa que deve permear todas as atividades propostas. A reescrita denota uma perspectiva da escrita num caráter processual, de interlocução entre sujeitos.

A tarefa do professor, nesse sentido, é fundamental: da sua intervenção dependerão as alterações que o aluno deverá fazer. Ele, inicialmente na posição de *tu*, coloca-se na posição do *eu* e enuncia para o *eu* que o tomava como *tu* no momento anterior. Enunciando, deverá fazer com que o *tu* a que se dirige redirecione/reposicione a sua manifestação com vistas a melhor atingir seus propósitos comunicativos.

Na sequência, apresentam-se os principais tipos de intervenção do professor no pós-texto, elencados por Ruiz (2010), a qual ressalta que tais tipos não são excludentes, podendo aparecer, na prática, de forma imbricada. Mesmo assim, o que se observa em geral é que há a predominância de uma forma sobre a outra na intervenção do professor sobre o texto produzido pelo aluno.

Correção indicativa

Através deste tipo de correção, o professor atua sobre aspectos bastante pontuais do texto, por isso abrangendo problemas como os da ordem da ortografia, da pontuação e da adequação vocabular, por exemplo. O professor assinala os problemas encontrados de duas diferentes formas: a) indicando-os no próprio corpo do texto, através do destacamento da palavra por meio de um sublinhado ou de uma flecha, por exemplo, ou fazendo um X no ponto em que detecta o problema; b) indicando-os na margem do texto, através de sinalizações – um asterisco, um X ou uma chave.

O professor não procede a alterações no texto do aluno, apenas aponta a dificuldade, sendo que a resolução do problema fica a cargo do aluno. No caso de apontamentos feitos no corpo do texto, a detecção do problema é facilitada para o aluno, uma vez que a palavra circundada, por exemplo, é uma só. No entanto, quando a marcação é feita na margem, o investimento do aluno já precisa ser maior em termos de reflexão, haja vista que o limite espacial para que o problema seja identificado é ampliado para uma linha.

Correção resolutiva

O professor efetua a correção dos erros, reescrevendo palavras e trechos inteiros, até mesmo interpretando segmentos pouco claros e reconstruindo-os, pelo aluno. Assim, a intervenção do professor é direta, na medida em que ele mesmo trata de solucionar os problemas detectados. Por isso, o professor acaba por assumir o compromisso de qualificar o texto, em vez de passá-lo ao próprio aluno – autor do texto. Isso não pode ser entendido como uma espécie de coautoria do professor no texto

de aluno, uma vez que elimina a autoria do aluno e o exime da responsabilidade de (re)pensar o texto na perspectiva do outro.

Na correção resolutive, o professor pode atuar de três maneiras: a) fazendo anotações no corpo do texto: acrescentando a forma resolutive do problema no espaço entre as linhas onde acontece o problema, acrescentando um termo, por exemplo, substituindo uma expressão ou todo um segmento ou mesmo riscando a forma problemática; b) apontando problemas na margem do texto, onde escreve a forma correta; c) redigindo corretamente, no espaço logo abaixo do texto, as palavras ou segmentos problemáticos ao longo do texto.

Tanto neste tipo de correção quanto no primeiro – correção indicativa –, o professor aponta o local onde o aluno deve operar. A diferença, porém, é que neste último tipo – resolutive – o professor acaba por pensar pelo aluno e agir como reelaborador do texto.

Correção classificatória

Na correção classificatória, é criado um conjunto de símbolos, que em geral aparecem escritos na margem do texto, os quais classificam o problema encontrado e que aparece assinalado – sublinhado ou circulado – no texto. Assim, por intermédio de um conjunto de símbolos – frequentemente abreviações –, o professor propõe ao aluno que solucione o problema.

Os símbolos podem variar em sua quantidade de acordo com a série em que se encontram os alunos – e, conseqüentemente, o nível de conhecimento sobre o código escrito que detêm – e os objetivos específicos do professor naquele determinado texto. São alguns exemplos de símbolos: M (minúscula); CP (colocação pronominal); EF (estrutura da frase); EI (erro de informação). Os problemas assinalados podem pertencer a diferentes ordens,

incluindo desde aspectos bastante formais da escrita até outros, ligados à estrutura do texto como um todo.

Correção textual-interativa

A correção textual-interativa compreende comentários mais longos do que aqueles que coupam a margem do texto, sendo geralmente feitos no espaço logo após o texto. São, segundo Ruiz (2010), pequenos bilhetes com duas funções básicas: falar acerca da revisão a ser feita pelo aluno ou falar, metadiscursivamente, sobre a própria tarefa de correção por parte do leitor-professor.

Tal estratégia consiste numa alternativa às demais formas de correção, especialmente considerando que certos tipos de ocorrência ou são amplos demais para serem circunscritos no texto ou não são passíveis de observação de outra maneira que não através dessa espécie de carta. De certa forma, a escrita do professor após o texto do aluno representaria uma alternância de turnos entre os sujeitos envolvidos, tornando visível a relação entre locutor e alocutário, podendo, inclusive, surgir comentários a respeito do empenho do aluno na construção do seu texto ou sobre a demonstração de maior domínio de estratégias linguísticas que passou a demonstrar em função da reescritura.

O bilhete, assim, pode ser um espaço para o elogio, para a cobrança do aluno quanto a algum aspecto mais global do seu texto ou mesmo para explicar algum código utilizado no corpo do texto ou na sua margem. Em todos os casos, porém, transparece uma relação de reconhecimento entre os sujeitos envolvidos.

Por fim, a diferença fundamental dessa estratégia em relação às demais é que nela o professor

toma como objeto de discurso de sua correção não mais o modo de dizer do aluno [...], mas também o dizer desse aluno, ou a

atitude comportamental (não verbal) desse aluno refletida pelo seu dizer (ou seu não dizer), a propósito da correção do professor; ou, ainda, a própria tarefa interventiva que ele mesmo, professor, está realizando no momento (RUIZ, 2010, p. 56-57).

As estratégias de correção e o reconhecimento do sujeito enunciatador

A escrita escolarizada, vazia de significados, nega a subjetividade imanente à enunciação. Tanto isso ocorre que não raras vezes manuais de redação recomendam ao aluno não fazer uso da 1ª pessoa do singular, preterido pelo impessoal. Obviamente, tem-se, nessa recomendação, uma referência indireta aos efeitos de sentido que são criados a partir das escolhas feitas pelo enunciatador: o uso da 1ª pessoa do singular tende a criar um efeito de subjetividade, de envolvimento do sujeito com aquilo que diz. Já o emprego da 3ª pessoa tende a desencadear, no enunciatário, um efeito de objetividade, distanciamento e, portanto, maior cientificidade (FIORIN, 1996). De qualquer forma, tal discussão não parece integrar o cotidiano das salas de aula, restringindo-se a orientação apenas ao não uso da 1ª pessoa, sem maiores detalhes do porquê. Fica, no aluno, a impressão de que ele não pode manifestar a sua opinião no texto, ou seja, que enquanto locutor ele não tem voz, não se constituindo em um *eu*.

Quem redige parece apenas organizar o conhecimento de outrem, e não o seu próprio, enquanto quem lê o texto – o professor – não identifica nele o *eu* que o produziu, tampouco modifica tais escritos. Tenta-se, assim, apagar os vestígios de subjetividade, muito embora o apagamento do sujeito seja impossível. De qualquer forma, há uma espécie de distanciamento do *eu* e do *tu* que marca a instância escolar, numa espécie de protocolo de distanciamento, o que se manifesta tanto na produção do texto – veja-se o caso do uso de determinadas pessoas

do discurso, como mencionado – quanto na intervenção que o professor faz nele (se o faz).

Especificamente quanto à correção/avaliação textual, é comum encontrar casos em que ela se restringe à atribuição de uma nota ao aluno, desacompanhada de qualquer detalhamento acerca de virtudes ou problemas linguísticos. O efeito prático desse tipo de procedimento na proficiência escrita do aluno é previsível: não só as potencialidades latentes permanecem estagnadas como, especialmente, os problemas se mantêm. Tudo isso, aliado à desconsideração do sujeito da enunciação, instaura a produção de textos na escola como um exercício meramente protocolar, de repetição de fórmulas e ideias valorizadas pela escola, distantes do sujeito inserido no mundo. No entanto, como lembra Antunes (2009, p. 209), “a própria singularidade inscrita na determinação da natureza humana conduz à previsibilidade da variação, da dessemelhança, da heterogeneidade, da instabilidade”.

E segue a autora, estabelecendo a relação disso com a produção de textos:

Muito mais ainda aconteceu com a língua escrita, vista, quase sempre, na sua realização formal, ou, pior ainda, como exercício de uma “redação” sem intenção, sem finalidade comunicativa, sem leitor, sem contexto. Exaurindo-se apenas na finalidade do treino (idem, p. 215).

A reescritura, nesse sentido, consiste numa maneira de fazer com que sejam recuperadas, no contexto escolar, as posições dos sujeitos envolvidos na enunciação: tanto aluno quanto professor passam a assumir sua posição de locutor e alocutário, posições essas que se alternam à medida em que os turnos – tomando emprestada uma nomenclatura da análise da conversação – também são alternados, no processo de escrita e de reescrita.

Tal alternância, que evidencia o reconhecimento do outro no discurso, se dá em diferentes momentos. O movimento inicial ocorre quando o professor lança uma proposta de produção de textos, colocando-se como *eu* e instaurando o aluno como *tu*. É esse movimento que dá origem a todos os demais, subsequentes, daí a sua importância, uma vez que seus reflexos podem ter implicações posteriores. Dada a autoridade concedida ao professor no âmbito escolar, sua proposta de produção textual ganha contornos de obrigatoriedade. Assim, ao alocutário não cabe decidir se deve ou não participar do ato, apenas lhe restando fazê-lo. Não se trata de verificar o desejo de fazê-lo, mas sim a obrigação de cumprir a tarefa.

A escolha proposta de produção deve, por isso, ser criteriosa: ela precisa de fato instigar o outro à participação, de maneira que ele, na posição de alocutário, tome para si a posição de *eu*, ou seja, de locutor. Em geral, a proposta reveste-se com verbos no imperativo, o que confirma a convocação do outro para compor o ato. Não há, nessa convocação, abertura para a não participação. Trata-se de uma ordem, mesmo que mascarada por meio de expressões do tipo “vamos nos divertir e pensar em uma história sobre...”, “você pode elaborar um texto em que...”

Tendo em vista que o objetivo deste trabalho não está centrado na questão da proposta, esse tópico não será desenvolvido, ficando, essa tarefa, para um trabalho posterior, de aprofundamento da temática.

Instituído como sujeito, o aluno passa a ocupar, então, a posição de *eu* da enunciação, alternando sua posição com a do professor, que passa a constituir-se como *tu*, ou seja, como leitor institucionalmente estabelecido do texto. Eis o segundo movimento, originado, como se disse, da proposta de produção lançada.

Cabe ao aluno produzir um texto que seja condizente com a proposta feita pelo professor. Diversas habilidades precisam

ser mobilizadas para tanto, desde questões ligadas basicamente à estrutura do texto como também outras, referentes ao processo de interlocução em si.

No caso de o aluno ter como parâmetro de interlocução do seu texto escrito apenas a correção de linguagem, ele tenderá a produzir apenas formas, vazias de conteúdo, tendo em vista que o conteúdo ficará num segundo plano. O texto, assim, é tomado por ele como um produto mecânico totalmente desvinculado de qualquer ação linguística. Daí a importância de que as propostas de produção lançadas em sala de aula tenham sempre um propósito efetivo de interlocução, sendo que a forma deverá servir, nessa medida, unicamente aos fins sociointerativos.

Se observado esse aspecto, o aluno, na posição de *eu* que tem algo a dizer, constitui-se enquanto autor, com vistas à interação efetiva com o outro, que pode ser o professor, mas não precisa ser necessariamente ele, ou apenas ele: podem estar também nessa posição os colegas, os pais, a comunidade. O texto tornado público ganha relevância na medida em que cumpre a sua função de estabelecer a interlocução entre sujeitos. Afinal, a interlocução implica troca, negociação de sentidos.

Para que isso ocorra, algumas etapas prévias são necessárias: em primeiro lugar, não se pode escrever do nada — é preciso que se pesquise sobre o assunto, que sejam lidos textos de referência, sejam eles sobre o assunto ou sobre o gênero em pauta, o que possibilitará a escrita individual.

Produzido o texto, invertem-se os papéis enunciativos: o aluno, que era inicialmente, alocutário em relação ao professor, passa a ser o locutor, enquanto o professor, que convocara para a participação, passa de locutor para alocutário. A partir da reversão dos papéis, tudo passa a girar em torno do *eu-aqui-agora* do aluno: o *lá* refere-se ao *não-aqui*; o *depois disso* refere-se ao *não-agora*, e assim por diante.

A proposta anteriormente lançada pelo professor é efetivada pelo aluno, que atualiza a língua para servir aos seus propósitos. O aluno mobilizará aquilo que julga ser importante para o seu alocutário – o professor. No caso de uma excessiva ênfase em aspectos ligados à ortografia, por exemplo, o aluno tende a responder à proposta privilegiando essa dimensão.

A ideia de produzir um texto tem de estar vinculada à percepção do outro, enquanto alocutário. Afinal, que sentido faria dizer algo para o vazio? É necessário, portanto, que o professor se coloque na posição desse alocutário, o que implica uma postura de disponibilidade para interagir com o outro por meio da escrita, construindo colaborativamente os sentidos propostos pelo enunciador-aluno.

Quando se fala em “construir sentidos”, isso implica, no caso do professor, colocar-se como leitor e sujeito capaz de auxiliar o aluno a qualificar o seu texto, e não como caçador de erros ou como aquele que atribui uma nota ao texto, dando-o como produto final.

Nessa leitura do professor, ocorre uma nova troca de papéis enunciativos: da posição de alocutário, ele assume novamente a posição de locutor, na medida em que lhe cabe analisar, avaliar o texto produzido pelo aluno. Que postura, então, deve adotar o professor com vistas a efetivamente se colocar como locutor atento e, mais do que isso, auxiliar o aluno a desenvolver as suas habilidades linguísticas?

Só há uma resposta possível: a proposição da reescritura do texto, a qual refletirá a concepção de língua e de educação do professor. Ela, por isso, não deve se restringir ao ato de passar a limpo o texto, repleto de tinta vermelha assinalando pontos que, muitas vezes, poderiam ser resolvidos ali mesmo, na primeira versão, atingindo pontos que apenas tornariam o texto *limpo*, isento de *impurezas* linguísticas. Ela precisa, sim, atingir as-

pectos de ordem microtextual, mas também aqueles que dizem respeito à dialogicidade da língua, à interlocução entre sujeitos, à manipulação de esquemas contextuais complexos, relacionados ao conhecimento de diferentes gêneros e a recursos de natureza sintática, semântica e pragmática, o que só é possível se o professor não se colocar como um leitor externo do texto, um leitor distante, mas sim como um verdadeiro interlocutor.

Que estratégia usar para tanto? Como o professor, na posição de *tu* ao qual foi dirigida a enunciação, toma novamente o lugar de *eu* e se dirige ao *tu* – aluno, para levá-lo a uma produção centrada na perspectiva sociocomunicativa?

Ruiz apresenta, como já referido, quatro tipos de intervenções possíveis: a indicativa, a resolutiva, a classificatória e a textual-interativa.

Na correção de cunho resolutivo, o aluno recebe não só a informação sobre o seu problema como também a resolução pronta para ele. Isso pode causar a impressão, no professor, de que o aluno resolveu todas as questões levantadas por ele. No entanto, cabe a ele apenas copiar as soluções encontradas pelo professor, que as deixou registradas ou no próprio corpo do texto ou na margem. Então, quem efetivamente soluciona os problemas do texto é o professor, e não o aluno. Além disso, esse tipo de correção está focado em aspectos pontuais, não atingindo aspectos maiores, que se ligam à estrutura do texto, por exemplo.

É claro que se estabelece, entre os sujeitos, uma relação *eu-tu* reconhecível. Obviamente, o professor, na posição de leitor, interage com o sujeito que diz, passando da posição de *tu* para o qual se dirige o discurso para a posição de *eu*, que enuncia para aquele que se dizia *eu*. Há, portanto, enunciação.

Porém, o tom dessa relação se aproxima muito mais do monólogo do que do diálogo constitutivo. O que o professor diz anula o outro – o aluno (RUIZ, 2010, p. 79). Não há equilíbrio

entre os dois sujeitos, e o enunciador-professor se sobrepõe ao enunciador-aluno.

As correções indicativa e classificatória representam, para o aluno, uma dificuldade consideravelmente maior se comparadas com a resolutive, dado que exigem dele a sua participação através do trabalho de releitura, base para a reconstrução/reelaboração. Dessa forma, caracterizam-se por conduzir o aluno no processo de repensar o texto. A existência de um código AC (acentuação) no final de uma linha, por exemplo, exige muito mais do aluno do que simplesmente passar a limpo o texto, copiando a alteração já efetuada pelo professor. A existência do código, aliás, posto à margem do texto, também representa maior complexidade do que a utilização do mesmo código diretamente sobre a palavra na qual se verifica o problema, ou ao lado dela.

Para o professor, é mais complexo codificar ou indicar, e extremamente mais simples e fácil solucionar os problemas, através da correção resolutive. Em tese, a dificuldade maior para o professor também representa um grau de dificuldade maior para o aluno. Mas, afinal, não se está em busca do caminho mais fácil, mas sim do melhor caminho.

Nestes dois tipos de correção, as intervenções mais frequentes apontam problemas microestruturais, localizáveis materialmente, podendo, contudo, envolver aspectos macroestruturais, para o que são utilizadas as margens.

A correção classificatória, de acordo com Ruiz (2010, p. 97), pode explorar códigos enquadráveis em pelo menos cinco grupos distintos: convenções da escrita, norma culta, estruturação frástica, léxico e organização textual. Há, percebe-se, uma preocupação mais acentuada com os aspectos formais e relativos, ainda, à frase, porém sem negligenciar a unidade do texto.

É preciso perceber, nisso, a dicotomia entre uma linguística das formas e uma linguística enunciativa, uma postura formal e

uma postura funcional da linguagem. Como referido no início deste capítulo, tem-se aqui a constatação, na prática cotidiana das aulas de língua, relativa às diferentes posturas oriundas das teorias formuladas por Saussure – o estruturalismo – e por Benveniste – a enunciação. É preciso, a bem da justiça, admitir que há indícios de uma postura que reconhece o texto como enunciação, nas correções classificatória e indicativa, muito embora a predominância seja da postura formalista.

Em termos enunciativos, ainda se tem uma relação vertical entre os sujeitos, em que um se impõe sobre o outro. Apesar disso, há uma dialogicidade maior aqui do que na correção resolutive.

O *eu* que produz o texto é chamado a dialogar quando questionado pelo alocutário acerca de determinada estrutura. Não se trata de uma imposição, mas de algo que se aproxima de uma negociação. Há, de qualquer modo, o reconhecimento da autoridade do alocutário (que se torna locutor quando enuncia, marcando aquilo que julga, no texto, inadequado). Mesmo assim, parece salvaguardada a condição do aluno como autor do seu texto, ou seja, de enunciador que se apodera da língua e que age sobre ela, rearranjando-a de maneira a melhor interagir verbalmente.

Por fim, nas correções textuais-interativas, que ocorrem por meio de bilhetes, na sequência dos textos, ocorre uma postura mais reflexiva por parte do professor, que chama à reflexão também o aluno. O professor registra por escrito a reflexão que fez acerca do que disse o aluno e da forma como o disse. Cabe, então, ao aluno, *ler a leitura* que o professor fez do texto, estruturando-o de tal maneira que venha a ser possível ao professor lê-lo, depois, como ele – o aluno – realmente gostaria que fosse lido, e não como o foi.

Os bilhetes fazem referência a problemas ligados à relação forma/conteúdo, cuja resolução demanda um olhar menos su-

perficial e uma revisão profunda, por envolverem uma cadeia de informações ou de estruturas ao longo do texto. Em geral, tal estratégia aparece combinada com a de correção indicativa ou classificatória, que focará nos aspectos mais localizados, referentes à forma. Essa combinação de procedimentos é, segundo Ruiz (2012, p. 156), a mais eficaz com vistas a desenvolver o desempenho comunicativo do aluno.

Uma hipótese para isso é que, ao produzir o bilhete, o professor se coloca enquanto sujeito da enunciação, reconhecendo o seu interlocutor. Não o desmerece, mas dialoga com ele. Não o assujeita. Enfim, evidencia-se a intersubjetividade, na reversibilidade *eu/tu*.

Considerações finais

A reescritura textual na escola provoca o diálogo do aluno com o seu próprio texto, fazendo com que ele veja, no seu trabalho, o que antes não via. A construção e – especialmente – a reconstrução respeita o caráter processual da produção textual e, ao mesmo tempo em que faz o sujeito debruçar-se criticamente sobre o seu trabalho, cria condições para uma enunciação nova, que, muito embora esteja pautada num primeiro movimento enunciativo, não se encerra nele.

A reescrita não pode, por isso, se limitar ao trabalho de retirada de impurezas do texto. Muito mais do que isso, ela consiste em um acontecimento num determinado processo sócio-interativo, sendo, portanto, um movimento deliberado, planejado, consciente.

Ao professor – no papel de interlocutor – cabe lançar mão de estratégias que levem o sujeito-autor a perceber que a reescritura consiste numa nova afirmação de sua autoria e do seu discurso. Em outros termos, o aluno deverá, através da reconstrução da

sua enunciação, reconstruir-se a si próprio enquanto sujeito-autor, assumindo-se como *eu*.

Há, sem dúvida, todo um investimento intersubjetivo implementado ao longo da escrita e da reescrita, através do qual o aluno busca significar e singularizar o seu discurso, constituindo-se, portanto, como sujeito do seu dizer.

Referências bibliográficas

ANTUNES, Irlandé. *Língua, texto e ensino: outra escola possível*. São Paulo: Parábola, 2009.

BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral I*. 5. ed. Campinas: Pontes, 2005.

_____. *Problemas de linguística geral II*. 5. ed. Campinas: Pontes, 1989.

BRAIT, Beth. Enunciação e intersubjetividade. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/dl/noticias/downloads/Curso_Bakhtin2008_Profa.%20MaCristina_Sampaio/ARTIGO_BRAIT_Unenunciacao_subjetividade.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2012.

BRASIL. *Parâmetros curriculares nacionais*. Língua Portuguesa. Brasil, 1997.

FIORIN, José Luiz. *As astúcias da enunciação*. São Paulo, Ática, 1996.

FLORES, Valdir do Nascimento; TEIXEIRA, Marlene. *Introdução à linguística da enunciação*. São Paulo: Contexto, 2005.

GERALDI, João Wanderley et al. *O texto na sala de aula*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1999.

RUIZ, Eliana Donaio. *Como corrigir redações na escola: uma proposta textual-interativa*. São Paulo: Contexto, 2010.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de linguística geral*. 8. ed. São Paulo: Cultrix, 1977.

A ambiguidade em textos publicitários sob a perspectiva da enunciação¹

Roberta Costella²

O presente capítulo tem por finalidade estudar o caráter polissêmico da linguagem, destacando a possibilidade de ambiguidade em textos publicitários na perspectiva enunciativa de Émile Benveniste. Essa perspectiva é caracterizada como a teoria da subjetividade na linguagem, a qual contribui significativamente para se pensar a língua em funcionamento, a língua viva, pois a apropriação da língua pelo locutor, por meio do seu aparelho formal, dá-se na relação que se estabelece entre um locutor e um alocutário, construindo a intersubjetividade. Assim, a enunciação é o que transforma a língua em discurso, através de um locutor (*eu*), que se utiliza de elementos do aparelho formal da língua

¹ Este artigo é um recorte da Dissertação de Mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo, sob orientação da Professora Dr. Claudia Stumpf Toldo.

² Mestre em Linguística pela UPF e Especialista em Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa pela URI. Professora do Colégio Tiradentes e do Colégio Notre Dame de Passo Fundo. Professora de Metodologia da Pesquisa no Ceom – Centro de Estudos Odontológicos Meridional – Passo Fundo. E-mail: betinhacost@yahoo.com.br

para se dirigir a um alocutário (*tu*), ou seja, o locutor mobiliza a língua, dando-lhe sentido pelas formas que escolheu utilizar no seu texto/discurso.

Em um texto publicitário, a busca pelos efeitos de sentidos desejados envolve a escolha de palavras, locuções e formas verbais que se determinam em razão de sua força persuasiva. A publicidade joga com as palavras, que adquirem um maior número de sentidos em virtude dos deslocamentos de empregos que englobam, combinadas com outras palavras num determinado contexto de uso.

Partimos do pressuposto de que a língua, sendo heterogênea, pode ser polissêmica, o que implica dizer que um mesmo termo pode veicular diferentes sentidos, dependendo da situação na qual se insere. Com isso, não afirmamos que o sentido pode ser qualquer um, mas sim, que, da mesma forma que um dicionário elenca possibilidades de significados, a realização de um ou outro sentido só se concretiza em situação de língua em uso, ou seja, em situação de enunciação. Em decorrência desse caráter polissêmico da língua, instaura-se a possibilidade da ambiguidade. É importante mencionar que tomamos o fenômeno da ambiguidade como ocorrência destinada ao alocutário do discurso. Para o locutor, o texto não é, de forma alguma, ambíguo, pois ele sabe exatamente qual é o seu referente, o seu conteúdo e a sua intenção. Na perspectiva benvenistiana, o locutor sabe que referência está construindo. A possibilidade de duplo sentido, construída pelo locutor e gerada pela interpretação do enunciado feita pelo alocutário, pode ser proposital, inserindo-se como mais um recurso, uma forma de persuasão, para seduzir e encantar o público a fim de levá-lo a obter o produto anunciado.

Assim, entendendo a ambiguidade como a duplicidade de sentidos que pode haver em frases que contenham uma estrutura sintática com vários significados ou interpretações, a qual a propaganda vem utilizando com frequência como fator persuasivo,

tanto para atrair a atenção do interlocutor quanto para conquistar sua simpatia e interesse, o trabalho aqui apresentado tem o propósito de trazer a contribuição da linguística da enunciação para descrever a ambiguidade prevista (por que não) na língua/linguagem sob o olhar da enunciação.

Analisamos a construção do fenômeno da ambiguidade em um anúncio publicitário com base nos aspectos teóricos desenvolvidos por Émile Benveniste, compilados nas obras *Problemas de linguística geral I* (1966) e *Problemas de linguística geral II* (1974). Nessas obras, localizamos uma concepção de língua e linguagem que possibilita transcender a ideia de que é somente pela decodificação da forma que se dá o processo de construção do sentido, pois essa concepção é entendida como lugar e fundamento da subjetividade. É esta, por sua vez, só é percebida e tem valor numa relação intersubjetiva, de diálogo. Os sentidos são construídos no discurso, por meio da língua, pelo sujeito.

A pesquisa em questão é definida como descritiva, bibliográfica e qualitativa, uma vez que fazemos um estudo do sentido linguístico das palavras em uma situação enunciativa determinada e analisamos a construção e a existência da ambiguidade no anúncio selecionado. Nossa hipótese é a de que a ambiguidade se realiza em dois níveis de leitura (o semiótico e o semântico), mas queremos destacar que em uma análise enunciativa há sempre um sentido que é atualizado, ou seja, há uma referência construída. Para *corpus* de análise, escolhemos um texto publicitário extraído da revista *Cláudia*, veiculado no ano de 2009.

A forma e o sentido: a dicotomia que se complementa

Esta questão da forma e do sentido na linguagem é retomada por Benveniste em seu texto intitulado “A forma e o sentido na linguagem” (1966). O autor inicia expondo dois modos distintos

de leitura da significância: o semiótico e o semântico. Ocupando-se da linguagem comum e excluindo a linguagem poética, traz à tona a questão da significação no campo da linguística e volta a falar sobre a exclusão, o desprezo que certos autores davam ao *sentido* em sua época. Para Barbisan (2006, p. 27), Benveniste “parte da ideia de que a oposição *forma/sentido* coloca o linguista no âmago da linguagem que é o problema da significação”, o que permite perceber que não podemos tratar dessas questões separadamente. Benveniste (2006) argumenta ser um equívoco opor forma e sentido na língua, tentando reinterpretar essa oposição.

O autor salienta ainda que, antes de tudo, a linguagem significa e que, antes de servir para comunicar, serve para viver: “Se nós colocamos que à falta de linguagem não haveria nem possibilidade de sociedade, nem possibilidade de humanidade, é precisamente porque o próprio da linguagem é, antes de tudo, significar” (BENVENISTE, 2006, p. 222). Para o homem, a linguagem apresenta-se como a única maneira de atingir o outro, de transmitir e receber mensagens. E uma vez que a linguagem pressupõe o outro, cada uma dessas entidades está implicada uma na outra. Benveniste, posicionando-se diferentemente dos lógicos Carnap³ e Quine⁴, explica que expor que a linguagem significa não implica que a significação pode ser qualquer coisa que lhe seja acrescentada, “ou numa medida mais ampla, por uma outra atividade; é de sua própria natureza” (2006, p. 223). Essa significação está, necessariamente, ligada ao exercício do discurso, à dimensão semântica da língua. Benveniste também considera importante outro caráter da linguagem, totalmente diferente, mas necessário: “O caráter de se realizar por meios

³ Rudolf Carnap, filósofo, nascido na Alemanha e naturalizado nos EUA, foi um expoente do positivismo lógico e um dos filósofos mais importantes do século XX (Disponível em: <<http://www.iep.utm.edu/carnap/>>. Acesso em: 21 out. 2010).

⁴ Willard van Orman Quine (1908-2000) foi o filósofo americano mais influente da segunda metade do século XX (Disponível em: <http://criticanarede.com/html/fil_quine.html>. Acesso em: 1º nov. 2010).

vocais, de consistir praticamente num conjunto de sons emitidos e percebidos, que se organizam em palavras dotadas de sentido” (IBIDEM, p. 224). Com base nesse duplo aspecto, Benveniste aproxima-se do que Saussure propôs como sistema de signos.

Estruturalista, Benveniste reconhece que a língua é um sistema de signos, como definido por Saussure (2006), que diz ser preciso separar a língua da linguagem. Na concepção de Saussure, a linguagem é uma faculdade humana, da qual a língua é apenas uma parte, ao passo que a língua seria um produto social, um conjunto de convenções necessárias que permitiria ao indivíduo o exercício da faculdade da linguagem.

Tomada em seu todo, a linguagem é multiforme e heteróclita; o cavaleiro de diferentes domínios, ao mesmo tempo física, fisiológica e psíquica, ela pertence além disso ao domínio individual e ao domínio social; não se deixa classificar em nenhuma categoria de fatos humanos, pois não se sabe como inferir sua unidade. A língua, ao contrário, é um todo por si e um princípio de classificação. Desde que lhe demos o primeiro lugar entre os fatos da linguagem, introduzimos uma ordem natural num conjunto que não se presta a nenhuma classificação (SAUSSURE, 2006, p. 17).

Benveniste ressalta a necessidade de esclarecer “a doutrina saussureana de signo” para evitar a utilização inocente do termo *signo*, como muitos autores fazem, pois adotá-lo implica alguns comprometimentos, uma vez que “dizer que a língua é feita de signos é dizer antes de tudo que *o signo é a unidade semiótica*” (2006, p. 224). É importante mencionar que a citação transcrita não está em Saussure, mas é formulada nas reflexões de Émile Benveniste.

Para definir o signo linguístico é imprescindível observar que é impossível dividir a linguagem, a qual só se permite decompor: “suas unidades são elementos de base em número limitado, cada

um diferente do outro, e suas unidades se agrupam para formar novas unidades, e estas [...] poderão formar outras ainda, de um nível cada vez superior” (BENVENISTE, 2006, p. 225). O signo tem sempre por critério um limite inferior, o da significação. Portanto, sempre perdemos a significação se descermos abaixo do signo.

No que se refere à unidade, Benveniste (2006, p. 225) a define como “uma entidade livre, mínima em sua ordem, não decomponível em uma unidade inferior que seja ela mesma um signo livre”. Flores e Teixeira (2008, p. 31, grifos dos autores) esclarecem que o signo para Benveniste, é “necessariamente um elemento de dupla relação cuja *unidade é submetida* a uma ordem semiótica. *Unidade* porque decomponível do todo que é a linguagem, e *submetida* porque limitada à ordem da significação”. Assim, temos uma definição de signo em total dependência com o caráter semiótico da língua.

Benveniste, baseado em Saussure, discute a noção de signo dotado de um significante e de um significado, sendo uma “unidade bilateral por natureza” (2006, p. 225). Contudo, argumenta ser necessário ir além da visão saussureana do signo como princípio único. Diferentemente do texto de 1939⁵, neste de 1966 Benveniste discute sobre signo linguístico tendo por base a distinção entre semiótico e semântico e entre forma e sentido. Trois (2004, p. 35) entende que “o signo de Saussure será o coelho que Benveniste coloca em sua cartola para fazer

⁵ Para Flores et al. (2009, p. 212), a noção de signo que aparece na teoria benvenistiana apresenta algumas especificidades. No texto *Natureza do signo linguístico* (1939), Benveniste faz colocações acerca do princípio da arbitrariedade do signo linguístico, defendida por Saussure, e “passa a considerar a arbitrariedade como algo que diz respeito à relação entre o signo e a realidade, ao passo que a arbitrariedade ficaria circunscrita à relação entre o significante e o significado”. Dessa forma, Benveniste (2005, p. 55) concebe que “entre o significante e o significado o laço não é arbitrário: pelo contrário, é *necessário*”. E complementa: “O que é arbitrário é que um signo, mas não outro, se aplica a determinado elemento da realidade, mas não a outro” (2005, p. 56). Portanto, o princípio da arbitrariedade não faz parte da constituição interna do signo, é externo à compreensão linguística.

aparecer – aqui e de outra maneira – o que já se encontrava lá – no *Curso* de Saussure”.

A respeito do significante, Benveniste (2006) afirma que é o aspecto formal do signo, a forma sonora, condicionante e determinante do significado. Esclarece também que as formas da língua, numa última análise, são constituídas de um número limitado de unidades sonoras, denominadas “fonemas”. E acrescenta:

mas é preciso ver que o signo não se decompõe imediatamente em fonemas e que uma sequência de fonemas não compõe imediatamente um signo. A análise *semiótica*, diferentemente da análise fonética, exige que introduzamos, antes do nível dos fonemas, o nível da estrutura fonemática do significante. O trabalho consiste aqui em distinguir os fonemas que fazem apenas parte, necessariamente, do inventário da língua, unidades obtidas por procedimentos e técnicas apropriadas, e aqueles que, simples ou combinados, caracterizam a estrutura formal do significante e preenchem uma função distintiva no interior desta estrutura (BENVENISTE, 2006, p. 225).

Essa unidade semiótica chamada “signo” é dotada de significação quando é utilizada em uma determinada comunidade que usa uma língua. Benveniste (2006) acredita não ser possível definir o que o signo significa, porque é necessário que um signo seja aceito e se relacione de alguma maneira com os demais signos para que exista. Adotando esse raciocínio, entendemos que “é no uso da língua que um signo tem existência; o que não é usado não é signo; e fora do uso o signo não existe. Não há estágio intermediário; ou está na língua, ou está fora da língua” (BENVENISTE, 2006, p. 227). Assim, significar é ter um sentido, e o signo significa mesmo antes de se constituir como palavra, pois se define numa rede de relações e oposições com outros signos. A língua, no entendimento de Benveniste, torna-se um

sistema semiótico e deixa de ser um conjunto de convenções compartilhadas de Saussure.

No nível semiótico, enquanto a forma está ligada ao significante, o sentido compreende as “relações de oposições com outros signos da língua” (FLORES et al., 2009, p. 212). Esse nível “tem por critério necessário e suficiente que se possa identificá-lo no interior e no uso da língua” (BENVENISTE, 2006, p. 227), pois reiteramos que as formas precisam ser reconhecidas e aceitas pelos usuários da língua. O semiótico é da ordem do estável, do fixo, do *intra lingüístico*, uma vez que todo signo é distintivo, significativo em relação aos demais.

Dessa tomada de posicionamento, procedem três consequências, assim explicitadas por Benveniste:

Em primeiro lugar, em qualquer momento, em semiótica não se ocupa da relação do signo com as coisas denotadas, nem das relações entre a língua e o mundo. Em segundo lugar, o signo tem sempre e somente valor genérico e conceptual. Ele não admite significado particular ou ocasional, excluindo-se tudo o que é individual, as situações de circunstâncias são como não acontecidas. Em terceiro lugar, as oposições semióticas são de tipo binário. A binaridade me parece ser a característica semiológica por excelência, na língua antes de tudo e depois em todos os sistemas de comportamento nascidos no seio da vida social e dependentes de uma análise semiológica. Enfim, deve ser entendido que os signos se dispõem sempre e somente em relação paradigmática (2006, p. 228).

Portanto, o nível semiótico designa o modo de significação próprio do signo linguístico e o institui como unidade. No âmbito do semiótico, a significação corresponde à distinção, “daí porque os signos distribuem-se paradigmaticamente” (LICHTENBERG, 2006, p. 31). O signo passa a ter sentido quando é chamado a

integrar a frase⁶ porque assume a condição de palavra. Somente na frase, o signo expressa um sentido e abandona seu caráter generalizante.

Ao falar em frase, entretanto, Benveniste (2006) se questiona sobre qual seria sua função comunicativa na língua, uma vez que nos comunicamos sempre por meio de frases. Para o autor, signo e frase são distintos e, portanto, exigem descrições distintas. Na tentativa de ultrapassar essa distinção saussuriana entre língua e fala, Benveniste (2006, p. 229) argumenta que há “duas espécies e dois domínios do sentido e da forma” e divide a língua em “duas maneiras de ser língua no sentido e na forma”. Temos, assim, a ordem semiótica e a ordem semântica.

Logo, Benveniste (2006) defende que analisar a língua apenas como um sistema significante deve ser um conceito, uma metodologia a ser ultrapassada. Ao mesmo tempo em que Benveniste mantém certa fidelidade aos pressupostos saussurianos, apresenta o semântico, uma visão da língua em uso, em funcionamento. Defende que não basta que a relação entre forma e sentido se dê no signo; isso tem de ocorrer no uso também, pois é a relação forma e sentido que proporciona os caracteres linguísticos da enunciação.

de um lado Benveniste mantém-se fiel ao pensamento de Saussure – na justa medida em que conserva concepções caras ao saussurianismo, tais como estrutura, relação, signo, por outro lado apresenta meios de tratar da enunciação ou, como ele mesmo diria, do *homem na língua*. Esta é a inovação de seu pensamento: supor sujeito e estrutura articulados (FLORES; TEIXEIRA, 2008, p. 30).

Se o semiótico é entendido como a esfera das relações paradigmáticas, o semântico é entendido como a esfera das relações

⁶ Aqui o termo *frase* deve ser entendido como sinônimo de enunciado.

sintagmáticas, o âmbito onde se dão as combinações. É o nível que tem por função comunicar, tendo a língua como mediadora entre os homens, “entre o homem e o mundo, entre o espírito e as coisas, transmitindo a informação, comunicando a experiência, impondo a adesão, suscitando a resposta, implorando, constrangendo; em resumo, organizando toda a vida dos homens” (BENVENISTE, 2006, p. 229). É o nível do uso, que resulta da atividade dos locutores ao colocarem a língua em funcionamento.

A frase é considerada por Benveniste “a expressão semântica por excelência” (IBIDEM). O autor defende que há uma mudança radical de perspectiva quando mudamos do semiótico para o semântico. As noções do semiótico não são desprezadas; elas retornam, porém outras e fazem parte de novas relações. Enquanto a semiótica apresenta por característica ser própria da língua, a semântica decorre da atividade de um locutor que emprega a língua, que a coloca em funcionamento. Benveniste menciona ainda algumas particularidades do signo e da frase:

O signo semiótico existe em si, funda a realidade da língua, mas ele não encontra aplicações particulares; a frase, expressão do semântico, não é *senão* particular. Com o signo tem-se a realidade intrínseca da língua; com a frase liga-se às coisas fora da língua; e enquanto o signo tem por parte integrante o significado, que lhe é inerente, o sentido da frase implica referência à situação de discurso e a atitude do locutor (2006, p. 230).

Essa noção tem como unidade a palavra, a unidade mínima da mensagem, composta de forma, que é apresentada aos falantes, e de sentido, ligado ao emprego que os falantes fazem a cada discurso. No semântico, por meio da organização sintagmática, temos a forma e, com a ideia resultante dessa sintagmatização, temos o sentido. Enquanto o sentido da palavra é o seu emprego, o sentido da frase é a ideia que exprime, que se realiza “formal-

mente na língua pela escolha, pelo agenciamento de palavras, por sua organização sintática, pela ação que elas exercem umas sobre as outras” (BENVENISTE, 2006, p. 230).

Reiteramos que o aspecto semiótico está organizado por relações paradigmáticas, internas à língua, em que cada signo significa somente em relação de diferença com os demais na comunidade daqueles que utilizam determinada língua. Já o semântico, que está organizado por operações sintagmáticas (no nível da frase), depende da apropriação da língua pelo falante, de um colocar a língua em ação por um locutor. Dessa forma, outro termo que, conforme Benveniste (2006), é necessário inserir aqui é o referente.

O referente “é o objeto particular a que a palavra corresponde no caso concreto da circunstância ou do uso” (BENVENISTE, 2006, p. 231). Cada vez que o locutor emprega uma palavra, a partir de uma ideia, numa determinada situação de discurso, esse emprego tem um sentido particular: “o sentido da frase é a ideia que ela exprime, a ‘referência’ [...] é o estado de coisas que a provoca, a situação de discurso a que ela se reporta que nós não podemos jamais prever ou fixar” (BENVENISTE, 2006, p. 231). Portanto, para que as unidades se tornem palavras, é necessário que um sujeito se aproprie de um signo, atribuindo-lhe um sentido mais restrito, em razão da referência, cada vez única e irrepetível. O sentido de uma frase sempre faz referência à determinada situação de discurso e a uma determinada atitude do locutor, que não podem ser previstas ou fixadas, pois sempre se tem um acontecimento diferente.

A frase, criação indefinida, variedade sem limite, é a própria vida da linguagem em ação. Concluimos que se deixa com a frase o domínio da língua como sistema de signos e se entra num outro universo, o da língua como instrumento de comunicação, cuja expressão é o discurso (BENVENISTE, 2005, p. 139).

No que diz respeito à referência, Flores e Teixeira (2008, p. 32) enfatizam a diferença percebida no tratamento desta nos dois níveis: está ausente no semiótico e no semântico é tida como definidora de sentido, “porque este se caracteriza pela relação estabelecida entre as ideias expressas sintagmaticamente na frase e a situação de discurso”. E finalizam seu pensamento:

Benveniste, ao propor um nível de significado que engloba referência aos interlocutores, apresenta um modelo de análise da enunciação em que os interlocutores referem e co-referem na atribuição de sentido às palavras. Essa distinção possibilita o entendimento da categoria de pessoa e dos conceitos de intersubjetividade e de enunciação, básicos em sua teoria (IBIDEM, p. 32).

Ao se referir novamente à palavra, Benveniste (2006, p. 232) argumenta que o sentido desta incidirá na sua “capacidade de ser integrante de um sintagma particular e de preencher uma função proposicional”, pois seu sentido decorre de seu emprego, de sua combinação em determinada situação. Defende, portanto, que o que comumente designamos por “polissemia” é a soma institucionalizada de valores contextuais instantâneos, suscetíveis ao enriquecimento e desaparecimento, ou seja, não possuem valor e permanência estáveis.

Então, é por meio desse caráter polissêmico da língua que se instaura a possibilidade da ambiguidade, tema central deste estudo. Mas se “a partir da ideia, a cada vez particular, o locutor agencia palavras que neste emprego têm um sentido particular” (BENVENISTE, 2006, p. 231), acreditamos que o sentido de uma palavra ou expressão varia dependendo da situação em que é empregada. Portanto, poderíamos questionar, com base nessas considerações, o que é ambiguidade e se realmente existe em uma situação discursiva particular, uma vez que a subjetividade é constitutiva de qualquer texto.

Duas consequências contrárias surgirão se tomarmos a mesma entidade lexical como signo ou como palavra: de um lado, a mesma ideia pode ser dita das mais diversas formas, nas mais diversas situações e para os mais diversos locutores e interlocutores; de outro, essa ideia evocada sofre restrições das leis de seu agenciamento na construção da significação no discurso, não sendo, portanto, livre, o que afasta toda possibilidade de uma compreensão solipsista da significação: “há aqui necessariamente uma mistura sutil de liberdade no enunciado da ideia e de restrição na forma deste enunciado que é a condição de toda a atualização da linguagem” (BENVENISTE, 2006, p. 232). Para compreender essa “articulação semântica”, devemos apreender que a forma se dá “pela dissociação analítica do enunciado processada até as unidades semânticas, as palavras” (IBIDEM, p. 232) e o sentido da frase é percebido na totalização da ideia, que notamos pela apreensão do todo.

Em toda mensagem o sentido a ser transmitido é organizado por meio de palavras. Benveniste (2006) defende que os sentidos das palavras sempre são determinados tendo por base a situação em que são empregadas. Argumenta que “as palavras, instrumentos da expressão semântica, são materialmente os signos do repertório semiótico” (IBIDEM, p. 233). Porém, esses signos possuem outro estatuto, uma vez que passam a significar em situações únicas, particulares.

A mudança do pensamento em discurso acontece com base na estrutura formal do idioma que é considerado. Benveniste (2006, p. 233) destaca que a possibilidade de, em várias categorias de idiomas, se poder “dizer a mesma coisa” é prova de uma relativa independência do pensamento, mas, “ao mesmo tempo, de sua modelagem estreita na estrutura linguística”. E pontua, assim, a diferença entre o semiótico e o semântico, mostrando a possibilidade ou impossibilidade da tradução.

Observa ainda o autor que é possível “transpor o semantismo de uma língua para o de uma outra, [...] é a possibilidade da tradução; mas não se pode transpor o semioticismo de uma língua para o de uma outra; é a impossibilidade da tradução” (IBIDEM, p. 233). Explicita ainda que, sobre uma base semiótica, a língua, quando em uso, constrói uma semântica própria, o que impossibilita compreender a significação sem ser intencionada, “produzida pela sintagmatização das palavras em que cada palavra não retém senão uma pequena parte do valor que tem enquanto signo” (IBIDEM, p. 234).

A respeito do lugar que o sentido ocupa nos estudos da linguagem, Benveniste (2006) continua a afirmar a separação entre o sistema semiótico e o semântico, mas tendo por base o poder significante da língua. Acredita ser necessária uma descrição distinta “para cada elemento segundo o domínio no qual está encaixado, conforme é tomado como signo ou como palavra” (IBIDEM, p. 234). Para o autor, a semiótica e a semântica são duas maneiras de ser língua no sentido e na forma, pois a semiótica significa e a semântica comunica. Benveniste concebe duas linguísticas distintas, mas que são indissociáveis, interdependentes; portanto, as paradigmáticas e as relações sintagmáticas são concomitantes. Conforme Lichtenberg (2006, p. 36),

ambas são responsáveis por reconhecimento e compreensão: reconhecimento do sistema que é comum a locutor e alocutário, reconhecimento e compreensão dos conceitos que do sistema emanam seletivamente, inter-relacionando-se no enunciado, expressão de referência a uma situação intersubjetiva. A noção de intersubjetividade, portanto, anula a existência de duas linguísticas já que forma e sentido, para Benveniste, *noções gêmeas*, concorrem para que a língua *signifique* mediante o trabalho dos sujeitos que põem em ação os mecanismos da língua.

Forma e sentido devem ser olhados no funcionamento da língua, ou seja, em situação de enunciação. O semiótico e o semântico precisam ser entendidos como dois procedimentos distintos de análise, mas que se completam e se articulam focalizando, no uso da linguagem, a construção do sentido.

Uma proposta de análise



Figura 2. Texto 1.
Fonte: Revista *Claudia* (2009).

Descrição da propaganda 1

A publicidade em foco ocupa as páginas 20 e 21 da revista *Claudia*, ano 48, nº 1, de janeiro de 2009. Tem como objeto a marca Polenghi e apresenta o chefe de cozinha Oliver Anquier⁷

⁷ Olivier Anquier nasceu em Montfermeil, na França. Considerado por muitos o “galã das panelas”, o francês Olivier chegou ao Brasil em 1979 para uma viagem de um

na página à esquerda, o qual sorri e segura um saco com pães franceses. Na mesma página, logo abaixo, no canto direito, aparece o *site* que apresenta as receitas do chefe com os novos sabores do Polenghi cream cheese. Na página à direita, acima, aparece a marca do produto e o *slogan*. Centralizado está o enunciado verbal que servirá de análise no próximo item: Para comunicar o novo visual do cream cheese da Polenghi nós chamamos o pão francês. Também centralizado, mas ao final da página, aparece o enunciado apresentando o novo sabor do produto e, logo abaixo, as fotos da linha anunciada.

Quanto às cores⁸ presentes na peça publicitária, temos a predominância do bege e do azul, que oferecem uma sensação de suavidade, de leveza, o que vai ao encontro das características do produto apresentado como contendo baixo teor de calorias. O chefe de cozinha veste uma blusa bege e uma calça jeans clara; sua mão direita está colocada no bolso da calça e com a esquerda segura um saco de pães, leve de carregar, o que também remete à sensação de leveza criada pelo anúncio. O personagem sorri e transparece um aspecto descontraído, jovial, sem preocupações aparentes.

O poder da persuasão que a propaganda tem em relação aos seus leitores é claro, sobretudo se considerarmos que muitas delas, como a em questão, utilizam personalidades da mídia

mês pelo Rio de Janeiro, mas, devido aos compromissos como modelo, teve de voltar para a Europa. Somente depois da morte de seu pai, o médico François Anquier, em 1989, é que Olivier resolveu vir para o Brasil e naturalizou-se brasileiro no final de 2007. No país, ele se tornou conhecido por trabalhar como apresentador de TV. Atualmente, Olivier pode ser visto em um quadro do *Domingo Espetacular*, da Rede Record, e em seu programa na internet, o *Programa do Olivier* (http://www.guiada-semana.com.br/Belo_Horizonte/Noite_e_Gastronomia/Biografia/Olivier_Anquier.aspx?id=328. Acesso em: 12 out. 2010).

⁸ Ressaltamos que o estudo da imagem a que nos propusemos neste trabalho não será realizado segundo uma teoria específica, pois o que pretendemos é realizar uma leitura desta linguagem como um elemento colaborativo na construção do sentido do texto.

para estrelarem em seus comerciais, com o único propósito de persuadir o leitor a adquirir o produto.

O objetivo final de toda propaganda, segundo Vestergaard e Schroder (2004), é a venda de mercadorias. Porém, para que consiga atingir seu objetivo, o publicitário precisa ultrapassar alguns obstáculos. Na propaganda em estudo, notamos o atendimento de alguns requisitos básicos. O primeiro, conforme os autores, seria conseguir que os consumidores percebessem o anúncio, uma vez que esses leem a revista em função das matérias, não dos anúncios, ratificando a posição de Carvalho (2009) e Sadmam (2007). Logo, para superar esse empecilho, foi utilizada a figura de uma pessoa pública, famosa, simpática e bonita: o chefe de cozinha Olivier Anquier.

Após captar a atenção do consumidor, o publicitário deve mantê-la e seduzir o leitor, convencendo-o de que o produto vai satisfazer a alguma necessidade sua ou criá-la. Nessa etapa, a publicidade convida a consumir um produto de baixas calorias, podendo, portanto, ser consumido sem culpa juntamente com o pão francês, por natureza mais calórico. Aqui se estabelece uma relação implícita de dependência entre sabor, boa forma, beleza e prazer associados ao consumo do Polenghi cream cheese light. Com a associação entre a imagem de uma pessoa famosa, sorridente, bonita, bem-sucedida e a de um produto de novo visual, de baixas calorias com fibras e cálcio, o publicitário ultrapassou o último obstáculo: o suposto convencimento de que a marca anunciada é superior às concorrentes. Assim, é possível atender à missão da publicidade e alcançar o objetivo, que é a venda do produto anunciado.

Ao escolher determinado gênero discursivo, a vontade discursiva do sujeito manifesta-se e, desde que “ele se declara locutor e assume a língua, ele implanta o outro diante de si” (BENVENISTE, 2006, p. 84) e, por meio da língua, interage com o mundo. Assim, todo enunciado deve ser compreendido como

uma unidade discursiva capaz de provocar uma atitude responsiva por parte do sujeito, porque, como assinala Benveniste (2006), a linguagem exige e pressupõe um outro. Nesse processo, o *eu* que produz a publicidade da marca Polengui (uma empresa especializada) e que possui uma intenção predeterminada (persuasão e, conseqüentemente, venda do produto em questão) existe numa relação de diálogo com um *tu* que é seu leitor, sendo a língua integrada ao discurso em forma de enunciações.

Para Benveniste (2006), não há como definir o signo sem perceber sua dependência semiótica da língua, uma vez que sua existência depende de sua inserção no uso dessa língua. Portanto, qualquer descrição que se faça precisa considerar o uso da língua, como se verifica no item a seguir.

Descrição enunciativa: as formas da língua em uso

Segundo Benveniste (2006, p. 229), “há para a língua duas maneiras de ser língua no sentido e na forma”, mas que se completam e se articulam focalizando no uso da língua a construção do sentido. Assim, teremos a língua como semiótica (significar) e como semântica (comunicar).

Observemos o enunciado verbal “Para comunicar o novo visual do cream cheese da Polenghi nós chamamos o pão francês”. Agora, observemos somente a parte da expressão linguística que gera uma possibilidade de duplo sentido no enunciado: “chamamos o pão francês”. Encontramos para o significante pão o seguinte significado estabelecido:

s.m. Alimento feito de farinha amassada, geralmente fermentada, e cozida no forno. / Fig. Meio de vida, sustento. / Religião A hóstia: o pão da alma. // Pão ázimo, pão sem fermento. // Pão de munção, pão feito de farinha grosseira, para distribuição aos soldados. // Comer o pão que o diabo amassou, lutar muito para ganhar seu sustento, sofrer muito. // A pão e água, forma

de punição em que se dá ao castigado apenas esse alimento. // Ficar a pão e laranja, ficar na miséria. // Tirar o pão da boca de, privar alguém dos meios de subsistência. // Pão, pão, queijo, queijo, com toda a franqueza, sem rodeios, com toda a exatidão (AURÉLIO ONLINE, 2010).

O nível semiótico designa o modo de significação próprio do signo linguístico e o institui como unidade. Nesse nível, o signo *pão* significa, pois é usado por determinada comunidade linguística. Benveniste (2006, p. 227) assevera que “é no uso da língua que um signo tem existência; o que não é usado não é signo; e fora do uso o signo não existe”. Assim, um estágio intermediário não existe “ou está na língua, ou está fora da língua” (IBIDEM). Significar, no nível semiótico, é ter um sentido, e o signo significa, porque se define numa rede de relações e oposições com os demais signos. Esse nível “tem por critério necessário e suficiente que se possa identificá-lo no interior e no uso da língua” (IBIDEM). No nível em questão, distinção e significação são sinônimos.

Atentemos agora para o significado atribuído ao significante *francês*:

adj. Relativo à França. /&151; S.m. Natural ou habitante desse país. / Língua oficial da França, dos seus territórios de ultramar e estados associados, sendo ainda, a língua oficial da Bélgica, do Canadá, do Haiti, de Luxemburgo, da Suíça e da ONU. &151; Embora o francês seja menos falado do que o chinês, o inglês, o russo ou o espanhol, ele divide com o inglês a posição de língua internacional. Mais de 80 milhões de pessoas têm no francês a sua língua materna, e milhões de outras usam-no como uma segunda língua (AURÉLIO ONLINE, 2010).

Novamente, como o que ocorre com o signo *pão*, constatamos que o signo *francês* significa, pois, para Benveniste (2006,

p. 227), “no plano do significado, o critério é: isto significa ou não?” Respondemos: sim, o signo *francês* significa. Se a resposta é sim, “tudo está dito e registre-se” (IBIDEM).

Benveniste acredita ser impossível definir o que o signo significa, pois, para que um signo exista, é necessário que seja aceito e se relacione de alguma maneira com os demais signos. Isso, segundo o autor, leva a que o signo tenha sempre e somente valor genérico e conceptual e não admita significado particular ou ocasional, havendo eliminação de tudo o que é individual, e “as situações de circunstâncias são como não acontecidas” (2006, p. 228). Essa reflexão do linguista mostra que, se no domínio do semiótico a significação corresponde somente à distinção, e é por isso que, segundo Lichtenberg (2006, p. 31), os signos distribuem-se paradigmaticamente, podemos pensar que no texto em análise os signos *pão* e *francês* só passarão a ter sentido quando forem chamados a integrar a frase, visto que assumem a condição de palavra. Somente na frase (entendida aqui como sinônimo de enunciado) esses dois signos expressarão um sentido e abandonarão seu caráter generalizante. Veremos adiante que não se trata mais de *pão* e *francês*, mas de *pão francês*. Juntos, significam uma unidade de sentido que tem um valor específico neste texto; juntos, integram a frase e significam; juntos, criam a referência; juntos, passam do nível da palavra (inferior) para o nível da frase (mais alto).

Benveniste (2006, p. 229) considera a frase “a expressão semântica por excelência” e explica que, quando mudamos de nível e mudamos do semiótico da língua para o semântico da língua, há uma mudança radical de perspectiva, em que as noções de um nível inferior não são desprezadas, mas retornam em níveis superiores de análise; porém, outras noções surgem, porque fazem parte de novas relações. O semiótico apresenta como característica ser próprio da língua, ao passo que o semântico decorre da atividade de um locutor que utiliza a língua,

que a coloca em funcionamento. Portanto, a frase “não é *senão* particular [...] o sentido da frase implica referência à situação de discurso e a atitude do locutor” (IBIDEM, p. 230). Assim, há duas maneiras de ser língua no sentido e na forma: a forma semiótica, *que significa*, e a semântica, *que comunica*.

Diante da inserção do referente na análise do sentido, retomemos a expressão em destaque “chamamos o pão francês”, a qual gera um enunciado ambíguo, pois a palavra *pão* pode se referir à figura de Oliver e não ter, portanto, o mesmo sentido que a palavra *pão* em estado de dicionário. Segundo Ullmann (1977), a essa ambiguidade se denomina “lexical”, que é gerada pela polissemia, ou seja, pela soma de valores contextuais instantâneos, “aptos a se enriquecer e a desaparecer [...], sem permanência, sem valor constante” (BENVENISTE, 2006, p. 232). Isso, segundo Bréal (1992), ocorre porque o sentido novo convive com o antigo e os significados atribuídos à palavra seguirão lado a lado, inseridos cada um em seu contexto. Por isso, apenas um dos significados atribuídos ao vocábulo *pão* terá sentido em determinada situação, pois não haverá outros significados na mente do interlocutor.

Assim, seguindo o raciocínio exposto e entendendo o referente como “o objeto particular a que a palavra corresponde no caso concreto da circunstância ou do uso” (BENVENISTE, 2006, p. 231), notamos que a ambiguidade é desfeita, uma vez que o elemento *pão* nas duas circunstâncias tem a mesma forma, porém é dotado de estatutos distintos, visto que a referência construída no nível mais alto (o da frase) acarreta uma enunciação específica, o que possibilita outro sentido. O referente da forma *pão* é diferente para os dois sentidos a ela atribuídos, pois a referência construída é distinta.

A referência é um termo agenciado pelo sujeito e que depende deste para ter sentido: a referência de *pão* dicionarizado é de alimento, podendo, sem dúvida, manter o valor que tem

enquanto signo do nível semiótico; por sua vez, a referência de *pão* nesse discurso, em que um locutor se apropria da língua para se dirigir a um alocutário com uma intenção comunicativa de convencimento para posterior obtenção do produto anunciado, é a de homem bonito, ou seja, o homem escolhido para a propaganda é belo, atraente, como um pão. E é esse o sentido pretendido pelo locutor ao se apropriar da língua, convertendo-a em discurso. Essa subjetividade, entendida como a capacidade que tem o locutor de se propor como sujeito e exercitar a sua capacidade de comunicação (BENVENISTE), imprimindo no discurso seu ponto de vista, sua intenção ao usar uma determinada palavra, num determinado tempo e em num determinado espaço, para produzir um determinado sentido, permite que apenas um sentido se atualize no discurso.

Quanto à palavra *francês*, o processo é o mesmo que ocorre com a palavra *pão*, porque, apesar de tanto o *francês* referente ao *pão*⁹ quanto o *francês* referente ao cozinheiro Oliver Anquier remeterem ao adjetivo relativo à França, o referente não é o mesmo e a possibilidade de ambiguidade novamente se desfaz, visto que toda vez que o locutor emprega uma palavra, a partir de uma ideia, em determinada situação de discurso, esse emprego tem um sentido particular. É importante enfatizar que, para o locutor que se apropria do sistema da língua e a coloca em funcionamento, não há ambiguidade, pois ele (o locutor) sabe com clareza qual é a referência que quer construir, o seu conteúdo e a sua intenção, ou seja, sabe o que está fazendo com a língua nessa apropriação. O que talvez ocorra seja a possibilidade de duplo sentido para o alocutário, o que pode ser proposital se pensarmos no gênero estudado: a publicidade.

⁹ De acordo com pesquisadores, foi a partir da Revolução Francesa que o consumo de pão de trigo expandiu-se como hábito alimentar no Ocidente. Provavelmente daí se originou o pão de 50 gramas, vindo da França, o *pão francês* (Disponível em: <http://www.padariaonline.com.br/curiosidades/ver/1/origem-do-pao-frances/#>>. Acesso em: 14 out. 2010).

Assim, podemos afirmar, pelas palavras de Benveniste (2006, p. 230), que “tudo é dominado pela condição do sintagma, pela ligação entre os elementos do enunciado destinado a transmitir um sentido dado, numa circunstância dada”. Portanto, o sentido das palavras *pão* e *francês* não podem ser tomados isoladamente, mas na sua relação, primeiro, com elas mesmas – *pão francês* cria uma referência que não se pode considerar sem a junção dos dois signos, que ao se juntarem formam uma unidade – e, depois, com os demais elementos da frase “Para comunicar o novo visual do cream cheese da Polenghi nós chamamos o pão francês”. Isso ocorre porque um mesmo termo pode veicular diferentes sentidos, dependendo da situação na qual está inserido, ou seja, o sentido das palavras *pão* e *francês* só pode ser compreendido em situação de linguagem em uso, em situação de enunciação.

Benveniste (2006) ressalta que o sentido de uma palavra só terá valor se observado o modo como é combinada e empregada. Dessa forma, os sentidos dessas duas palavras em questão dependem da sua capacidade de se tornarem integrantes do sintagma particular *pão francês* e de preencherem uma função proposicional na frase. O enunciado analisado deixa, assim, de apresentar o sentido restrito de um alimento saboroso originário da França, em virtude da observação da atitude do locutor e da instância de discurso dessa enunciação, e passa a significar um homem bonito de origem francesa.

Considerações finais

Por meio da análise pudemos observar que o efeito desejado em muitos textos publicitários é a quebra da expectativa do leitor com relação a um dos possíveis sentidos de determinado enunciado. Assim, apostar na indeterminação de algum enunciado pode provocar determinada reação no leitor. Contextos ambíguos podem provocar reflexões e operações que poderão perdurar na

memória do consumidor e conduzi-lo à ação concreta, ou seja, à obtenção do produto, ao criar inconscientemente neste o desejo de consumir, a despeito de suas reais necessidades.

A ambiguidade pode ser considerada um importante recurso expressivo, que permite criar um texto completo com poucas palavras. Esse mecanismo de condensação é condizente com um dos objetivos de uma boa propaganda, que é o de substituir longos discursos, que requerem bastante tempo e atenção do leitor, por uma imagem de leitura rápida e incisiva. No caso específico da propaganda, na qual se tem um espaço delimitado, essa possibilidade de duplo sentido é aceita e muito bem-vinda, pois é possível sugerir vários sentidos para uma só forma.

Entretanto, parece-nos pouco provável que uma mesma enunciação possa ter dois ou mais sentidos numa mesma situação, uma vez que o sentido do enunciado está relacionado à situação do discurso e à atitude do locutor. Ao se apropriar da língua e colocá-la em funcionamento, o locutor insere, assim, um termo de fundamental importância na negação do duplo sentido numa determinada situação enunciativa: o referente. Esse referente constrói a referência quando a língua está posta em situação de enunciação, pois “a referência é parte integrante da enunciação” (BENVENISTE, 2006, p. 84). A condição da mobilização e apropriação da língua centra-se na necessidade que o locutor tem de estabelecer uma relação com o mundo, na medida em que mobiliza o aparelho formal da língua e dele se apropria.

Ao falar em referência, concernimos que a língua-discurso constrói uma semântica própria, porque o sentido se constrói na passagem da forma vazia à forma plena de um signo. E na observação desse processo de semantização do enunciado e da análise da circunstância em que a palavra é aplicada, a possibilidade de ambiguidade é desconstruída, uma vez que o sujeito, ao se apropriar de um signo, atribui-lhe um sentido mais restrito, em razão da referência, cada vez única e irrepetível.

Por mais ambíguo que seja, o texto traz consigo um sentido existente. Há uma forma que tem um sentido, mas, quando isso está posto, sintagmatizado num texto, existe a possibilidade de atribuir outro sentido para essa forma. O fato de a ambiguidade ser produto do discurso provoca uma descrição e uma análise de duplo sentido: a do signo e a da frase. Se desconsiderarmos essa distinção, os sentidos das ambiguidades apresentadas, na perspectiva aqui adotada, não podem ser definidos.

É por isso que, se uma palavra for analisada tendo em vista somente o seu valor enquanto signo do nível semiótico, não encontrará aplicações particulares. Somente com a análise do enunciado como um todo é possível descrevê-lo como enunciado pleno, no qual determinada forma passa a representar uma noção particular quando inserida num enunciado específico, visto que o signo só adquire sentido quando é chamado a integrar a frase, expressão do semântico, sempre particular. É nesse sentido que falamos da língua-discurso como responsável por recriar não só o sentido, mas um sentido que é outro.

Assim, confirmamos a hipótese de que as palavras somente têm sentido no discurso, pois a referência da palavra ou da frase somente é construída na e pela enunciação. O sentido presente nos anúncios é construído por meio da relação imprescindível entre *forma* e *sentido*, já que a enunciação é irrepetível e a referência de uma palavra em seu uso não pode ser prevista nem fixada. Portanto, o enunciado analisado – “Para comunicar o novo visual do cream cheese da Polenghi nós chamamos o pão francês” (texto 1) – sem a enunciação não passa de uma possibilidade da língua; porém, dada a enunciação, a língua efetiva-se em discurso, porque parte de um locutor e visa a atingir um alocutário, provocando outra enunciação como retorno. A enunciação do texto analisado tem como locutor o anunciante (*eu*), que institui os leitores/consumidores como seus alocutários (*tu*) no espaço da publicidade e no tempo em que a lê.

Queremos esclarecer que em momento algum pretendemos destruir o conceito de ambiguidade, mas a partir desta pensar no sentido construído no texto publicitário. A teoria de Émile Benveniste permite-nos pensar nessa perspectiva, uma vez que, se a enunciação é irrepetível, única, singular, o sentido ali construído é idêntico não permitindo a ambiguidade ao alocutário.

A análise da ambiguidade em texto publicitário tendo por base teórica Émile Benveniste não é um modelo a ser seguido, uma vez que não há somente uma maneira de aplicarmos essa teoria para examinar os fatos da língua, e também porque, se outros gêneros discursivos forem escolhidos, podem possibilitar análises distintas das realizadas no presente estudo. O que nos propomos foi realizar uma análise que não fosse contrária ao pensamento do autor, sem, contudo, torná-la a única possibilidade.

Referências

BARBISAN, Leci Borges. O conceito de enunciação em Benveniste e em Ducrot. *Letras*, Santa Maria, n. 33, p. 23-36, jul./dez. 2006. Disponível em: <http://www.ufsm.br/ppgletras/arquivos/LETRAS/LETRAS_33/LETRAS_33.pdf>. Acesso em: 21 jul. 2010.

BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral I*. Trad. Maria da Glória Novak e Maria Luisa Neri. 5. ed. Campinas: Pontes, 2005.

_____. *Problemas de linguística geral II*. Trad. Eduardo Guimarães et al. 2. ed. Campinas: Pontes, 2006.

BRÉAL, Michel. *Ensaio de semântica: ciência das significações*. Trad. Aída Férras et al. São Paulo: Pontes/Educ, 1992.

BLACKBURN, Simon. W. V. O. *Quine (1908–2000). Crítica*. Disponível em: <http://criticanarede.com/html/fil_quine.html>. Acesso em: 1º nov. 2010.

CARVALHO, Nelly de. *Publicidade: a linguagem da sedução*. 3. ed. São Paulo: Ática, 2009.

CLAUDIA. São Paulo: Abril, ano 48, n. 4, p. 87, abr. 2009.

DICIONÁRIO AURELIO ONLINE. Disponível em: <<http://www.dicionariodoaurelio.com>>. Acesso em: 22 set. 2010.

FLORES, Valdir; TEIXEIRA, Marlene. *Introdução à linguística da enunciação*. São Paulo: Contexto, 2008.

_____. BARBISAN, Leci; FINATTO, Maria José; TEIXEIRA, Marlene (Org.). *Dicionário de linguística da enunciação*. São Paulo: Contexto, 2009.

GUIA DA SEMANA. *Biografias*. Disponível em: <http://www.guiadasemana.com.br/Belo_Horizonte/Noite_e_Gastronomia/Biografia/Olivier_Anquier.aspx?id=328>. Acesso em: 12 out. 2010.

INTERNET ENCYCLOPEDIA OF PHILOSOPHY. *Rudolf Carnap*. Disponível em: <<http://www.iep.utm.edu/carnap/>>. Acesso em: 21 out. 2010.

LICHTENBERG, Sônia. *Sintaxe da enunciação*: noção mediadora para reconhecimento de uma linguística da enunciação. 2006. 144f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre, 2006.

PADARIAONLINE. *Origem do pão francês*. Disponível em: <<http://www.padariaonline.com.br/curiosidades/ver/1/origem-do-pao-frances/#>>. Acesso em: 14 out. 2010.

SANDMANN, Antônio José. *A linguagem da propaganda*. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2007.

SAUSSURE, Ferdinand. *Curso de linguística geral*. Trad. Antônio Che lini, José Paulo Paes, Izidoro Blikstein. 27. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

TROIS. João Fernando de Moraes. O “retorno a Saussure” de Benveniste: a língua como um sistema de enunciação. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 39, n. 4, p. 33-43, dez. 2004.

ULLMANN, Stephen. *Semântica*: uma introdução à ciência do significado. Trad. José Alberto Osório Mateus. 4. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1977.

VESTERGAARD, Torben; SCHRODER, Kim. *A linguagem da propaganda*. Trad. João Alves dos Santos. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

A construção do sentido metafórico numa perspectiva enunciativa¹

Aline Wiczikowski Rocha²

O estudo do enunciado metafórico parte da necessidade de uma reflexão que trabalhe a metáfora além dos limites de ornamentação ou figura de pensamento, como muitas perspectivas teóricas preconizam. Dessa forma, buscamos organizar a prática de nossa análise linguística numa perspectiva enunciativa, segundo os estudos de Émile Benveniste.

Conforme o referencial da linguística enunciativa, o processo de análise permite que as unidades linguísticas se realizem, o que nos convoca a olhar para o enunciado na prática discursiva, como uma manifestação que articula e referencia as categorias de pessoa (*eu/tu*), tempo (*agora*), espaço (*aqui*). Assim sendo, de maneira geral, a descrição de todo e qualquer enunciado pode ser realizada a partir das noções de *espaço* e de *tempo* daquele que enuncia, *eu*, àquele para quem se enuncia, *tu*. Porém, a enunciação não se encerra nessa importante análise de categorias, porque uma análise dessa natureza traz à tona uma dupla sintaxe da língua,

¹ Este trabalho é um recorte de nossa dissertação de Mestrado, defendida no Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo, sob orientação da Prof^ª. Dr^ª. Cláudia Stumpf Toldo.

² Mestre em Estudos Linguísticos no Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo (UPF). E-mail: aline.wiec@gmail.com.

ou seja, a língua como “conjunto de signos formais, destacados pelos procedimentos rigorosos, escalonados por classes, combinados em estruturas e em sistemas;” e também a “manifestação da língua na comunicação viva” (BENVENISTE, 1995, p. 139). Essa é a perspectiva enunciativa, da qual a metáfora pode encontrar sua descrição, sua explicação, seu sentido.

Para iniciar o diálogo aqui proposto, apresentaremos uma leitura de alguns textos de Benveniste reunidos nos dois volumes de *Problemas de linguística geral I e II* (1966 e 1974)³ e, posteriormente, realizaremos uma análise linguística da metáfora em um texto publicitário.

A noção de nível: uma descrição da natureza articulada da linguagem

Benveniste traz como princípio da doutrina saussuriana a *linguagem*, que “como quer que se estude, *é sempre um objeto duplo* formado de duas partes cada uma das quais não tem valor a não ser pela outra” (1995, p. 43). Essa presença do dual é algo indissociável, pois “tudo na linguagem tem de ser definido em termos duplos; tudo traz a marca e o selo da dualidade opositiva” (IBIDEM, p. 43). A filiação de Benveniste ao quadro sistêmico saussureano o conduz a tomar de Saussure a concepção de língua como sistema, e, por conseguinte, retomar a ideia de relação.

Assim, Benveniste (1995, p. 127) observa o reconhecimento de que a linguagem precisa ser descrita como uma estrutura formal, pautada em procedimentos e critérios adequados, a fim de organizar os fenômenos estudados, classificando-os segundo um princípio racional para que, desse modo, possam ser construídas descrições coerentes da língua. Essa constatação conduz ao que

³ Cumpre registrar que trabalharemos com a 4ª edição de *Problemas de linguística geral I*, do ano de 1995, e a edição de 1989 de *Problemas de linguística geral II*.

Benveniste chamou de noção de *nível*, que segundo ele parece ser “essencial na determinação do procedimento de análise” (IBIDEM, p. 127), uma vez que, nela está a possibilidade de reconhecermos, “na complexidade das formas, a arquitetura singular das partes e do todo”. Além do mais, há no procedimento da análise duas importantes operações relacionadas e fundamentais para que as demais se realizem: uma de segmentação e outra de substituição.

Benveniste reconhece essas operações como fundamentais, porque são elas que identificam duas classes de elementos mínimos, os fonemas (segmentáveis e substituíveis) e os traços distintivos destes (apenas substituíveis), que, no procedimento de análise, são reconhecidos como os dois níveis inferiores. Uma vez estabelecidos os níveis inferiores de análise, é preciso pensar em como operar em um nível superior, segmentando e substituindo unidades mais extensas. Nesse caso, “a condição linguística do sentido” deverá se fazer presente satisfazendo “a delimitação da nova unidade de nível superior” (BENVENISTE, 1995, p. 130). Nessa perspectiva, este autor percebe o sentido como “a condição fundamental que todas as unidades de todos os níveis devem preencher para obter *status* linguístico”, sendo necessário apenas ver como ele “intervém nas operações e de que nível de análise depende” (IBIDEM, p. 130-131). Para o teórico, o nível é um operador, visto que é no processo de análise que as unidades linguísticas se realizam, ou seja, só são recebidas como unidades linguísticas se puderem ser identificadas em uma unidade mais alta.

Essas propriedades apresentam como característica sua indissociabilidade no funcionamento da língua, pois se relacionam no processo de análise em função da natureza articulada da linguagem. As definições de forma e sentido de uma unidade linguística projetam as bases do sentido na língua, posto que é no processo de análise que se observa a forma, no nível semiótico, ligada ao signo linguístico, e também nele que se situa o nível

semântico, o qual está ligado à frase, portanto, à referência. É aqui, no nível semântico, que temos a ideia, a sintagmatização. E é, como veremos adiante, na passagem de um nível para o outro que temos a conversão de língua para língua-discurso.

A frase, tratada como unidade completa, traz em si sentido e referência: “sentido porque é enformada de significação, e referência porque se refere a uma determinada situação” (BENVENISTE, 1995, p. 140). Essa dupla articulação da frase é a condição que a torna analisável para o locutor, uma vez que, na aprendizagem e no exercício da linguagem apresentam-se diferentes situações que exigem do locutor sensibilidade para apurar os conteúdos transmitidos, a partir de poucos elementos empregados. A inserção no domínio do discurso projeta o locutor para uma ação inconsciente do sistema, que desencadeia a apreensão da noção empírica do signo e que pode ser definida no âmbito da frase: “o signo é a unidade mínima da frase susceptível de ser reconhecida como idêntica num meio diferente, ou de ser substituída por uma unidade diferente num meio idêntico” (IBIDEM, p. 140). O nível da frase é responsável, então, pela expressão do sentido, porque é nesse nível que se constrói a referência, a ideia. É nesse nível que as formas se assumem como expressão e como tal passam a comunicar sentidos.

A língua numa perspectiva semântica

Pensar no discurso como manifestação da língua no uso da linguagem amplia o estudo de Benveniste, porque aí está o aspecto semântico da teoria enunciativa, que nos interessa de modo muito especial neste trabalho. Fica evidenciado no percurso reflexivo deste autor, sobre os níveis de análise linguística, que ele já caminhava rumo à importância do caráter semântico da língua. Assim, em seu artigo *A forma e o sentido na linguagem* (1989), demonstra suas considerações a esse respeito.

Benveniste (1989, p. 221) apresenta seu estudo partindo do princípio de que a forma e o sentido na linguagem foram afastados um do outro pelos linguistas. Isso porque além de existir uma oposição na compreensão de forma e sentido, há também um problema no entendimento da significação. A oposição entre forma e sentido ocorre porque o sentido tem sua “noção implicada pelo termo mesmo da língua”, ou seja, “como conjunto de procedimentos de comunicação identicamente compreendidos por um conjunto de locutores”, enquanto que a forma “é, do ponto de vista linguístico, [...] ou a matéria dos elementos linguísticos quando o sentido é excluído ou o arranjo formal destes elementos ao nível linguístico relevante” (IBIDEM, p. 222). Para Benveniste, é preciso “reinterpretar esta oposição no funcionamento da língua” (IBIDEM), pois não há como extrair da linguagem sua principal característica, a de significar.

A significação é um dos pontos que Benveniste preocupa-se em esclarecer, pois se a linguagem significa “a significação não é qualquer coisa que lhe seja dada por acréscimo ou, numa medida mais ampla, por uma outra atividade; é de sua própria natureza” (1989, p. 223). Além desse importante aspecto da linguagem, destaca-se também “o caráter de se realizar por meios vocais, de consistir praticamente num conjunto de sons emitidos e percebidos, que se organizam em palavras dotadas de sentido” (IBIDEM, p. 224). Ao colocar a linguagem diante de dois eixos distintos, Benveniste faz uma aproximação ao que Saussure propôs como sistema de signos, e, segundo o teórico, agora é preciso tentar transcender esse ponto de partida, porém um movimento dessa natureza requer a compreensão de tudo aquilo que está relacionado às noções de sentido, forma e à doutrina saussureana de signo, a fim de não utilizar o termo *signo* inocentemente como muitos autores o fazem, pois adotá-lo implica alguns comprometimentos teóricos (IBIDEM, p. 224). Para definir o signo é preciso observar que a linguagem não se deixa dividir, e sim se

decompor em unidades mínimas cujos elementos de base são em número limitado, distintos um do outro, e que suas unidades se encontram com a finalidade de formar agrupamentos, criando sempre novas unidades que se formam em um nível cada vez mais alto. No que se refere ao signo, este tem por critério um limite inferior, o da significação. Assim sendo, não se pode nunca “descer abaixo do signo sem perder a significação”. Já no caso da unidade, ela “é uma entidade livre, mínima em sua ordem, não decomponível em uma unidade inferior que seja ela mesma um signo livre” (IBIDEM, p. 225). Desse modo, não há como definir o signo sem perceber sua dependência semiótica da língua.

Observando o significado, Benveniste reafirma o signo como unidade semiótica, sendo dotado de significação perante aqueles que fazem uso de uma língua, “e a totalidade desses signos forma a totalidade da língua”. Na semiologia, “o que o signo significa não dá para ser definido”, pois, para que um signo exista como tal, é preciso que “ele seja aceito e que se relacione de uma maneira ou de outra com os demais signos” (1989, p. 227).

A partir dessas considerações, o autor anuncia como princípio elementar do domínio semiótico que o signo seja “necessário e suficiente” e que do mesmo modo “se possa identificá-lo no interior e no uso da língua,” (BENVENISTE, 1989, p. 227), já que, segundo sua compreensão, “cada signo entra numa rede de relações e de oposições com outros signos que o definem, que o delimitam no interior da língua” (IBIDEM). Portanto, aquele que diz “semiótico” está assumindo o caráter “intra-linguístico” do signo, porque “cada signo tem de próprio o que o distingue dos outros signos. Ser distintivo e ser significativo é a mesma coisa” (IBIDEM, p. 227-228). Para o teórico, três consequências surgem a partir desse posicionamento. O fato de que a “semiótica não se ocupa da relação do signo com as coisas denotadas, nem das relações entre a língua e o mundo”. O signo assume “sempre e somente o valor genérico e conceptual”, isso equivale a dizer que o

signo “não admite significado particular ou ocasional, excluindo-se tudo o que é individual, as situações de circunstâncias são como não acontecidas,” e, por fim, o caráter binário das oposições semióticas que, de acordo com o autor, “parece ser a característica semiológica por excelência, na língua antes de tudo e depois em todos os sistemas de comportamento nascidos no seio da vida social e dependentes de uma análise semiológica” (IBIDEM, p. 228). O que precisa ficar claro é que a disposição dos signos se dá sempre e somente em relação paradigmática, devendo-se, então, incluir na semiologia toda a variedade de categorias de signos, observando toda a sua arquitetura.

O ponto dito crucial da análise de Benveniste está, segundo ele, na representatividade da frase, pois “qual a sua função comunicativa na língua?” (1989, p. 228). No que respeita a essa questão, ele diz que:

Contrariamente à ideia de que a frase possa constituir um signo no sentido saussureano, ou que se possa por simples adição ou extensão do signo passar à proposição e depois aos diversos tipos de construções sintáticas, pensamos que o signo e a frase são dois mundos distintos e que exigem descrições distintas. Instauramos na língua uma divisão fundamental, em tudo diferente daquela que Saussure tentou instaurar entre língua e fala. Parece-nos que se deve traçar, através da língua inteira, uma linha que distingue duas espécies e dois domínios do sentido e da forma, ainda que, eis ainda aí um dos paradoxos da linguagem, sejam os mesmos elementos que se encontrem em uma e outra parte, dotados, no entanto, de estatutos diferentes (IBIDEM, p. 229).

As considerações de Benveniste apresentam a indissociabilidade da forma e do sentido na língua, pois o primeiro estatuto da língua é o semiótico que como tal tem por fundamento significar. No que se refere ao seu segundo estatuto, o semântico, tem por função comunicar. Nesse sentido, a semântica refere-se

à língua em emprego e ação, servindo de mediadora “entre homem e homem, entre o homem e o mundo, entre o espírito e as coisas”, posto que a língua desempenha distintos papéis, como o de transmitir informação, comunicar experiências, enfim, organizar a vida dos homens, já que é ela o instrumento da descrição e do raciocínio. O funcionamento semântico da língua tem sua importância, porque é a partir dele que se pode integrar a sociedade ao mundo, garantindo, de certo modo, “a normalização do pensamento e o desenvolvimento da consciência” (BENVENISTE, 1989, p. 229). O debate a respeito da condição semiótica e semântica da língua é intenso e suscita, por parte de Benveniste, observações como esta:

a expressão semântica por excelência é a frase. Nós diríamos a frase em geral, sem mesmo distingui-la da proposição, para nos mantermos no essencial, a produção do discurso. Não se trata mais, desta vez, do significado do signo, mas do que se pode chamar o intencionado, do que o locutor quer dizer, da atualização linguística de seu pensamento. Do semiótico ao semântico há uma mudança radical de perspectiva: todas as noções que passamos em revista retornam, mas outras e para entrar em relações novas (1989, p. 229).

Dessa forma, destaca-se que a semiótica tem por característica ser própria da língua, enquanto que a semântica depende que um locutor coloque a língua em ação para que se realize. Essas duas noções apresentam, ainda, algumas particularidades como a do signo semiótico e da frase. O primeiro, para que exista em si e funde a realidade da língua, não encontra aplicações particulares. Já a frase, enquanto expressão do semântico, apresenta, além dessa particularidade, a relação com as coisas que estão fora da língua. Se o signo tem por parte integrante o significado, o sentido da frase está relacionado à situação do discurso e à atitude do locutor (BENVENISTE, 1989, p. 230). A partir dessas

considerações, é possível abordar as noções de forma e sentido numa perspectiva semântica da língua.

Para tanto, Benveniste coloca como princípio o fato de que o sentido da frase é diferente do das palavras que a compõem, porque “o sentido de uma frase é sua ideia, o sentido de uma palavra é seu emprego (sempre na acepção semântica)” (1989, p. 231). Transmitir a ideia, que é sempre particular, é uma tarefa em que o locutor seleciona e emprega as palavras de acordo com o sentido pretendido. Outro termo que, conforme o autor, se faz necessário introduzir é o “referente”, que “é o objeto particular a que a palavra corresponde no caso concreto da circunstância ou do uso” (IBIDEM, p. 231). O referente tem, assim, sua relevância tal qual o sentido, pois na medida em que o *sentido* da frase tem a proporção da ideia que ela exprime, a *referência* da frase é vista como “o estado de coisas que a provoca, a situação de discurso ou de fato a que ela se reporta e que nós não podemos jamais prever e fixar” (IBIDEM). A frase é, portanto, sempre um acontecimento diferente, que “não existe senão no instante em que é proferida e se apaga neste instante; é um acontecimento que desaparece” (IBIDEM).

Entender a articulação semântica é ver que o *sentido* da frase encontra-se na totalidade da ideia, que é percebida por uma compreensão global; e que a *forma* é obtida pela “dissociação analítica do enunciado processada até as unidades semânticas, as palavras” (IBIDEM, p. 232). A propósito do sentido, Benveniste ainda afirma que,

o sentido das palavras, por seu turno, se determina em relação ao contexto de situação. Ora, as palavras, instrumentos da expressão semântica, são materialmente os signos do repertório semiótico. Mas estes signos, em si mesmos conceptuais, genéricos, não circunstanciais, devem ser utilizados como “palavras” para noções

sempre particulares, específicas, circunstanciais, nas acepções contingentes do discurso (1989, p. 232-233).

Esse duplo sistema não está simplesmente presente na língua, é ele que a movimenta e num ritmo tão veloz e, ao mesmo tempo, sutil que analisá-lo ou desprendê-lo exige um grande esforço, pois um pertence ao outro, tamanho o poder significante da língua. A reflexão de Benveniste acerca da linguagem, no referido artigo, é encerrada com as palavras de Heráclito (apud BENVENISTE, 1989, p. 234): “Ela não diz nem oculta, mas ela significa”, pois para Benveniste não há como considerar a língua se não observá-la enquanto realização conjunta, que relaciona um locutor usando a língua no mundo.

O aparelho formal da língua

Os estudos de Benveniste (1989) apresentam um importante avanço ao estabelecer a oposição entre linguística das formas e linguística de enunciação. Em *O aparelho formal da enunciação*, texto de 1970, o último produzido por Benveniste, é possível observar que o autor precisou um pouco mais questões como forma e sentido, trazendo reflexões sobre o emprego das formas e o emprego da língua. Benveniste trata do *emprego das formas* como um correspondente a todas as descrições linguísticas que a ela estão relacionadas. Nessa concepção, o emprego das formas é entendido como “um conjunto de regras fixando as condições *sintáticas* nas quais as formas podem ou devem normalmente aparecer, uma vez que elas pertencem a um paradigma que arrola as escolhas possíveis” (BENVENISTE, 1989, p. 81), e fazem parte do signo do nível semiótico.

A enunciação é vista por Benveniste (1989) como sendo o “colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização” (p. 82), e determina, como sua condição específica, “o

ato mesmo de produzir um enunciado, e não o texto do enunciado, que é nosso objeto. Este ato é o fato do locutor que mobiliza a língua por sua conta” (IBIDEM). Essa relação do locutor com a língua é o que determina os caracteres linguísticos da enunciação, deve-se, portanto, “considerá-la como o fato do locutor, que toma a língua por instrumento, e nos caracteres linguísticos que marcam esta relação” (IBIDEM).

Desse modo, a enunciação representa um grande processo, que pode principiar na realização vocal da língua, uma vez que os sons emitidos e percebidos são sempre atos individuais. O mecanismo dessa produção é, para o autor, um outro aspecto que merece atenção. O princípio de que a enunciação supõe a conversão individual da língua em discurso produz, mais uma vez, como estudo a questão do sentido. Assim, será preciso ver “como o ‘sentido’ se forma em ‘palavras’, em que medida se pode distinguir entre as duas noções e em que termos descrever sua interação” (BENVENISTE, 1989, p. 83). A semantização da língua está no centro deste aspecto da enunciação e conduz à teoria do signo e à análise da significância.

Ao esboçar a definição de enunciação, Benveniste entende ser necessário considerar o próprio ato da enunciação, as situações em que se realiza e os instrumentos de sua realização. Dessa forma, o autor observa que “o ato individual pelo qual se utiliza a língua introduz em primeiro lugar o locutor como parâmetro nas condições necessárias da enunciação” (1989, p. 83). Nesse sentido, a língua sem a enunciação não passa de uma possibilidade da língua. Dada a enunciação, a língua efetiva-se em discurso, porque parte de um locutor na forma sonora e visa a atingir um ouvinte suscitando uma outra enunciação como retorno (IBIDEM, p. 83-84). O autor segue considerando que

Enquanto realização individual, a enunciação pode se definir, em relação à língua, como um processo de *apropriação*. O locutor se

apropriada do aparelho formal da língua e enuncia sua posição de locutor por meio de índices específicos, de um lado, e por meio de procedimentos acessórios, de outro (IBIDEM, p. 84).

Mesmo sendo de caráter individual, no instante em que se assume a posição declarada de locutor, implanta-se imediatamente o *outro* diante de si, porque toda enunciação corresponde, explícita ou implicitamente, a uma alocução, que automaticamente postula um alocutário.

Outro ponto importante que Benveniste (1989, p. 84) discute é o fato de a enunciação demonstrar que a língua se acha empregada para expressar uma certa relação com o mundo, cuja condição dessa mobilização e apropriação da língua concentra-se na necessidade que o locutor tem de referir pelo discurso, e, para o outro, a possibilidade de co-referir, onde cada locutor é também um co-locutor, posto que a referência também integra a enunciação. O autor ainda explica que,

O ato individual de apropriação da língua introduz aquele que fala em sua fala. Este é um dado constitutivo da enunciação. A presença do locutor em sua enunciação faz com que cada instância de discurso constitua um centro de referência interno. Esta situação vai se manifestar por um jogo de formas específicas cuja função é de colocar o locutor em relação constante e necessária com sua enunciação (IBIDEM, p. 84).

Benveniste (1989, p. 85) apresenta uma terceira série de termos que dizem respeito à enunciação e que é constituída pelo paradigma inteiro das formas temporais, as quais se encontram determinadas em relação a EGO, centro da enunciação. Ao pensar sobre seu fundamento, o autor descreve a temporalidade como produto da enunciação. Segundo ele,

Da enunciação procede a instauração da categoria do presente, e da categoria do presente nasce a categoria do tempo. O pre-

sente é propriamente a origem do tempo. Ele é esta presença no mundo que somente o ato de enunciação torna possível, porque, é necessário refletir bem sobre isso, o homem não dispõe de nenhum outro meio de viver o “agora” e de torná-lo atual senão realizando-o pela inserção do discurso no mundo (IBIDEM, p. 85).

Desse modo, a função do presente formal é explicitar o presente inerente à enunciação, renovável a cada situação de discurso, e imprimir na consciência o sentimento de uma continuidade denominada tempo. Assim, o que caracteriza a enunciação “é a *acentuação da relação discursiva com o parceiro*, seja este real ou imaginário, individual ou coletivo” (BENVENISTE, 1989, p. 87). Segundo o teórico, esta característica desenha o chamado *quadro figurativo* da enunciação, pois é na forma de discurso que a enunciação coloca em igual posição duas figuras, sendo uma a origem e a outra o fim da enunciação.

Os pressupostos teóricos elaborados por Benveniste são para os estudos da atual linguística de inegável importância, porque esse teórico trouxe à tona o estudo de duas linguísticas, como se constatou nesse breve percurso, uma que corresponde ao modo semiótico e a outra ao semântico.

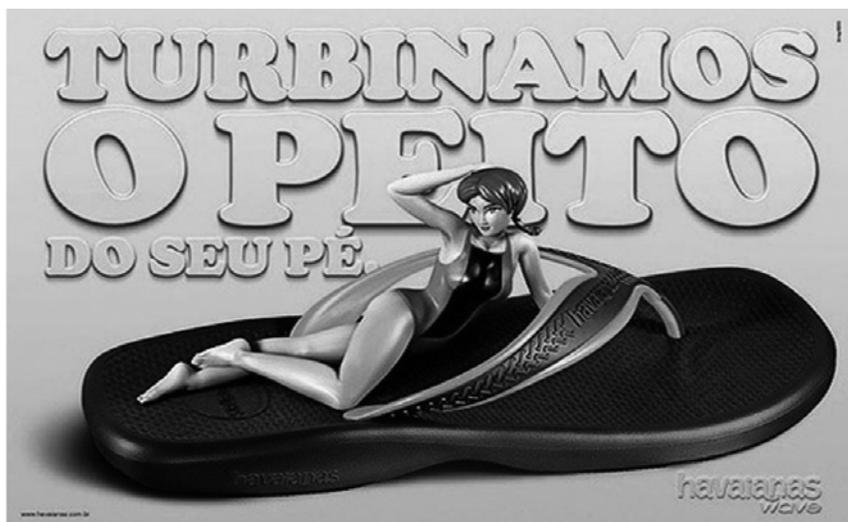
A enunciação de Benveniste tem sua representação nas palavras de Normand (2006, p. 20),

o conhecimento da linguagem abre sem cessar novos caminhos, nada pode impedir seu desenvolvimento [...] Todas as ciências estão envolvidas, convidadas a se reagruparem sob a égide de um pensamento sobre os signos que lhes impõem uma coisa: não esquecer que o sentido passa sempre pelas formas” .

Nesse contexto, a análise deste trabalho assim o fará, observará o sentido dos signos, mas não esquecerá que para tanto

é preciso considerar as formas. Tentaremos mostrar como o emprego de certas formas traz sentidos distintos quando se pensa no emprego da língua e língua em uso, ou seja, na língua-discurso, pois, conforme já registramos, e segundo Benveniste, o sentido da palavra, e, então, da metáfora, está na sua capacidade de integrar um sintagma particular e preencher uma função proposicional, manifestando valores contextuais sempre instantâneos.

A metáfora submetida à enunciação



Texto 1.

Descrição do nível semiótico e semântico do enunciado

A publicidade⁴, objeto desta análise, traz como anúncio o seguinte: “Turbinamos o peito do seu pé”. Esta expressão linguística consta apenas de uma frase que descreve a ação realizada pelo

⁴ Anúncio de página dupla, presente na revista *Veja*, de 3 de outubro de 2007, edição 2008, ano 40, nº 39, Editora Abril.

anunciante: a de turbinar o peito do seu pé. Considerando que na perspectiva enunciativa, Benveniste (1989, p. 229) entende que “há para a língua duas maneiras de ser língua no sentido e na forma” e, ao mesmo tempo, que a linguagem busca o encontro desses elementos, desse “duplo ponto de vista”. Observaremos, a partir do prisma fixo do significante, do semiótico, a forma *turbinar*, já que esta compõe a expressão metafórica em questão: “turbinar o peito”.

Assim, o plano do significado reserva para o significante *turbinar* a seguinte descrição: “turbinar: 1. deslocar-se (a água) de modo circular ou helicoidal, formando um rodaminho. 2. melhorar as qualidades, o funcionamento, as características de (*carro, computador*)” (HOUAISS, 2008, p. 748)”.

Observando o plano do significado, Benveniste (1989, p. 227) entende que nesse sentido o que importa não é se “isto significa ou não” porque “significar é ter um sentido, nada mais”. Então, aqueles que manuseiam a língua é que permitem a existência do signo, não havendo aí um “estágio intermediário”; pois “ou está na língua, ou está fora da língua” (IBIDEM, p. 227). Desse modo, o autor enuncia como princípio que, “tudo o que é do domínio do semiótico tem por critério necessário e suficiente que se possa identificá-lo no interior e no uso da língua” (IBIDEM, p. 227). Essa é uma condição essencial para que um signo exista como tal.

Segundo o teórico, essa afirmação traz consequências porque o signo passa a ter “sempre e somente valor genérico e conceptual. Ele não admite significado particular ou ocasional, excluindo-se tudo o que é individual, as situações de circunstâncias são como não acontecidas” (BENVENISTE, 1989, p. 228). Sendo o *valor* de caráter genérico, uma vez que pertence ao nível semiótico, qual é, então, o valor possível da forma linguística acima? Responder a essa questão só é possível se observarmos essa entidade no nível da frase, pois “o signo e a frase são dois mundos distintos e que

exigem descrições distintas” (IBIDEM, p. 229). Portanto, vejamos, mais uma vez, o enunciado que compõe a publicidade: “Turbinamos o peito do seu pé”. Fazemos, agora, uma análise desta outra construção linguística: “Turbinamos o carro do seu pai”. O que faz do primeiro enunciado uma construção metafórica, ao passo que o segundo apresenta a mesma forma?

Poderíamos, em um primeiro momento, falar da ausência de uma descrição semiótica para a forma *turbinar*, que compõe o anúncio, o que exigiria, então, uma descrição aproximativa, e que seria a de número 2: “melhorar as qualidades, o funcionamento, as características de (*carro, computador*)”. Ainda assim, seria necessário realizar adaptações, visto que essa segunda descrição cabe à construção “Turbinamos o carro do seu pai”.

Cabe observar, então, não mais a entidade referida apenas como signo semiótico, porque mesmo que ele exista em si, bem como funde a realidade intrínseca da língua, o signo semiótico não encontra aplicações particulares. É preciso olhar para a frase que, por ser expressão do semântico, não é particular, pois com ela liga-se às coisas fora da língua (BENVENISTE, 1989, p. 230), o que permite uma análise mais profunda do seu sentido.

Como unidade da ordem semântica “Turbinamos o peito do seu pé” corresponde a um estatuto diferenciado do previsto no semiótico, porque, além de se estar no domínio da palavra, que como tal não pode ser visto de modo fixo, dificilmente a intenção do anúncio seria apenas melhorar a parte externa superior do pé do leitor, como prevê a descrição semiótica. Benveniste (1989, p. 231) observa que, o sentido da frase é diferente do das palavras que a compõem, porque “o sentido de uma frase é sua ideia, o sentido de uma palavra é seu emprego (sempre na acepção semântica)”. Pode-se, nessa acepção, inferir que o *eu* que enuncia a expressão metafórica *turbinar o peito* o faz para transmitir uma ideia, muito particular, pois na composição do enunciado há uma seleção e emprego de palavras que manifestam um sentido pretendido e dirigido a alguém, que é nessa alocação um *tu*.

Dessa maneira, para compreendermos a diferença de sentido que há entre enunciar, “*Turbinamos o peito do seu pé*” e “Turbinamos o carro do seu pai”, é preciso que se pense primeiro na ideia que essas construções linguísticas pretendem transmitir e, por conseguinte, na situação de discurso em que elas são aplicadas, ou seja, na referência construída neste enunciado, desta publicidade, ou seja, nesta situação particular de enunciação.

Nesse sentido, a forma *turbinar*, quando integrante de uma frase, assume uma categoria semântica específica e que está modalizada pela referência, que nessa situação está determinada pela forma peito. Começa, assim, a passagem de forma vazia à forma plena de turbinar e a construção do sentido do texto. É a língua sendo usada em uma situação única e, como tal, constituindo-se em língua-discurso. Com base em Benveniste, pode-se dizer que cada vez que a língua é enunciada seu sentido é extremamente singular, o que permite dar, também, à metáfora essa propriedade fundamental, pois não há um *banco* de metáforas, há palavras que passam de língua para língua-discurso.

Observaremos essa passagem plena no entretecer da análise da palavra e da imagem na instância de discurso, onde o locutor apresenta a relação constante e necessária com a sua enunciação (BENVENISTE, 1989, p. 84). A descrição aqui realizada terá seu complemento a partir do estudo da referência da frase, e ambos estarão unificados em uma relação metafórica.

Descrição da imagem

O objetivo deste estudo é verificar como o sentido da metáfora age no limite do aspecto linguístico numa perspectiva enunciativa. Diz-se limite porque o texto publicitário se constituiu pela fusão do verbal e do visual, assim sendo, é necessário olhar para essas duas linguagens respeitando suas diferenças. Nesse sentido, esta seção buscará descrever a imagem a fim de

compreender se, e como, ela interage na construção do sentido da metáfora.

Observa-se, dessa forma, que a imagem do texto 1 apresenta uma predominância da cor⁵ amarelo, a cor que está mais próxima da luz e do calor. Ao analisá-la, verifica-se que se está diante de uma publicidade que explora a ideia de calor e que busca criar uma atmosfera adequada ao que está anunciando, convocando sentimentos e sensações no indivíduo. Outro matiz presente no texto é o azul, que oferece, em contraste ao amarelo, a sensação de suavidade.

Ainda na cor amarelo destacam-se as letras que compõem o enunciado, cujo formato escolhido remete à ideia de que elas estão cheias, infladas. Além do efeito visual que as próprias palavras produzem, o anúncio apresenta o seu produto: o chinelo masculino modelo Wave, cuja linha de assinatura, Havaianas Wave, encontra-se no canto direito inferior da peça publicitária. Há na publicidade apenas o pé direito do chinelo, predominantemente da cor azul, com um detalhe em laranja em sua tira. Deitada no corpo do chinelo, imitando estar numa esteira de praia, está uma boneca, vestida com um maiô preto e rosa. Seus cabelos são roxos, seus olhos são verdes, com sobrancelhas bem desenhadas e sua boca está em tom vermelho. Seu corpo é muito bem definido e o ângulo da fotografia valoriza suas formas, pernas com contornos perfeitos, barriga bem delineada e seios salientes, além da pose criada para a foto: pernas levemente cruzadas, o braço esquerdo apoiando o tronco que está levemente erguido e o braço direito erguido com a mão na cabeça. O olhar da boneca, bem como sua pose, a demonstram insinuante e sensual, logo, a imagem em questão refere-se não mais à boneca, e sim à mulher.

⁵ Cumpre registrar que as reflexões referentes à cor neste estudo, são baseadas em estudos que trabalham com a sintaxe visual, a qual compreende que o “conhecimento da cor na comunicação visual vai muito pouco além da coleta de observações de nossas reações a ela” (DONDIS, 1997, p. 65). Desse modo, consideramos a análise da cor baseada numa análise promovida pelo senso-comum, cuja percepção está relacionada a valores simbólicos a ela veiculados.

Na descrição da forma e do sentido do enunciado, verificou-se a necessidade de estabelecer a referência da frase, ou seja, a situação em que esse discurso ocorre. Nesse sentido, haveria alguma relação entre a referência da enunciação “Turbinamos o peito do seu pé” e a imagem da publicidade?

Benveniste observa que a enunciação demonstra que a língua se acha empregada para expressar certa relação com o mundo, cuja condição dessa mobilização e apropriação da língua concentra-se na necessidade que o locutor tem de referir pelo discurso, e, para o outro, a possibilidade de co-referir, onde cada locutor é também um co-locutor, todo esse processo tem em vista a referência, porque é ela que constitui o sentido único e irrepetível da enunciação (BENVENISTE, 1989, p. 84). Desse modo, a publicidade colabora, através da sua imagem, com a expressão linguística verbal para mostrar a circunstância em que o locutor enuncia “Turbinamos o peito do seu pé”, referenciando a venda de conforto aos pés do leitor, pois os chinelos Havaianas Wave são o lançamento da marca e destacam-se por ser mais confortáveis que os modelos tradicionais. O modelo do chinelo demonstra uma preocupação como o público masculino, já que o apresenta com tiras mais largas e resistentes e um desenho curvilíneo no produto, que deixa a ideia de maior conforto aos pés.

O *turbinar* aqui se refere ao solado, que, como se pode ver, recebeu a injeção de mais borracha. Então, se *turbinar* no instante da enunciação corresponde a injetar mais borracha no solado, o “Turbinamos o peito do seu pé” consiste em injetar borracha no solado do chinelo, para além de melhorar sua qualidade dar visibilidade aos pés do consumidor, atendendo não só às necessidades de conforto como também às de estética.

Pode-se dizer que “Turbinamos o peito do seu pé” sem a enunciação não passa de uma possibilidade da língua, porém, dada a enunciação, a língua efetiva-se em discurso, porque parte de um locutor e visa a atingir um alocutário suscitando outra

enunciação como retorno (BENVENISTE, 1989, p. 83-84). O locutor no ato da enunciação se apropria da língua para referir seu discurso ao *outro*, mas não um *outro* qualquer, esse discurso é destinado a um *tu* masculino, já que a enunciação mobilizou, além de signos verbais, signos visuais polissêmicos. Considerando que a polissemia é a soma de valores contextuais instantâneos, e em constante movimentação de valor e permanência (1989, p. 232), entende-se que essa enunciação suscita a presença do polissêmico, porque a expressão *turbinar o peito* faz referência, no mundo, à aplicação de silicone nos seios femininos, e na análise da imagem se realiza na figura da boneca/mulher insinuante e sensual, cujos seios turbinados/siliconados estão em destaque.

Como se pode ver, a análise de um texto plurissêmico, como o texto publicitário, exige que haja uma união da leitura da palavra e da imagem, pois é só nessa relação que o sentido se constrói. Assim sendo, descreve-se a seguir as considerações de tal relação.

A palavra e a imagem: as considerações de uma relação metafórica

Das palavras de Benveniste extraímos a função não só do texto publicitário, como também desta análise, pois “desde o momento em que o enunciador se serve da língua para influenciar de algum modo o comportamento do alocutário, ele dispõe para este fim de um aparelho de funções” (1989, p. 86). Ou seja, o texto publicitário se serve da língua, no ato de enunciar, para provocar seu interlocutor e convencê-lo a assumir o posicionamento que o texto apresenta.

Olhar para o texto publicitário é reafirmar a necessidade de aliar o linguístico ao visual, porque está presente nesse texto uma escala de valores que provocam comportamentos no espaço em que circula, ele pode ser entendido como uma linha de três tem-

pos, no instante em que se observam e se assumem as tendências do momento, descartam-se as já passadas e se projetam as futuras.

Nessa análise essa linha é perfeitamente observável, pois a enunciação desse texto oportuniza ao público masculino, na condição de alocutário, pensar em conforto, e descartar o chinelo que não o oferece, além disso, pode pensar que usar o chinelo Havaianas Wave é ter um futuro de sucesso com o público feminino. Há na publicidade a presença, também, de um ideal feminino para os homens. Trata-se da mulher esteticamente perfeita, com curvas bem definidas, presença de sensualidade, e seios *sexy*s, fartos. O ideal de perfeição feminino é confundido com o de perfeição do produto, há aí uma fusão de imagens, que estabelecem uma interpretação do tipo: *usar chinelos Havaianas Wave é andar com a perfeição, a perfeição de chinelo e a perfeição de mulher.*

O enunciado que constitui a publicidade, “Turbinamos o peito do seu pé”, tem na forma *turbinamos* um enunciado metafórico, porque essa forma mobiliza um duplo sistema. Como vimos, tanto no domínio semiótico como no semântico temos a relação de forma e sentido, porém, a forma e o sentido semiótico referem-se ao signo, e, portanto, o sentido tem um valor genérico, ou vazio. Já no domínio semântico, a forma e o sentido são atribuídos à frase, que como unidade da língua precisa de um centro de referência, e isso só é possível a partir da enunciação, pois é ela que permite a existência desse duplo sistema da língua, ou seja, a língua como um sistema formal e a língua que promove o discurso, a comunicação, enfim, a língua-discurso. É desse modo que “Turbinamos o peito do seu pé” se distingue de “Turbinamos o carro do seu pai”, pois este tem em sua referência *carro*, o que oportuniza o sentido genérico de melhorar suas qualidades, o desempenho. Ao passo que aquele tem por referência *peito*, que não corresponde ao seio feminino, e sim ao solado do chinelo. O turbinar não implica em aumentar, siliconar o seio, mas injetar

borracha, ou silicone, no solado do chinelo, assim, trata-se de turbinar/aumentar o chinelo.

A imagem, nesse sentido, serve ao leitor como uma âncora no exercício de compreensão, uma vez que a boneca/mulher usa próteses de silicone, se está diante de uma mulher siliconada, turbinada. Ela e o chinelo passaram pelo procedimento de aumentar uma de suas partes, a mulher os seios, e o chinelo o solado. Da primeira, o procedimento foi estritamente estético, do segundo de estética e de conforto. Observa-se, então, que ambos se fundem na semantização do enunciado, pois a enunciação corresponde à conversão individual da língua em discurso, e isso implica ver o sentido em plena interação com as palavras. O enunciado em questão poderia perfeitamente ser “Melhoramos o chinelo havaianas para dar mais conforto e beleza a seus pés”. Entretanto, o efeito não seria o mesmo perante o público-alvo, os homens, além de não perceberem o produto, não se sentiriam tentados a comprá-lo. Com esse recurso visual explícito, desperta-se implicitamente os valores e ideais do leitor/consumidor.

Essa é uma relação completamente enunciativa, pois a publicidade, ao empregar a palavra *turbinamos*, a partir da referência da palavra *peito*, atribuiu a ela a função de criar e relacionar novos sentidos. Estamos diante da produção de efeitos de sentidos. Uma característica propriamente dita da metáfora, que, para ser uma expressão livre, precisa antes restringir-se a uma forma linguística. Dessa forma, a articulação semântica do enunciado analisado diz respeito à totalidade da ideia percebida, sua mensagem está organizada por meio de palavras e o sentido dessas palavras se determina em relação ao contexto de situação. Converter a metáfora em discurso é submetê-la à estrutura formal do idioma a que Benveniste (1989, p. 233) refere, e esse “dizer a mesma coisa” em diferentes categorias demonstra que o pensamento tem sua independência e que a estrutura linguística tem uma estreita modelagem.

Assim, o que faz com que se assuma esse enunciado como um enunciado metafórico é o fato de respeitá-lo como uma propriedade do discurso, pois, enquanto enunciado linguístico semiótico, não passa de uma combinação de significantes. Para ter força e fazer algum sentido, precisa passar de língua para língua-discurso. A publicidade da marca Havaianas Wave só cumpre sua intenção, de divulgar e vender o produto, no instante em que o enunciado da sua campanha preenche o estatuto enunciativo, onde o *eu* apropria-se da língua, “Turbinamos o peito do seu pé”, e em diálogo ao *tu* faz referência ao produto/chinelo. Essa enunciação passa a ser metafórica, então, porque promove no discurso outros sentidos que partem do signo *turbinamos*, e realizam-se a partir da referência, a saber: a) turbinar o carro então melhorar as características; b) turbinar o peito, além de melhorar as características, dá conforto aos pés.

A capacidade que a palavra *turbinar* tem de integrar esse sintagma tão particular, nesta enunciação, é que a determina com a sua função de ser metáfora.

Referências

BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral I*. 4. ed. Campinas: Pontes, 1995.

_____. *Problemas de linguística geral II*. Campinas: Pontes, 1989.

DONDIS, Donis A. *Sintaxe da linguagem visual*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

FLORES, Valdir do Nascimento; TEIXEIRA, Marlene. *Introdução à linguística da enunciação*. São Paulo: Contexto, 2008.

HAUAISS, Antônio. *Minidicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

NORMAND, Claudine. Saussure – Benveniste. *Revista Letras*. Santa Maria, n. 33, jul./dez. 2006, p. 23-32. Disponível em: <http://www.ufsm.br/ppgletras/arquivos/LETRAS/LETRAS_33/LETRAS_33.pdf>. Acesso em: 25 maio 2012.

Enunciação e humor:

Um estudo sobre a relação de forma e sentido na linguagem

*Fernanda Schneider*¹

Neste estudo, propomo-nos verificar a relação que se estabelece entre forma e sentido na construção do humor, considerando a perspectiva enunciativa desenvolvida por Émile Benveniste. Buscamos suporte teórico nesse autor por ser considerado um dos principais estudiosos da enunciação. Embora ele não apresente uma teoria já desenvolvida para a análise de textos, acreditamos ser possível fazer análises em razão dos princípios teóricos norteadores da construção dos conceitos da teoria enunciativa.

Algumas questões inquietam-nos: Como se relaciona forma e sentido na linguagem? Como é construído o humor nas tiras? A enunciação possibilita um estudo que vai além da observância de elementos da gramática tradicional? No decorrer deste estudo, abordaremos essas questões tomando por base os referenciais teóricos mencionados. Nossa hipótese é a de que a construção do humor depende da simultânea consideração das relações de

¹ Possui graduação em Letras – Língua Portuguesa (2004) e Língua Inglesa (2006), pela UPF/RS, Especialização em Língua Portuguesa pela UPF/RS (2007) e mestrado em Estudos Linguísticos (2011), também pela UPF/RS. Atualmente é professora de Língua Portuguesa e Língua Inglesa, no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS – Campus Ibirubá).

dissociação de forma (semiótica) e integração do significado (semântico), determinadas pela referência única e irrepetível da palavra no discurso.

Para a realização deste estudo, primeiramente, apresentaremos aspectos da teoria da enunciação, na perspectiva de Benveniste e os estudos sobre essa teoria realizados por Valdir do Nascimento Flores, Marlene Teixeira e Claudine Normand. Posteriormente, descreveremos e analisaremos a linguagem utilizada em uma tira de Iotti (2010), observando como se constrói o humor na perspectiva enunciativa.

Forma e sentido na linguagem

Nesta seção temos o objetivo de mobilizar forma e sentido, que são de fundamental importância para a realização deste estudo. Para isso, utilizaremos três artigos de Benveniste que nos parecem esclarecedores: *A forma e o sentido na linguagem* (1967), *Semiologia da língua* (1969) e *O aparelho formal da enunciação* (1970). Respeitaremos a organização cronológica e consideraremos o alocutário, como diria Benveniste, de cada texto².

A forma e o sentido na linguagem foi uma conferência proferida para filósofos, em que Benveniste salientou que seus sentimentos se dividiam entre a honra que lhe haviam concedido e a preocupação por ser “ignorante em filosofia” (2006a, p. 220). Entretanto, como existe um objetivo que aproxima linguistas e filósofos – debater os problemas da linguagem –, o autor

² Alguns textos escritos por Benveniste foram proferidos para filósofos e outros para linguistas. Apesar de o objeto de estudo ser o mesmo, a linguagem, parece-nos oportuno considerar as diferenças de uma reflexão que se dirige a linguistas e outra a filósofos. O próprio autor elucida essa possível diferença no início de seu texto de 1967, *A forma e o sentido na linguagem*: “Sou muito grato pela honra que me concederam ao me convidarem para proferir a conferência inaugural desde Congresso. A este sentimento, mistura-se muito de inquietude face ao fato de que me dirijo aqui, ignorante em filosofia, a um conjunto de filósofos” (BENVENISTE, 2006a, p. 220). Assim, consideramos relevante respeitar essas diferenças.

apresenta no encontro o tema que, para ele, uniria linguistas e filósofos: a forma e o sentido na linguagem.

Ao abordar e considerar a questão do sentido, Benveniste (2006a) afirma que, mesmo sendo levantada, ainda persistia desconfiança em relação aos linguistas abordarem este estudo, o que atribuía ao fato de não haver estudos consistentes envolvendo a semântica. Segundo o autor, “de fato, as manifestações do *sentido* parecem tão livres, fugidias, imprevisíveis, quanto são concretos, definidos e descritíveis os aspectos da *forma*” (BENVENISTE, 2006a, p. 221). Ao refletir sobre essa questão, aflora o pensamento de que talvez seja também por esse motivo – de a *forma* ser aparentemente mais concreta – que no ensino da língua portuguesa predomina a *forma* e se desconsidera muitas vezes o *sentido*, o que é muito presente ainda nas escolas. Pensamos que com estudos como o que nos propomos desenvolver podemos contribuir para a reflexão e para os estudos sobre a linguagem.

As noções de *forma* e *sentido*, às quais Benveniste (2006a, p. 221) denomina de “noções gêmeas”, envolvem o domínio dos estudos da linguagem comum, ou seja, a linguagem em uso. Num primeiro momento, temos o *sentido* como um conjunto de procedimentos de comunicação que são similarmente compreendidos por um grupo de locutores, ao passo que a *forma* é a matéria dos elementos linguísticos quando não se considera o sentido, ou é arranjo formal, no nível linguístico relevante, desses elementos. Portanto, é necessário, e até mesmo possível, opor essas noções? Diríamos sim e não ao mesmo tempo. Podemos opor, se isso for feito como uma convenção banal, o que não é nosso objetivo; porém, opor essas noções não será possível caso considerarmos o funcionamento da língua, pois é integrando que *forma* e *sentido* retomam força e necessidade. Assim, essa *oposição* nos remete a um problema: o da significação.

Benveniste, talvez aproveitando o fértil terreno filosófico, apresenta uma interessante relação entre a linguagem e a vida em sociedade:

Antes de qualquer coisa, a linguagem significa, tal é seu caráter primordial, sua vocação original que transcende e explica todas as funções que ela assegura no meio humano. Quais são estas funções? Têntemos enumerá-las? Elas são tão diversas e numerosas que enumerá-las levaria a citar todas as atividades de fala, de pensamento, de ação, todas as realizações individuais e coletivas que estão ligadas ao exercício do discurso: para resumi-las em uma palavra, eu diria que, bem antes de servir para comunicar, a linguagem serve para viver (2006a, p. 222).

Sendo próprio da linguagem *significar*, faz-se necessário que reflitamos um pouco sobre esse conceito. Para isso, Benveniste (2006a) apropria-se da noção de língua do CLG³, no qual se parte do princípio de que é “um sistema de signos distintos correspondentes a ideias distintas” (SAUSSURE, 2006, p. 18). Contudo, Benveniste vai além. Para ele, ao pensar ter dito tudo sobre a natureza da língua, Saussure não evidenciou que ela podia ser ao mesmo tempo outra coisa. Nesse sentido, é preciso ir além da análise da língua como sistema significante.

Formula-se, a partir de Saussure (2006), a proposição de que o signo é a unidade semiótica e explicita-se a noção de que o signo é unidade e é dependente da ordem semiótica. A linguagem

³ A partir da publicação do *Curso de linguística geral*, apresentamos a definição de língua como objeto da linguística. A linguagem teria duas partes: a língua (*langue*), considerada essencial, e a fala (*parole*), como sendo secundária. A *langue*, de modo geral, refere-se à língua como sistema de signos interiorizado culturalmente pelos sujeitos falantes, ao passo que *parole* se refere ao ato individual de escolha das palavras para a enunciação do que se pretende. Saussure ainda diferenciou os aspectos históricos e evolutivos da língua, denominando-os de “diacrônicos”; e o estudo dos estados de língua, da relação entre os elementos simultâneos, denominando-os “sincrônicos”. Para ele, a faculdade de constituir uma língua seria natural ao homem, embora seja ela própria uma convenção (SAUSSURE, 2006, p. 18). Nesse sentido, a língua é um sistema de signos linguísticos, no qual, “de essencial, só existe a união do sentido e da imagem acústica, e onde as duas partes do signo são igualmente psíquicas” (2006, p. 23).

não se deixa dividir, mas é passível de decomposição; integra como unidade particular o signo, que tem limite inferior: o da significação. Não se desce a um nível inferior ao do signo sem se perder a significação.

Temos, assim, ainda em Saussure o caminho da semiologia da língua:

Tratando do signo linguístico, ele [Saussure] abriu o caminho para uma descrição das unidades semióticas: estas devem ser caracterizadas pelo duplo ponto de vista da forma e do sentido, já que o signo, unidade bilateral por natureza, se apresenta por sua vez como significante e como significado (BENVENISTE, 2006a, p. 225).

Com essa tese, Saussure (2006) descobriu, meio século antes, o princípio da semiologia⁴. De acordo com essa perspectiva, o que o signo significa não é possível de ser definido; assim, para que o signo exista, é preciso ser aceito. Benveniste (2006a, p. 227) utiliza um exemplo para explicar essa noção. Poderíamos citar muitos outros, mas nos detemos nas explicações do autor: “Chapéu” existe? Sim. “Chaméu” existe? Não. Quando falamos em significado, falamos em *significar* e *não significar*. Desse modo, *significar* é ter sentido. E “é no uso da língua que um signo tem existência; o que não é usado não é signo; e fora do uso o signo não existe” (BENVENISTE, 2006a, p. 227). Por consequência disso, ou está na língua ou está fora dela. Podemos dizer, por conseguinte, que o semiótico tem por critério que, se for do seu domínio, é intralinguístico, ou seja, passível de identificação no interior e no uso da língua. Com essas considerações definimos a noção de língua como *semiótica*.

Tomar a língua numa noção *semântica* remete-nos ao domínio da língua em ação: a língua mediadora que propicia ao

⁴ A semiologia estuda o sistema de signos.

homem a organização de toda sua vida. Segundo Benveniste (2006a, p. 229), “somente o funcionamento semântico da língua permite a integração da sociedade e a adequação ao mundo, e por consequência a normalização do pensamento e o desenvolvimento da consciência”. Da perspectiva *semiótica* para a *semântica*, temos uma grande mudança: a primeira é uma propriedade da língua, ao passo que a segunda decorre de uma atividade do locutor, que coloca a língua em ação.

A unidade da semiótica é o signo, a da semântica é a palavra⁵ (entendida aqui como discurso). Numa acepção semântica, o sentido realiza-se no sintagma⁶ (na e por uma forma específica); já o semiótico define-se por uma relação de paradigma. Esse sentido é a ideia que o enunciado exprime e que se realiza formalmente na língua por meio das escolhas – ou agenciamento das palavras, pela organização sintática, enfim, tudo é contido pela condição do sintagma. No entanto, como ocorre o processo em que se realiza o sentido em semântica?

Para Benveniste (2006a, p. 231), “o sentido de uma frase é sua ideia, o sentido de uma palavra é seu emprego (sempre na acepção semântica)”. Diríamos, assim, que cada palavra tem um sentido *a priori*, mas o que vai determiná-lo é seu uso. Ao enunciar, o locutor agencia palavras que a cada vez terão um *sentido*.

Normand (2009, p. 175) aborda essa questão dizendo que,

⁵ Em vários textos, Benveniste utiliza o termo *palavra*. No sentido em que o usa, parece-nos se referir a discurso ou a enunciado. Por esse motivo, para este estudo, *palavra* e *discurso* são tidos como sinônimos, como pode ser observado no trecho a seguir: “Viu-se que a unidade semiótica é o signo. Qual será a unidade semântica? – Simplesmente a *palavra*. Depois de tanto debate e de tantas definições sobre a natureza da palavra [...], a *palavra* reencontra assim sua função natural, como unidade mínima da mensagem e como unidade necessária da codificação do pensamento” (BENVENISTE, 2006a, p. 230, grifo nosso).

⁶ Segundo Saussure (2006, p. 142), “o sintagma se compõe sempre de duas ou mais unidades consecutivas”. As relações sintagmáticas (eixo horizontal) baseiam-se no caráter linear do signo linguístico. Isso é o que faz com que na palavra “hoje”, por exemplo, não se pronuncie o “je” antes do “ho”. O paradigma (eixo vertical) é considerado um “banco de reservas”, é “sistema preestabelecido”, ao passo que o sintagma é a atualização do paradigma.

para Benveniste, é evidente que uma particularidade formal somente tem valor linguístico se estiver ligada a uma particularidade de sentido; no que ele é saussuriano e realmente vai mais longe já que parece estabelecer uma relação de necessidade entre sentido e forma.

A autora mostra como se introduz em Benveniste a questão, que, segundo ela, é central em semântica: a da referência e de suas relações com a teoria da enunciação. Ao abordar essa questão, Normand apresenta, primeiramente, a mudança que se realiza em Benveniste acerca das duas noções: a de significação e a de designação (referência). Segundo Normand (2009, p. 154), “a consideração da referência (designação), não se impõe a ele [refere-se a Benveniste] senão a partir do momento em a significação lhe aparece como um verdadeiro problema teórico a ser tratado como tal”. Essas duas noções foram formuladas (e reformuladas) por Benveniste a partir de 1964.

Num segundo momento, Normand (2009, p. 154) apresenta noções de referência e enunciação e expõe “a hipótese de que é a especificidade sui-referencial dos termos da ‘pessoa’ que permite à Benveniste como linguista tratar da referência, sem reduzir a semântica a seu modelo lógico-positivista”⁷. Foi a partir de 1966 que Benveniste situou sua nova linguística – a do discurso ou da semântica; nesse momento a descrição dos enunciados tem a característica “de não mais dissociar sentido e referência” (NORMAND, 2009, p. 162). Amplia-se, pois, a noção de referência ao conjunto da situação da enunciação.

⁷ De acordo com Dosse (1993), no neopositivismo ou positivismo lógico, surgido em torno do chamado “Círculo de Viena” (duas primeiras décadas do século XX), os seus membros, convencidos de que muitos dos problemas filosóficos não passavam de consequências da imprecisão das linguagens naturais, empreenderam a elaboração de uma linguagem ideal, isenta de ambiguidade, sobre a qual se pudesse edificar uma teoria semântica de caráter lógico. Desenvolveram um modelo teórico baseado no “princípio de verificabilidade”, de acordo com o qual, para que uma proposição tenha significado, é preciso que seja passível das atribuições de “verdadeiro” ou “falso”, segundo critérios analíticos (lógicos) ou empíricos (fixados a partir da experiência sensorial).

Nesse sentido, entendemos que o sentido constitui a ideia que o discurso expressa, ao passo que a referência corresponde à situação a que o discurso se reporta, não sendo possível ser prevista ou fixada. Benveniste (2006a, p. 231) conclui, assim, que “a frase é então cada vez um acontecimento diferente, ela não existe senão no momento em que é proferida e se apaga neste instante”. É exatamente nisso que consiste o princípio da enunciação: o uso da língua é sempre mobilizador de sentidos novos, e o referente é o objeto particular a que a palavra corresponde numa circunstância de uso. Dessa forma, a referência não pode ser prevista, porque é formulada a cada instância do discurso.

Em *Semiologia da língua*, de 1969, Benveniste (2006d) apresenta as noções de *semiótico* e *semântico* como duas modalidades ou domínios de sentido, o que chamou de “dupla significância”. Ao desenvolver essas noções nesse artigo, o autor articula que “o semântico toma necessariamente a seu encargo o *conjunto dos referentes*, enquanto que o semiótico é, por princípio, separado e independente de toda *referência*” (BENVENISTE, 2006d, p. 65-66, grifo nosso). Dessa forma, a semântica relaciona-se ao universo do discurso, ou seja, à enunciação.

Ao iniciar esta seção, nosso objetivo era apresentar os conceitos de *forma* e *sentido* na linguagem. Já apontamos algumas considerações relevantes presentes nas obras de Benveniste. No entanto, respeitando a diacronia dos textos e a necessidade de clareza em relação às noções de *forma* e *sentido* e, até mesmo, de enunciação, não poderíamos deixar de abordar e apresentar o texto *O aparelho formal da enunciação* (1970). Muitos linguistas consideram esse texto fundamental a quem ousa adentrar nos estudos desenvolvidos por Benveniste. Para este estudo, não poderia ser diferente. A partir de agora, ancoramos nossos estudos nesse texto, que evidencia uma oposição entre a linguística das formas e a da enunciação. Segundo Flores e Teixeira (2008, p. 35),

à primeira caberia a descrição das regras responsáveis pela organização sintática da língua, ou seja, nela admite-se um objeto estruturado, devendo-se descrever as regras imanentes a ele. A segunda pressupõe a anterior e inclui no objeto de estudo a enunciação.

Benveniste (2006d) introduz a distinção entre o emprego das formas e as condições de emprego da língua. Delimitados como “mundos diferentes”, o emprego das formas é que permite certas representações muito precisas, por meio de técnicas comprovadas; por sua vez, o emprego da língua é um mecanismo total, que contempla a língua inteira. Benveniste separa o objeto de estudo da linguística da enunciação (ato) do discurso (produto) ao afirmar que “a enunciação é este colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização” (2006c, p. 82). A essa definição de enunciação acrescenta-se o conhecimento de que, nessa perspectiva, entende-se enunciação pelo próprio ato de produzir enunciado, tendo-se o cuidado para não confundi-la com o objeto, que é o texto.

O fenômeno geral da enunciação pode ser estudado por diversos aspectos, dos quais Benveniste analisa três. Para o autor, o aspecto mais perceptível se dá pela realização vocal da língua; outro diz respeito ao mecanismo de produção: a conversão individual da língua em discurso; por fim, o estudioso dedica-se a definir a enunciação no quadro formal de sua realização. Interessa-nos o último aspecto, ou seja, os elementos formais da enunciação, que se realiza por meio da manifestação individual que ela atualiza.

De acordo com Benveniste (2006c), o ato individual introduz o locutor, em primeiro lugar, como parâmetro nas condições da enunciação: “Antes da enunciação, a língua não é senão possibilidade de língua. Depois da enunciação, a língua é efetuada em uma instância de discurso, que emana de um locutor”

(IBIDEM, p. 84). Esse locutor que “emana” seu discurso o faz para um ouvinte, num processo que resulta em uma enunciação de retorno. Sendo individual, a enunciação é definida como um processo de apropriação. Por meio do aparelho formal da língua, o locutor enuncia sua posição, de um lado, por meio de índices específicos (de subjetividade) e, de outro, por meio de procedimentos acessórios (não-pessoa). Ao se declarar locutor, assume a língua e insere o *outro*, instaurando, assim, em toda enunciação um alocutário. Nessa mobilização e apropriação, o locutor tem diante de si a necessidade de referir pelo discurso, enquanto o outro tem a possibilidade de correferir.

Essas constatações, chamadas de “condições iniciais”, criam uma situação única, visto que regem, no processo de enunciação, o mecanismo de referência – cada situação torna-se muito singular. Ao se instaurar na enunciação, a presença do locutor conduz a que cada instância de discurso estabeleça um centro de referência interno, levando o locutor a se colocar em constante relação com sua enunciação.

Benveniste (2006c) retoma dois fenômenos linguísticos: os índices de pessoa (*eu-tu*) e os de *ostensão* (*este, aqui etc*). Como abordamos essas noções anteriormente, limitamo-nos a esclarecer que esses “indivíduos linguísticos” são engendrados sempre que uma enunciação é proferida, e sempre que isso ocorre esses índices designam um dado novo.

Em relação aos termos que se referem à enunciação, Benveniste (2006c, p. 85) alude às formas verbais “que se determinam em relação ao EGO, centro da enunciação”. O autor elucida ainda que “os ‘tempos’ verbais, cuja forma axial o ‘presente’ coincide com o momento da enunciação, fazem parte deste aparelho necessário” (IBIDEM, p. 85, grifo nosso). Assim como os índices de pessoa e de *ostensão*, a temporalidade é produzida na e pela enunciação. A partir dela, temos instaurada a categoria do presente, do qual nasce a categoria do tempo. Por conseguinte,

somente pela inserção do discurso no mundo é que o homem pode viver o *agora*, tornando-o atual. Com o presente formal, explicita-se o presente que se renova a cada discurso, ou seja, o *da enunciação*. Por meio desse presente contínuo, tem-se consciência da continuidade, em outras palavras, do tempo propriamente dito.

Em relação à temporalidade, Benveniste (2006c) apresenta três termos e justifica sua relação com esse aspecto, abordando a disposição de um aparelho de funções: a *interrogação* – que é construída para instigar uma *resposta*; a *intimação* – que são os apelos e as ordens que implicam uma relação imediata do enunciador com o enunciatário numa referência precisa ao tempo da enunciação; a *asserção* – que pode ser negativa (“não”) ou positiva (“sim”).

Em síntese, a enunciação é caracterizada pela “*acentuação da relação discursiva com o parceiro*, seja este real ou imaginado, individual ou coletivo” (IBIDEM, p. 87, grifo do autor). Ao caracterizar a enunciação, Benveniste instaura um quadro figurativo, o que significa dizer que a enunciação coloca como forma de discurso duas figuras necessárias: uma é o início e a outra é o fim da enunciação. Consequentemente, temos a estrutura do que chamamos de “diálogo”, onde encontramos um locutor que diz *eu* para um *tu*. Ao fazer isso, enuncia-se, instaurando-se no discurso, no uso da língua.

Em síntese, podemos perceber, por meio do percurso exposto até aqui, que a teoria da enunciação não apresenta um modelo de análise propriamente dito; o que Benveniste e seus leitores fazem é uma apresentação de princípios que possibilitam a realização de uma análise. Dessa forma, consideramos necessário retomar, antes de passarmos para a análise, alguns desses princípios.

Primeiramente, a leitura de Benveniste (1970) remete a uma estrutura enunciativa que nos permite observar: a) o próprio ato; b) as situações em que se realiza e c) os instrumentos

de realização. A observação do *ato* envolve a figura do locutor como elemento necessário da enunciação, que se apropria do aparelho formal da língua e enuncia sua posição, instaurando nessa apropriação um alocutário, explícito ou implícito. A *situação*, prevista nessa estrutura, estabelece a relação entre a enunciação e o mundo em que existe; para o locutor, a necessidade de referir pelo discurso e, para o alocutário, a de correferir.

A respeito dos *instrumentos*, destacamos três aspectos abordados por Benveniste (2006c): 1) os *índices de pessoa*, que se produzem na e pela enunciação – o *eu/tu* marcando a pessoa e o *ele* marcando a não-pessoa; 2) os *índices de ostensão*, como *este* e *aqui*, que evidenciam a instância do termo, o que Benveniste chama de “indivíduos linguísticos”, opondo-se a termos nominais que remetem a conceitos; 3) as *formas temporais*, que se determinam em relação ao centro da enunciação, já que o *presente* traz o *agora*, que marca a inserção do discurso no mundo.

Dessa forma, a fim de apresentar algumas noções indispensáveis para a realização deste estudo, abordamos alguns pressupostos do estudo de Benveniste que nos parecem fundamentais. Muitos outros aspectos poderiam ser contemplados no contexto da enunciação, no entanto foi necessário delimitá-los, direcionando o trabalho para o alcance dos objetivos propostos neste estudo. A seguir, apresentamos uma tira, descrevendo e analisando alguns dos elementos que contribuem – ou são indispensáveis - para a construção do humor.

Análise enunciativa da tira

Para essa análise procedemos, primeiramente, a uma contextualização (os personagens, o cenário e as suas principais características) e, em seguida, à descrição enunciativa da tira. Como este estudo é linguístico, salientamos que quando falamos em

semiótica e semântica, estamos nos referindo aos termos usados por Benveniste em seus estudos.



Tira 398.

Fonte: Iotti (2010).

Quando os imigrantes italianos ocuparam o Rio Grande do Sul, trouxeram os legados da sua cultura, entre os quais os jogos de cartas, como a canastra, trissete, quadrilho e truco. Na tira que analisamos, o cenário envolve esse espólio da cultura italiana: Radicci está sentado com dois amigos jogando cartas.

Embora não se possa saber exatamente o local em que os três participantes da tira estão, a imagem revela uma situação comum em bares: os personagens jogam cartas, conversam e um deles está fumando. No primeiro quadrinho, predominam tons pastéis e evidenciam-se os personagens e a fala de um deles, que diz “mia muié é uma Santa”; no segundo, o cenário é composto apenas por quatro cores: verde e amarelo (ao fundo), marrom (mesa e personagens) e branco (fala e olhos dos personagens). Com essas cores, fica em destaque a fala do personagem.

Em relação à expressão facial dos personagens, no primeiro quadrinho, Radicci demonstra tranquilidade e ouve com atenção o que fala um dos amigos, o mesmo que fala com expressão serena, condizente com sua afirmação: “Mia muié é uma santa” (Minha esposa é uma santa). O terceiro personagem, com o cigarro na boca, também ouve atentamente e, no segundo quadrinho, ex-

pressa com rebeldia: “Sorte tua! A mia ainda tá viva!”, ao que o outro personagem demonstra indignação, enquanto Radicci demonstra espanto.

Na tira em análise, Radicci participa somente como ouvinte, pois o diálogo estabelece-se entre outros dois personagens, amigos dele. No primeiro quadrinho, o texto verbal proferido por um dos amigos é o seguinte: “mia muié é una santa”. Por meio dessa realização, a linguagem é possível porque cada locutor se apresenta como *sujeito*: “eu não emprego *eu* a não ser dirigindo-me a alguém, que será na minha alocação um *tu*. Essa condição de diálogo é que é constitutiva da *pessoa*, pois implica reciprocidade – que eu me torne *tu* na alocação daquele que por sua vez se designa por *eu*” (BENVENISTE, 2005a, p. 286). Dessa forma, efetiva-se o *ato* enunciativo: o *eu* (primeiro personagem) intima o *tu* (Radicci e o segundo personagem), o segundo personagem toma a palavra, torna-se o *eu* e enuncia-se dizendo, no segundo quadrinho, “sorte tua! A mia ainda tá viva!”.

Locutor e alocutário estabelecem juntos a *situação* enunciativa: o *eu*, no primeiro quadrinho, faz um comentário sobre um *ele* (a não pessoa – sua esposa) – que neste caso é o fato de sua esposa ser uma santa, provavelmente porque é compreensível, companheira, fiel. Ao intimar um *tu*, constrói-se a categoria de pessoa e espera-se que esse *tu* se pronuncie a respeito do mesmo assunto: concordando, argumentando ou discordando. Ao ouvir o comentário do amigo, o segundo personagem apropria-se da língua e enuncia-se, deixando de ser alocutário e passando a locutor. Com isso, tem-se uma das características da categoria de pessoa: a *reversibilidade*. Para Flores et al. (2008, p. 52), “se *tu* toma a palavra, já não é mais *tu*, e sim *eu*. O que se propunha como *eu* agora é *tu*; a relação é refeita, é nova, já não é mais a mesma”. Nesse sentido, pode-se afirmar que o fundamento da intersubjetividade é a inversibilidade da categoria de pessoa,

pois a linguagem torna-se possível por meio deste par linguístico indissociável e reversível: *eu-tu*.

Destacam-se nessa tira dois aspectos. Primeiramente, há a construção de um recurso linguístico utilizado no primeiro quadrinho da tira em análise: a metáfora. O locutor, ao dizer “mia muié é una santa!”, constrói um sentido metafórico – que só existe na cena enunciativa. Essa posição é única e assumida em cada enunciado, porém no segundo quadrinho a metáfora não é *aceita* pelo alocutário, além de ser desconstruída em sua enunciação. Essa desconstrução da metáfora e a construção de um novo sentido para *santa* é que levam a que entre em cena outro recurso linguístico: o humor. Isso ocorre porque, no segundo quadrinho, constrói-se uma referência imprevisível e inesperada para a palavra *santa*.

Em segundo lugar, temos o uso do termo *ainda* em “a mia ainda tá viva”. A gramática tradicional apresenta *ainda* como um advérbio de tempo. Para Bechara⁸ (2006, p. 288), “fundamentalmente, distribuem-se os advérbios em assinalar a posição temporal (os de tempo) ou espacial do falante (os de lugar), ou ainda de modo pelo qual se visualiza o ‘estado de coisas’ designado na oração”. Apesar de Bechara apresentar uma visão mais próxima do que se acredita ser analisar a língua, pensa-se que o que se diz do advérbio nessa concepção não seja suficiente para o entendimento do sentido do advérbio no texto, porque não é suficiente na tira em análise dizer que “ainda” é um advérbio de tempo.

Considerando a visão enunciativa da linguagem, podemos ir além. Primeiramente, observemos o sentido do enunciado

⁸ Evanildo Bechara é autor de gramáticas da língua portuguesa destinadas tanto ao público leigo quanto a profissionais da área. É membro da Academia das Ciências de Lisboa e Doutor *Honoris Causa* pela Universidade de Coimbra; professor Titular e Emérito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e da Universidade Federal Fluminense (UFF), além de titular da cadeira nº 16 da Academia Brasileira de Filologia e da cadeira 33 da Academia Brasileira de Letras.

caso estivesse escrito da seguinte forma: “Sorte tua! A mia tá viva!” Poder-se-ia dizer que o sentido é o mesmo encontrado no enunciado da tira? Ao ler atentamente a frase da tira e o enunciado aqui elaborado, percebemos que não divergem, mas não podemos dizer que o uso de *ainda* não altera o sentido. O advérbio intensifica o enunciado e, além disso, de “a mia [esposa] ainda tá viva” podem-se depreender alguns pressupostos: o de que a mulher (esposa do locutor) *ainda* não morreu e o de que a esposa morrer não seria ruim, pois o locutor diz que o amigo tem “sorte”.

Essa diferença que se configura entre o que a gramática tradicional conceitua e o que a enunciação possibilita compreender parece-nos evidente no texto *O aparelho formal da enunciação*, de acordo com Flores e Teixeira (2008, p. 35): “Benveniste concebe uma oposição entre a linguística das formas e a de enunciação”. Desse modo, *ainda* é um advérbio de tempo em sua forma, mas somente seu uso determinará seu sentido.

A leitura da tira permite perceber que o humor está centrado na construção do sentido do termo *santa*: a palavra (a forma) é referida nos dois quadrinho, entretanto com sentidos diferentes. No primeiro momento, para se entender o sentido de *santa* tem-se de ter o conhecimento de que, quando uma mulher é chamada assim, significa que ela é uma boa pessoa/boa esposa segundo os padrões da sociedade (e os do marido!): faz bem os serviços domésticos, é fiel, é compreensiva, cuida dos filhos, não briga. No segundo momento, *santa* refere-se aos costumes religiosos: oficialmente, uma *santa* é uma mulher que, por exemplo, a Igreja Católica designa canonizada após um processo de reconhecimento. Isso acontece somente com pessoas que já tenham morrido e tenham comprovada sua santidade.

Nesse sentido, ao se afirmar que a enunciação “é produto de um ato de apropriação da língua pelo locutor, que, a partir do aparelho formal da enunciação, tem como parâmetro um locutor

e um alocutário” (FLORES; TEIXEIRA, 2008, p. 35), conjectura-se que esse quadro teórico dá conta do processo de referenciação, pois o locutor estabelece relação com o mundo por meio do discurso de um sujeito no momento em que mobiliza e se apropria da língua, ao passo que o alocutário correferre. Na tira, o *eu* (primeiro personagem) ao se enunciar constrói a referência *santa* = boa esposa; o *tu* (segundo personagem) aceita sua posição de alocutário e, posteriormente, assume a palavra e enuncia-se, tornando-se nesse momento o *eu* e construindo outra referência para *santa*: pessoa que já morreu.

Para entender esse processo, é necessário enfatizar a diferença dada ao tratamento da referência pelos níveis de significação: o *semiótico* e o *semântico*. Fora do contexto, *santa* tem um significado dicionarizado, no entanto sua referência é construída na e pela enunciação. É o que encontramos em Benveniste: “no semiótico, ela [a referência] está ausente; no semântico é definidora do sentido porque este se caracteriza pela relação estabelecida entre as ideias expressas sintagmaticamente na frase e a situação de discurso” (FLORES; TEIXEIRA, 2008, p. 32). Dessa forma, o humor é construído pela atribuição de sentido às palavras, ou seja, pela referência construída nessa enunciação pelos interlocutores em seus discursos.

Considerações finais

Ao selecionar a tira para a realização deste estudo, chamou-nos a atenção o fato de que em grande parte das tiras de Iotti o humor é construído por meio do duplo sentido. Não nos cabe neste estudo pesquisar especificamente esse aspecto, mas, como nosso objetivo principal era verificar a relação que se estabelece entre forma e sentido na construção do humor, parece-nos que Iotti parte da descoberta de outro sentido, geralmente distante daquele expresso num primeiro momento, para construir o humor

em suas produções. Isso para nós é significativo na medida em que esse *duplo sentido* nada mais é do que a referência construída no discurso pelo modo como o locutor (*eu*) se apropria da língua, instaura o alocutário (*tu*), traz o ele e os coloca num dado tempo e num dado lugar discursivo, que possibilita a construção do sentido/do humor enunciativo da tira.

Partindo da afirmação de Benveniste (2006a, p. 230) de que “a semiótica se caracteriza como uma propriedade da língua: a semântica resulta de uma atividade do locutor que coloca a língua em ação”, podemos, por meio das análises, assegurar que o sentido da palavra decorre de seu emprego e se constrói formalmente na língua pela “escolha, agenciamento de palavras, por sua organização sintática, pela ação que elas expressam umas sobre as outras” (BENVENISTE, 2006a, p. 230), num “aqui e agora”. Para exemplificar, retomemos a análise. O sentido da palavra *santa* é construído no emprego da palavra, e essa construção é única e irrepetível. Num primeiro momento, *santa* significa boa pessoa, boa esposa; num segundo momento, refere-se à pessoa que depois de morta é canonizada. Assim, temos uma palavra – *santa* – que a cada enunciação assume uma forma e um sentido.

Essa relação, que se denominou de forma e sentido, é o princípio que rege as unidades dos diferentes níveis. Apesar de muitos linguistas terem tentado reduzir essa relação à noção de forma, não conseguiram se libertar do sentido. Nesse contexto, que relação se estabelece entre forma e sentido nas tiras analisadas? Simplesmente é uma relação indissociável e interdependente. Não existe forma sem sentido, nem sentido sem forma. Desse modo, por meio deste estudo podemos afirmar que é pela relação indissociável entre forma e sentido que o humor é construído na e pela enunciação.

Partindo da constatação de que o sentido é construído na e pela enunciação, o que podemos perceber na tira analisada é que o humor é construído por meio de uma ruptura no diálogo: não

há continuidade de sentido nas enunciações presentes nas tiras, ao menos não sentido que obviamente se teria em continuidade. Podemos perceber que a referência construída num momento não é a mesma no momento seguinte. Os locutores – que se constituem em sujeitos no decorrer do discurso – constroem referências diferentes, que, em relação ao que são atribuídas (não pessoa), provocam o humor e definem o sentido do discurso trazido na tira. Decorrente disso, há, num segundo momento, a descoberta de outro sentido, inesperado, que causa surpresa e, conseqüentemente, desencadeia o humor.

Na tira, percebemos que a ruptura ocorre porque, após a leitura do primeiro quadrinho (“Mia muié é uma santa”), cria-se a expectativa de que se terá algo na sequência que complemente essa ideia. No entanto, o que segue (“Sorte tua! A mia ainda tá viva!”) quebra essa expectativa ao romper com a continuidade e apresentar algo inesperado: o fato de no segundo quadrinho *santa* fazer referência a alguém que já morreu e no primeiro, referir-se à mulher fiel, compreensiva, companheira. Assim, percebemos que a forma possibilita sentidos/referências, na medida em que os sujeitos (eu e tu) impõem um sentido a ele (santa), a cada vez que enunciam, e nisso está a ruptura, a enunciação, o humor e o sentido.

Desse modo, partindo da concepção de que “as palavras são palavras no enunciado, se retiradas do enunciado, são signos. Signo integrado à frase é palavra; palavra é, pois, forma e sentido” (FLORES et al., 2008, p. 71), e considerando-se que se pode “dizer que a palavra é mediadora entre língua e discurso, forma e sentido, pois ela é depositária de significação ‘dupla’: é signo que se especifica, é possibilidade de língua que se torna língua, é língua-discurso” (IBIDEM, p. 70), chega-se, com a análise realizada, à conclusão de que o humor, como o abordamos neste estudo, somente é possível na e pela enunciação e é construído

por meio de uma ruptura no diálogo inaugurada pelos locutores do discurso e, por isso, sujeitos da enunciação.

Entendemos aqui que “uma situação é sempre cômica quando pertence ao mesmo tempo a duas séries de acontecimentos absolutamente independentes e pode ser interpretada ao mesmo tempo em dois sentidos diferentes” (BERGSON, 2007, p. 71). Assim, é possível afirmar que a enunciação possibilita a construção do humor por meio da relação indissociável de forma e sentido. Como a referência é sempre única e imprevisível, permite a ruptura no momento em que permanece a palavra (forma), mas muda a referência (sentido).

Referências bibliográficas

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.

BENVENISTE, Émile. A forma e o sentido na linguagem. In: _____. *Problemas de linguística geral II*. Campinas: Pontes, 2006a. p. 220-242.

_____. A linguagem e a experiência humana. In: _____. *Problemas de linguística geral II*. Campinas: Pontes, 2006b. p. 68-80.

_____. O aparelho formal da enunciação. In: _____. *Problemas de linguística geral II*. Campinas: Pontes, 2006c. p. 81-92.

_____. Semiologia da língua. In: _____. *Problemas de linguística geral II*. Campinas: Pontes, 2006d. p. 43-67.

BERGSON, Henri. *O riso: ensaio sobre a significação da comicidade*. Tradução Ivone Castilho Benedetti. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007. [Coleção Tópicos].

DOSSE, François. *História do estruturalismo: I. O campos do Signo, 1945/1966*. Trad. de Álvaro Cabral. São Paulo: Ensaio; Campinas: Editora da Universidade Federal de Campinas, 1993.

FLORES, Valdir et al. *Enunciação e gramática*. São Paulo: Contexto, 2008.

_____. TEIXEIRA, Marlene. *Introdução à linguística da enunciação*. São Paulo: Contexto, 2008.

IOTTI. *Radicci social club*. Caxias do Sul, 24 de ago. 2010. Disponível em: < www.radicci.com.br > Acesso em: 24 ago. 2010.

NORMAND, Claudine. *Convite à linguística*. São Paulo: Contexto, 2009.

SAUSSURE, Ferdinand. *Curso de linguística geral*. Trad. de Antônio Chelini. São Paulo: Cultrix, 2006.

Estudos enunciativos na atividade de trabalho: *Cena de enunciação e ethos em análise do discurso*

Ernani Cesar de Freitas¹

Este texto insere-se no escopo dos estudos enunciativos que se interessam por pesquisas desenvolvidas na interface *linguagem e trabalho*. A concepção de trabalho aqui, ao mesmo tempo em que mantém relação com a definição clássica, ou seja, voltada para os meios de produção de bens materiais, contempla também as dimensões que a sociedade moderna lhe conferiu, isto é, as relações dialógicas e interdiscursivas entre os atores/sujeitos que participam das estruturas organizacionais nas instituições/nas organizações.

O entrelaçamento da linguística aplicada com áreas que estudam o mundo do trabalho exige, contudo, um novo comportamento do linguista, no sentido de recorrer a outros campos de

¹ Doutor em Letras (PUCRS) com pós-doutorado em Linguística Aplicada a Estudos da Linguagem (PUC-SP/LAEL); professor e pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Letras (UPF); docente do Mestrado em Processos e Manifestações Culturais (Universidade Feevale); e-mail: ecesar@upf.br

estudo para tentar elucidar o seu objeto de pesquisa, bem como a utilização de alguns conhecimentos específicos desenvolvidos pela própria linguística, de forma a resguardar as particularidades necessárias a uma investigação dessa natureza.

Mesmo não analisando diretamente as interações no trabalho neste texto, mas em situações de trabalho, um estudo como o aqui proposto pressupõe, para vir a ter êxito, o necessário diálogo da linguística com outras áreas do conhecimento – gestão organizacional, comunicação por exemplo. Para isso, é fundamental que o analista do discurso, utilizando-se das especificidades da linguística, depreenda os elementos de várias naturezas que se encontram implicados no processo de enunciação. Isso confere uma natureza multidisciplinar a trabalhos como este, reconhecendo o caráter multifacetado do conhecimento como totalidade, em vez de disperso por domínios estanques.

Esta abordagem de natureza teórico-reflexiva tem como objetivo mostrar a relação existente entre o discurso institucional/organizacional e as práticas de linguagem em contextos específicos – em situação de trabalho. Tal escolha justifica-se pela necessidade de aprofundar o estudo da atividade linguageira em organizações e instituições, considerando que a linguagem como elemento especificador da complexidade, que norteia o mundo do trabalho, integra o conjunto formado por pesquisas que, nos últimos anos, têm-se voltado para esse campo.

Os atores organizacionais, em suas interações, utilizam diversos discursos, tanto nas relações internas de uma determinada instituição/organização, quanto naquelas que extrapolam esse contexto, envolvendo outras organizações e a sociedade como um todo. Essa constatação evidencia a conveniência de os estudos organizacionais brasileiros incorporarem técnicas de estudo que foquem tais interações, como a análise do discurso, mediante aportes teóricos que também se dediquem à enunciação em suas diversas possibilidades de utilização e aplicação. Neste

caso, abordamos a corrente de estudos enunciativos que tem como escopo central a cena de enunciação – cenografia e ethos.

Enquanto técnica, a análise do discurso é potencialmente útil nas análises de processos ou fenômenos sociais que fogem à compreensão das técnicas tradicionais de pesquisa. Isso ocorre principalmente por possibilitar a apreensão das formas de produção do discurso e da sua relação com as estruturas materiais e sociais que as elaboram. Por evidenciar a relação entre o indivíduo enunciativo, enquanto produtor de discursos, e seu contexto socio-histórico cultural, ou seja, o seu *locus* de produção, a análise do discurso permite compreender em profundidade a realidade social e cultural manifestada pela formação discursiva através de discursos individuais ou coletivos.

Nos últimos anos, frequentes têm sido as contribuições advindas dos estudos da linguagem para melhor compreender a vida social e assim auxiliar a resolver os problemas de comunicação de uma sociedade moderna altamente complexa. Nesse contexto, vêm se destacando as abordagens sobre as relações entre *linguagem e trabalho*, que visam não só a descrever e a analisar interações em diferentes tipos de atividades profissionais, como também a colaborar para um melhor entendimento dos rituais sociais que ali se praticam.

O padrão produtivo taylorista-fordista, que vigorou durante praticamente todo o século XX, em que a atividade de trabalho se reduz a uma ação mecânica e repetitiva, tem sido questionado constantemente. A resposta capitalista ao esgotamento desse padrão provoca o surgimento de outros modelos organizacionais, em que as instituições passam de uma estrutura piramidal para uma em rede; da organização hierárquica para a descentralizada, prevendo-se, pelo menos na esfera do discurso, uma maior participação dos trabalhadores nas atividades socioinstitucionais, com ressignificações para a cultura e para o ethos das instituições/ organizações.

De fato, os sistemas produtivos contemporâneos descobrem que engajar o trabalhador em grupos destinados a discutir seu trabalho e desempenho pode ser um fator de melhoria da produtividade. A palavra assume, então, nesse contexto, lugar de destaque e, dessa forma, torna-se absolutamente pertinente o surgimento do interesse pela dimensão linguageira do trabalho que, em certo sentido, reflete a cultura e sua manifestação nos contextos institucionais.

Assim sendo, a complexa relação trabalho e linguagem tem sido tema de estudo de diferentes áreas de conhecimento e, mais recentemente, despertado o interesse dos linguistas. Pesquisas voltadas para essa área – linguagem e trabalho – evidenciam a necessidade da utilização de conhecimentos de outras disciplinas, tendo em vista a própria complexidade do trabalho, composto por diferentes dimensões interligadas: econômica, social, cultural, política etc. Essa interdisciplinaridade justifica-se também pela própria definição do discurso, objeto de estudo visado pelos profissionais da linguagem, que se constitui como a produção de uma dada comunidade em tempo e espaço determinados e, simultaneamente, o encontro de uma produção textual específica produzida sócio-historicamente.

Nesse contexto, verificamos que o trabalho e as divisões de tarefas são organizados através da linguagem, o que revela seu papel primordial nas relações e no processo de desenvolvimento humano. A relação entre a linguagem e o agir humano é intrínseca: a linguagem se desenvolveu (e se desenvolve) *nas e para* as interações humanas. Assim, a primazia da linguagem verbal em relação ao trabalho social, aos aspectos sócio-histórico-culturais que envolvem o sujeito, deixa aberto ao campo das interpretações a possibilidade de a força do discurso, de a palavra mudar por si as relações sociais, econômicas e de poder na sociedade.

Desse modo, as ciências do trabalho têm contribuído significativamente para a reflexão acerca da complexa relação

entre linguagem e trabalho através das abordagens teóricas da ergonomia da atividade e da ergologia em interface com teorias da comunicação e da linguística aplicada, mais especificamente, neste estudo, no que diz respeito à análise do discurso sob a perspectiva de pressupostos teóricos consubstanciados em Dominique Maingueneau, em especial o que diz respeito à cenografia e ethos, importantes conceitos de base enunciativa que compõem a cena de enunciação.

Do ponto de vista da teoria, a linguagem é aqui compreendida como resultado de uma atividade humana, de um agir discursivo no mundo que nos situa sócio-historicamente, numa posição que confere especial destaque a contribuições interdisciplinares referentes ao mundo do trabalho, quais sejam a ergonomia situada e a abordagem ergológica (SCHWARTZ, 1994, 1995, 1997, 2010) em interface com a análise do discurso de base enunciativa (MAINGUENEAU, 1997, 2001, 1984/2008a, 2008b).

Linguagem e trabalho: ergonomia da atividade e ergologia

Estudar a linguagem no mundo do trabalho permite entender como se dá a resolução dos problemas e a partir de que valores as pessoas fazem suas escolhas; e também como se constituem os coletivos de trabalho que estão fora do enquadramento do organograma das instituições (empresas públicas, privadas, não-governamentais); como se constituem as redes de ajuda e solidariedade na resolução de problemas e tarefas. É, ainda, compreender como o mundo do trabalho transborda de seu meio e abarca outros espaços sociais, tais como a casa, o bairro, a mídia etc.

Se trabalhar é sempre trabalhar com o outro e comunicar é relação, troca, reelaboração, então podemos entender que lingua-

gem, comunicação e trabalho atuam na construção dos conjuntos de valores que se renovam ou se cristalizam a cada escolha feita, a cada decisão do uso de si por si mesmo, ou seja, manifesta-se a cultura e, por consequência, a própria identidade. As pessoas, a todo o momento, fazem escolhas mediante as condições e os valores que construíram ao longo de suas histórias de vida, nas relações com o mundo, com o outro e consigo mesmo. Elas criam suas redes de relações e se apropriam dos discursos que circulam no meio de trabalho delas e na sociedade.

O importante papel da linguística frente à tarefa de se pensar sobre o trabalho e tecer considerações entre linguagem e trabalho são salientados por Souza-e-Silva (2004), pelo fato de estudiosos de diversas áreas (filósofos, sociólogos etc.) estarem divulgando a crescente relevância do escrito nas organizações e se mostrarem, também, mais atentos ao grande valor das atividades languageiras que tecem o dia-a-dia do mundo do trabalho.

Abordamos, inicialmente, a ergonomia da atividade, como propedêutica às questões da disciplina ergologia, estabelecendo estudo interdisciplinar entre os campos da linguística, da ergonomia e da ergologia. A ergonomia, ao demarcar como objeto de estudo a atividade em situações de trabalho, visa a constituir conhecimentos capazes de contribuir para a transformação das situações de trabalho orientada pelo imperativo de construir ambientes de trabalho mais saudáveis.

A análise ergonômica da atividade busca ainda, enquanto método de investigação sobre a atividade de trabalho, colocar em prática o princípio hermenêutico de descentramento de perspectiva, de modo a fazer com o que pesquisador possa “se colocar no lugar do outro” no ato da investigação. Esse princípio está fundamentado, de acordo com Schwartz (2004), em observações objetivas do sentido subjetivo e de explicitação de situações complexas e intercomunicáveis das atividades de trabalho. Esse autor comenta que explicitar o sentido não implica objetivação da

subjetividade, mas reconhecer que cada indivíduo é, em última instância, o juiz de si mesmo.

A ergonomia de língua francesa deu expressiva colaboração para se pensar a atividade humana ao tomar como objeto de estudo o trabalho na indústria e nas organizações contemporâneas. Seus estudos verificaram que, entre o trabalho prescrito pelas normas antecedentes (manuais, regras de utilização de materiais e máquinas, divisão e organização do processo de trabalho) e o trabalho realmente realizado, no momento exato de sua realização, existe uma distância (lacuna) (WISNER, 1994). Esta distância é o dado inusitado do trabalho, é fruto da *gestão* própria, de *si mesmo*, do ser humano que trabalha, resolvendo os confrontos impertinentes à situação real de trabalho; é a prova da particularidade da atividade humana de trabalho. Em outras palavras, conforme Perrier (1997, p. 116, tradução nossa):

É na distância (lacuna) entre prescrito/real do trabalho que os ergonomistas observaram um processo universal de gestão do aleatório, do incidental: a atividade em geral. Sua forma poderia ser concebida como trabalho no sentido de uma tensão para ajustar permanentemente os constrangimentos prescritos antecipadamente (normas, obrigações, objetivos) aos recursos reais disponíveis (meios, reservas subjetivas, escolhas, valores) assim como às situações encontradas.

Os trabalhos da ergonomia francesa e de uma corrente dela derivada – análise do trabalho – apontam as diferenças essenciais entre o *trabalho prescrito* e o *real*. O primeiro conceito refere-se aos documentos que instruem, ensinam, aconselham etc. o trabalho a ser realizado. Instituições ou empresas os produzem anteriormente à realização efetiva do trabalho para representar o que deve (ou não) e como deve ser feito. Já o segundo conceito diz respeito ao trabalho em situação concreta e às suas características efetivas, isto é, às tarefas executadas pelos trabalhadores. A

ergonomia contemporânea objetiva, além de revelar as diferenças entre o trabalho prescrito e o real, descobrir características do trabalho real que são generalizadamente desconhecidas.

Isso nos leva a refletir sobre a importância da comunicação institucional/organizacional como instrumento para minimizar possíveis falhas neste processo. Muitas vezes, a tarefa é prescrita na linguagem do planejador, do administrador, e o operador ao realizá-la procede a sua decodificação, usando o seu próprio banco de dados (crenças, valores, conhecimento, cultura, experiências de outras tarefas etc.). Segundo Souza-e-Silva (2004), analisar o trabalho implica encontrar o real sob o realizado, todas as escolhas e decisões que precedem a tarefa, o que foi feito e o que não pode ser feito, os acordos realizados entre as instituições, os estabelecimentos, os alunos e o coletivo de trabalho. A análise do trabalho implica a condição de que o pesquisador se interesse pelos diálogos estabelecidos não só como objeto, mas como método de pesquisa.

Uma das perspectivas teóricas relacionadas ao estudo sobre o trabalho, além da ergonomia da atividade, que traz contribuições relevantes à dimensão da singularidade é a ergologia. O filósofo francês Yves Schwartz (2010) destaca a contribuição da ergonomia da atividade, no sentido de questionar a redução do trabalhador a um simples executor de instruções, ou cumpridor de normas, de regras e ordens. Esse autor afirma que o exercício profissional, independente de qual seja ele, não é o campo por excelência do mecânico e do repetitivo, pois mobiliza escolhas e dramas particulares. “A atividade de trabalho é lugar de investimento subjetivo; uma enigmática alquimia humana aí se dá” (TEIXEIRA, 2010, p. 46).

O ponto de vista da atividade humana constitui o cerne da abordagem ergológica (SCHWARTZ, 2000, 2010). As análises do trabalho que aí se baseiam evocam necessariamente as relações entre os valores, os saberes e o agir em competência, configu-

radas na especificidade das situações concretas de trabalho, o que exige fazer emergir a experiência de quem trabalha. Esse posicionamento gera consequências para a atividade humana e produção dos saberes sobre o trabalho humano, e especialmente no campo das relações entre gestão e trabalho.

Conforme Trinquet (2010, p. 97),

a distância entre o trabalho prescrito e o real sempre existiu, desde o começo da hominização, desde o aparecimento do *homo habilis* (homem habilidoso) em direção ao *homo faber* (homem fabricante). As transgressões resultantes daí e algumas renormalizações dessas transgressões explicam uma parte significativa da evolução constante da atividade humana.

A evolução do trabalho corresponde a uma capacidade especificamente humana, que Yves Schwartz – o mais importante precursor da abordagem ergológica – chama de *uso de si* e que outros intitulam de auto-organização ou de poder de agir (TRINQUET, 2010).

É em torno dessas ideias que Schwartz (1997, 2000, 2010) desenvolve, há mais de 20 anos, a perspectiva ergológica de estudos sobre a atividade de trabalho, prioritariamente voltada para a inevitável implicação da subjetividade no exercício profissional. Para ele, a realização de qualquer tarefa passa por uma dialética de *uso de si, uso de si por si e uso de si pelo(s) outro(s)*.

O trabalho é *uso de si por si*, uma vez que, no processo de atividade, o sujeito mobiliza seu saber-fazer, seus valores, seus afetos, enfim, sua singularidade. É isso que faz com que seja impossível uniformizar as situações de experiência.

Essa capacidade, que somente os humanos possuem, permite-lhes usar de si mesmos como lhes convém. É uma liberdade – que é perceptível por todo o mundo –, muito limitada pelas

coerções inevitáveis, mas nunca há somente uma única melhor maneira de fazer as coisas. Pois, sempre há escolhas, por mais ínfimas que elas sejam (TRINQUET, 2010, p. 97).

No entanto é preciso relativizar essa parte de autonomia, pois o trabalho é também *uso de si por outros* (SCHWARTZ, 2010). Os trabalhadores realizam suas atividades a partir de ordens e procedimentos dos quais não são autores. De acordo com essa perspectiva teórica, a tarefa corresponde às normas e regras que são prescritas ao trabalhador e a atividade seria a realização dessas tarefas. Porém, não há uma relação direta entre essas duas dimensões, ou seja, existem muitas lacunas entre o que é prescrito e o real.

Sendo assim, procurando dar conta dessa distância entre a tarefa e a atividade realizada, a ergologia propõe os conceitos de normas antecedentes e renormalizações. Através deles, busca-se a análise e transformação das situações de trabalho. Para isso, o conceito de trabalho utilizado relaciona-se diretamente com o de “atividade industriosa”, que envolve sempre um “debate de normas”. Portanto, observa-se o constante embate entre as “normas antecedentes” e as “renormalizações” (SCHWARTZ, 2010).

Cenografia, ethos e discurso: os “lugares” de enunciação

Por que à linguística aplicada interessa o estudo da cena de enunciação e do ethos construídos nas manifestações verbais/nos discursos organizacionais? Buscando responder a essa pergunta, recorre-se a duas possibilidades distintas: uma, de natureza mais genérica, envolvendo o papel da linguística aplicada, de forma ampla; e a outra, de caráter mais pragmático, levando-se em conta os limites deste estudo.

A partir da delimitação da atuação do linguista aplicado e entendendo o ethos, resumidamente, como a imagem discursiva constituída pelo enunciador no momento mesmo da enunciação, cabe aos linguistas aplicados a tarefa de investigar os artifícios linguístico-discursivos utilizados por esse enunciador na construção das diferentes imagens resultantes dos processos enunciativos.

Partimos da hipótese de que todo discurso constrói um quadro enunciativo. De acordo com Maingueneau (1997, p. 75), “o enunciador não é um ponto de origem estável que se ‘expressaria’ dessa ou daquela maneira”, ele está inserido em uma determinada *cena enunciativa* e é a partir desse *lugar* que o fiador assume um *modo de enunciação*, ou seja, um ethos. Portanto, para Maingueneau, na análise do discurso, o ethos é concebido como parte constitutiva da cena de enunciação e não como uma simples estratégia persuasiva.

Na cadeia de comunicação entre a organização e seus interlocutores, as marcas do enunciado constroem a *imagem da organização* (neste texto, entende-se *imagem* como ethos construído discursivamente). Assim, o discurso dos gestores procura incentivar o comprometimento dos empregados com as metas e objetivos organizacionais. O discurso sempre esteve presente nos sistemas administrativos, com mais ênfase no relacionamento da empresa com as pessoas, ou seja, através da interação verbal. Segundo Amossy (2008, p. 124), “a eficácia do discurso é tributária da autoridade de que goza o locutor, isto é, da ideia que seus alocutários fazem de sua pessoa”.

Segundo Maingueneau (1997), o termo *cenografia* não corresponde apenas à ideia de *teatro* ou de *encenação*. À noção teatral de *cena* o autor acrescenta a de – *grafia*, de inscrição. Isso porque, ainda segundo Maingueneau (p. 76-77), “uma enunciação se caracteriza, de fato, por sua maneira específica de inscrever-se, de legitimar-se, prescrevendo um modo de existên-

cia no interdiscurso”. Nesse sentido, a enunciação *instaura* seu próprio dispositivo de fala.

A cenografia pode ser definida como um correlato da própria enunciação, pois é esta última que “ao se desenvolver esforça-se por constituir progressivamente o seu próprio dispositivo de fala” (IBIDEM, p. 87). A enunciação leva o quadro cênico (cena englobante e cena genérica) a se deslocar para um segundo plano, pois quando um texto apresenta uma cenografia, é por meio dela que esse texto se *mostra* ou se *dá a conhecer* a seu coenunciador.

A cena de enunciação integra três cenas: a *englobante*, a *genérica* e a *cenografia*. Juntas, elas compõem um *quadro* dinâmico que torna possível a enunciação de um determinado discurso. Conforme comenta Maingueneau (1997, p. 77), há, nesse “diálogo” entre cenas, o estabelecimento de uma relação paradoxal, pois, “desde sua emergência, a fala supõe uma certa cena de enunciação que, de fato, se valida progressivamente por essa mesma enunciação”. Ou seja, ao enunciar, o fiador institui uma cena, a qual vai validar sua própria enunciação. A cena englobante corresponde ao tipo de discurso: *institucional, empresarial, educacional, filosófico, político, publicitário, científico* etc. Ela enquadra o discurso em um determinado campo, conferindo-lhe, segundo Maingueneau, um estatuto pragmático. De acordo com Maingueneau (2008a), tipos e gêneros de discurso estão em uma relação de reciprocidade: todo tipo é um grupamento de gêneros, e todo gênero está relacionado a um tipo. A cena genérica diz respeito ao gênero de discurso. Nesse caso, interessa verificar qual o estatuto genérico do enunciado, ou seja, se ele é um comunicado, um editorial, uma notícia, uma reportagem, uma entrevista etc.

Uma das formas de acesso aos investimentos cenográficos (cenografia) de um texto é por intermédio do que Maingueneau (1997) denomina *dêixis discursiva*, instaurada *na* e *pela* enunciação. Análoga à dêixis linguística (EU ↔ TU – AQUI – AGO-

RA), que define referências espaciotemporais, a dêixis discursiva possui a mesma função, porém manifesta-se em um nível do universo de sentido, de uma formação discursiva, construído *na* e *pela* enunciação. Esse conceito define então referências a três registros interdependentes: uma *locução* (locutor e destinatário), uma *topografia* (espaço) e uma *cronografia discursivas* (tempo). Diante dessa inter-relação, temos que toda enunciação se produz no interior de um já-dito, em relação dialógica com outros discursos.

Relacionado à noção de cenografia, há o conceito de *ethos* entendido por Maingueneau (1997, 2001, 2008b) como uma das formas de investimento discursivo produzido *na* e *pela* enunciação. Segundo esse autor, o *ethos* constitui-se como um dos planos da cenografia, onde “todo enunciado, oral ou escrito, procede de um enunciador encarnado, uma voz que dá sustentação ao texto – a voz de um sujeito situado para além do texto” (MAINGUENEAU, 2001, p. 95).

Para discorrer sobre o *ethos*, é imprescindível retomar a tradição antiga, proveniente da Grécia, focalizando principalmente a teoria de Aristóteles, que foi o responsável por sistematizar a retórica como a arte da persuasão. Foi com ele que o conceito de *ethos* foi realçado como ponto fundamental para o exercício de persuasão. Segundo esse filósofo grego, há três espécies de provas empregadas pelo orador para persuadir seu auditório, quais sejam: o caráter do orador (o que ele chamou de *ethos*); as paixões despertadas nos ouvintes (o *pathos*), e o próprio discurso (o *logos*).

Dentro do arcabouço teórico da análise do discurso, a terminologia *ethos* diz respeito à construção de uma *imagem de si* através do discurso. Assim, dizer que os participantes do discurso criam uma autoimagem através dele significa também afirmar que o discurso carrega as marcas do enunciador e do coenunciador, entendidos aqui como aqueles que interagem no

processo discursivo. As imagens do enunciador e do coenunciador agem no campo discursivo, de modo a se constituírem parte do processo enunciativo.

Dessa forma, podemos afirmar que o ethos liga-se ao orador, através principalmente das escolhas linguísticas feitas por ele, escolhas estas que revelam pistas acerca da imagem do próprio orador, continuamente construída no âmbito discursivo. Ao sistematizar o conceito de ethos para a análise do discurso, Maingueneau (1997, 2001, 2008b) afirma que este se liga diretamente ao tom que engendra o discurso, e ainda comenta (Idem, 2008b) que o reformulou em um quadro da análise do discurso que, longe de reservá-lo à eloquência judiciária ou mesmo à oralidade, propõe que qualquer discurso escrito, mesmo que a negue, possui uma vocalidade específica, que permite relacioná-lo a uma fonte enunciativa, por meio de um tom que indica quem o disse: o termo *tom*, conforme o autor, tem a vantagem de valer tanto para o escrito quanto para o oral.

A noção de ethos, conforme propõe Maingueneau (1997, 2001, 2008b), possibilita um estudo da(s) instância(s) subjetiva(s) envolvida(s) na enunciação. É pelo próprio ato de enunciar que o enunciador constrói a legitimidade de sua enunciação, revelando por intermédio mesmo da enunciação um *caráter* e uma *corporalidade*, isto é, pode-se afirmar que a *maneira de dizer* revela uma *maneira de ser* do enunciador. É necessário esclarecer que Maingueneau, ao se referir à figura do enunciador, o faz dissociando-o da pessoa empírica que enuncia, ou seja, refere-se a um ser de discurso que se institui por intermédio do próprio discurso. A noção de ethos então permite identificar esse ser de discurso pelas características que demonstra. O *caráter* corresponde a uma gama de traços psicológicos, enquanto a *corporalidade* a uma compleição corporal e a uma maneira de se vestir e de se movimentar no espaço social (MAINGUENEAU, 1997).

Na atividade de linguagem, os coenunciadores são levados a recorrer, além dos procedimentos linguísticos, a procedimentos pragmáticos. O recurso a estes últimos significa ultrapassar uma mera interpretação semântica, pois exige do destinatário uma análise do contexto; exige que ele (o destinatário) tenha diante do enunciado uma atitude diferente de um mero receptor de mensagem; exige que aja responsivamente, *provocado* pela enunciação, e recorra aos meios de que dispõe para participar, na qualidade de coenunciador, do processo linguístico-discursivo. Conforme palavras de Maingueneau,

o destinatário não é passivo: ele próprio deve definir o contexto do qual vai tirar as informações necessárias para interpretar o enunciado. *A priori* nunca há uma única interpretação possível para um enunciado e é preciso explicar quais os procedimentos do destinatário para chegar à mais provável, que será aquela que se deve preferir em tal ou qual contexto (2001, p. 29, grifo do autor).

Essa percepção exige do linguista aplicado que a contribuição que lhe cabe como estudioso, que tem a linguagem como seu principal objeto de investigação, se dê em diálogo com o entrelaçamento determinante da constituição de sentido dos processos linguístico-discursivos.

Assim, pode-se dizer que o ethos relaciona-se com a construção de uma corporalidade do enunciador por intermédio de um tom lançado por ele no âmbito discursivo (MAINGUENEAU, 2008b). O tom permitirá ao leitor construir, no texto escrito, uma representação subjetiva do corpo do enunciador, corpo este manifestado não fisicamente, mas construído no âmbito da representação subjetiva. A imagem corporal do enunciador faz emergir a figura do fiador, entendida aqui como aquela que deriva da representação do corpo do enunciador efetivo (e não,

bem entendido, do corpo do autor efetivo), se construindo no âmbito do discurso.

Da mesma maneira como a cenografia, o ethos se configura por um paradoxo constitutivo, é por meio de seu próprio enunciado que o enunciador deve legitimar sua maneira de dizer, não sendo possível dissociar a organização dos conteúdos e a legitimação da cena de fala. Conforme Maingueneau, “mas um discurso não é somente determinado conteúdo associado a uma dêixis e a um estatuto de enunciador e de destinatário, é também uma ‘maneira de dizer’ específica, a que nós chamaremos um *modo de enunciação*” (2008a, p. 90, grifo do autor).

Maingueneau ainda destaca que o discurso é assumido por um sujeito, ou seja, “o discurso só é discurso enquanto remete a um sujeito, um EU, que se coloca como *fonte de referências* pessoais, temporais, espaciais e, ao mesmo tempo, indica que *atitude* está tomando em relação àquilo que diz e em relação a seu co-enunciador (fenômeno de modalização)” (2001, p. 55). No entanto, este sujeito não é uno e homogêneo, mas, sim, heterogêneo, atravessado por diversas vozes que podem ou não ser identificadas.

Na sequência, apresentamos um breve exercício de análise buscando mostrar uma concretude possível da relação teórico-empírica que defendemos.

Para ilustrar: um breve exercício de análise

Realizamos neste tópico um breve exercício de análise que contempla a relação teórico-aplicada que se depreende nos discursos organizacionais (empresariais) divulgados em um jornal interno de empresa, tendo por base alguns fragmentos textuais selecionados em artigos publicados por Freitas (2010, 2011).

1) Depois da experiência *de sucesso na indústria*, o Programa (OLA) agora *dá seus primeiros passos no Varejo*. A proposta básica é *tornar o ambiente mais produtivo e socialmente agradável, proporcionando assim uma maior qualidade de vida e de trabalho para todos* (grifo nosso).

2) Diariamente *temos a oportunidade de estar em contato com muitas e diferentes pessoas*; *fazer com que elas se interessem em dar continuidade ao relacionamento que mantêm conosco* é o desafio de cada um de nós (grifo nosso).

3) Antes de tudo, acreditamos *que as lojas [...] devem estar preparadas para garantir, além de produtos e serviços, um atendimento de excelência em todos os pontos de contato com o cliente*. Para *que isso aconteça* é fundamental que tenhamos um time unido, *disposto a superar resultados, conquistar e manter clientes ao longo do tempo* (grifo nosso).

4) Todos os dias, *quando* nossas lojas abrem suas portas *é como se uma seleção estivesse dando início a uma grande partida, onde cada um ocupa uma posição estratégica* (grifo nosso).

Em razão da delimitação do tema e do respectivo objetivo estabelecido neste estudo, ressaltamos que os conceitos de *trabalho prescrito e real* (ergonomia), de *normas antecedentes e renormalizações*, de *trabalho e uso de si por si e uso de si por outros* (ergologia) em interface com os de *cenografia e de ethos* (cena de enunciação) são essenciais e norteadores do ensaio analítico adiante apresentado.

Através da análise das instâncias de enunciador e de coenunciador (MAINGUENEAU, 1984/2008a), nesses excertos discursivos, verifica-se a construção de uma imagem recorrente que é construída: a do *time*, a da *equipe*. Nessa imagem de time unido e de equipe, os colaboradores cultivam ambiente de trabalho produtivo e agradável e, assim, ocupam posição estratégica no *jogo*, através do que se propicia relacionamento duradouro com clientes. Verificamos que essa cenografia é moldada/prescrita como se tal

equipe fosse uma seleção, talvez a melhor, que a partir de uma *grande partida* tem êxito no que faz, que se relaciona bem com clientes através de atendimento de excelência. Sendo assim, supera resultados e se destaca nacionalmente no segmento econômico em que atua. Os itens lexicais *sucesso, qualidade de vida, atendimento de excelência, time unido, seleção, posição estratégica, resultados*, no contexto discursivo, possibilitam estabelecer relações de sentido que constroem o ethos que se depreende mediante a cenografia enunciativa que é levada a efeito: ethos de empresa “cuidadora, zelosa, socialmente responsável, competitiva”.

Diante de tal cenário, constata-se que a empresa, além de time, equipe, seleção, constrói outras imagens de si, tais como: bem conceituada/reconhecida pelo seu público, interno e externo; zela pelo ambiente de trabalho e proporciona qualidade de vida aos colaboradores; valoriza seus clientes; é lucrativa e preocupada com a excelência do atendimento. Esse ethos discursivo é intrínseco à cenografia enunciativa, na qual também se destaca a imagem de poder e liderança da empresa mediante discursos que enfatizam a gestão organizacional eficaz.

As marcas das relações entre as pessoas do discurso (NÓS= eu + você) mostram uma ideia de que *interesses comuns, harmonia, satisfação, sintonia total e entrosamento* são características marcantes do empírico na empresa. Assim, estar comprometido é estar satisfeito, logo, *responsabilidade, organização, qualificação e competência, superação* são padrões que podem ser facilmente atingidos. Esses atributos são constitutivos da imagem construída, empresa de sucesso nacional, enfim uma *seleção* exitosa, por isso requer de seus colaboradores aprimoramento contínuo para superar resultados, todos recompensados por integrar o NÓS da empresa. A “situação de enunciação’ [...] constitui um sistema de *posições abstratas* sob os quais repousa a atividade enunciativa, cujos enunciados trazem múltiplos traços, em particular os elementos dêiticos” (MAINGUENEAU, 2010, p. 202, grifos do autor).

Assim, “ao inventariar as marcas que identificariam o ethos desse sujeito que constrói o universo sobre o qual se fala, verificamos que a ideia do time/da equipe/da seleção estabelece uma relação com um NÓS = EMPRESA” (SANT’ANNA, 1998, p. 284). Desse modo, mediante esse tom, essa vocalidade, o caráter e a corporalidade que se constroem discursivamente afetam tanto a imagem do enunciador e do coenunciador, quanto a da própria empresa. “Cria-se, dessa maneira, uma complexidade de identificação: EU só me identifico com o NÓS e com ELA (a empresa), se for capaz de me enquadrar na imagem construída, que se baseia em valores de *dinamismo, espírito de equipe, competitividade, qualificação, eficiência, responsabilidade, organização, orgulho, desempenho, relacionamento etc*” (SANT’ANNA, 1998, p. 284).

Percebemos, portanto, que a autoridade relativa do enunciador provém de projeções do ethos apresentadas no discurso, a do *time/equipe eficaz, da seleção que ganha o jogo*, pois se constatarem imagens de si construídas pelo dizer que revelam uma maneira de ser da empresa. Tais imagens significam e ressignificam, a todo instante, valores como *união, competição, qualidade e excelência* dos serviços.

Verificamos, então, que o *status* institucional do autor/locutor do texto, como ser no mundo, e a construção verbal do locutor/enunciador, como ser do discurso, recobrem-se e se reforçam mutuamente, existindo, dessa maneira, incorporação do discurso da empresa pelo fiador/enunciador, que através da cenografia construída instiga e *chama* o coenunciador a aderir ao que é dito, para saber, para fazer (MAINGUENEAU, 2008b, 2008c).

Consideramos, desse modo, que o ethos discursivo e a eficácia da palavra não se caracterizam nem puramente exterior (institucional) nem puramente interna (linguageira). Ela acontece simultaneamente em diferentes níveis. Não se pode separar ethos discursivo da posição institucional do locutor, nem dissociar totalmente interlocução da interação social como troca simbóli-

ca. Esse ethos discursivo é intrínseco à cenografia enunciativa, porque está ancorado em (1) e (5) numa perspectiva de “cena validada”, por exemplo:

(1) “Depois da experiência de sucesso na indústria, o Programa (OLA) agora dá seus primeiros passos no Varejo”, e ainda, (5) “nossa empresa está há mais de meio século no mercado, sendo referência de tradição, solidez e qualidade”.

As cenas validadas nesses discursos são “experiência de sucesso do Programa (OLA) na indústria” e “presença da empresa no mercado há mais de meio século”. Essas expressões mencionadas podem ser entendidas como ethos dito, “por que vai além da referência direta do enunciador a sua própria pessoa ou a sua própria maneira de enunciar” (MAINGUENEAU, 2008b, p. 80), pois essa cena marcada na enunciação é uma *cena validada*, em que “‘validada’ significa ‘já instalada na memória coletiva, seja como antimodelo, seja como modelo valorizado. A ‘cena validada’ fixa-se facilmente em representações estereotipadas popularizadas pela iconografia” (MAINGUENEAU, 2008b, p. 81).

Nos segmentos discursivos destacados (1 e 5), constatamos que a excelência no trabalho, que representa o alcance do padrão de qualidade, é resultado da repetição da regra/procedimento daquilo que foi apresentado em eventos como treinamentos, palestras, pronunciamentos da diretoria, depoimentos de supervisores e de funcionários. Nas relações de trabalho, Sant’Anna e Souza-e-Silva (2007, p. 80) criticam que “as normas passam a receber uma formalização específica” com a finalidade de organizar a produção.

Conforme referendado pelas autoras, embasadas em Schwartz (2002), essa formalização é parte da exigência universal de organização social e se caracteriza por um movimento progressivo de codificação da prescrição operatória do trabalho. Desse modo, podemos compreender que as normas têm o objetivo

de organizar o trabalho, surgem para prescrever de modo antecipado e enquadrar de forma explícita aquilo que o trabalhador deveria executar. “Trabalhar jamais é, simplesmente, aplicar, mas se adaptar sempre às variabilidades organizacionais, materiais, ambientais e humanas, em tempo real. Trabalhar é gerir, sustenta Schwartz” (TRINQUET, 2010, p. 107).

Verificamos que os discursos empresariais divulgados no jornal interno, na atividade de trabalho, inter-relacionam-se com os saberes acadêmicos ou instituídos e com os práticos ou investidos (SCHWARTZ, 1997).

O polo dos saberes constituídos refere-se a todo conjunto de prescrições e normas que se encontram antes da realização do trabalho, a tudo aquilo que é formalizado, ensinado e consultado, sob diversos suportes: livros, manuais, organogramas e, ainda, softwares, computadores, novas instalações etc. (SOUZA-E-SILVA, *no prelo*: 13).

Esse conjunto, que constitui o que se denomina normas antecedentes, contempla todas as prescrições a que estão sujeitos os trabalhadores, no caso os funcionários da organização.

A gestão da atividade pelo trabalhador, o polo do trabalho, é considerada como *uso de si*, porque “não existe execução, mas uso (SCHWARTZ; DURRIVE, 2010, p. 194). Esse terceiro polo é considerado o mais complexo, de mais difícil entendimento, pois implica estabelecer articulação entre os saberes constituídos e os saberes investidos, o que se caracteriza como uma “dramática do uso de si”, ou seja, “como gestão dos valores subjacente às escolhas, decisões a serem tomadas no cotidiano a partir de imperativos diferentes, gestão de imprevistos, gestão de relações sociais, gestão de crises também e, finalmente, gestão de si – dessa entidade em parte opaca ao próprio ser humano que faz a experiência de si mesmo por meio da atividade laboriosa”.

Além disso, por meio de processo injuntivo, verificado nos excertos discursivos analisados, no jornal interno, concretiza-se tanto pela modalidade deôntica (*fazer [...] é o desafio (2); deve(m) estar (3); é fundamental que tenhamos [...] (3)*) quanto pela epistêmica (*a proposta básica é tornar o ambiente (1); acreditamos que as lojas (3); é fundamental que tenhamos (3)*) o enunciador normaliza a ação ao expressar um saber que leva o interlocutor a aderir a esse discurso, aceitando-o como verdadeiro. A injunção suscita o dizer e, também, o fazer; não é reversível, emana daquele que se encontra em posição de aconselhar/ordenar; ao que recebe a dica/conselho/ordem resta concordar (dizer) e necessariamente executar (fazer). Tem-se, portanto, uma competência adquirida por meio do treinamento, da repetição, supondo “uma racionalidade inerente ao processo de produção, como se este fosse dotado de leis naturais a que os homens e sua ciência deveriam subordinar-se e obedecer” (SENNET, 2006), desvalorizando-se e apagando a experiência.

Por conseguinte, depreende-se o estereótipo de empresa ideal para se trabalhar, conviver, crescer, para educar-se a si e aos outros profissionalmente, isto é, formar-se no ofício de gerir e ser gerida. “O objetivo do formador não é recolher informações que ele irá organizar depois, mas levar os trabalhadores a adquirirem um saber novo, sobre a sua própria atividade e os conhecimentos, para agirem em segurança” (TRINQUET, 2010, p. 108).

O ethos como instrumento de adesão propõe uma imagem de si, apresentando maneiras de ser e agir que imprimem ao grupo a necessidade de integração e reconhecimento ao *status* definidos pelos discursos que os legitimam. Diante de tais circunstâncias, depreende-se que a missão da organização como parte da cultura corporativa evidencia a capacidade de *educar* os sujeitos colaboradores de acordo com os objetivos organizacionais. Nas entrelinhas do discurso é possível perceber a condução do sujeito empregado *ideal*, ou seja, aquele que interioriza os valores, crenças

e objetivos da empresa, empenha-se em trabalhar produtivamente (*uso de si*), combinando os interesses da organização empresarial em produtividade (*uso de si pelos outros*) com o interesse pessoal por maturidade, empregabilidade e crescimento.

Reiteramos, por fim, o resultado dos comentários precedentes: a posição institucional do locutor e o grau de legitimidade que ela lhe confere contribuem para suscitar imagem prévia, a partir da inter-relação entre os saberes instituídos na atividade de trabalho na qual se estabelecem cenografias e consequentes imagens prévias do locutor que são expressas nos fragmentos discursivos analisados de um jornal interno de empresa. Pois “o ethos discursivo mantém relação estreita com a *imagem prévia* que o auditório pode ter do orador ou, pelo menos, com a ideia que este faz do modo como seus alocutários o percebem” (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2008, p. 221). A representação da pessoa do locutor anterior a sua tomada de turno – às vezes denominada de *ethos prévio* ou *pré-discursivo* – “está frequentemente no fundamento da imagem que ele constrói em seu discurso: com efeito, ele tenta consolidá-la, retificá-la, retrabalhá-la ou atenuá-la” (2008, p. 221). Todavia, esses autores comentam que essa noção permanece problemática, porque extradiscursiva, sendo assim, precisa ser adotada com diversas precauções.

Considerações finais

A concepção de cenografia e ethos para a análise do discurso de base enunciativa está relacionada a diversos planos discursivos, tais como: estatuto do enunciador e do coenunciador, dêixis enunciativa, modo de enunciação através de um tom (caráter e corporalidade). Esses planos discursivos constituíram, neste estudo, referenciais para desenvolver o objetivo geral, que visou a contribuir para o conhecimento e a compreensão dos discursos

empresariais em jornal interno de empresa e, por consequência, para os estudos relativos ao tema linguagem e trabalho.

Assim sendo, e apresentado o exercício de análise, de forma breve, podemos observar que nos fragmentos discursivos em destaque há o reforço das atitudes que o mercado espera dos profissionais nas novas relações de trabalho, o que marca uma característica de um jornal interno de empresa em não ser apenas transmissor de informação, mas também fomentadores de crenças, culturas e valores: valoriza-se a ação do indivíduo, portanto prescrevem-se comportamentos e, por meio da busca da concordância e da adesão das pessoas, busca-se dar sentido de participação à sua subordinação.

As dicas, as explicações, nesses casos, não se caracterizam apenas como uma injunção a fazer, que é emitida pela hierarquia responsável pelo trabalho, mas adquire caráter de autoridade a partir do momento em que o leitor do jornal interno se coloca na posição de um profissional que busca receber aqueles conselhos, aquelas sugestões. Percebe-se, portanto, que as prescrições formais, descendentes ou ascendentes não são suficientes para se compreenderem os sentidos de trabalho. O jornal interno de empresa atribui-se também esse espaço gerador de normas, procedimentos, a serem seguidos em busca do sucesso organizacional.

Nos discursos analisados, elabora-se, então, uma imagem verbal que o leitor (funcionário) pode recompor ao reunir um conjunto de elementos frequentemente esparsos e lacunares em uma representação familiar (a empresa.), como, por exemplo, o time/a equipe unida, a tradição, solidez e qualidade. Esse estereótipo se deixa apreender tanto no nível da enunciação (um modo de dizer) quanto no do enunciado (conteúdos, temas). A imagem de si construída no discurso é constitutiva da interação verbal e determina, em grande parte, a capacidade de o locutor agir sobre seus alocutários. Instauram-se estratégias discursivas que constroem uma imagem particular do locutor, numa espécie

de amálgama com a imagem da empresa que é construída através dos discursos mobilizados *no* e *sobre* o jornal interno.

As explicações, as avaliações (sugestões) e as prescrições, nesses casos, não são somente uma injunção emitida pela hierarquia responsável pelo trabalho, mas adquire caráter de autoridade a partir do momento em que o leitor do jornal interno se coloca na posição de um profissional que busca receber aqueles conselhos, aquelas sugestões. Percebe-se, portanto, que as prescrições formais, descendentes ou ascendentes, não são suficientes para que se compreendam os sentidos de trabalho. O jornal interno de empresa atribui-se também esse espaço gerador de normas, procedimentos, a serem seguidos em busca do sucesso, os quais são renormalizados na atividade, no trabalho.

São várias as marcas linguísticas (paradigma indiciário) que identificam traços de didaticidade, dentre elas a exemplificação, a explicação, a enumeração, a citação de especialista, as perguntas retóricas, as situações didáticas em forma de entrevista, o uso de generalizações, as formas pessoais e impessoais para expor conhecimento. Trata-se, então, de uma interpenetração de conhecimentos: como se dá a passagem entre *quem sabe*, o enunciador instituído pelo jornal interno, e o *interlocutor-leitor* presumível. Indaga-se, então, o que se quer fazer compreender para além da informação? Qual o uso de si que a atividade de trabalho requer?

Referências

AMOSSY, R. O ethos na interseção das disciplinas: retórica, pragmática, sociologia dos campos. In: AMOSSY, R. (Org.). *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. 1. ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2008, p. 119-144.

CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. *Dicionário de Análise do Discurso*. Coordenação da tradução Fabiana Komesu. 2. ed., 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2008.

FREITAS, E. C. de. Linguagem na atividade de trabalho: ethos discursivo em editoriais de jornal interno de empresa. *Desenredo*, Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo, v. 6, n. 2, p. 170-197, jul./dez. 2010.

_____. Práticas discursivas na atividade de trabalho: cenografia e ethos em discursos empresariais. *Anais do IX Congresso Internacional da Associação Latino-Americano de Estudos do Discurso – ALED 2011* [recurso eletrônico]. Discursos da América Latina: vozes, sentidos e identidades. Renato de Mello, Wander Emediato de Souza, Ida Lúcia Machado (Org.). Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2011, p. 1-16.

MAINGUENEAU, D. *Novas tendências em análise do discurso*. Tradução Freda Indursky. 3. ed. Campinas: Pontes: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1997.

_____. *Análise de textos de comunicação*. Tradução de Cecília P. de Souza-e-Silva, Décio Rocha. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. (1984). *Gênese dos discursos*. Tradução Sírio Possenti. São Paulo: Parábola, 2008a.

_____. Ethos, cenografia, incorporação. In: AMOSSY, R. (Org.). *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. 1. ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2008b, p. 69-92.

_____. A propósito do ethos. In: MOTTA, A. R.; SALGADO, L. (Org.). *Ethos discursivo*. São Paulo: Contexto, 2008c, p. 11-29.

_____. Situação de enunciação – situação de enunciação e cena de enunciação em análise do discurso. Tradução: Nelson Barros da Costa. In: MAINGUENEAU, D. *Doze conceitos em análise do discurso*; organização Sírio Possenti, Maria Cecília Perez de Souza-e-Silva; tradução Adail Sobral et al. São Paulo: Parábola, 2010, p. 199-207.

PERRIER, Alexandre. De la valeur-travail au travail de valeur. In: SCHWARTZ, Y. *Reconnaissance du travail: pour un approche ergologique*. Paris: PUF, 1997.

SANT'ANNA, V. L. A. O jornal de empresa e a construção de imagens. *The ESPECIALIST*, PUC-SP/LAEL, v. 19, n. especial, p. 277-286, 1998.

SANT'ANNA, V.; SOUZA-E-SILVA, M. C. P. Trabalho e prescrição: aproximação ao problema a partir dos estudos da linguagem. *Revista Matraca*, v. 14, n. 20, p. 77-99, jan./jun. 2007.

SCHWARTZ, Y. *Travail et philosophie: convocations mutuelles*. Toulouse: Octares, 1994.

_____. *De l'inconfort intellectuel, ou: comment penser les activités humaines?* In: COURTS-SALIES, P. (Coord.). Collection Le Présent Avenir, 1995.

_____. (Org.). *Reconnaissances du travail*. Pour une approche ergologique. Paris: PUF, 1997.

_____. *Le paradigme ergologique ou un métier de philosophe*. Toulouse: Octarès, 2000.

_____. Circulações, dramáticas, eficácias da atividade industrial. *Trabalho, Educação e Saúde*, Rio de Janeiro, Fundação Oswaldo Cruz, Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, v. 2, n. 1, p. 33-55, mar. 2004.

_____. Trabalho e uso de si. In: SCHWARTZ, Y.; DURRIVE, L. (Org.). *Trabalho & ergologia: conversas sobre a atividade humana*. Niterói: EdUFF, 2010, p. 189-206.

SCHWARTZ, Y.; DURRIVE, L. (Org.). (2003). Trabalho e uso de si. In: SCHWARTZ, Y.; DURRIVE, L. (Org.). *Trabalho e Ergologia: conversas sobre a atividade humana*. 2. ed. Niterói: EdUFF, 2010, p. 189-204. *Travail et Ergologie – entretiens sur l'activité humains*. Toulouse: Octarès.

SENNET, R. Les failles culturelles du nouveau capitalisme. *Sciences Humaines*, n. 176, p. 38-39, nov. 2006.

SOUZA-E-SILVA, M. C. P. Quais as contribuições da linguística aplicada para a análise do trabalho? In: FIGUEIREDO, M.; ATHAYDE, M.; BRITO, J.; ALVAREZ, D. (Org.). *Labirintos do trabalho: interrogações e olhares sobre o trabalho vivo*. Rio de Janeiro: DP & A, 2004, p. 188-213.

_____. (no prelo). Sistemas de ensino – mudanças na Educação e no trabalho do professor? In: *Linguística Aplicada e Sociedade*, p. 1-18.

TEIXEIRA, Marlene. Dimensão subjetiva da atividade de trabalho: um olhar multidisciplinar. *Correio APOA: temática*, Porto Alegre, p. 45-53, mar. 2010.

TRINQUET, P. (2010). Trabalho e educação: o método ergológico. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, número especial, p. 93-112, ago. 2010.

WISNER, A. *A inteligência no trabalho: textos selecionados de ergonomia*. São Paulo: Fundacentro, 1994.



O conceito de *enunciação* é responsável por uma mudança significativa nos estudos que se fazem hoje no campo da linguística, representando uma conversão de ponto de vista em relação a outras correntes teóricas voltadas para a língua em uso. Inúmeros são os estudiosos que se valem desse conceito, (re)significando-o de acordo com suas próprias problemáticas, mas é a Benveniste que se atribui o ato de nascimento da perspectiva enunciativa de estudos da linguagem. A relevância de Benveniste deve-se ao fato de ele ensinar que a linguagem é indissociável da subjetividade; de compreender a subjetividade não na esfera do eu, mas como constituída pela intersubjetividade; de promover uma primeira abordagem da linguagem “que serve para *viver*”. Suas reflexões interpelam não só diferentes domínios da linguística (linguística geral, análises de discurso, linguística textual, aquisição da linguagem...), como também tornam possível o diálogo da linguística com as chamadas ciências conexas (antropologia, psicologia, sociologia...). Esta obra é um convite a uma incursão pela diversidade de possibilidades de estudos que a potência da perspectiva enunciativa permite engendrar. Reúne trabalhos sobre diferentes objetos de estudo, fundamentados em Benveniste. Revisita as origens saussurianas dos estudos benvenistianos, possibilita pensar sobre seu legado em relação aos estudos também fundantes de Mikhail Bakhtin, além de apresentar o desdobramento de seu pensamento em autores importantes para o panorama da linguística contemporânea, tais como Oswald Ducrot, Antoine Culioli, Henri Meschonnic e Dominique Maingueneau. É mais uma demonstração de que a teoria de Benveniste permite dirigir um olhar original para as relações entre a linguagem e o homem cujo potencial heurístico ainda está por ser devidamente dimensionado.

Marlene Teixeira
UNISINOS / CNPq

ISBN 978-85-8200-005-2



www.meritos.com.br